

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CASSIANA MENDES DOS SANTOS ALMEIDA

**O ESTADO E A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES ARTICULADOS
NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E
JACARÉ (BAHIA): LIMITES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A ANÁLISE E ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS
AMBIENTAIS**

**Amargosa - Bahia
2015**

CASSIANA MENDES DOS SANTOS ALMEIDA

**O ESTADO E A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES ARTICULADOS
NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E
JACARÉ (BAHIA): LIMITES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A ANÁLISE E ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS
AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo – Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação do campo.

Orientação: Profª. Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima

Amargosa - Bahia
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

A447e Almeida, Cassiana Mendes dos Santos.
O Estado e a formação dos camponeses articulados no comitê das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (Bahia): limites e desafios contemporâneos para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais. / Cassiana Mendes dos Santos Almeida. – Amargosa, BA, 2015.
178f.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) –
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA.
2015.

Bibliografia: f. 166-177.
Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Propriedade territorial - Bahia. 3. Bacias hidrográficas - Bahia. I. Lima, Silvana Lúcia da Silva. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CASSIANA MENDES DOS SANTOS ALMEIDA

**O ESTADO E A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES ARTICULADOS
NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E
JACARÉ (BAHIA): LIMITES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A ANÁLISE E ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS
AMBIENTAIS**

Aprovada em: 23 de março de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Silvana Lúcia da Silva Lima – Orientadora – UFRB

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – Examinador Externo - UFRJ

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos – Examinador Externo – UESB

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Ribeiro Velloso – Examinadora Interna

Amargosa - Bahia
2015

À Valdeci, minha querida *Mainha*, meu
maior elo de amor!

Ao Chicão, amor verdadeiro que a cada dia
conquista minha admiração.

Aos membros do CBHVJ que lutam em
defesa dos rios Verde e Jacaré.

Aos educadores e educadores que se
empenham na tarefa de lutar em prol dos
trabalhadores e trabalhadoras do campo e
da cidade.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Valdeci Mendes dos Santos, pelo apoio em todos os momentos desta pesquisa. É com muita alegria que nesse momento comemoramos juntas o encerramento de um ciclo profissional na tua vida e mais um passo na minha caminhada, a qual muitas vezes você pediu para eu desistir, rememorando os sofrimentos enfrentados nesses 30 anos de atuação na educação. A teimosia de sempre me faz persistir, mas levo no coração a esperança de que a tua dedicação no ato de educar tenha rendido melhores frutos para os filhos e filhas de trabalhadores!

À minha família, que mesmo longe, torceu por esta conquista. Em especial ao meu avô, Altimiro Mendes dos Santos, agricultor forte, que hoje aos 77 anos, ainda resiste às mazelas impostas ao trabalho no campo. Mesmo sem compreender “para que tanto estudo” o senhor é o exemplo da fortaleza que eu precisei para chegar aqui!

Ao meu companheiro, Francisco Borges Neto (Chicão), pela compreensão e momentos de alegria compartilhados durante toda a escrita deste trabalho. A você devo dicas preciosas, que mesmo não atuando na área da Educação, se empenhou para contribuir de forma paciente e sábia.

À minha orientadora, professora Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima, por fazer da ciência um instrumento de luta dos camponeses. Agradeço ainda pelas orientações, permitindo meu avanço acadêmico e pelas palavras de tranquilidade nos momentos de agonia.

Aos profissionais do Centro de Formação de Professores da UFRB. Especialmente os professores do Programa de Pós-graduação em Educação do Campo. A vocês, minha eterna gratidão pelas ricas contribuições à minha formação!

Ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ, pela acolhida em terras cariocas e os momentos compartilhados com uma caatingueira *sedenta* de conhecimento.

Aos profissionais do campus XVI da UNEB, instituição a qual me graduei Pedagoga e tenho enorme carinho.

Aos membros do CBHVJ pela confiança depositada e contribuições a este estudo. É a luta desses trabalhadores que provoca os questionamentos neste trabalho!

À FAPESB pela bolsa de estudo concedida.

À banca avaliadora, pela leitura cuidadosa e dicas essenciais ao trabalho.

Aos colegas do mestrado em Educação do Campo, em especial Vânia Marques Pinto e Cléber Eduão Ferreira, companheiros da luta e da resistência.

À equipe Pousada do Bosque, pelos cuidados nos dias de estudo em Amargosa-BA.

Ao Vítor Aldo, nosso futuro “cientista da informática”, que não mediu esforços para me ajudar.

Aos amigos que se fizeram presentes, sempre me incentivando com palavras de força nos momentos mais difíceis desta pesquisa: Carolina Silva, Cláudio Félix, David Romão, Ednalva Fiuza, Isabela Santana, Júlio Bispo, Mirla Oliveira, Stela Soares e Thiago Souza.

O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.

(MARX, 2005, p.116).

Somente ligando cada passo da sua instrução, educação e formação à luta incessante dos proletários e trabalhadores contra a antiga sociedade dos exploradores a atual geração pode aprender o comunismo.

(LÊNIN, 1977, p. 135.)

RESUMO

A presente dissertação tem como **objeto de estudo** a formação promovida pelo Estado para os membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. **Objetiva** compreender de que forma a educação ambiental, promovida pelo Estado, tem contribuído para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais pelos trabalhadores do campo articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Para alcançar o propósito da pesquisa, desdobramos os seguintes **objetivos específicos**: a) recuperar as bases históricas da apropriação privada da água e da terra na Bacia Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré; b) analisar o marco legal e seus desdobramentos nas formas de condução da gestão pública das águas na Bahia, evidenciando como tem se dado a participação social por meio de Comitês de Bacias Hidrográficas; c) avaliar os conflitos pela água mediados pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ) e sua relação com a problemática ambiental global; d) analisar a formação desenvolvida pelo Estado no CBHVJ, evidenciando os conteúdos, os métodos e as teorias que o fundamentam, identificando as possibilidades de enfrentamento aos problemas ambientais pelos trabalhadores do campo ali presentes. O **método** tem como base as orientações do Materialismo Histórico-Dialético, assim, tecemos reflexões críticas à formação dos camponeses articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, sob à luz de uma rigorosa análise sobre a realidade, sendo possível percebemos os elementos teóricos que fundamentaram a educação proposta pelo Estado aos comitês de bacias hidrográficas na Bahia. Após a pesquisa confirmamos a **hipótese** de que os objetivos por trás das formações oferecidas pelo Estado aos membros do CBHVJ guardam a tendência de substituir a luta de classes por conquistas mediadas pela política de participação social que não conseguem avançar na luta para além do capital, a qual foi levantada a partir do **problema de pesquisa** delimitado da seguinte maneira: quais os fundamentos teóricos da prática educativa presente na formação dos camponeses articulados ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e de que maneira a educação oferece elementos para uma análise mais profunda dos problemas ambientais? Assim **constatamos** que a educação difundida no CBHVJ tem afastado os/as camponeses/as do projeto de transformação social. **Apontamos** a possibilidade de superação das contradições mediante uma formação crítica pautada na práxis.

Palavras-chave: Apropriação privada da terra e da água. Gestão participativa de águas. Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Formação dos camponeses articulados em Comitês de Bacias Hidrográficas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como **objeto de estudio** la formación promovida por el Estado a los miembros del Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré. Tiene como **objetivo** entender cómo la educación promovida por el estado del medio ambiente, ha contribuido al análisis y solución de los problemas ambientales articulada por los trabajadores de campo en Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré. Para lograr el propósito de la encuesta, se desarrollan los siguientes **objetivos específicos**: a) recuperar la base histórica de la apropiación privada de agua y la tierra en la Cuencas de los ríos Verde y Jacaré.; b) analizar el marco legal y sus consecuencias en las formas de conducta de gestión pública del agua en Bahía, mostrando cómo se han dado a la participación social a través de los Comités de Cuenca; c) evaluar los conflictos por el agua mediadas por el Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré (CBHVJ) y su relación con los problemas ambientales globales; d) analizar la formación desarrollada por el Estado en CBHVJ, mostrando los contenidos, métodos y teorías que subyacen e identificar las posibilidades de adaptación a los problemas ambientales por los trabajadores del campo presentes. El método se basa en las directrices del materialismo dialéctico histórico y por lo tanto tejer reflexiones críticas a la formación de los campesinos en el articulado Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré, bajo la luz de un análisis riguroso de la realidad, es posible darse cuenta de los elementos teóricos que subyacen a la educación propuesto por el Estado a los comités de cuenca en Bahía. Después de la encuesta confirmó la **hipótesis** de que los objetivos detrás de la formación que ofrece el Estado a los miembros CBHVJ mantienen la tendencia de sustituir la lucha de clases para el logro mediada por la política de participación social no se puede avanzar en la lucha más allá de la capital, que fue levantado del **problema de investigación** se define de la siguiente manera: ¿cuáles son los fundamentos teóricos de la práctica educativa en esta capacitación de agricultores para articular Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré y cómo la educación ofrece elementos para un análisis más profundo de los problemas ambientales? Así nos **encontramos** con que la educación generalizada en CBHVJ han eliminado los / las campesinos / proyecto de transformación social. **Hemos señalado** la posibilidad de superar las contradicciones a través de una formación crítica en la práctica guiada.

Palabras clave: Apropiación privada de la tierra y el agua. La gestión del agua participativa. Comité de Cuencas de los ríos Verde y Jacaré. Formación de los campesinos articulados en Comités de Cuencas.

ABSTRACT

This work has as **study object** the formation promoted by the state to the members of the Committee Watershed rivers Verde and Jacaré. **Aims** to understand how environmental education promoted by the state, has contributed to the analysis and addressing the environmental problems articulated by the field workers in Committee Watershed rivers Verde and Jacaré. To achieve the purpose of the survey, unfold the following **specific objectives**: a) recover the historical basis of the private appropriation of water and land in Watershed rivers Verde and Jacaré; b) analyze the legal framework and its consequences in the forms of conduct of public water management in Bahia, showing how they have given to social participation through River Basin Committees; c) evaluate the water conflicts mediated Committee Watershed rivers Verde and Jacaré (CBHVJ) and its relationship to global environmental problems; d) to analyze the state-developed training in CBHVJ, showing the contents, methods and theories that underlie identifying coping possibilities to environmental problems by workers who were present field. The **method** is based on the guidelines of Dialectical Materialism Historical and thus weave critical reflections to the formation of peasants articulated in Committee Watershed rivers Verde and Jacaré, under the light of a rigorous analysis of reality, it is possible to realize the theoretical elements that underlie the education proposed by the State to river basin committees in Bahia. After the survey confirmed the **hypothesis** that the objectives behind the training offered by the state to the members of CBHVJ keep the trend to replace the class struggle for achievement mediated social participation policy can't advance in the fight beyond the capital, which was lifted from the defined **search problem** as follows: what are the theoretical foundations of educational practice present in the formation of peasants articulated the committee of river basins Verde and Jacaré and how education offers elements for a deeper analysis of the environmental problems? **Thus we find** that education widespread in CBHVJ have removed the / the farmers / the project of social transformation. **We pointed** out the possibility of overcoming contradictions through a critical training in guided practice.

Keywords: Private appropriation of land and water. Participatory water management. Committee of the Watershed Verde and Jacaré. Training of peasants articulated in Watershed Committees.

LISTA DE SIGLAS

ACM – Antônio Carlos Magalhães
ANA – Agência Nacional de Águas
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Proteção Permanente
ASA – Articulação do Semiárido
BANEB – Banco do Estado da Bahia
BM – Banco Mundial
CAA – Centro de Assessoria do Assuruá
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHVJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré
CBHSF – Comitê da Bacias Hidrográfica do Rio São Francisco
CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CF – Constituição Federativa do Brasil
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CODEVERDE – Companhia de Desenvolvimento do Rio Verde
CODIS – Coordenação de Interação Social
CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DEAMA – Diretoria de Estudos Avançados em Meio Ambiente
DEM – Partido Democratas
DIPIM – Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Mirorós
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DSP – Diretoria Sócio-Participativa
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento
EXPOAGRI – Exposição Agropecuária da Região de Irecê
FERHBA – Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia
FPI – Fiscalização Preventiva Integrada
FUNDIFRAN – Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MP – Ministério Público

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUSF – Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PDT – Política de Desenvolvimento Territorial

PEAS – Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade

PERH – Política Estadual de Recursos Hídricos

PERMAC – Programa Estadual de Restauração de Matas Ciliares

PFL – Partido da Frente Liberal

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

PPA – Plano Plurianual

PRHVJ – Plano de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Verde e Jacaré

PT – Partido dos Trabalhadores

RPGA – Região de Planejamento de Gestão de Águas

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SGM – Superintendência de Geologia de Recursos Minerais

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SISEMA – Sistema do Meio Ambiente do estado da Bahia

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SRH – Superintendência de Recursos Hídricos

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TDR – Termo de Referência

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Localização das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré
- Figura 2** – Uso do Solo nas Bacias hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (2004)
- Figura 3** – Níveis de Conflitos entre usos da Água na Bacia do São Francisco
- Figura 4** – Segmento Poder Público – vagas por categorias
- Figura 5** – Segmento Sociedade Civil – vagas por categorias
- Figura 6** – Segmento Usuários – vagas por categoria

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos problemas ambientais decorrentes dos projetos produtivos na região dos rios Verde e Jacaré

Quadro 2 – Comparação entre o comitê real e o ideal conforme os membros do CBHVJ

SUMÁRIO

| | | |
|-----------------------------------|---|-----|
| Introdução | | 15 |
| | Sobre o método de pesquisa | 20 |
| Capítulo I | A apropriação da terra e da água pelo capital: reflexos na região das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré | 29 |
| 1.1 | A apropriação privada e a mercadorização da terra e das águas: aproximações históricas | 30 |
| 1.2 | A concentração da terra e da água no Brasil | 36 |
| 1.3 | Bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré: breve história da ocupação e dos conflitos | 42 |
| 1.3.1 | <i>Solos férteis e abundância hídrica: condições favoráveis ao capital</i> | 42 |
| 1.3.2 | <i>Principais conflitos na bacia dos rios Verde e Jacaré</i> | 58 |
| Capítulo II | O Estado, a Gestão Pública de Águas na Bahia e o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré | 71 |
| 2.1 | Estado Regulador e a Participação enquanto espaços de disputas sociais | 72 |
| 2.2 | Marco legal da gestão de águas e a participação via Comitês de Bacias Hidrográficas | 83 |
| 2.3 | Conquistas e limites no Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré | 98 |
| Capítulo III | A formação dos camponeses no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré via políticas de governo: apontamentos críticos | 122 |
| 3.1 | “Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas”: concepção, princípios e métodos | 123 |
| 3.2 | As tendências da Educação Ambiental e seus nexos com o curso para membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré | 135 |
| 3.3 | Dos desafios para uma formação crítica dos camponeses articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré | 149 |
| Considerações Finais | | 162 |
| Referências Bibliográficas | | 166 |
| Apêndices | | |
| Anexos | | |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como **objeto de estudo** a formação promovida pelo Estado para os membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (CBHVJ), *locus* desta investigação. O interesse por tal objeto adveio de duas situações distintas:

- i) O fato de ser de uma família de agricultores e natural de um município que tem sua economia pautada na agricultura – Jussara/Bahia – fez com que durante a minha infância eu tivesse um contato direto com a *roça*¹. No início da década de 1990 enfrentamos a má distribuição das chuvas e, conseqüentemente, a crise na agricultura de sequeiro (que depende exclusivamente da pluviometria). Assim, parte dos meus tios foi obrigada a se deslocar para o sudeste do país à procura de emprego. Fato ainda comum, já que as oportunidades para o jovem camponês são mínimas, forçando-os a saírem do campo. Um tanto contraditório, mas esse processo coincide exatamente quando os moradores da sede do município tiveram acesso à água doce trazida do rio Verde via Adutora do Feijão no ano de 1996. Pessoalmente não sofri as mazelas do trabalho no campo, já que minha mãe, quando nasci, já era professora da rede estadual de ensino – profissão esta que, sem dúvidas, influenciou minha opção acadêmica – o que garantia uma renda mensal suficiente para não termos que somar números ao êxodo rural brasileiro, como muitos dos nossos familiares. Mas sofri as conseqüências do descaso imposto aos povos camponeses, ao ver meus parentes partirem e também com a precária condição de vida que nos foi oferecida nos últimos anos.
- ii) A realidade vivida pela minha família associada à imagem negativa sempre divulgada do sertão nordestino não me despertou para estudos ambientais. Mas entre novembro de 2008 e outubro 2012, as contradições da vida me proporcionaram trabalhar como Educadora Ambiental e Mobilizadora Social no Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ), antigo órgão gestor das águas do estado da Bahia, atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia (INEMA), acompanhando as ações do CBHVJ, colegiado responsável por fazer a gestão das águas na região em parceria com o Estado. Essa oportunidade seguiu paralela ao curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Assim me reaproximei do campo, e por tais condições, passei a refletir sobre a educação nesse espaço. No período em que atuei no

¹ O campo na minha cidade natal é chamado de roça.

órgão gestor das águas, esteve em discussão a formação para membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), no intuito de fortalecer suas atuações frente à problemática ambiental, bem como a mediar os conflitos que vinham eclodindo pelo uso da água em toda a Bahia. Desse modo, o INGÁ, no ano de 2010, iniciou o processo de “formação de formadores” – dos quais eu fazia parte – a fim de preparar-nos para um processo educativo na perspectiva crítica. Mas no ano de 2011, com as mudanças no Sistema do Meio Ambiente do estado da Bahia (SISEMA), a “formação dos formadores” foi cancelada, já que novas formas seriam projetadas para a capacitação dos membros dos CBHs. Também fui membro do CBHVJ representando o INEMA, entre novembro de 2011 e setembro de 2012. Sabendo do papel (profissional) que deveria exercer enquanto representante do segmento Poder Público, foi um período que vivi em conflito, já que muitas vezes tive vontade (pessoal) de optar por posicionamentos defendidos pelas organizações civis ali presentes. Além disso, entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013, tive a oportunidade de trabalhar na Diretoria de Estudos Avançados em Meio Ambiente (DEAMA) da Secretaria do Meio Ambiente do estado da Bahia acompanhando a organização do “Curso Gestão Pública das Águas para membros de Comitês de Bacias Hidrográficas”.

Este estudo junto ao Mestrado Profissional em Educação do Campo é motivado pela preocupação com os rumos da discussão sobre a formação proporcionada pelo Estado em ambientes não-escolares, uma vez que ele tem priorizado saberes do cotidiano e aprendizagens significativas, ao mesmo tempo em que exige aprofundamento científico na tomada de decisões, como é o caso do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, situado no estado da Bahia.

Nesse sentido, o estudo parte da necessidade de problematizar aspectos da articulação política acerca da teoria que fundamenta os processos educativos formulados frente às novas demandas dos colegiados ambientais na Bahia, bem como de suas práticas discursivas. Muitos dos sujeitos que se articulam nesses espaços são camponeses e, como os demais, necessitam de uma formação orientada pelos conhecimentos científicos construídos ao longo da humanidade sem ignorar a reflexão crítica sobre seus problemas concretos e as lutas camponesas, considerando as contradições apresentadas nas relações entre sociedade e o uso da água, produzindo um melhor entendimento acerca da gestão participativa das águas instituída pelo Estado.

Diante disso, levantamos o seguinte **problema de pesquisa**: quais os fundamentos teóricos presentes na formação dos camponeses articulados ao comitê das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e de que maneira a educação oferece elementos para uma análise mais profunda dos problemas ambientais? Nossa **hipótese** é a de que os objetivos das formações oferecidas pelo Estado aos membros do referido colegiado ambiental guardam a tendência de substituir a luta de classes por conquistas mediadas pela política de participação social que não conseguem avançar na luta para além do capital.

Dessa forma, o **objetivo central** é compreender de que forma a educação ambiental, promovida pelo Estado, tem contribuído para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais pelos trabalhadores do campo articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.

No sentido de alcançar o propósito da pesquisa, apontamos os seguintes **objetivos específicos**: a) recuperar as bases históricas da apropriação privada da água e da terra na Bacia Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré; b) analisar o marco legal e seus desdobramentos nas formas de condução da gestão pública das águas na Bahia, evidenciando como tem se dado a participação social por meio de Comitês de Bacias Hidrográficas; c) avaliar os conflitos pela água mediados pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ) e sua relação com a problemática ambiental global; d) analisar a formação desenvolvida pelo Estado no CBHVJ, evidenciando os conteúdos, os métodos e as teorias que o fundamentam, identificando as possibilidades de enfrentamento aos problemas ambientais pelos trabalhadores do campo ali presentes.

O modelo agrícola adotado na região historicamente esteve ligado às orientações do capital, desde a sua ocupação com a exploração aurífera entre o século XIX e XX. O ciclo do feijão, que teve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980, com seus pilares na monocultura, no plantio para exportação e, conseqüentemente, na desconsideração das condições naturais, comprova qual projeto se propagou. As grandes safras de feijão acarretaram no aumento do número de pessoas a investirem no negócio, com isso acelerou-se o desmatamento da caatinga e o acesso a créditos nos grandes bancos. Esse processo resultou, no início da década de 1990, em escassez de chuvas, muito desmatamento e produtores endividados. A saída encontrada pelo capital local deu enfoque à exploração das águas subterrâneas, aumentando a perfuração de poços, o uso de agrotóxicos para a irrigação de verduras e frutas para exportação, numa demonstração de que mais uma vez não houve planejamento sustentável para a produção no campo, visto que o foco era a obtenção exacerbada do lucro.

A intensificação da irrigação, do final da década de 1990 até então, tem sido possível devido a características específicas encontradas nos rios dessa região. No rio Jacaré, por exemplo, as peculiaridades geológicas do espaço físico permitem a existência de trechos subterrâneos, como indicam os estudos da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM):

Grande parte da bacia possui formações geológicas calcárias o que permite surgir o fluviocarste, onde o curso de água com trechos em superfície e subterrâneos. Isto porque os solos derivados das formações calcárias permitem uma boa infiltração, tanto das águas pluviais, quanto das águas fluviais e, em determinados pontos do rio Jacaré, os próprios cursos d'água submergem no solo. (CBPM, 2005, *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 51)

Mesmo com a ausência de estudos sobre o lençol freático e de autorização do órgão regulador do uso de águas na Bahia para a perfuração e utilização da água, o crescimento incessante nessa forma de captação tem sido a garantia da produção no campo no viés do agronegócio. Este é um dos elementos, aliados aos fatores geológicos e geográficos, que tem provocado queda na produção agrícola das comunidades ribeirinhas e de agricultores familiares.

Recuperando alguns aspectos históricos da região, é possível afirmar que a abundância hídrica foi central na sua ocupação. A lenda conta que o nome indígena do município pólo, *Irecê* (centro comercial e que também abriga vários órgãos públicos na região) é em homenagem a uma linda princesa que andava *sobre as águas* e recebia esse nome. A sua localização era estratégica para o deslocamento entre municípios como Gentio do Ouro e Jacobina (fornecedores de ouro e diamantes), e a capital do estado – Salvador no início do século passado. Está aí um dos motivos para o interesse do capital em transformar o agronegócio no seu modelo agrícola da região, instaurando projetos que fizeram maus usos da água e degradaram o ambiente de forma brusca, necessitando apenas de pouco mais de meio século para a natureza dar respostas à população mediante o empobrecimento dos solos, a diminuição dos índices pluviométricos e a falta de água nos rios, provocando assim conflitos entre sociedade e setores públicos e privados que ali se especializaram.

Para mediar os conflitos instaurados, o estado da Bahia baseou-se na lei 9.433/1997 que orienta a gestão das águas por meio da participação popular, posto que a gestão não se realizaria somente por órgãos públicos, mas também pelos usuários da água e organizações civis. Na tentativa de estabelecer o consenso, o Estado passou a fomentar a criação dos comitês de bacias hidrográficas que permitissem o diálogo entre diferentes segmentos sociais a fim de solucionar os conflitos travados no cotidiano dos diferentes usuários. Os Comitês de

Bacias Hidrográficas (CBHs) são considerados espaços de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns, qual seja a água.

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré é um caso atípico na Bahia, pois foi criado no ano de 2006 mediante força popular. Tem o objetivo de formular medidas de recuperação e proteção aos dois rios, além de mediar, em primeira instância, os conflitos pelo uso da água na bacia. A atuação dos sujeitos nesse espaço participativo vem demonstrando a necessidade de acessar conhecimentos técnicos a fim de dar conta das demandas apresentadas pela sociedade ao colegiado.

Para resolver essa situação, a Secretaria do Meio Ambiente do estado da Bahia (SEMA), pela primeira vez, realizou em 2013 um curso, demandado há alguns anos pelos CBHs baianos, que teve como objetivo capacitar os membros dos comitês de bacias hidrográficas para contribuir no fortalecimento e ampliação do controle social no âmbito da política de gestão de águas (SEMA, 2013a). Essa foi uma conquista substancial para os sujeitos articulados nos comitês baianos, assim como, para toda a população, uma vez que atuar num espaço que tem poder consultivo e deliberativo sobre os rumos da água exige constante formação para o desenvolvimento das ações, entretanto, os fundamentos teóricos esbarram-se em difundir a participação social com o intuito de alcançar apenas a regulação.

Tais fundamentos teóricos estão em consonância com pedagogias não-críticas, a exemplo da *pedagogia do consenso*, a qual se apresenta com discursos palatáveis, pontuando a importância de se resolver os problemas ambientais por meio de parcerias entre exploradores e explorados. O fato de ser desenvolvida no âmbito do Estado não permite avançar numa crítica contundente à devastação ambiental, provocada pelo modo de organização capitalista, nem mesmo ao papel do Estado nessa relação. Nesse caso, a *pedagogia do consenso* serve como estratégia burguesa, que por meio da esfera estatal, domina os espaços de debate e arrefece os conflitos ambientais.

Entendemos a educação como mediação no seio da prática social (SAVIANI, 2012), por isso a compreensão do contexto real em que o sujeito está inserido é fundamental para o processo educativo. Defendemos a concepção socialista da educação como uma das estratégias da classe trabalhadora na transformação do mundo, embora seja insuficiente, a educação emancipadora é essencial para a construção de outra sociabilidade que se centre no ser humano e não na mercadoria. Para tanto, é preciso uma leitura histórico-social em sua totalidade, superando as formas de consciência e efetivando a consciência revolucionária.

No caso específico dos camponeses articulados em Comitês de Bacias Hidrográficas, a nosso ver, um processo educativo deve formar sujeitos críticos, capazes de lutar e ajudar a construir outro projeto de desenvolvimento no campo, implicando diretamente a concretização de alternativas contrárias ao capital, superando todas as formas de opressão, exploração e dominação do homem pelo homem e da natureza pelo homem. A formulação de uma proposta educativa nesse viés exige um método que permita superar “as aparências e compreender a construção histórica do conhecimento, que não é fruto puramente do pensar humano, mas, sim, das relações sociais de produção da existência” (SANTOS; PALUDO; OLIVEIRA, 2010, p. 18). Esse método é o Materialismo Histórico-Dialético.

Sobre o método de pesquisa

O processo de análise tomou como indicação teórico-metodológica a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, tecendo reflexões críticas à formação de trabalhadores do campo articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, sob a luz de uma rigorosa análise sobre a realidade. Partindo do concreto e indo ao abstrato, para o retorno ao concreto de forma mais aprofundada, procuramos perceber os elementos teóricos que fundamentaram o curso proposto pelo Estado aos comitês de bacias hidrográficas na Bahia.

O materialismo entende que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, pois não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2005). Portanto, tal método tem como perspectiva a descoberta da contradição contida nos fenômenos, seus antagonismos e o movimento que leva a resolução. Desse modo, buscar no Materialismo Histórico-Dialético os fundamentos para o trabalho de pesquisa é também um ato político vinculado a um projeto revolucionário. A pesquisa que adota esse método deve ir além do alcance da aparência imediata e atingir a estrutura e dinâmica do objeto, portanto, a elaboração do conhecimento implica necessariamente na apreensão do conteúdo. Nesse sentido, a teoria é essencial² para o desenvolvimento de uma pesquisa, haja vista que é a reprodução ideal do movimento real do objeto. Para isso, o pesquisador “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquerir a conexão que há entre elas” (MARX, *apud* NETTO, 2011, p. 25).

² Para o materialismo histórico-dialético o empirismo representa apenas a manifestação fenomênica da realidade.

O método dialético é uma forma de pensar e transformar a realidade produzindo conhecimentos científicos, considerando que tudo o que é produção humana é histórico, tem contradições e está em constante movimento. Existe a possibilidade de uma tese, a contestação dessa tese e sua superação para elaboração de uma nova síntese. O método dialético busca alcançar o conhecimento da realidade de forma crítica, com o objetivo de contribuir para a sua transformação. (SANTOS; PALUDO; OLIVEIRA, 2010, p. 18)

Para o Materialismo Histórico-Dialético, quando o conhecimento científico é apreendido, seu papel passa a ser político no processo de transformação social, pois é por meio dele que o pesquisador toma partido, contribuindo na luta proletária, e é justamente por esse motivo que tem estado presente na nossa trajetória acadêmica e profissional. Esse método é capaz de desvendar a realidade aparente, isto é, para além do fenômeno no sentido da elaboração do conhecimento que busca na crítica radical a compreensão da realidade como síntese de múltiplas determinações (VIANA, 2011), por isso deu bases para a apreensão do desenvolvimento capitalista e sua materialização no campo a partir da compreensão da propriedade privada da água e da terra e explicando o Estado como um ente contraditório na sociedade do capital.

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 2004, p. 77)

As categorias da historicidade, da contraditoriedade e da totalidade, próprias do Materialismo Histórico-Dialético, contribuíram para revelar os problemas ambientais decorrentes do modelo produtivo da região dos rios Verde e Jacaré pautado na mercadoria, bem como as intenções por trás dos discursos hegemônicos em educação ambiental. As análises partiram do processo de vida real dos homens (MARX; ENGELS, 2005), reconhecendo que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1961). Esse entendimento permitiu compreender a questão ambiental na atualidade, já que a transformação na relação homem-natureza não depende apenas da boa vontade de alguns, mas da superação do capitalismo, o qual tem na natureza sua fonte de produção de riquezas.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em

sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

O princípio da contradição, presente nessa lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Nesse caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade, partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto, assim como se apresenta à primeira vista) e passando pelas abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria) para chegar ao concreto (compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, concreto pensado). Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. (TOZONI-REIS, 2008, p. 14)

A contradição indica que existem conflitos permanentes entre as classes que compõem a sociedade. O real é em si contraditório, e o seu movimento é dado pelos seus antagonismos, portanto a ciência, para aqueles que se afirmam comprometidos com a luta para a superação do capital, deve buscar expor esse movimento e assim como Marx buscar “descobrir a contradição contida nos fenômenos, seus elementos antagônicos e o movimento que leva à sua solução, à negação da negação” (ANDERY; SÉRIO, 2002, p. 411).

Essas relações contraditórias que imprimem movimento aos fenômenos, não existem por si só, ou seja, não são isoladas. São contidas em outras relações mais gerais, as quais são determinantes na constituição dos fenômenos.

Os elementos particulares constitutivos de uma relação só podem se tornar compreensíveis se analisados dentro de uma totalidade. A compreensão dessa totalidade, por outro lado, não pode prescindir da análise de suas partes e da análise de como se relacionam nesse todo. Quaisquer desses dois aspectos implicariam, se desprezados, uma necessária apreensão inadequada do real.

Obviamente, o desvendar de um fenômeno inserido numa totalidade é tarefa que não se cumpre simplesmente. Implica um longo trabalho de investigação que passa pela análise do fenômeno e de suas determinações para; a partir dessa análise, se recompor o fenômeno, agora, já descobertas essas determinações. Nesse processo, o sujeito do conhecimento parte do concreto e, com sua análise, reconstrói o fenômeno no pensamento, descobrindo suas determinações e, portanto, reconstruindo-o como fenômeno abstrato; torna-se, então, necessário reinseri-lo em sua realidade e em sua totalidade, reproduzindo-o como concreto, um concreto que, agora, é um produto do trabalho do conhecimento humano e, portanto, um concreto pensado. (Idem, ibidem, 2002, p. 418-419)

Historicamente as lutas do CBHVJ deram-se por meio de ações contrárias aos usos exacerbados e indevidos da água. Assim, analisar a materialização do capital na região dos rios Verde e Jacaré exigiu compreender o movimento histórico do capital na sua totalidade e

aprender a sua contradição, para não perder de vista a importância da associação entre as lutas locais contrárias a esse modelo produtivo no campo e as lutas que vêm sendo travadas universalmente contra a exploração da natureza, condição necessária ao desenvolvimento do capital.

É nesse sentido que o estudo acerca do “Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas” não aconteceu deslocado das relações sociais que envolvem tal formação. Nesta pesquisa, foi olhando para totalidade que chegamos ao entendimento que existem limites no processo educativo proposto pelo Estado. Para isso, o ser humano precisou ser compreendido através do processo de sua constituição, ou seja, por meio da sua interação com a natureza e da produção de instrumentos que permitem a transformação e criação dos seus meios de sobrevivência, ou seja, foi preciso compreendê-lo ontologicamente.

Todo o homem é necessariamente uma totalidade. Mas o problema ontológico consiste precisamente no fato de que essa autonomia mesma se torna portadora do caráter de parte em sentido social: o homem, na medida em que é homem e não simplesmente um ser vivo puramente biológico, fato que jamais acontece na realidade, não pode ser separado – em última análise – de sua totalidade social concreta, do mesmo modo como, ainda que a partir de outras bases ontológicas e portanto de modo diverso, o órgão não pode ser destacado da totalidade biológica. (LUKÁCS, 1979, p. 85)

O Materialismo Histórico-Dialético, nas pesquisas em educação, serve como instrumento de análise e ação. De acordo com Saviani (2012), a superação da etapa do senso comum pela reflexão teórica avança para a etapa da consciência filosófica, processo o qual permite a compreensão da realidade concreta da educação. Nesta investigação em torno da educação ambiental em Comitês de Bacias Hidrográficas, o método permitiu debruçarmo-nos pelos distintos elementos que a compõe, buscando compreendê-la da maneira mais refletida possível, fundamentando as análises acerca das formulações teóricas que nortearam o curso para membros do CBHVJ difundido pelo Estado.

Defendemos que esse método é necessário aos pesquisadores que queiram sugerir processos educativos para além da lógica alienante do capital, como no nosso caso. Baseamos em alguns motivos apresentados por Frederico Loureiro para sustentar esse posicionamento:

- Porque o materialismo histórico-dialético se mostra vigoroso na compreensão das relações sociais de homens e mulheres com a natureza e das mediações que caracterizam as ações dos indivíduos sociais no mundo (ALTVATER, 2006). O que contribui sobremaneira para o entendimento de que as relações com a natureza, enquanto identidade e pertencimento à totalidade complexa da vida, e as relações de apropriação da natureza, enquanto utilização econômica, são históricas e relativas às relações sociais e

modos de produção (formações sociais) e não condições atemporais ou estritamente pessoais (LOUREIRO, 2011; MÉSZÁROS, 2006).

- Em função da capacidade que esse método tem de explicar processos que definem as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, produção material e organização cultural na história, ou seja, como agentes sociais concretos, sob condições determinadas, criam suas formas de existência social.

- Porque o método dialético permite uma leitura não-fatorialista e não-dicotomizada de temas atuais de enorme relevância (classe, gênero, direitos humanos, conflitos étnico-raciais etc.), sabendo relacionar constitutivamente igualdade e diversidade nas lutas sociais (KONDER, 1992, 1997; KOSIK, 1976; HAUG, 2006; VÁZQUEZ, 2011).

- Porque, naquilo que se refere diretamente à questão ambiental, a natureza em Marx é realisticamente prioritária sobre a sociedade, uma unidade auto-organizada de diferentes níveis em uma totalidade complexa. Por sua visão filosoficamente tida como materialista, há o pressuposto de que somos natureza, de que esta antecede à existência humana e existe para além desta. Portanto, em Marx, dada a centralidade do aspecto ontológico, é invariável, na história, o fato de que a reprodução e produção da sociedade dependem da natureza (FOSTER, 2005). (LOUREIRO, 2014, p 55-56)

Por isso, a construção de uma educação a favor da emancipação da classe trabalhadora exige “rever e reforçar a atualidade do materialismo histórico dialético como ciência, como uma forma de pensar/internalizar o mundo objetivo comprometido com a sua transformação radical” (D’AGOSTINI, 2009, p. 150).

De acordo com Minayo (1993), a pesquisa constitui-se em uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Assim, a metodologia foi um caminho para a construção do conhecimento e as categorias metodológicas, que se referem ao próprio método histórico-dialético, deram suporte à relação pesquisador-objeto de pesquisa durante todo o desenrolar do trabalho, iluminando todos os procedimentos. Já as categorias de conteúdo, aquelas que expressam o universal aplicado ao particular, ou seja, recortes particulares que são definidos a partir do objeto e da finalidade da investigação (KUENZER, 1998, *apud* VIANA, 2011) foram assim definidas: a) materialização do capital nas bacias dos rios Verde e Jacaré; b) concepção de gestão participativa de águas via Comitês de Bacias Hidrográficas; c) formação dos camponeses no CBHVJ.

Os instrumentos e técnicas utilizadas permitiram a apreensão do conteúdo e a análise crítica do mesmo. A pesquisa bibliográfica e documental tomou como fontes o referencial teórico, a legislação de águas no Brasil e na Bahia, os documentos oficiais do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e o material pedagógico do curso para membros de comitês na Bahia. A atenção foi dada ao que os textos trazem nas entrelinhas, com leituras

minuciosas dos documentos e bibliografias, visto que são nos aspectos implícitos dos textos que residem as grandes divergências de interpretações e compreensões no campo das ciências humanas e da filosofia em relação aos conteúdos expostos pelos autores. Essa etapa foi comprometida por conta da carência de dados acerca da região em enfoque. Os estudos encontrados, na maioria das vezes, eram de órgãos públicos com dados técnicos e pontuais, que não ajudaram-nos a desenvolver um pensamento crítico sobre a questão. A ausência de pesquisas reflete a realidade do país: i) a inexistência, até poucos anos atrás, de Universidades no interior, o qual recebia apenas propostas educativas assistencialistas; ii) a falta de incentivo a pesquisas com aprofundamento teórico nos centros de ensino superior com olhar para o campo. No caso dos camponeses essa situação é ainda pior, pois as famílias possuem maiores dificuldades em enviar seus filhos para longe e, quando isso é possível o faz via programas sociais que, na maioria das vezes, adotam conteúdos que não dão conta de auxiliar o camponês a compreender sua situação de exploração. Daí a necessidade de utilizar outros meios de coleta de dados, os quais serão expostos mais adiante.

A revisão de literaturas permitiu aprofundar o conhecimento das formas de apropriação privada da água e sua relação com a concentração de terras que levam à constante reestruturação capitalista frente aos conflitos e forçam o aparelho estatal a criar mecanismos de conciliação entre proprietários e trabalhadores. Assim, buscamos examinar obras de teóricos que ajudam a pensar num viés crítico, dando subsídios para indicar uma educação que supere as imposições capitalistas. Para Stédile, baseado em Karl Marx, o capital não tem pátria, por isso explora onde dá maior lucro, “no campo da pesquisa nós temos um problema que é de entender quem é essa classe dominante, como se comporta, como age. Isso é fundamental se queremos derrotá-la” (STÉDILE, 2007, p. 29).

Para compreender a apropriação privada da água e da terra, bem como os conflitos ambientais fizemos leituras das obras de Friederich Engels (2010); Henri Acselrad (2004); Karl Marx e Friederich Engels (2005; 2008). O debate da concentração de terras e da propriedade privada da água no Brasil e nas bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré foi iluminado por leituras como: Carlos Walter Porto Gonçalves (2006; 2007); Eraldo Ramos Filho (2010); Guiomar Inez Germani (2003; 2006); José de Souza Martins (1980; 1985); João Pedro Stédile (2005; 2007); Mitsue Morissawa (2001). No âmbito local as leituras que deram bases foram: André Maciel (s/d); Cláudio Félix dos Santos, Jorge Ney Filho e Gutierrez Barbosa (2008); Fiscalização Preventiva Integrada (2014); Tássio Barreto Cunha (2009; 2014); Tábata Figueiredo Dourado e Carlos Ney Oliveira (2014).

O exame da gestão de águas e participação social, bem como suas contradições está pautado basicamente no aprofundamento das leis e das atas das reuniões do CBHVJ. Os documentos legais foram analisados minuciosamente: Código de Águas de 1934; tópicos da Constituição Federal de 1988 que tratam do acesso à água; Lei 9433/1997; Lei 6.855/1995; Lei 9.843/2005; Lei 10.432/2006 e Lei 11.612/2009. O estudo dos documentos oficiais do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré permitiram conhecer a história do comitê, bem como o levantamento dos conflitos mediados por ele. Essa investigação deu-se a partir dos conteúdos do regimento interno e das atas das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, que podem ser vistos em: CBHVJ (2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008a; 2008b; 2010a; 2010b; 2010c; 2011a; 2011b; 2011c; 2012; 2013a; 2013b; 2014a; 2014b).

É importante salientar que apenas algumas dessas atas estão disponíveis no site do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), pois devido a um problema ocorrido no mesmo, no ano de 2011, muitos documentos publicados se perderam. Assim sendo, foi necessário recorrer ao CBHVJ, bem como à SEMA e ao INEMA. Solicitamos oficialmente, via carta de apresentação, os documentos legais do CBHVJ, bem como o material do curso realizado. A SEMA e o INEMA não deram respostas. Apenas o CBHVJ atendeu ao pedido, facilitando o acesso de tais instrumentos para a pesquisa.

Reflexo dos limites impostos à organização nos comitês, a maior parte das atas encontram-se sem assinatura, sendo consideradas inválidas pelo órgão executor da política de águas na Bahia. Por considerarmos que são as únicas memórias registradas dessas assembleias, decidimos utilizá-las como fonte de dados. Foram lidas todas as atas encontradas desde a criação do CBHVJ até então, interpretamo-las em confronto com análises críticas acerca da participação social, no intuito de detalhar o processo histórico do comitê, e comprovar que algumas decisões tomadas pelo Estado no âmbito da gestão das águas na Bahia têm implicado na desmobilização e descrença dos seus membros.

As obras de alguns autores foram essenciais para traçar um debate dos conselhos de águas enquanto espaços públicos de disputa social, bem como tecer críticas às diretrizes da participação social via comitês de bacias hidrográficas. Dentre elas estão: Antônio Gramsci (2000); José Paulo Netto (2003); Elizário Andrade e José Agnaldo de Almeida (2012); Frederico Loureiro (2010); Júlio César de Sá da Rocha (2012) e; André Maciel e Carlos Ney de Oliveira (2014).

A perspectiva da formação para membros do CBHVJ, pela escolha do método, o qual exige a análise a partir da luta de classes, exigiu a análise do projeto da formação ofertada pelo Estado aos membros de CBHs na Bahia, buscando detalhar os objetivos, princípios e

métodos. Estudamos ainda o material pedagógico utilizado no curso: SEMA (2013a; 2013b; 2013c) e ANA (2011a; 2011b); bem como as políticas nacional e estadual da Educação Ambiental, respectivamente, Lei 9.795/1999 e Lei 12.056/2011. Tanto o projeto do curso quanto o material didático foi acessado através dos membros do CBHVJ. As críticas tecidas se deram à luz de autores que defendem a práxis como elemento fundamental na educação para a emancipação humana, por exemplo: Adolfo Vázquez (2011); Dermeval Saviani (1987; 2008; 2012); Frederico Loureiro (2012a; 2012b); Gaudêncio Frigotto (2012); Lúcia Neves (2005); Marília Tozoni-Reis (2008).

Fizemos uso também da observação e das entrevistas. As observações foram realizadas no curso para membros do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ) realizado no mês de abril de 2014 na cidade de Senhor do Bonfim-BA. Elas possibilitaram conhecer a metodologia adotada e as orientações dadas à atuação dos sujeitos nesses colegiados. Nesse momento nossa presença foi passiva, evitando pontuações durante as aulas. Observamos e anotamos as falas dos professores, bem como dos participantes. As reflexões entre coordenação, professores e membros de CBHs não foram transcritas para o trabalho, porque naquele momento não tínhamos autorização de todos os envolvidos para utilizá-las. Ademais, o curso envolvia membros de dois outros comitês. Portanto, decidimos apenas refletir sobre alguns momentos vivenciados no curso, sempre com o cuidado de não comprometer os membros.

Observamos também uma reunião plenária depois do curso, realizada no mês de junho de 2014, a partir da qual foi possível também perceber os problemas internos no CBHVJ. É importante destacar que no planejamento inicial desta pesquisa apontávamos que iríamos participar de, pelo menos, duas reuniões plenárias do comitê. Entretanto, não foi possível participar da reunião realizada pelo CBHVJ no mês de outubro de 2014. Reorganizamos o planejamento para acompanhar a reunião que aconteceria em dezembro do mesmo ano, mas esta foi cancelada, já que, para atender ao contingenciamento financeiro determinado pelo governador do estado da Bahia, o secretário de meio ambiente, dentre outras ações, suspendeu todas as reuniões de colegiados ambientais.

As entrevistas consistiram-se num contato direto com os membros do referido comitê. A princípio planejamos enquetes no intuito de colher informações de forma coletiva, o que não foi possível diante da dinâmica de trabalho dos membros. Decidimos então fazer apenas as entrevistas individuais com trabalhadores do campo e outros membros. Essa foi uma etapa bastante conturbada, por conta das distâncias das localidades dos membros e também da dispersão oriunda do tratamento estatal para com as ações no comitê na atualidade. Num

universo de vinte e seis membros (titulares e suplentes) só foi possível fazer entrevista com 5 (cinco) deles e 1 (um) ex-membro. As questões colocadas no momento da entrevista constituíram-se num importante elemento para: a) se conhecer a história da região, já que são poucos os dados sobre a sua ocupação; b) para entender a criação do CBHVJ e; c) saber a opinião dos membros sobre a educação no CBHVJ. Os dados garantiram consistência à pesquisa, assim, mesmo que o número de entrevistados tenha sido abaixo do que foi planejado, consideramos que elas foram suficientes para esclarecer como se deu a concretização do capital na região e como o Estado contribuiu para sua materialização.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos: o **primeiro**, intitulado *A apropriação da terra e da água pelo capital: reflexos na região das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré* discute a articulação entre os conflitos pela água e a concentração da terra no âmbito da região dos rios Verde e Jacaré, frutos da contradição capital-trabalho, a qual surgiu com base nas formas de organizações sociais pautadas na propriedade privada, na exploração da natureza e do trabalho humano; no **segundo**, *O Estado, a gestão pública de águas na Bahia e o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré* foi levantado o debate sobre a condução da gestão pública das águas na região das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, com o objetivo de compreender como tem se dado a mediação dos conflitos, no viés da participação social por meio de colegiados ambientais; o **terceiro** e último, sob o título *A formação dos camponeses no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré via políticas de governo: apontamentos críticos* debruça-se acerca da formação oferecida pelo Estado ao Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, elencando os limites da proposta para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais, apontando os desafios para uma formação crítica dos camponeses articulados no CBHVJ no sentido de direcionar os trabalhadores do campo ao enfrentamento dos problemas do acesso a água.

Destacamos que optamos na escrita deste texto pelo termo *água* e não *recursos hídricos* por entendermos que o segundo se vincula meramente ao sentido econômico, enquanto o primeiro traz uma definição mais ampla, pois conota necessidade para a sobrevivência do ser humano (ROCHA, 2012). Para alguns grupos sociais a água traz ainda a dimensão da relação cultural. Contudo, o termo recursos hídricos aparece frequentemente nas falas de alguns autores, na base legal e na fala dos entrevistados. Com a mesma preocupação, adotamos o termo *ambiente* e não *meio ambiente*, haja vista que aquele indica o âmbito em que vivemos e está contido o sentido da palavra meio, soando redundância na expressão meio ambiente (Idem, ibidem).

CAPÍTULO I
A APROPRIAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA PELO CAPITAL³: reflexos na região das
bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré

“Dia da água – 22 de março

De água somos. Da água brotou a vida.
 Os rios são o sangue que nutre a terra, e são feitas de água as
 células que nos pensam, as lágrimas que nos choram e a
 memória que nos recorda.
 A memória nos conta que os desertos de hoje foram os bosques
 de ontem, e que o mundo seco foi mundo molhado, naqueles
 remotos tempos em que a água e a terra eram de ninguém e
 eram de todos.
 Quem ficou com a água? O macaco que tinha o garrote.
 O macaco desarmado morreu de uma garrotada.
 Se não me engano, assim começava o filme
2001, Uma odisseia no espaço.
 Algum tempo depois, no ano de 2009, uma nave espacial
 descobriu que existe água na Lua.
 A notícia apressou os planos de conquista. Pobre Lua.”

Os filhos dos Dias (Eduardo Galeano, 2012)

Este capítulo tem por objetivo discutir como os conflitos pela água estão intimamente articulados à concentração da terra no âmbito da região dos rios Verde e Jacaré, fruto da contradição capital-trabalho ancorada nas formas de organizações sociais baseadas na propriedade privada, na exploração da natureza e do trabalho humano.

A contradição capital-trabalho é evidente no território do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (CBHJVJ), demarcado pelo processo de ocupação mediante a exploração do ouro no início do século XX, e quando deu-se a decadência as pessoas permaneceram na região por conta da qualidade do solo para plantio e da abundância em água que facilitava a vida, dando espaço para outras formas de trabalho, a exemplo das atividades agrícolas que até hoje é o principal modo de ocupação do campo.

O poema de Eduardo Galeano (2012) “Dia da Água – 22 de março” aponta a água como um elemento finito e essencial à vida humana, no entanto, ela tem sido apropriada pelos detentores dos instrumentos de produção social, qual seja a classe dominante. O controle

³ Os autores que têm estudado a questão da apropriação da terra e/ou da água têm utilizado termos como: hidroterritórios, os quais são entendidos como territórios que possuem particularidades da gestão da água (TORRES, 2007); hidronegócio, caracterizado por todos os tipos de negócios que surgem da privatização da água (MALVEZZI, 2012; STÉDILE, 2007); agrohidronegócio, termo pontuado como a monopolização da terra e da água no sentido mercadológico (DOURADO, s/d; CUNHA, 2014; THOMAZ JR., 2008).

privado desse bem tem causado sérios impactos naturais e sociais, visto que o acesso a água tem sido restrito àqueles que detém o poder de compra, prejudicando a reprodução social camponesa e aprofundando as injustiças sociais. O surgimento do capitalismo⁴ permitiu a intensificação da exploração da força de trabalho humana e acúmulo da riqueza oferecida pelo ambiente. Assim, o fato de estarem diretamente comprometidas com as práticas sociais instituídas pela humanidade, as questões ambientais sofreram sérias medidas de subordinação ao projeto capitalista de organização da vida.

Este capítulo encontra-se dividido em três partes: i) *A apropriação privada e a mercadorização da terra e das águas: aproximações históricas* no qual está exposta a concretização da propriedade privada e seus desdobramentos frente ao acesso a terra e a água e suas riquezas; ii) *A concentração do acesso à terra e da água no Brasil* em que demonstra como os projetos de ocupação das terras impulsionaram práticas insustentáveis de acesso a água no país, garantindo o crescimento das empresas exportadoras de produtos agrícolas e; iii) *Bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré: breve história da ocupação e dos conflitos* no qual são demonstrados como os momentos históricos de exploração dos solos, via mineração, agricultura de sequeiro e agricultura irrigada geraram conflitos entre os diferentes usuários da água na referida bacia hidrográfica.

1.1 A APROPRIAÇÃO PRIVADA E A MERCADORIZAÇÃO DA TERRA E DAS ÁGUAS: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS

Porto-Gonçalves (2007, p. 195) chama atenção para a distribuição geográfica da humanidade no planeta, afirmando “que é em torno dos rios, dos lagos, dos oásis ou junto ao litoral, sobretudo próximo às desembocaduras de rios, que se encontram as maiores densidades demográficas”. Prova disso são as grandes civilizações erguidas ao longo da história da humanidade desenvolvidas em regiões abundantes em água: o Egito que se desenvolveu nas margens do rio Nilo; o império Maia foi construído nas margens do rio Usumacinta e; a Mesopotâmia estabelecida entre os rios Tigre e Eufrates. No Brasil, a população nativa se fixava próximo a reservas hídricas para facilitar suas atividades cotidianas de manutenção da vida, ou seja, caça, pesca e artesanato. Já os invasores europeus

⁴ Modo de produção que foca o lucro, explorando o trabalho humano e a natureza, abrangendo uma expansão de mercado e crescimento das sociedades de forma muito rápida. Nessa nova configuração social àqueles que tinham em suas mãos os meios de produção, ao invés de desenvolver um trabalho coletivo, foram dominando a outra parte da sociedade que só tinha uma fonte de sobrevivência: a força do seu trabalho.

se estabeleceram inicialmente no litoral da Bahia e do Rio de Janeiro, mas logo conduziram o seu projeto de dominação territorial acompanhando o curso de rios, a exemplo do São Francisco que fora canal de integração de penetração no interior e circulação de mercadorias (escravos, gado, produtos agrícolas, minérios, etc.).

Nas primeiras formas de organização social, a característica comum era o nomadismo e os costumes baseavam-se na retirada de alimentos que eram divididos de forma igual para todos do grupo. Só quando algumas famílias se fixaram em territórios, passando a dominar a natureza a seu favor⁵, que as relações no interior da sociedade foram alteradas bruscamente. Esse fator permitiu aumento na produção e, conseqüentemente, geração de excedentes advindos da agricultura e da caça de animais de grande porte, possibilitando a divisão do trabalho. Com essa demarcação emergiu a necessidade de invasão de outros territórios, na conquista não só por terras e os bens agregados a ela, mas também de mão de obra escrava.

Tanto o desenvolvimento geral das forças produtivas sociais quanto às distintas formas de arranjos familiares, correspondentes aos grandes períodos da pré-civilização, caminharam num sentido de aumento da desigualdade na distribuição dos excedentes (ENGELS, 2010), representando um marco importante no processo de consolidação da propriedade privada. Para compreender tal processo numa perspectiva dialética, é importante o entendimento da concentração fundiária articulada à propriedade privada, a partir de leituras críticas que expliquem o desenvolvimento do capital como modo de organização social. Como exemplo, trazemos a reflexão da obra *A ideologia alemã* (2005) de Marx e Engels, na qual os autores apresentam a propriedade privada em três fases:

Na primeira, denominada pelos autores de *propriedade tribal*, formada pelos chefes das tribos, membros e escravos, as pessoas “se alimentam da caça, pesca, criação de gado, ou no máximo, da agricultura” (MARX; ENGELS, 2005, p. 46). Não há desenvolvimento significativo da produção, que é de subsistência, por isso a maior parte das terras não é cultivada. A segunda forma ou *propriedade comunal e estatal da Antiguidade* é formada por várias famílias⁶ – numa única cidade – agrupadas por contrato ou por conquistas de território, através das guerras. A produção já se encontra num estágio mais avançado de desenvolvimento, gerando oposição entre campo e cidade, entre comércio marítimo e indústria, etc. A propriedade privada se apresenta acumulada nas mãos de poucos, mas não são os trabalhadores os proprietários das terras em que produzem, apesar destes serem “os que

⁵ Essa ação de transformar a natureza por meio da criação de instrumentos necessários à produção da existência foi chamada de *trabalho* (SANTOS; PALUDO; OLIVEIRA, 2010, p. 19 – grifos nossos).

⁶ É importante destacar que essas famílias são compostas por pessoas livres e escravizadas.

ocupam, na produção social da vida, o lugar da transformação direta da natureza” (SANTOS; PALUDO; OLIVEIRA, 2010, p. 20). Já a terceira forma, chamada de *propriedade feudal*, apresentava-se com um amplo desenvolvimento no campo, contando com um território vasto. Os “pequenos camponeses servos da gleba⁷, que constituem a classe diretamente produtora” (MARX; ENGELS, 2005, p. 49) nessa fase. Diferentemente da fase comunal, é a cidade que nasce em oposição ao campo, lugar este que agrega toda a riqueza da época.

As relações sociais definem o tipo de propriedade privada, mas à medida que a concentração avança, elas tornam-se mais complexas, movimento que faz parte do processo de criação e apropriação dos instrumentos de produção, bem como da divisão do trabalho em manual e intelectual. Nesse sentido, a força produtiva, o estado social e a consciência podem entrar em contradição entre si, pois, “com a divisão do trabalho é dada a possibilidade, mais ainda, a realidade de que a atividade espiritual e a material acabam sendo destinadas a indivíduos diferentes” (MARX; ENGELS, 2005, p.58). Esse fato implica diretamente no modo de vida das pessoas e aqueles que desenvolvem atividades manuais tendem a ser desprovidos de alguns elementos essenciais à sobrevivência, enquanto os que desenvolvem atividades intelectuais, por estarem num patamar social superior, acabam tendo condições de acesso aos bens materiais mais facilitadas.

Desse modo, ao monopolizar de forma privada um bem, aquilo que se encontra aglutinado a ele passa a ser privatizado também. Exemplo disso é a concentração fundiária, a qual é basilar para a garantia da exploração da água, meio fundamental para a produção no campo. Entretanto, na atualidade, esse nexos tem agregado interesses e disputas, já que o fato de ser essencial à vida humana, o acesso a água (no capitalismo) tem se tornado cada vez mais privado àqueles que podem pagar por ela.

Ao adentrar no debate do acesso à água é preciso salientar que sob os moldes do capital, algumas estratégias são criadas pelos detentores do poder social e econômico a fim de privatizar parte dela, gerando insuficiência para o restante da população. Todo o processo real de exploração, que institui condições para que boa parte da água tenha sua qualidade alterada, as quais adotam formas de uso que impedem o acesso direto da população, tornando-a um bem raro, soma-se ao discurso de escassez, também criado e difundido propositadamente pelo capital, a fim de tornar a privatização como a única saída para a gestão da água. Sobre isso Porto-Gonçalves afirma:

⁷ “Estes, diferente dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. A maior parte dela (da produção) ficava com o senhor feudal, proprietário da terra e também líder militar, a quem cabia a responsabilidade da defesa do feudo” (LESSA; TONET, 2011, p. 61).

O *discurso da escassez* está longe de ser neutro ou ingênuo sendo, sim, um discurso interessado. É que a tradição da economia liberal, ao contrário do que pretendia seu maior prócer, Adam Smith, não tem nada a dizer sobre a riqueza, na medida que seu conceito chave é o de escassez que, rigorosamente, é o contrário de riqueza. Afinal, riqueza é o que é abundante e não o que é escasso. Nos marcos do pensamento liberal, hoje hegemônico, a água vem sendo pensada como um bem econômico mercantil a partir do conceito de escassez. Na medida que algo é pensado (e instituído) como escasso, acredita-se, pode ser objeto de compra e venda, pode ser objeto de mercantilização, posto que ninguém compraria algo que é comum a todos por sua abundância, por exemplo, enfim como algo que está disponível enquanto riqueza para todos. Assim, o *discurso da escassez*, prepara a privatização da água. Mais do que isso, a produz, pois como a própria palavra indica privatizar é privar quem não é proprietário privado do acesso a um bem. (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 200 – grifos do autor)

Essa intencionalidade por trás do discurso é um pressuposto inerente à ordem do capital, o qual necessita convencer a todos de que as mercadorias são essenciais. A água enquanto meio de sobrevivência humana tem um valor de uso. Mas quando é considerada mercadoria, fonte de lucro, ou seja, recurso, ela passa a apresentar um valor de troca. Por se tratar de uma relação dentro dos padrões capitalistas, a lógica construída é fundamentalmente destrutiva, em que o valor de uso do trabalho e dos elementos naturais é inteiramente submisso ao seu valor de troca. A partir desse entendimento, é possível afirmar que, assim como outros elementos, a água tem sido considerada um elemento a serviço do capital, na forma de mercadoria. De acordo com Marx (2004, p. 57):

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

As necessidades humanas, no capital, são utilizadas como justificativa para tudo ser considerado mercadoria, sem ponderar se os elementos são vitais ou não. A água que outrora era algo venerável, permeada de cuidados e tratos para garantir sua preservação, atualmente tem despertado o interesse do capital, já que quanto mais difícil satisfizer uma necessidade, mais valioso é conceituado um bem. Isso só acontece num

(...) período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor. (Idem, *ibidem*, p. 83)

Então a exploração da terra alia-se à exploração do trabalho humano e da água para implantar um projeto que garanta a produção em larga escala. Nesses moldes, a exploração da água tem sido considerada um negócio, que junto ao agronegócio, cria uma nova concepção de exploração do campo brasileiro: o agrohídronegócio. Este vem sendo construído pelos atores hegemônicos do capital, no intuito de controlar as fontes de água, sejam superficiais, subterrâneas ou pluviométricas, haja vista que “a produção, uma das essências da conquista da terra, só é possível com a utilização de recursos hídricos regulares” (CUNHA, 2014, p. 77).

Como o próprio termo anuncia, o agrohídronegócio é a mercadorização da terra e da água, com caráter autodestrutivo, já que degradação ambiental e precarização das relações de trabalho criam consequências negativas para o próprio ser humano.

Partimos do pressuposto de que um dos pilares para entender a função que a água desempenha ao capital é a compreensão dos conflitos de interesse (luta de classes), relacionados à lógica mercadológica transferida para tal bem e a submissão dos seus valores de uso aos valores de troca. Consideramos que os conflitos de interesse, estão vinculados diretamente às relações de poder, assim, a água é considerada um recurso intrínseco à disputa territorial de classe na esfera do *agrohidronegócio*. Pois, os seus valores nesse reduto, são protagonistas para realização da circulação do capital. (Idem, ibidem, p. 86)

Esse novo conceito de exploração no campo comprova que a propriedade privada associa elementos que exigem a exploração do ambiente e do trabalho humano. Em se tratando do acesso a água, o capital no campo tem tornado esse negócio tão amplo quanto os seus múltiplos usos. Suas expressões vão desde a sua forma engarrafada até os serviços de saneamento, os sistemas de irrigação, construção de canais artificiais que garantem o uso para agricultura, pecuária e na indústria.

No intento de desenvolver o agronegócio, as empresas internacionais se territorializam e controlam não só a produção agrícola, mas determinam a produção científica, controlam a mídia para facilitar o direcionamento do seu discurso e ainda contam com o apoio de organismos como o Banco Mundial (BM) para garantir a expansão no campo. Todas essas ações trazem como consequência a necessidade do domínio das águas por parte dessas instituições. Tais estratégias podem ser percebidas nos inúmeros financiamentos à construção de planos de bacias hidrográficas com a finalidade de mapear as reservas hídricas, levantando dados de onde são os melhores territórios para implantação de projetos lucrativos. Esses financiamentos chegam sob o pretexto de que o Banco Mundial tem interesse em incentivar a democracia na gestão das águas.

Conforme João Pedro Stédile (2007, p. 25) “a terra era um bem da natureza, ainda que monopolizada pela nobreza, mas não era propriedade privada. O capitalismo na sua fase

industrial introduz a propriedade privada da terra, transforma a terra em mercadoria” e para se expandir o capital insere a privatização da água nesse projeto de controle:

A água que é um bem da natureza e imprescindível para todos os seres vivos do nosso planeta, agora está a mercê da propriedade privada. A Coca-Cola tem uma taxa de lucro no Brasil maior na venda de água do que no refrigerante coca-cola. A Nestlé tem uma taxa de lucro maior vendendo água do que vendendo leite, iogurte. Todas essas grandes empresas estão se direcionando para privatizar e controlar de forma a oligopolizar o abastecimento de água potável, porque eles sabem que é um bem finito, de difícil renovação, então a tendência dos preços será crescer sempre. (Idem, *ibidem*, p. 26)

O apoio dos organismos internacionais é basilar para o crescimento dessas empresas. No 3º Fórum Mundial da Água, realizado em Kioto/Japão em março de 2003, o diretor administrativo do Banco Mundial o Sr. Peter Woicke afirma:

Alguém tem que pagar pela água. E acho que encontramos algumas opções práticas. Não falamos de tudo, como alguns notaram a fim de conseguirmos investimentos necessários para os pobres. E estou cem por cento de acordo que temos de achar formas de fornecer água aos pobres a um preço acessível. (WOICKE, *In: ENCONTRO...*, 2006, 29’21’)

É nítido o trato da água enquanto recurso e com possibilidades de negociação rentáveis. Por isso para entender a função da água no sistema capitalista, é preciso inseri-la no debate da luta de classes. Nesse mesmo evento Maude Barlow – representante do Conselho de Canadenses afirma:

Aqui vocês ouvirão duas versões sobre o futuro da água. De um lado aqueles que a vêem como um bem econômico para ser negociado no mercado pelo maior preço. De outro ouvirão a voz de um crescente movimento cuja visão para a água é de bem comum global que deve ser conservado por todos os governos do mundo. (BARLOW, *In: ENCONTRO...*, 2006, 27’55’)

Em apoio ao projeto que tem a água como bem comum, as organizações populares ecoaram o grito: “Água para o povo não para o lucro!” (*ENCONTRO...*, 2006, 29’58’), rasgando o acordo, num ato de contrariedade à opção da Organização das Nações Unidas (ONU) pela privatização da água.

O Fórum Mundial da Água representa a consolidação da concepção de gestão de águas emergida nesses espaços, ditos democráticos e participativos, a partir da década de 1990, os quais tendem a priorizar a lógica das grandes corporações transnacionais: 1) A água reconhecida como um bem econômico; 2) Princípios do poluidor-pagador e do usuário-

pagador; 3) Inserção do capital privado na gestão da água; 4) Tornar a água como um investimento atrativo para o capital privado (CUNHA, 2014).

Com todas essas forças estimulando o crescimento do capital é certo que sua acumulação encontra-se em constante evolução, sob o impulso das necessidades especulativas que exigem a privatização da terra e da água, deixando de lado cada vez mais as necessidades vitais do ser humano. Entretanto, as respostas do ambiente tem sido catastróficas, implicando diretamente nas novas formas de intervenção da natureza, que exigem maior exploração. De acordo com o estudioso David Harvey:

A geografia da acumulação do capital e da destruição criativa da terra não pode ser introduzida com qualquer tipo de olhar, nem é possível sem uma análise cuidadosa da dinâmica do aperfeiçoamento do controle sobre a co-evolução em diferentes lugares. E sem isso não podemos avaliar o grau em que a relação com a natureza constitui um limite para a acumulação do capital, que não pode ser superado ou contornado, independentemente das soluções tecnológicas, sociais e culturais que se possam apresentar. (...) Os capitalistas e seus agentes se envolveram na produção de uma segunda natureza, a produção ativa de sua geografia, da mesma maneira como produzem todo o resto: como um empreendimento especulativo, muitas vezes com a conivência e a cumplicidade, se não ativa colaboração, do aparelho do Estado. (HARVEY, 2011, p. 153-154)

A necessidade constante de enriquecimento leva os capitalistas a buscarem aliados que facilitem a exploração da natureza. No Brasil, a contribuição do Estado tem sido crucial para a criação de mercadorias pelo capital que enquanto garante o crescimento, acelera o esgotamento dos bens naturais e nega formas de vida diferenciadas, que usam elemento da natureza, mas cooperam, mesmo que minimamente, para o equilíbrio ecológico.

1.2 A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA NO BRASIL

O processo de acumulação de riquezas no Brasil expropriou as terras camponesas e tem feito com que o acesso a água deixe de ser um direito essencial à vida para ser visto como *recurso hídrico* e bem econômico, submetido às leis do mercado, com consequências cruéis para o ambiente e a sociedade.

A apropriação privada da água no Brasil se apresenta sob diversas formas: a) no mar os grandes projetos expulsam os pescadores tradicionais em priorização das explorações petrolíferas, da pescaria industrial e da carcinicultura; b) nos rios prevalece o uso para a energia elétrica por meio de construção de barragens, que expulsam as populações e muitas vezes não garante moradia para as pessoas em outros lugares contribuindo para a

marginalização, assim como a mineração que causa a poluição de muitos mananciais e a produção industrial em grande escala de monoculturas com fins alimentares ou não, que exigem uso intensivo de água e forçam agricultores familiares a servirem de mão de obra nas grandes fazendas; c) o uso dos lençóis freáticos que está diretamente ligado ao agronegócio. Como se pode ver, não há um espaço único de ocupação e expropriação da riqueza. O capital explora qualquer espaço, desde que ele garanta lucro.

Um fator contribuinte para a sobreposição das relações de trabalho entre a classe dominante e a classe dominada no Brasil é a vasta área e qualidade de terras concentradas nas mãos de poucos. A partir do controle de terra, ainda no período colonial, intensificou-se o desenvolvimento das atividades agrícolas, pautado na monocultura e nos grandes latifúndios, restando à classe trabalhadora a venda da sua força de trabalho, ou nas terras dos grandes fazendeiros ou nos grandes centros industriais do país.

Logo, a concentração de terras deixou de ser um simples dado para se tornar uma relação social que “gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras” (GERMANI, 2006, p. 143) os quais – embora as imposições do sistema capitalista – têm resistido e enfrentado sérias disputas territoriais no campo desde a ocupação do Brasil pelos portugueses no ano de 1500.

Para fixar a propriedade privada da terra no Brasil, os portugueses utilizaram de vários instrumentos. A priori aplicaram uma lei portuguesa, as capitânicas hereditárias⁸, no intuito de “garantir a posse da colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda” (BORGES *apud* STÉDILE, 2005, p. 259). Baseadas na lógica do mercado, as sesmarias destinadas à criação de engenhos contavam com prioridades agregadas aos solos férteis: “Mencionava-se no Regimento do Governo Geral *que as melhores terras, as mais próximas aos riachos e as vilas deveriam ser doadas para a implantação dos engenhos de açúcar*” (GERMANI, 2006, p. 124 – grifos nossos).

Esse sistema priorizou a monocultura da cana-de-açúcar, necessitando, portanto potencializar as terras próximas às reservas hídricas. E ainda extinguiu as possibilidades de manutenção da cultura de milhares de nativos, os quais organizavam sua vida a partir do plantio de variedades para a subsistência do grupo, com outra lógica de retirada dos elementos

⁸ As capitânicas hereditárias consistiram em terras destinadas em forma de concessão a nobres portugueses (donatários). Estes não podiam vendê-las, mas podiam dividi-las em parcelas menores e entregar sob a forma de sesmarias. O fim desse regime foi em 1759.

da natureza. Mas quando estes resistiam ao projeto europeu, eram assassinados ou escravizados. Esse fato prova que o latifúndio no Brasil tem seus pilares no “signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido” (GUIMARÃES *apud* GERMANI, 2006, p. 127-128).

Tal fato intensificou a entrada de homens e mulheres africanos sob a forma de trabalho escravo, que perdurou, oficialmente, até 13 de maio de 1888, já que assim como os indígenas, os negros africanos resistiram e lutaram contra esse tipo de organização social desde quando entraram no país por volta de 1530. É importante destacar que a abolição da escravatura no Brasil foi um evento interessante não só para o povo negro, haja vista que a “libertação” do corpo já era necessária à expansão capitalista. Não seria possível a universalização do capital sem a possibilidade de movimentação das pessoas, assim, o ato da “libertação” não garantiu terras para os ex-escravos trabalharem nem recursos financeiros para adquiri-las, atendendo justamente a intenção do capital que era garantir a dependência dos mesmos ao seu projeto, fato que gerou sérios conflitos, pois, apesar de terem conquistado a tão sonhada “liberdade”, os negros continuaram desprovidos das mínimas condições de sobrevivência.

As batalhas travadas anteriormente já anunciavam uma organização de trabalhadores que necessitariam diretamente da terra para viver. Para evitar a conquista dos trabalhadores, o Estado procurou saídas visando garantir os interesses da classe dominante, a exemplo da Lei de Terras de 1850, que instituiu, legalmente, a propriedade privada da terra no Brasil. A terra passou a ser acessível apenas por meio da compra, ou seja, ela não assegurou a democratização do acesso aos camponeses e ex-escravos, pelo contrário, garantiu a concentração “nas mãos dos latifundiários de sempre e dos seus herdeiros” (MORISSAWA, 2001, p. 71).

Na verdade, foi um instrumento legal que assegurava o monopólio de classe sobre as terras de todas as regiões do país, inclusive das que ainda não tinham sido ocupadas economicamente. Com ela impossibilitava-se o acesso do lavrador pobre a terra, impedindo-o de trabalhar para si mesmo e obrigando-o a trabalhar para os grandes proprietários. (MARTINS, 1985, p. 237)

Ora a Lei de Terras de 1850, mesmo há 38 anos da abolição da escravatura, serviu para que a classe menos favorecida continuasse constituindo a mão de obra (dessa vez sob a forma assalariada) necessária aos latifúndios! Ela “significou o casamento do capital com a propriedade privada da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso” (MORISSAWA, 2001, p. 71).

Esse modelo social estabeleceu um novo reordenamento territorial com a finalidade da “expansão econômica, pautado em um desenvolvimentismo que reforça a ideologia do consumo de bens e a tecnicificação dos mecanismos de gestão pública do ambiente, incluindo as águas” (LOUREIRO; GOMES, 2012, p. 2), colocando duas classes sociais em luta, pois enquanto os latifundiários veem no acesso a terra uma forma de exploração de riquezas, para os camponeses representa a construção coletiva da vida, em seus aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais.

A restrição ao acesso de alguns grupos sociais a terra tem acirrado conflitos não só pela propriedade, mas pelos privilégios agregados, como os mananciais de água em grande escala, os solos férteis e o clima favorável, pois, com

as novas imposições que a garantem como mercadoria, vai se restringir ainda mais o acesso a esse bem a classe desprovida de renda, garantindo aos setores dominantes o acesso à água. Com isso as desigualdades são recriadas, pois incluem uma nova visão de um elemento essencial à vida, transformando em condição particular, que, pode excluir parte da humanidade do acesso à água. (TORRES, 2007, p. 16)

Os conflitos se instalam quando grupos sociais estão em disputa pela água que passou a ser limitada – por uma condição natural ou não – para prover as necessidades vitais de todos. “A água, no *hábito capitalista* atual, passa a ter valor tanto político como financeiro, e nasce aí este novo viés da luta de classe, a luta dos que têm água e dos que precisam ter, para produzir” (Idem, *ibidem*, p. 60 – grifos da autora).

As resistências à mercantilização e à privatização da água vêm se tornando cada vez mais frequentes em todo mundo. Em vários casos o processo foi interrompido: Cochabamba e La Paz (Bolívia), Montreal, Vancouver e Moncton (Canadá), em Nova Orlean (EUA), na Costa Rica, na África do Sul, em várias regiões da Índia, da Bélgica, em várias municipalidades da França que voltaram a ter serviços públicos de água administrados por entes públicos. (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 210)

A região do semiárido exemplifica bem como se deu a apropriação da água no Brasil. O controle oligárquico, além de construir no imaginário do sertanejo que sua pobreza era mediante a má distribuição da água, permitiu a intensificação das atividades agrícolas, em especial a monocultura. Os grandes latifúndios que se desenvolveram na rota do rio São Francisco, sob orientação da lógica de desenvolvimento desigual do capitalismo e marcado pela concentração da atividade da cana-de-açúcar no litoral, a qual teve que ser combinada com a produção de gêneros alimentícios no sertão (para atender a demanda do crescente mercado consumidor).

Ao contrário de uma imagem de improdutividade e de pobreza em relação à biodiversidade, segundo as quais seria uma fonte menor de bens naturais, os problemas políticos, sociais e culturais historicamente impostos à população, nunca foram amplamente discutidos no cerne do Estado e dos meios de comunicação e acadêmicos. Os modos próprios de desenvolver e produzir a cultura foram tomados como expressões menores e insignificantes, possibilitando a construção da imagem do sertão como algo miserável que precisava da ajuda do governo. Cabe registrar que essa imagem fora intensamente reforçada pela arte, majoritariamente, produzida pelas elites.

A realidade sócio-política de fato forçou muitos sertanejos a saírem da região em busca de outros meios de sobrevivência, tornando-a uma grande região fornecedora de mão de obra barata para as empresas capitalistas instaladas em outras regiões do país, especialmente no sul e sudeste. A carência de políticas preocupadas com a manutenção desses indivíduos tem tudo a ver com o desenvolvimento do capital, já que os sertanejos eram influenciados a se deslocarem até os grandes centros industriais em busca de uma melhor qualidade de vida e de empregos que garantissem a sobrevivência das suas famílias.

As condições sociais impostas pelo projeto político brasileiro que tinha a indústria da seca e o coronelismo como sua principal materialização no nordeste, reprimia, através das milícias, as ligas camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais e os movimentos messiânicos que tentavam por meio das suas lutas impedir que o semiárido se tornasse um lugar de excelentes vantagens econômicas e políticas para frações da elite nacional e local. No contexto nacional, as grandes corporações do sul e do sudeste se utilizaram da volumosa mão de obra proveniente do sertão, a qual fomentou um exército de reserva suficiente para a consolidação da industrialização brasileira. No contexto local, os grandes proprietários também se valeram de parte dessa população para manter de pé seus negócios. No campo político e socioeconômico, a elite agrária a utilizou como massa de manobra para perpetuação no poder, haja vista que os sertanejos que aqui ficavam serviam como eleitores passivos de líderes políticos que juntamente com a elite criaram uma imagem carente da “região nordestina como forma de reivindicar recursos financeiros especiais para combater os malefícios provocados pelos efeitos da seca, sem, entretanto, afetar as relações sociais de produção da região” (VELLOSO, 2000, p. 18-19).

Com a necessidade de angariar votos, somado ao fato do povo sertanejo ter menos acesso a escola e enfrentar fragilidades na organização classista apareceram algumas propostas diretamente relacionadas ao acesso à água. As políticas tinham como lema o combate às secas, num caráter emergencial e assistencial, buscando sanar os problemas dessa

região com atenção apenas para algumas situações e introduzindo medidas que não passaram de estratégias para garantir dependência dos sertanejos a interesses políticos.

Nesses moldes, o DNOCS⁹ implementou a política de irrigação pública através dos perímetros irrigados, que se pretendia que passassem a constituir pólos de desenvolvimento regional com “ênfase... na irrigação, que assegure a criação e o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade...” no semi-árido nordestino, atraindo as populações que migravam do campo para as cidades, conforme as diretrizes do Programa Plurianual de Irrigação. (Idem, *ibidem*, p. 38)

Conquanto, os projetos de perímetros irrigados, apesar de caracterizar-se como uma forma de produção em grupo, passaram longe de estabelecer uma reforma agrária na região. Nem ao menos buscou uma solução para garantir a posse e o uso da terra para trabalhadores rurais e seus familiares. Segundo Graziano da Silva essa desarticulação “entre a política de irrigação e o programa de reestruturação fundiária é que a ação dos órgãos públicos no semiárido nordestino tem sido sistematicamente utilizada em benefício das oligarquias locais” (*apud* VELLOSO, 2000, p. 44).

O fato de ter um povo sofrido, com grande dependência de políticas públicas, desde as duas décadas finais do século XX, o capital tem intensificado seu projeto de apropriação dessa região para exploração de solos e da água, justamente por encontrar mão de obra barata e carência na organização política dos sujeitos.

Nos dias atuais percebe-se haver algo novo relacionado à “imagem do Nordeste”, com um direcionamento para a construção político-ideológica de um Nordeste que cresce economicamente, ou seja, o lugar onde estão reunidos vários atrativos para a territorialização do grande capital via investimentos em setores específicos como a agricultura irrigada e a mineração, por exemplo. (DOURADO, s/d, p. 2)

Ao invés de priorizar o uso da água para as necessidades humanas, no semiárido, são os setores ditos “modernos”, os quais se encontram em expansão, principalmente no estado na Bahia, representados pelas monoculturas de frutas e de soja e a atividade mineira que encontram facilidades para o uso de grandes volumes de água, além do engarrafamento de água na bacia do São Francisco a qual é predominante nos municípios de Ibotirama e

⁹ O Departamento Nacional de Obras contra as Secas é um órgão federal criado em 1945 em substituição à Inspetoria de Obras Contra a Seca - IOCS, fundada em 1909 que em 1919 foi transformado na Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS. Essa repartição tinha como incumbência o fornecimento de infraestruturas, especialmente de obras hídricas, visando tanto a ocupação da mão de obra em estado de pobreza, como o suprimento de água para uso das populações sertanejas. O DNOCS dedicou-se a construção de barragens para o represamento de água a ser utilizada em períodos de seca nas propriedades de grandes fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos (ALMEIDA, 2011).

Barreiras, representando, junto com outros pólos baianos 7% da produção nacional. Mais uma vez fica comprovado que a questão da água hoje é uma questão de classe.

É nesse sentido que vem seguindo as ações na região de enfoque desta pesquisa – bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré: “o capital aparece definindo a utilização-reprodução do espaço. Aqui o capital aparece também subordinando a economia dos produtores da região, através da diversidade de formas das relações de produção em que se inserem” (GERMANI, 2003, p. 62). Dadas as suas condições de exploração, tais projetos esgotaram o potencial de vida da natureza, inclusive a água. Observando mais a fundo, as atividades iniciais, mesmo de forma tardia, acompanham exatamente o formato de exploração de riquezas naturais no resto do Brasil, contando com a força de trabalho de negros e visando o lucro. O capital vai controlando os elementos para a produção no campo, a exemplo das sementes, dos fertilizantes químicos, da maquinaria, e do comércio dos produtos, bem como, do solo, da água e da força de trabalho humana.

1.3 BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ: BREVE HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E DOS CONFLITOS

1.3.1 Solos férteis e abundância hídrica: condições favoráveis ao capital

Como o ritmo natural de restauração dos corpos hídricos vai de encontro ao tempo social da acumulação de riquezas e incessante produção de mercadorias (MACIEL, 2014), num país com dimensão territorial tão extensa e com a riqueza hídrica como o Brasil, a especulação de terras acontece da forma mais devastadora possível, principalmente quando a intenção é a produção em larga escala.

A história da gestão das águas brasileira mostra que no início da ocupação, a regulação do uso acontecia através de valores culturais; já num tempo mais recente, dado o desenvolvimento do país, novas medidas são adotadas, a fim de controlar o uso da água, já que “a distribuição naturalmente desigual da água num contexto geopolítico marcado por relações sociais e de poder também desigual” (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 197) provoca conflitos pelo uso entre os diferentes grupos sociais. Assim, no decorrer dos anos, foram criadas várias normas a fim de delimitar regiões de gestão.

A bacia hidrográfica enquanto região de planejamento hídrico é um modelo recente no Brasil. Somente na década de 1990 que ela é adotada enquanto território da gestão de águas. Para Oliveira (2009, p. 26), esse conceito vai além dos aspectos físicos:

Uma bacia hidrográfica corresponde a uma unidade geográfica muito importante para estudos relacionados com conservação e manejo dos recursos naturais. Os problemas de uma bacia jamais devem ser tratados separadamente, pois podem envolver corpos hídricos de extensas áreas geográficas e variados limites políticos e administrativos, e a solução de problemas específicos de uma determinada localidade devem estar em consonância com as interações ambientais e econômicas de ocupação de toda a bacia.

A própria Lei nº 9.433/1997 (a ser detalhada no próximo capítulo) considera a bacia hidrográfica como a unidade da gestão das águas contemplando, além dos aspectos físicos, todas as relações instituídas socialmente nos usos da água. Nesse ínterim, as preocupações em torno do rio Verde por populações que vivem nas proximidades das suas margens e dependem da sua água, muitas vezes coincidem com as inquietações das comunidades que utilizam a água do rio Jacaré, ambos localizados no centro-norte baiano que nascem e deságuam praticamente juntos. Essa semelhança não se dá apenas pelos aspectos físicos e geográficos, mas também pelas características culturais, sociais, econômicas e políticas que permeiam os diversos usos da água na região, de modo que tais similaridades garantiram direcionamentos comuns, por parte do Estado, aos dois rios, delimitando as bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Na figura (1) a seguir é possível ver a localização da referida região de planejamento hídrico.

As bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré são sub-bacias do rio São Francisco¹⁰ e “possui uma população de aproximadamente 592.090 mil habitantes” (CENSO IBGE, 2010, *apud* FPI, 2014, p. 37) distribuídos em vinte e nove municípios (mapa 1). Alguns deles estão inseridos 100%¹¹, outros 60%¹² e ainda tem aqueles que contam com 40%¹³ ou menos do seu território nessa unidade geográfica.

O bioma predominante nessa região é a caatinga, “apresentando uma vegetação espinhosa, com folhas pequenas, coriáceas¹⁴ e de casca grossa” (FPI, 2014, p. 49) e o clima é semiárido com chuvas que “medem anualmente entre 600 mm e 1200 mm, sendo a temperatura média de 24°” (Idem, *ibidem*, p. 42). Essas particularidades são responsáveis pela irregular precipitação pluviométrica com a ocorrência de chuvas principalmente entre os meses de novembro e março. No entanto, esses não são os únicos fatores que criaram os problemas enfrentados pelas suas populações, visto que a eles estão associadas questões políticas e sociais.

A partir dos estudos realizados para a construção desta dissertação é possível apontar três momentos de exploração da terra e da água na região dos rios Verde e Jacaré com vias ao crescimento capitalista que vai desde a sua ocupação, até os dias atuais. A análise demonstra que os problemas não se referem somente a pouca quantidade de água, mas ao mau uso e apropriação disseminada pelas orientações do capital.

O primeiro momento da ocupação da região iniciada no século XIX estendeu-se até o início da segunda metade do século XX. Os registros demonstram a presença de compra e venda de terras à época. De acordo com Cunha (2009, p. 92), uma “das primeiras notificações de ocupação das margens do Rio Verde se dá através da venda de um grande latifúndio que tinha o Rio como limitador da área, por volta de 1807”.¹⁵

A área de terras chamada Barra de São Rafael foi vendida a Filipe Alves Ferreira e Antônio Teixeira Alves pela quantia de 1.200\$000 (Um conto e duzentos mil réis), com as seguintes extremas: Nascente: fazenda tareco, dos vendedores, onde faz meio com o Sítio São Rafael; Poente: pelos

¹⁰ O Rio São Francisco é conhecido como o rio da integração nacional e tem 2.700 km de extensão. Nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para este, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. (<http://cbhsaofrancisco.org.br>).

¹¹ América Dourada, Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.

¹² Barro Alto e Itaguaçu da Bahia.

¹³ Bonito, Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Ibitiara, Ipujiara, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu, Ourolândia, Sento Sé, Seabra, Souto Soares, Umburanas e Xique-Xique.

¹⁴ Folhas espessas que tem textura semelhante ao couro e se quebra facilmente.

¹⁵ É importante destacar que a região não era um espaço vazio, ou seja, sem pessoas. Ali viviam populações nativas que produziam sua vida em relação direta com a natureza.

contrafortes desta até o Sítio Santa Rosa, no poço de Água Verde (já no Rio Verde) e deste ao lugar chamado São Pedro, nas imediações da Chapada Velha. Norte: com a travessia de Dona Joana, (que é cá no centro da caatinga), cortando por cima da serra chamada São Francisco, procurando o lugar chamado São Pedro e daí cercado a lagoa dos Porcos, acima do pasto e deste lugar à travessia de Dona Joana... Sul: do lugar São Pedro, a lagoa dos Porcos daí vereda abaixo até a Barra de São Rafael. (RUBEM, 2008, p. 19)

Do ponto de vista da ocupação capitalista, o território da bacia do rio Jacaré foi ocupado na década de 1820 por um homem chamado Romão Gramacho:

Em 1826 ele desceu da serra de Iupuiara-Barra do Mendes à procura de terras e se deparou com a nascente do Rio Jacaré. Nesse caso, o rio foi descoberto em 1826 por Romão Gramacho que inclusive é um nome que nós temos aqui, a gente conhece mais por Vereda Romão Gramacho em homenagem a esse bandeirante. Em 1828 chegou a família Dourado que conseguiu a doação das terras da região de Irecê – o platô de Irecê – do governador da Bahia, o coronel João José da Silva Dourado que foi patenteado coronel e como prêmio recebeu as terras do platô de Irecê que foi denominado Lapa Grande. Todas as terras do platô de Irecê são chamadas como Lapa Grande. Quem tirar qualquer cadeia sucessória aqui vai encontrar como primeiro proprietário das terras de Irecê, Hidalina da Silva Dourado, filha de João José da Silva Dourado. (ENTREVISTADO A¹⁶)

As atividades econômicas desenvolvidas em torno desse rio, ainda hoje concentraram-se na produção agrícola, justamente pelo fato de ser uma região com presença de corpos hídricos e solos férteis:

(...) todas as cidades ribeirinhas do rio Jacaré são tudo ao berço do rio aonde veio o pessoal procurando água e por isso foi começando tanto Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana e enfim todas essas cidades nasceram na necessidade de água. O pessoal ia aglomerando próximo do rio. (...) a pessoa chegava e comprava um lote de terra e chamava “minha vereda” – chamavam ne de rio. “Aqui é minha vereda” e metia a cerca e levava até no meio e fica chamando como dele. Então todo mundo se aceitava numa boa. O pessoal deixava acolá uns poços que diziam que eram poços públicos, que era para os animais beberem, para o pessoal apanhar água e enfim ficavam aqueles poços abertos. Então a maior parte era cercada como até hoje, ainda são cercados. (ENTREVISTADO B¹⁷)

¹⁶ Membro titular do CBHVJ. Gestão 2014-2017. Representante do segmento: Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. Categoria: Comunidades Tradicionais.

¹⁷ Membro titular do CBHVJ. Gestão 2014-2017. Representante do segmento: Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. Categoria: Associações Comunitárias e Intermunicipais, Sindicatos, Órgãos de Classe, ONGs e OSCIPs.

A ocupação de terras não respeitava os limites da posse. Quanto mais podiam crescer seu patrimônio os donos avançavam as cercas e expandiam sua propriedade a fim de produzir e lucrar sempre mais, mesmo que de forma ilegal.

No rio Verde, a primeira atividade econômica desenvolvida às suas margens foi a mineração. A descoberta de ouro e diamantes nas suas proximidades, por volta de 1840 dirigiu exploradores para a região do Assuruá, área onde hoje se encontra o município de Gentio do Ouro. Conforme explicam Moraes (1991) e Sanches e Sanches (2004):

No final de 1839 começaram a surgir rumores de que um explorador descobriu num lugar chamado Tamanduá, distante 11 léguas do Gentio do Ouro, alguns diamantes e fez atrair para aquele local algumas pessoas para explorarem esse minério.

Cerca de 2 anos depois, em 1841, ocorrem as descobertas das lavras de Santo Inácio, e, logo mais, uma parentela de nome Grota, citada por Gonçalves de Ataíde Pereira, descobriu, mais abaixo, os garimpos da Chapada Velha na Serra das Aroeiras, onde fizeram explorações e tiraram muito diamante. (MORAES, 1991, *apud* GENTIO DO OURO, s/d)

A queda da produção aurífera na Bahia é generalizada, atingindo quase todas as vilas que viviam desta atividade econômica, isso ocorre sem, contudo extinguir a exploração do ouro por completo na Bahia, visto que, segundo dados da SGM¹⁸, *ocorre por volta de 1840 a descoberta das minas do Assuruá, em Gentio do Ouro*. Em 1858 a criação da Imperial Companhia Metalúrgica do Assuruá que obteve do Governo Imperial uma concessão para exploração do ouro nessa região por um prazo de 30 anos, através do decreto n.º 2.238, de 28/08/1858, a empresa só findará as suas atividades em 1861, em função da seca que acometeu a região nesse período. (SANCHES; SANCHES, 2004, p. 9 – grifos nossos)

São os mineiros, juntamente com suas famílias, que fundam os vilarejos e, conseqüentemente, as cidades nas proximidades do rio Verde. E mesmo a empresa supracitada encerrando as atividades ainda no século XIX, a ocupação se intensifica entre as décadas de 20 e 50 do século XX com a exploração do ouro, diamante e cristal de rocha. “As explorações auríferas, entretanto, se restringiram sempre às aluviões dos terraços antigos dos afluentes do Rio Verde, que nascem na Serra do Assuruá” (*In: GENTIO DO OURO, s/d*).

Em paralelo, os moradores desenvolviam outras atividades como a criação de gado e a lavoura. De acordo com o membro do CBHVJ, entrevistado C¹⁹:

[...] o Rio Verde começou a ser explorado no início do século XX, mais precisamente a partir de 1920, 1930. Foi quando através da exploração de

¹⁸ Antiga Superintendência de Geologia de Recursos Minerais. Atual Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

¹⁹ Membro titular do CBHVJ. Gestão 2014-2017. Representante do segmento: Poder Público. Categoria: Federal.

minério, onde chama Gentio do Ouro, houve uma migração de algumas pessoas, inclusive da região de Irecê, da região de Ipujiara, na exploração do ouro, do diamante, cristal de rochas do município de Gentio do Ouro, [...], da produção da cachaça, da produção da rapadura e a criação de gado, onde eles exploravam a pecuária. (ENTREVISTADO C)

A degradação ambiental provocada pela extração do minério, a qual passa a substituir práticas utilizadas tradicionalmente pelas tecnologias que vão desde o uso da pólvora e dinamite, amalgamação por mercúrio até utilização da força hidráulica nas operações de drenagem, ventilação e transporte do minério (vagonetes e caçambas movidos por roda d'água) (MARTINS; BRITO, 1989), não é encontrada, no mesmo período, nas atividades agrícolas, haja vista que se produzia apenas para a subsistência, uma vez que o acesso à região era restrito e não havia grandes lavouras com a finalidade de comercialização.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, na ausência de instrumentos de orientação geográfica, os rios eram referências no deslocamento das pessoas, que apoiados em relações sociais ali estabelecidas permitiam a troca de produtos entre diversos povos, materializando a espacialização do capital. No rio Verde, por exemplo:

[...] no sítio de Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas, Ipujiara também já tem essa relação muito forte também lá já tem um pouco de garimpagem de garimpeiros e tropeiros, (...) na região eles desciam das serras – Brotas de Macaúbas – e seguiam o caminho do rio pra chegar ao São Francisco. Xique-Xique era um dos pontos, Santo Inácio, Xique-Xique aí saia um pouco da bacia, faziam ponto em Xique-Xique. Outra parte descia mesmo no sentido de Barra do Mendes, Uibaí pra chegar no centro de Irecê (nas Caraíbas). Irecê antes também era um ponto antes dessa população que veio do norte e nordeste, como Paraíba e Pernambuco. Então o pessoal foi para trabalhar a cultura do feijão e levaram também suas tecnologias, os feirantes levaram também essa cultura da feira na região de Irecê é muito também desse povo, mas acho que além dessa presença dos remanescentes de quilombos se tem a questão dos fruteiros que desciam a serra e faziam a troca de mercadoria, isso tudo está ligado também com a questão do rio São Francisco que também era a navegação em que o pessoal descia de Irecê para Xique-Xique e Boa Vista. Para onde faziam também a troca para o saco de Giboica que ali era Lagoa de Itaparica. Então se viam os pontos de ligação da serra e a tropa descia e trocava as mercadorias em Xique-Xique. (ENTREVISTADO F²⁰)

Só na década de 1970 que se inicia um processo de construção de estradas que interligava vários municípios que hoje se encontram articulados na mesma bacia:

[...] com a BA 052, em 74 e 75 – só lembrando, verificando os arquivos, então acho que em 75 ela foi inaugurada – passou a ter uma ligação com o

²⁰ Ex-membro e 1º presidente do CBHVJ. Faz questão de afirmar-se Beradeiro – aquele que constrói sua existência à beira do rio.

estado, com a capital. O ônibus passava dois, três dias de viagem para Salvador, Xique-Xique, Irecê pra Salvador. Para São Paulo era uma semana, 15 dias, então eu acho que o principal fator de desenvolvimento de ligação pra região foi a BA 052 – estrada do feijão – que passou a ligar esses pólos: Morro de Chapéu para Irecê, Barra. Tinha um trecho de Xique-Xique para Barra que era muito difícil a locomoção, o transporte bastante complicado pelos alagadiços, pelo carnaubal, muito areial. (ENTREVISTADO F)

A facilidade no deslocamento citada pelo entrevistado F, já acontece no segundo momento de exploração da região pelo capital, que se dá com a decadência da mineração na década de 1960 e o início do plantio do feijão e outras culturas como mamona e milho, estas com menor expressão.

A segunda fase tem como orientação da produção local os pilares da Revolução Verde. Esse modelo de produção agrícola tinha como base a introdução, em larga escala, de variedades homogêneas de alta produtividade e esteve presente em vários países do mundo a partir da década de 1950, incluindo o Brasil. Com o objetivo de

intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, de valorização do progresso. (PEREIRA, 2012, p. 687)

As orientações da Revolução Verde causaram impactos ambientais graves, a exemplo da poluição dos solos e das águas, além de incentivar ao desmatamento de grandes áreas para a produção que implica diretamente nas alterações na recarga de água dos lençóis freáticos, alterando o regime hídrico e destruindo nascentes. No âmbito local, esse pacote se deu com incentivos “à monocultura, à mecanização agrícola com uso dos tratores e arados e à alta produtividade” (DOURADO; OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Tínhamos muitas matas, na época em que a ambição humana ainda não havia sido despertada pelo capitalismo selvagem. Mas os governos decidiram investir, ao máximo, na região de Irecê. Estavam precisando de toneladas de grãos de alimentos e os terrenos de Irecê eram os melhores. Por conta disso, caiu a umburana, o mandacaru, a macambira, a barriguda, o angico a baraúna, o caroazeiro. E com a queda destas plantas, veio também a queda de animais como veados, caititus, mocós, emas, seriemas, codornizes entre tantos outros. E com o desaparecimento deles, insetos maléficos surgiram em abundância, reduzindo bastante a produtividade de nossas terras, a despeito de todo uso de agrotóxicos. (RUBEM, 2008, p. 82)

À medida que a produção da região começou a se inserir de forma significativa na vida econômica do país, passou a introduzir uma série de mecanismos que vão desde insumos agrícolas, até acesso a créditos bancários.

O território de Irecê passa a ter destaque no cenário nacional a partir dos anos 1970 recebendo o título de capital do feijão. O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar do “milagre brasileiro” implementado pelos governos militares. Com isto, registra-se o crescimento da imigração, sobretudo nas épocas de maior necessidade de mão de obra para as lavouras. Com efeito, o título de grande produtora de feijão, portanto de monocultura, tem impactos, também, na estrutura fundiária da região. (SANTOS; RIOS FILHO; SOUSA, 2008, p. 8)

Durante a década de 70, tudo favoreceu para que se houvesse mais apoio creditício e assistência governamental, surgindo então obras como a BA-052 – A Estrada do Feijão. Transformou Irecê em um dos celeiros de grãos do Nordeste Semi-Árido, chegando a produção a ficar acima de 50% do total estadual. A partir de 1985, aumentou-se a chegada de pessoas em busca de trabalho na lavoura. Este fato foi essencial para que houvesse a “ruralização” regional. (RUBEM, 2008, p. 83)

É com esse “desenvolvimento” que chegam algumas ações em torno da educação e da saúde na região:

Naquela época houve um crescimento, houve um rendimento, produziu até bastante, por isso houve um crescimento e um desenvolvimento. Eu me lembro que, pra mim estudar – eu falo desenvolvimento muito olhando por esse lado –, eu viajava 6km a pé pra ir. Uma escolinha que ensinava só o ABC, a cartilha, primeiro, segundo ano e manuscrito, era só isso, mas eu estudei dessa forma. Daí pra cá foi melhorando, foi criando grupos escolares e isso pra mim é um crescimento, é um desenvolvimento. Também nessa mesma época eu me lembro que mãe pra passar num médico ia pra cidade da Barra de animal. Daí pra cá foi criando cuidados médicos, o hospital já tem um atendente, pelo menos simples cheias de maçada, mas já tem. (ENTREVISTADO B)

Essas ações transformaram a cidade de Irecê no maior centro comercial da região, dando início a um ciclo de migração dos municípios vizinhos, o qual permitiu a expansão das periferias e o subemprego, isto é, um crescimento insustentável. Em face disto, a devastação ambiental acelerou e a natureza não tardou para dar respostas, apresentando diversas consequências: a) poluição do solo e do aquífero por defensivos agrícolas; b) erosão provocando o assoreamento dos cursos d’água, ravinas e voçorocas; c) repulsão populacional por não se ter onde plantar e; d) degradação que pode gerar áreas desertificadas (BARBOSA, 2000).

As políticas públicas estiveram a serviço do capital, incentivando um modelo produtivista que mais tarde apresentou resultados desastrosos, implicando inclusive na produção agrícola. A figura 2, a seguir, demonstra uma imensa área de terras descoberta, destinada a agricultura e a pecuária na região das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. O primeiro estímulo a esse desmatamento coube aos governos militares que incentivaram à prática agrícola insustentável do ponto de vista ambiental. Na gestão de João Figueiredo, por exemplo, foi criado o *Pró-Feijão*, projeto que consistia no pagamento de uma quantia a mais do crédito agrícola para aqueles produtores que plantassem 50% da sua área com feijão. Tal projeto tinha como slogan “Plante que o João garante” sendo “responsável por desmatar mais de 50% da flora da região, cerca de 340.063 Ha desmatados em menos de 20 anos” (CUNHA, 2009, 93).

A região estava sendo “desbravada de maneira violenta. O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o BANEBA financiando o desmatamento total das terras para poder plantar feijão. O governo dava o dinheiro para você desmatar e dava o dinheiro para plantar feijão”, como pontua o entrevistado A.

A crise ambiental decorrente do capitalismo provocou o declínio do modelo produtivo no campo, desencadeando em várias consequências negativas para a região: “perdas de safras, oscilação de preços dos grãos, exclusão do zoneamento agrícola e pela redução gradativa dos apoios governamentais associados à política agrícola (crédito, financiamento, assistência técnica)” (DOURADO; OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Mesmo enfrentando uma crise estrutural, o capital apresentou uma nova forma de produção aos trabalhadores. Assim, em meados da década de 1990, inicia-se o terceiro grande projeto capitalista na região dos rios Verde Jacaré, qual seja a produção agrícola irrigada.

A hegemonia da agricultura irrigada convenceu muitos agricultores a investir nessa atividade. Mas esse projeto veio com nova roupagem: excluía aqueles que não dotavam de capital (financeiro e técnico) para engajarem nesse modelo, tornando-os trabalhadores nas terras dos outros, ou no comércio, seja na região ou não, já que muitos se viram obrigados a vender suas terras para pagar as dívidas deixadas pelo ciclo do feijão. Com efeito, excluía também os ribeirinhos, já que suas práticas produtivas não atendiam os interesses do mercado exportador. Em contrapartida, privilegiou aqueles que podiam implantar sistemas de irrigação, consolidando uma nova categoria social: a dos irrigantes. Com culturas diversificadas, a exemplo da cebola, cenoura, beterraba, tomate, pimentão, pinha e banana, as práticas continuaram insustentáveis, adotando medidas que na maioria das vezes, contribuiu mais ainda para o empobrecimento dos solos, aumento do uso de agrotóxicos nos alimentos e escassez da água.

O fato de a irrigação aportar recursos maiores, dificulta a produção dos pequenos agricultores, sendo o sequeiro a forma comum de produção dos agricultores da região. Além disso, a falta de organização sociopolítica dos trabalhadores rurais dificulta a construção de projetos de produção associada. Some-se a isso as dificuldades de crédito e as políticas governamentais fundiárias no período no qual beneficiava uma pequena parcela de produtores. (SANTOS; RIOS FILHO; SOUSA, 2008, p. 9-10)

A irrigação na região prioriza a individualização das áreas e quando acontece uma possibilidade de ação coletiva entre os produtores é orientada pelos pressupostos capitalistas. Uma delas trata-se do projeto de irrigação no Distrito de Mirorós, município de Ibipêba, iniciado em 1994 que tem como principal cultura cultivada, na atualidade, a banana.

Grande parte da produção advém de pequenos produtores, com média de 5 Ha por cada lote, sendo mais rápido o contato com o capital advindo da produção, mesmo que em parcelas menores. A facilidade de escoação e o alto consumo da fruta é outro motivo que leva um maior crescimento dos cultivos. (CUNHA, 2009, p. 102)

A gestão do projeto é feita pela associação que coordena o Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Mirorós (DIPIM), com a função de administrar, conservar, operar e manter a infraestrutura utilizada pelos irrigantes, gerenciando ainda a renda arrecadada com o uso da água e pelo consumo da energia. Esse projeto foi, durante muito tempo, responsável pelo maior gasto de água do rio Verde, o qual

sempre ofereceu um potencial razoável até quando chegou a intervenção da CODEVASF²¹ a construção da barragem do Mirorós que tinha como objetivo inicial a reserva de água na barragem e posterior destinada ao projeto de irrigação. Esse projeto de irrigação seria/é um pioneirismo projeto modelo, para implantação durante o mega projeto do baixio de Irecê. Veio o projeto de irrigação e posteriormente é que veio dar uma cessão muito grande à região de Irecê como também do ponto de vista social, não só econômico. Foi implantado um projeto de irrigação de aproximadamente 3 mil hectares hoje explorado quase que sua totalidade a fruticultura especialmente na banana e uma parte de água que era reservada na barragem do Mirorós que tinha a capacidade de 158 milhões de metros, foi destinada ao abastecimento humano das cidades dos municípios da micro região de Irecê, que hoje chega, alcança um número de aproximadamente 300 mil pessoas, então o desenvolvimento socioeconômico do Rio Verde digamos assim e tendo consumo baixo ele começou a ter um reforço pra ter um incentivo maior a partir da intervenção da CODEVASF na década de 80, até os dias atuais. (ENTREVISTADO C)

Os elementos apontados comprovam como o capital age no campo com subsídios e proteção do Estado, mediante políticas públicas: cria mecanismos de controle, determinando a metodologia de plantio, das culturas a serem produzidas e da circulação da mercadoria. Como afirmou Oliveira (*apud* GERMANI, 2003, p. 43): “não há capitalismo monopolista sem o Estado, sem a estatização, sem a conversão dos fundos públicos numa espécie de pressuposto geral do capital”. Os camponeses passam a servir a um projeto que além de monopolizar a terra, agrega domínio dos processos de produção que passam diretamente pela propriedade privada da água. No semiárido, esse fenômeno toma corpo nas relações de produção, possibilitando estimáveis lucros, para os produtores, exaurindo todas as forças dos trabalhadores.

Mais um propósito de irrigação é o “Projeto Baixio de Irecê” localizado numa das “últimas fronteiras de terras baratas e água abundante ao longo do Rio São Francisco” (SANTOS; RIOS FILHO; SOUSA, 2008, p. 12). Gerido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), abrange uma área de 58.659 hectares entre os municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique. Estruturado em

²¹ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

lotes, tem por objetivo a produção de frutas, legumes, verduras e grãos. Além disso, tem foco na produção de agroenergia mediante a cana-de-açúcar e oleaginosas.

Para efetivar o tal modelo de produção integrada, o Estado, de forma deliberada, adota como estratégia o abandono da agricultura camponesa, a qual, em face dos baixos índices de produtividade, expulsa parte de sua força de trabalho para o regime de contratualização. O sistema integrado consiste na concessão, por parte dos empresários das agroindustriais, de matéria-prima, sementes, adubos e assistência técnica aos camponeses, os quais passam a produzir para as empresas em troca de quantias pré-fixadas. O resultado é a precarização do trabalho e altos lucros para um grupo seletivo de capitalistas, que se utilizam de uma mão de obra experiente no manejo agrícola. (...) o Baixo está inserido na lógica de expansão dos agrocombustíveis, uma vez que é grande o interesse pela cana. Sua área consiste num território estratégico para o agronegócio, por algumas características sócio-ambientais vigentes, a saber: o solo mais fértil do mundo; água abundante (neste trecho da bacia do São Francisco, os afluentes mais caudalosos já desembocaram no velho Chico; baixa densidade demográfica (fato que facilita o controle territorial); mão de obra abundante e experiente no trato agrícola nas adjacências; fragilidades das organizações políticas dos trabalhadores. (MACIEL, s/d, p. 1)

Ainda sem ter iniciado suas atividades, o “Projeto Baixo de Irecê” já demonstra o domínio dos territórios pelo capitalismo. Mesmo com as resistências das populações – as quais serão detalhadas no tópico seguinte – esse projeto já se encontra com sua primeira fase em implantação. No dia 23/05/2013, a CODEVASF lançou o edital de leilão para os agricultores irrigantes ocuparem uma área de 5.308,29 ha. As unidades disponíveis são: 47 lotes de 6 ha, destinados à produção familiar; 120 lotes de 17 ha e 38 lotes com cerca de 31 ha para médios agricultores e; 11 lotes com até 138 ha destinados a empresas (FIOCRUZ, s/d). Os dados elucidam a priorização dos grandes e médios em detrimento dos pequenos agricultores, pois enquanto estes terão um total de 282 hectares destinados a seus projetos produtivos, os médios agricultores e as empresas terão um total de 3.218 e 1.518 hectares, respectivamente. Além disso, pelo histórico brasileiro a agricultura camponesa ainda enfrentará dificuldades financeiras e burocráticas para acessar essas terras.

Outra possibilidade de inserção do grande capital na região, passível de financiamento pelo governo federal, foi a instalação da usina de beneficiamento da mamona, uma “alternativa” para os agricultores que não tiveram condições de investir na irrigação e não quiseram vender suas terras para ir trabalhar em grandes centros industriais:

a produção de mamona, com vistas a atender o mercado ascendente dos biocombustíveis, que além de representar mais uma “cilada” inerente ao funcionamento do capital, traz uma ilusão maior que é produção de combustíveis “limpos”. (...) A região de Irecê já era uma grande produtora de mamona, entretanto foi graças ao incentivo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel do governo federal, que esta produção atingiu

seu auge. Houve inclusive a implantação de uma unidade de beneficiamento de mamona no município de Lapão BA. (DOURADO; OLIVEIRA, 2014, p. 8)

A referida usina localizada no município de Lapão, não é a primeira no sertão baiano, pois outra fábrica já havia sido construída no município de Iraquara. Esta foi inaugurada no ano de 2007 com o fim de impulsionar o cultivo dos agrocombustíveis. Congruente a esse processo, foi criado o curso de Biocombustíveis no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em Irecê no ano de 2011, que tem como objetivo “formar profissionais técnicos de nível médio habilitados a desenvolver atividades relacionadas à cadeia produtiva de combustíveis, proporcionando uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para o Território de Irecê” (IFBA, 2014) numa estratégia clara de formar mão de obra para o projeto em questão, o qual é recebido pela população como uma conquista, haja vista que, como todo o interior brasileiro, padece com ausência de instituições públicas de ensino técnico e superior.

O plantio de monocultivos levou à desertificação de muitas áreas e até então não houve um despertar para os problemas não só ambientais, mas também sociais que tal processo acarreta. A justificativa muitas vezes utilizada para a continuidade desse modelo é a situação geográfica da região, sem o devido debate articulado com os aspectos econômicos e sociais.

Paralelo à irrigação, o capital se insere na região retomando uma prática antiga de exploração do solo, qual seja, a mineração. Mas dessa vez, o elemento explorado não é mais o ouro e sim o fosfato. A empresa Galvani, Indústria e Comércio instalou-se no município de Irecê a fim de explorar o solo e utilizar água do lençol freático na produção de “fertilizantes fosfatados para contribuir com a produção de alimentos do Brasil” (GALVANI, 2015). Juntamente com outros municípios, a exemplo de Campo Alegre de Lourdes também explorado pela Galvani, Irecê ajuda a Bahia a ocupar o 4º lugar no ranking da produção brasileira de fosfato, que no total do Estado representa 7% do volume nacional (FPI, 2014). É importante salientar que essa produção de alimentos a qual a Galvani tem interesse em contribuir está pautada no agronegócio, que representa o projeto do capital no campo, privilegiando o lucro em detrimento das questões sociais e ambientais.

A análise feita até aqui demonstra que o alargamento das ações que inserem o camponês na lógica capitalista de produção acontece nos últimos quinze anos, justamente no período em que governos tidos como de esquerda ocupam os mais altos cargos no poder executivo, incentivando o agronegócio e procurando medidas de compensação para os pobres do campo,

colocando estes enquanto microempreendedores, o que altera em nada o sistema econômico adotado no Brasil.

Esses direcionamentos vêm arrefecendo os embates travados entre movimentos sociais do campo e Governo. Apesar das conquistas terem sido fundamentais para tirar muitos sujeitos da miséria, a análise comprova certo distanciamento da tarefa dos trabalhadores do campo organizados: o rompimento com a lógica de exploração camponesa, própria do capitalismo.

Em relação aos usos da água na região das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré é visível a aliança com diretrizes do capitalismo, reproduzindo, hegemonicamente²², pacotes de produção no campo que impactam na organização dos trabalhadores e limitam o acesso a água em determinadas áreas, provocando a saída de agricultores para outras regiões, como o centro-oeste e o sudeste brasileiro. Os que permanecem tem duas opções: ou se rendem às imposições do projeto capitalista ou entram em conflito pelo uso da água. Isso prova que esse conceito de valor da água

associado exclusivamente à mercantilização, e a redução da gestão ambiental ao aspecto técnico que reifica a economia, não é um consenso na sociedade. Ao contrário, a adoção desse caminho encontra resistência no movimento crítico ambiental, em movimentos sociais classistas e nas lutas dos povos e comunidades tradicionais, que defendem a água como um direito relacionado à vida e a práticas culturais não redutíveis à monetarização. (LOUREIRO; GOMES, 2012, p. 3)

Na região de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré são recorrentes os conflitos pelo uso da água, visto que o desenvolvimento da região teve seus pilares num modelo que exaure toda a energia, seja da natureza, seja do trabalhador para alavancar economicamente. Esses conflitos poucas vezes são registrados, e quando o são, têm um índice de divulgação muito baixo.

²² Reconhecemos que existem outras formas de produção no campo na região dos rios Verde e Jacaré. Prova disso é que nos últimos anos a produção agroecológica vem ganhando espaço, tendo a oportunidade de comercialização em mercados específicos, como é o caso da “Feirinha do Garra” que acontece semanalmente em Irecê e, mais recentemente, a feira de Agroecologia nos municípios de Barro Alto e São Gabriel. É importante destacar que os grupos que adotam essa metodologia de produção fazem questão de comercializá-los em dias e locais diferentes da feira comum desses municípios, demarcando um espaço também contra-hegemônico na venda dos produtos. E são exatamente eles que ajudam nos debates acerca da água. Entretanto, como estamos falando da degradação ambiental provocada pelos projetos que se apropriam de forma privada da água para a obtenção de grandes lucros, entendemos que é a monocultura irrigada a forma hegemônica de produção agrícola na região dos rios Verde e Jacaré.

1.3.2 Principais conflitos nas bacias dos rios Verde e Jacaré

Diante da perspectiva do modo de produção capitalista em relação ao uso das reservas hídricas todo o planeta passa por enfrentamentos entre grupos sociais. Embora o caráter de conflito na atualidade não seja reconhecido nos debates públicos, entendemos que eles são consequências de uma sociedade classista.

Na ótica do Materialismo Histórico-Dialético, o conflito entre as classes sociais são provenientes das contradições de modos de organização social pautados na propriedade privada, como o capitalismo. Os confrontos podem caminhar para a mudança necessária em direção a superação da propriedade privada que sustenta a sociedade capitalista, ou para a conciliação de projetos que ora são dicotômicos, mas que para não sair derrotada, a classe trabalhadora recua, acordando situações, a fim de construir novas estratégias para suas lutas. Assim, aqueles que se preocupam com a classe trabalhadora – vulnerável às ações do capital – , quando se dispuserem a ajudá-la para que saia vitoriosa, precisa buscar/criar mecanismos de reconhecimento e empoderamento desses grupos, pois assim os conflitos saem do campo de problema social para se caracterizar como elemento de transformação social. É importante ressaltar que durante todo o processo de luta é possível a construção de novas formas de relação social, como de ocupação de territórios e utilização dos seus bens.

O homem produz a sua existência transformando a natureza, a qual “fornece os materiais que ele converte em riqueza” (ENGELS, 2013, p. 13) por meio do trabalho e, conseqüentemente, transforma a si mesmo. Mediante o trabalho o homem

(...) modifica a natureza e a obriga a servi-lhe, domina-a. E ai está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho.

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras.

(...) Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez

melhor as remotas conseqüências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, idéia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (Idem, *ibidem*, p. 25-26)

Engels ao explicar a interação homem-natureza não dissocia o primeiro da segunda. Coloca-os como parte de um mesmo sistema e demonstra que mediados por um modelo de produção perverso, o ambiente começa a ser devastado e diferente do que imaginam os povos antigos, ela passa a dar respostas que implicam diretamente o modo de vida dos seres humanos. Mesmo assim, a devastação avança a níveis críticos e há mais de um século passado da escrita do texto do autor, a mudança não ocorreu. Pelo contrário, cada vez mais se explora bens naturais para a geração de riquezas que se concentram nas mãos de poucos e junto com ela as catástrofes aumentam. O avanço da ciência já permite a previsão dos desastres, entretanto ela é utilizada prioritariamente no sentido de aumentar os lucros e a preservação ambiental sempre fica no segundo plano. Concordando que homens e mulheres são parte do ambiente, ao destruir elementos como matas, animais e água, eles destroem a si mesmo, num rito de constantes conseqüências negativas às suas vidas ou a outros seres.

No capitalismo “a existência de certos benefícios para uns requer a privação dos mesmos para outros” (LOUREIRO; LEOPOLDO; ZBOROWSKI, 2009, p. 106), mas esses antagonismos não são aceitos pelos grupos desprovidos da base material e assim os conflitos são travados, não só pela riqueza produzida, mas também pelos bens naturais que garantem a sobrevivência.

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais diferenciados de apropriação, uso e significação, do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriações de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Nas bacias dos rios Verde e Jacaré vários conflitos²³ desencadearam-se por conta do desenvolvimento de atividades econômicas que abarcam diretamente o uso da água. Aqui entendemos por conflito pela água todos os embates, armados ou não, frutos das relações sociais que fomentam a desigualdade entre diferentes grupos no acesso à água, mostrando que a apropriação, exploração, uso e regulação dos “processos ecológicos da base material do desenvolvimento é visto como questão decisiva pelas populações que acreditam, a seu modo, depender da “Natureza” para a construção de seu futuro” (Idem, *Ibidem*, p. 8).

De acordo com Little (2001), os conflitos relacionados ao ambiente podem ser classificados da seguinte maneira: a) conflitos em torno do controle sobre os bens naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, do uso da água, etc.; b) conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais, gerados pela ação humana, como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas e; c) conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais e dos valores culturais, ou seja, conflitos envolvendo a propriedade intelectual acerca do uso da natureza cuja essência reside num choque de valores ou ideologias.

No rio Jacaré os conflitos relatados pelos membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (CBHVJ) envolvem usos diversos a partir da poluição com descarte de resíduos – sem autorização do órgão que regulamenta o uso da água no estado – no leito do rio em alguns trechos. Abrangem não só a apropriação dos bens naturais, como também o mau uso deles, afetando diretamente a população que vive nas proximidades do rio. Entretanto, não são citados órgãos e/ou empresas públicas envolvidas nos conflitos:

(...) o conflito maior que já existiu foi aqui em Cafarnaum, com a questão a respeito da água até porque era jogado esgoto e em Canarana houve um conflito, mas por uma barragem que foi feita que barrou muita água e represou muita água e o pessoal na frente ficou sem. Houve um conflito que foi na época que tava tendo o sindicato²⁴ de Canarana foi feita uma denúncia e a pessoa rebaixou o sangradouro contanto que passou um pouco de água, mas represou, deixou descer mais um pouco, então foi mais nesse sentido, (...). (ENTREVISTADO B)

O fato desses conflitos não caminharem para embates radicais revelam o arrefecimento das organizações sociais pelo capital, forçando a resolução dos mesmos pelos sujeitos envolvidos, mesmo não apresentando a melhor opção para o rio ou dentro das formalidades

²³ Os limites desta dissertação não permitem tratar de todos os conflitos na bacia dos rios Verde e Jacaré. Nesse momento cabe-nos o levantamento dos principais conflitos pela água envolvendo camponeses que de algum modo estimulou as ações do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ).

²⁴ Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

das leis de proteção ambiental. Outrossim, fica ratificado que a característica natural do rio em ser temporário provoca certo comodismo, tanto da comunidade quanto das esferas competentes à solução dos problemas da poluição e regulamentação, por exemplo.

Mais um elemento importante que pode ser extraído da fala do entrevistado B é a presença do sindicato que representa os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ainda de forma limitada, esses organismos de classe fazem diferença na articulação de melhorias para os trabalhadores.

A condição classista aparece nas palavras dos membros, deixando nas entrelinhas a ideia de que a situação econômica garante a apropriação desse bem:

(...) hoje está tendo conflito. Nós estamos à beira de um possível colapso. Eu que sou irrigante – comecei a irrigar ainda na década de 80 – to impossibilitado de irrigar porque na época lá em Belo Campo²⁵ tinha cinco irrigantes, eu e mais quatro, hoje tem cem. E o pior é que em torno aqui da roça e muitas outras pequenas outras propriedades lá *os grandes foram comprando as terras e explorando, tem um produtor aqui que tem cem poços abertos lá em torno da minha roça e ele abre em profundidade 200 metros, a água só vai pra ele, a gente que não pode abrir um poço de 200 metros, fica sem água, a maioria dos pequenos agricultores hoje não tem água, só quem tem é os grandes.* (ENTREVISTADO A – grifos nossos)

É evidente “a violação dos direitos indissociáveis à terra e à água, essenciais à vida humana e à biodiversidade, atuais e futuras. A resistência e a mobilização social das comunidades nestes conflitos sinalizam uma esperança” (CPT, 2013, p. 95), que apesar de não ter dado resultados satisfatórios, denunciam o descontentamento daqueles que sofrem as imposições de um modelo que considera a água como uma mercadoria a serviço dos interesses de empresas e governos a elas ligados.

Mais um conflito apontado envolvendo o rio Jacaré encontra-se na Área de Proteção Ambiental (APA) Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, abrangendo parte dos municípios de João Dourado, Morro do Chapéu e São Gabriel, tendo uma área total de 11.900 ha (INEMA, 2014). Referem-se a invasões de Áreas de Proteção Permanente (APP) na margem do Rio Jacaré e entorno das Cavernas e dos Sítios Arqueológicos (Idem, ibidem). Nesse último, por conta dos sítios compõem “um cenário de importância científica única, registrada nas pinturas rupestres que existem nos paredões e nos abrigos de calcário” (Idem, ibidem) é possível perceber uma preocupação com a história do lugar enquanto elemento importante para mantê-la viva.

²⁵ Povoado do município de Lapão-BA.

Em relação ao rio Verde, os conflitos são mais notáveis, posto que os planos de irrigação e abastecimento humano em torno dele apresentaram financiamento público e interesses políticos. Esses fatores dão maior visibilidade, já que os conflitos envolvem desde agricultores até a população em geral e órgãos públicos federais e estaduais. Alguns casos já foram estudados²⁶, mas três apresentam projetos de exploração no campo que merecem destaque aqui: i) o conflito em torno da Barragem Manoel Novais (Mirorós); ii) conflito pelo uso da água em Lapão e; iii) conflito envolvendo o projeto “Baixio de Irecê”.

O primeiro conflito inicia-se em 1989 quando “o Rio Verde apresentou um rebaixamento no volume de suas águas, chegando a níveis críticos, impedindo aos irrigantes ribeirinhos que praticassem sua atividade” (CUNHA, 2009, p. 24). Os fatores que levaram a essa situação foram o represamento do rio com a construção da Barragem Manoel Novais (Mirorós) e as degradações que a bacia hidrográfica do Rio Verde já vinha sofrendo, tendo como principais atores envolvidos a CODEVASF e os irrigantes a sua jusante, no município de Itaguaçu da Bahia.

A barragem de Mirorós foi inaugurada em 1984, fruto do plano geral de 1966 que visava o aproveitamento do potencial hídrico do rio Verde, tendo a perenização como uma das finalidades do represamento com previsão de 250 l/s para a vazão ecológica do rio. Mas com a demanda popular por abastecimento público de água, em 1994 foi inaugurada a Adutora do Feijão que em projeto garantia 700 l/s para abastecimento.

O abastecimento humano nessa região era feito anteriormente por meio de perfuração de poços tubulares, e com o agravamento da escassez de água e depois de vários e incansáveis pedidos das populações envolvidas, o Estado da Bahia, no início da década de 90, decidiu pela construção de uma adutora, denominada “adutora do feijão”, que, até o ano de 2010, captou água da Barragem de Mirorós para atender ao abastecimento da população de 16 municípios da região. (FPI, 2014, p. 377)

Além disso, a necessidade de água para a irrigação, já que a economia regional estava afetada com a queda do feijão, gerou mais demandas em torno do rio Verde e, conseqüentemente, sérios conflitos, já que os produtores

(...) começaram então implantar os sistemas de irrigação principalmente com a fruticultura, especificamente com melão, com a manga e na área de horticultura, eles tentaram implantar a cebola, o tomate e assim por diante, com isso eles chegaram a instalar aproximadamente 250 a 300 motores captando a água do Rio Verde. Essas águas eram suficientes e se tornaram insuficientes pra atender os projetinhos de irrigação, com isso eles começaram a demandar a água e constataram que a água, que antigamente

²⁶ Ver CUNHA, 2009.

descia o Rio Verde estava armazenada na barragem de Mirorós, aí começaram a ter início os primeiros conflitos. Isso por volta da década de 80 a 1985, 86 por aí. Assim começaram a ter os conflitos, algumas comunidades lá do terço inferior começaram a demandar a água e eram provocados e algumas, a própria CODEVASF, da liberação de mais água para atender as suas necessidades e as suas irrigações situada nessa região do Rio Verde. (ENTREVISTADO C)

Os conflitos emanaram principalmente da população da jusante à barragem:

De 87 para cá, até 90, 95 por aí, houve várias lutas inclusive de moradores, produtores na margem do Rio Verde, reivindicando a indisponibilidade de água no rio quando fez o reservatório Mirorós. Então passou a regular a vazão do rio a partir do reservatório Mirorós – quando tinha o rio –, o leito livre então em período de estiagem ele ficava quase seco é verdade, tinha um volume de água naquela região toda ali dos Barreiros, Água Quente até Maravilha – que é município de Itaguaçu – com mais de 100km de calha de rio então você tinha vários produtores ali em torno. Não foi só Mirorós não, algumas intervenções alguns proprietários também fazendeiro que passaram também a reter, fazer pequenos barramentos no rio pra manter volumes de água em suas propriedades então ocorria que quando chegava o período com a implantação do assentamento de Almas – assentamento que demarcou os lotes específicos para irrigação –, então teve um volume de demanda de irrigação em Almas, aproximadamente 100 irrigantes dos 185 assentados que tinha em Almas mais de 100 irrigavam então você tinha uma média aí de 200 hectares irrigada quando faltava água no rio então esse pessoal se mobilizava sem contar outros irrigantes que ia no sentido do Rio Verde ali (sede Rio Verde distrito de Itaguaçu que dá nome também ao rio) então esse pessoal é prejudicado com as barragens à jusante e Mirorós teve caminhões de gente pra ir abrir barragens e reivindicar lá no DIPIM, CODEVASF abertura e por vários anos eu participei diretamente nessa negociações antes com Comissão e depois com o Comitê aí a gente já ia de forma mais organizada pra negociar abertura da vazão. (ENTREVISTADO F)

Enquanto a demanda por água crescia, a produção agrícola ampliava-se na perspectiva capitalista. Assim, além de privatizar água, a concentração da terra passava também a ter a lógica de mercado cada vez mais perversa, com valorização da área e investimento de empresários vindos de outras regiões, complicando cada vez mais a situação de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Em vista disso, os conflitos eclodiram envolvendo ribeirinhos e proprietários de terras ao longo das margens do rio, que improvisam barramentos, impedindo que ela chegue até as comunidades rio abaixo.

Toda a demanda pela água da Barragem de Manoel Novais, associada aos desmatamentos das matas ciliares, queimadas da vegetação em volta das nascentes do rio Verde, uso desordenado do solo, métodos de irrigação inadequados tem levado a um menor

represamento de água na referida barragem (FPI, 2014) que saltou de uma média de 160.000.000 m³ na época da inauguração para 10.000.000 m³ nos últimos cinco anos.

Os impactos não estiveram relacionados apenas ao rio – que deixou de ter a sua vazão ecológica de 250 l/s para 90 l/s na atualidade –, mas para toda a população atendida pela água desse reservatório. Os ribeirinhos à jusante da barragem não viam mais a água chegar às suas comunidades, cujo fato levou organizações civis a se manifestarem no ano de 2010, anunciando crises não só ambiental e econômica, mas também de ordem social, “se mobilizando em luta contra o que entendem ser uma discriminação, pois declaram que não estão sendo respeitados os usos prioritários da água, como a dessedentação humana e animal” (FPI, 2014, p. 378).

Alguns resultados foram alcançados por conta dos conflitos. Em relação ao abastecimento humano, que já passava por racionamento de água, o governo da Bahia foi forçado a construir, em caráter emergencial, a Adutora do São Francisco para levar água aos municípios que eram abastecidos pela Adutora do Feijão – que captava água da Barragem de Mirorós. Das dezesseis cidades previstas para serem abastecidas pela nova adutora, sete já recebem água do rio São Francisco desde 2013. No tocante aos irrigantes do DIPIM, estes tiveram seus projetos interrompidos no ano de 2012, sob orientação da Agência Nacional de Águas (ANA) de suspender a captação de água do reservatório. Tal situação poderia ter levado os produtores a repensar o modelo produtivo, entretanto passou longe a discussão de outras perspectivas que não seja a monocultura com vias a altos lucros. Ao contrário disso, muitos saíram para outros lugares abundantes em água como os municípios baianos de Juazeiro e Barreiras, já aqueles que não puderam deslocar-se perfuraram poços na tentativa de salvar seus investimentos.

Mais um conflito pelo uso da água na área do rio Verde envolvendo irrigantes, encontra-se no município de Lapão – um dos maiores produtores de cenoura do estado da Bahia. Desde 2008 essa cidade vem passando por problemas relacionados ao rebaixamento do solo, apresentando fendas e rachaduras tanto na área rural, quanto na sede do município.

Uma das explicações para o fenômeno é de que as fendas ocorreram em função da existência da captação de água clandestinas, lançamento de efluentes, fazendo uma grande rotatividade de água nas cavidades, sendo corroídas as paredes das cavidades de forma mais célere. Sabe-se que a região é conhecida pela grande quantidade de perfuração de poços sem atender às exigências legais. (FPI, 2014, p. 374)

O uso exacerbado da água para irrigação é apontado como a principal causa do desabamento do solo. Como se pode ver, não foram realizados estudos sobre a situação hidrogeológica antes da perfuração de poços. A saída imediata encontrada pelo órgão executor da política de águas à época, o Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ), foi a suspensão da captação de água na sub-bacia do riacho do Juá²⁷, (o qual é contribuinte do rio Verde desaguardo quando este passa no município de Uibaí) num trecho que vai da nascente até o povoado de Tanquinho (Lapão). Tal medida foi recomendada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco (NUSF) em 2009. Além disso, orientou a realização do cadastro dos usuários da água e fiscalização detalhada na área, bem como a efetivação de estudos hidrogeológicos que apontem a causa do desabamento do solo. Entretanto, este último não foi apresentado à sociedade até então.

O descaso tem causado indignação dos irrigantes que resistem à determinação do órgão e seguem utilizando a água de forma ilegal sob a justificativa de que não tiveram resposta sobre a real situação do riacho, nem tiveram subsídios do Governo para dar continuidade à sua produção em outros lugares de forma legalizada. Outros migraram para municípios vizinhos, a exemplo da cidade de Barro Alto, muitas vezes perante a forma clandestina de captação da água subterrânea. Assim, arrasta-se o conflito entre irrigantes e órgão gestor das águas, atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

O terceiro conflito que tem dimensão a nível nacional refere-se à implantação do “Projeto Baixio de Irecê” e envolve diretamente ou indiretamente os municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Jussara e Sento Sé. A população atingida é composta por: agricultores familiares, fundo e fecho de pasto, quilombolas e ribeirinhos.

Conforme detalhes do *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*²⁸ existem no mínimo vinte e três comunidades impactadas com o projeto, “sendo que 18 são atingidas diretamente (perderam terras, ficaram impossibilitadas de desenvolver a agricultura, criação de animais, entre outras coisas) e cinco indiretamente” (FIOCRUZ, s/d). Algumas comunidades estão na região há mais de cem anos; outras com menos tempo de vivência as quais foram expulsas pelas obras da barragem de Sobradinho-BA.

²⁷ Em vários documentos e matérias sobre esse riacho aparece a nomenclatura Jaú, mas como a população local reconhece-o como riacho do Juá, optamos por utilizar esta última.

²⁸ Elaborado pela FIOCRUZ em parceria com a FASE e o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde seu objetivo é, a partir de um mapeamento inicial, apoiar a luta de populações e grupos atingidos/as em seus territórios por projetos e políticas de desenvolvimento consideradas insustentáveis e prejudiciais à saúde por tais populações, bem como movimentos sociais e ambientalistas parceiros. Ver <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=536>

O conflito iniciou-se assim que as comunidades perceberam que podiam ser expulsas de suas terras. Em 2008, quando o projeto se apresentava com possibilidade de funcionamento é que algumas organizações como a CPT - BA/SE e as Dioceses de Barra, Irecê, Bom Jesus da Lapa e Barreiras encaminharam um documento às autoridades pedindo a paralisação das obras e um diálogo com as comunidades atingidas.

O principal motivo teria sido a grilagem das terras na década de 1970 e 1980 por fazendeiros, empresas e às vezes contava com envolvimento direto de políticos que:

ameaçaram, feriram e expulsaram as famílias camponesas destas terras. Posteriormente ao processo de grilagem das terras, foi criada a CODEVERDE, empresa que comprou as terras griladas com o objetivo de vender parte delas para CODEVASF implantar o projeto de irrigação. (FIOCRUZ, s/d)

É fato que desde o planejamento do Baixio de Irecê na década de 1950 a concentração de terras e de renda vem crescendo na região. As grandes empresas chegam e não se preocupam com questão fundiária, ambiental ou social, prevalecendo sempre a prosperidade econômica. A CODEVASF, responsável pela execução das obras, argumenta que o projeto é muito bom para a região, pois beneficiará 240.000 pessoas e que gerará cerca de 180.000 empregos direta e indiretamente.

Em dezembro de 2013, foi entregue um documento redigido pelas organizações sociais ao Ministério Público Federal demonstrando que

as terras, antes tradicionalmente ocupadas pelas comunidades, foram griladas por Ailton Moura, então cunhado de Antonio Carlos Magalhães, ex-governador e ex-senador da Bahia. Em seguida, ele repassou parte dessas terras para a Companhia de Desenvolvimento do Rio Verde (CODEVERDE), empresa que reunia sócios como a Odebrecht e o extinto Banco Econômico, que as vendeu para a CODEVASF. (FIOCRUZ, s/d)

As práticas de grilagem associadas a grandes empresas e políticos oligárquicos viabilizaram um cenário ideal para o capital desrespeitar qualquer direito referente à classe trabalhadora. Mas os embates não cessam por aí. No dia 29 de abril de 2014, várias famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam uma área do Baixio de Irecê imbuídos de reivindicar do governo, a garantia de terras para os acampados, além de apoiar a luta de centenas de famílias atingidas diretamente pelo projeto. Tal ocupação aconteceu em paralelo à 16ª Exposição Agropecuária da Região de Irecê (EXPOAGRI) que teve como tema: *Baixio de Irecê – Levando Esperança para a Economia da Região*, entendido pelos seus organizadores como uma questão extremamente “pertinente e atual,

visto que a nossa agricultura precisa de um projeto grandioso como o Baixio de Irecê para se restabelecer e com isso a nossa região voltar a ser produtiva e economicamente atuante” (EXPOAGRI, 2014).

Fica claro que os interesses se diferenciam a depender da classe social envolvida. Enquanto no primeiro caso, os trabalhadores e trabalhadoras do campo se preocupam com os modos de vida e com a socialização da terra e preservação das águas; no segundo, o interesse concentra-se em produção e economia, fazendo alusão aos “anos de ouro” proporcionados pela cultura do feijão. Conforme o professor Eraldo Ramos-Filho (2010, p. 10, grifos nossos),

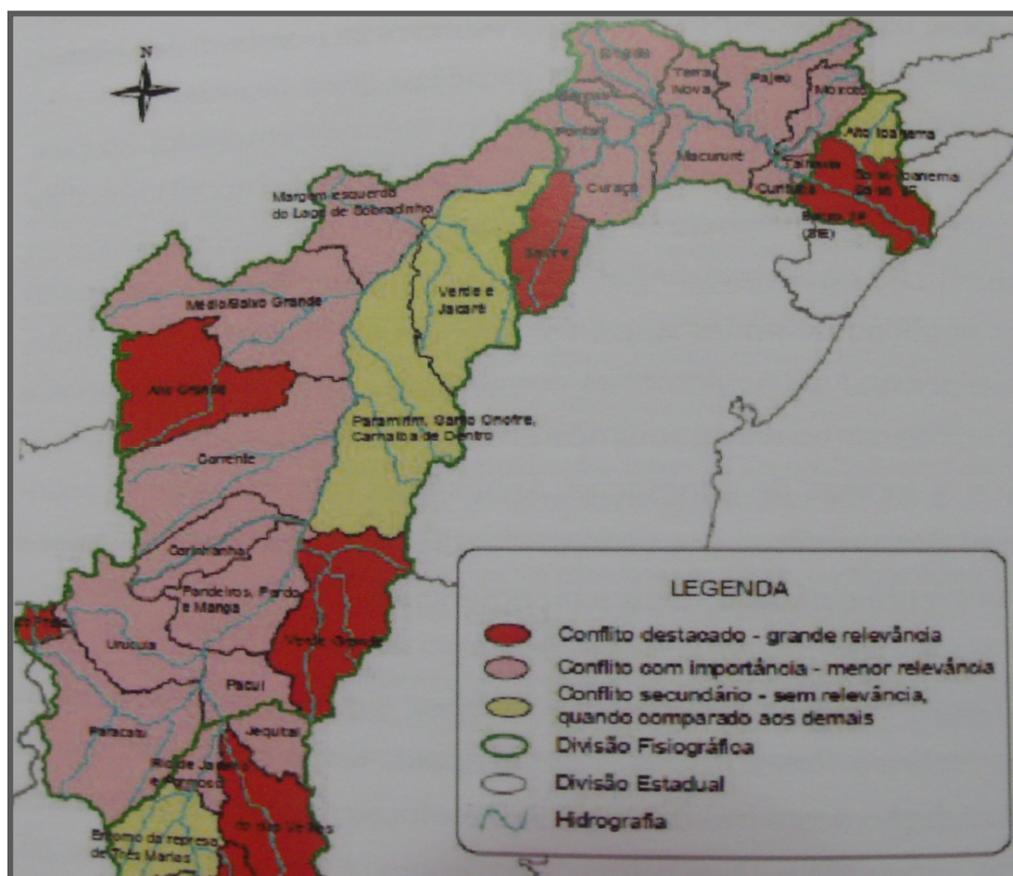
(...) a conquista e o controle da terra para o campesinato, sua territorialização comporta as funções de moradia, de trabalho, de vida. A terra representa um sonho para os camponeses expropriados, quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tanto sonhada torna-se o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais. *Para o campesinato o acesso a terra, quando convertida em território, representa a materialização da vida. Portanto, território aqui não é apenas terra. Mas, é terra, água, cultura, religião, floresta, política, economia, memória, etc.*

As denúncias apontam não só grilagem de terras em décadas anteriores, como também a “invisibilização das comunidades do entorno do empreendimento pela CODEVASF, os impactos sociais, no modo de vida e cultura das comunidades, e ambiental, com o assoreamento dos rios São Francisco e Verde” (FIOCRUZ, s/d). Na audiência pública realizada em 20 de maio de 2014 pelo Ministério Público Federal, os camponeses exigiram que a CODEVASF fosse obrigada a devolver as terras griladas, entretanto a empresa negou os fatos expostos pelos trabalhadores e afirmou não ter terra para doar às famílias acampadas.

É nítida a ligação entre Estado e capital na apropriação privada da terra e água. Aos trabalhadores e trabalhadoras resta a organização no intento de unir forças para superar esse modelo social que cada vez mais expulsa camponeses e exaure as fontes de riquezas naturais. Na região de enfoque deste estudo, todos esses conflitos, mesmo não configurando ações revolucionárias, provocaram instabilidade no âmbito do Estado que se faz representado na região por órgãos estatais e federais, de tal modo que se fez urgente a necessidade da intervenção, haja vista que a economia da região (agricultura) depende diretamente da água.

Conforme apontam os níveis de conflitos entre usos da água na bacia do São Francisco (figura 3), na bacia dos rios Verde e Jacaré eles são tidos como secundários em relação aos demais:

Figura 3 – Níveis de Conflitos entre usos da Água na Bacia do São Francisco
 Fonte: FPI (2014, p. 362)



Esses conflitos precisam ser discutidos dentro das instâncias competentes, contemplando o entendimento dos limites e desafios que o modelo produtivo adotado impõe ao enfrentamento dos problemas ambientais. Mesmo sabendo que é quando a sociedade começa a se organizar, em busca de combater a destruição ambiental, que o Estado trata de se inserir nos debates e controlar as decisões, é urgente e necessária uma análise crítica que compreenda as estratégias dos empreendimentos que cada dia mais avançam na perspectiva de fazer do campo apenas um lugar de negócio.

A síntese dos problemas ambientais decorrentes do modelo produtivo (quadro 1) adotado na região de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas esclarece que os conflitos pela água acontecem em função das mudanças ambientais advindas das práticas de apropriação do solo da água no viés do capitalismo.

Quadro 1 – Síntese dos problemas ambientais decorrentes dos projetos produtivos na região dos rios Verde e Jacaré
Elaboração da autora

| PROJETO PRODUTIVO ²⁹ | Mineração | Ciclo do Feijão | Irrigação |
|--|--|--|---|
| PERÍODO | Início do Século XIX até metade do século XX | Meados da década de 1960 até início de 1990 | Meados da década de 1990 até então |
| AÇÃO | <p>Exploração de ouro e diamantes nas proximidades do rio Verde;</p> <p>Agricultura e pecuária em torno dos rios Verde e Jacaré;</p> <p>Início da concentração de terras em torno do rio Jacaré.</p> | <p>Monocultura do feijão;</p> <p>Disponibilização facilitada do crédito bancário;</p> <p>Adoção dos princípios da Revolução Verde para orientar o modelo agrícola da região.</p> | <p>Mineração do Fosfato para produção de fertilizantes agrícolas;</p> <p>Fruticultura irrigada em no Distrito de Mirorós;</p> <p>Fábricas de agrocombustíveis em Lapão e Iraquara;</p> <p>Projeto Baixio de Irecê³⁰ com perspectiva de irrigação de frutas; legumes e verduras; grãos; cana-de-açúcar e oleaginosas.</p> |
| PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS | <p>Mineiros isolados e em grupos;</p> <p>Governo Imperial;</p> <p>Agricultores familiares;</p> <p>Latifundiários;</p> <p>Empresas mineradoras, como a Imperial Companhia Metalúrgica do Assuruá.</p> | <p>Governo Militar;</p> <p>BANEB³¹, Banco do Brasil; Banco do Nordeste.</p> | <p>Empresa Galvani;</p> <p>Governo Federal;</p> <p>Governo Estadual;</p> <p>Empresas privadas como CODEVERDE do grupo Odebrecht</p> <p>CODEVASF.</p> |

²⁹ Os títulos dos projetos produtivos indicados neste quadro foram escolhidos a partir do projeto hegemônico da época. O que é central na história da região foi o que prevaleceu.

³⁰ O projeto “Baixio de Irecê” foi planejado ainda na década de 1960. Inserimo-lo nesse período, pois ele passou a receber maiores recursos do Governo Federal a partir dos anos 2000, além disso, é a partir daí que ele avança para concretizar a produção que não foi iniciada até então.

³¹ O Banco do Estado da Bahia foi um banco estatal arrematado em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo Banco Bradesco no ano de 1999.

| | | | |
|------------------------------------|--|---|---|
| <p>PROBLEMAS AMBIENTAIS</p> | <p>Pequena presença da contaminação do leito do rio Verde.</p> | <p>Grande parte da vegetação nativa devastada, gerando degradação do solo;</p> <p>Poluição do solo e do aquífero pelo uso demasiado dos agrotóxicos;</p> <p>Erosão provocando assoreamento dos cursos d'água;</p> <p>Diminuição das chuvas na região.</p> | <p>Utilização de agrotóxicos demasiadamente;</p> <p>Alto número de perfuração de poços tubulares;</p> <p>Rebaixamento do solo no município de Lapão;</p> <p>Uso exacerbado das águas superficiais e subterrâneas.</p> |
|------------------------------------|--|---|---|

Os conflitos pela água são entendidos neste trabalho como o principal elemento impulsionador da organização nos Comitês de Bacias Hidrográficas. São eles que impulsionam diferentes instituições a buscarem alternativas contrárias ao modelo capitalista, para a questão da água. Infelizmente, sob o ângulo da regulação, o Estado capitalista foi criando estratégias para amenizar os conflitos pelo uso da água em todo o país. Na região dos rios Verde e Jacaré ele não se efetiva de forma diferente: amortece as lutas e transforma as organizações populares em parceiras da administração pública. No capítulo seguinte apresentaremos nossa leitura acerca desses conflitos e de como se institui os colegiados ambientais enquanto mecanismo de controle mediado pelo Estado.

CAPÍTULO II

O ESTADO, A GESTÃO PÚBLICA DE ÁGUAS NA BAHIA E O COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

“É em um contexto de profunda apropriação privada do que é público que a participação vira a palavra mágica para garantir um papel ativo e de protagonismo da sociedade civil. Como as bases concretas em que esta intencionalidade acontece não são explicitadas, na aparência tudo fica diluído e as finalidades existentes em projetos de diferentes agentes sociais tornam-se ideologicamente escamoteadas. Logo, parece que vivemos em uma sociedade harmoniosa e plural, em que a convivência social se dá sem conflitos e disputas derivadas das desigualdades. O efeito prático é a legitimação da dominação por intermédio da despolitização, do esvaziamento do debate público, da criminalização dos movimentos sociais e da discriminação daqueles que estabelecem a crítica ao status quo.”

Educação Ambiental e participação popular (Frederico Loureiro, 2010).

O objetivo deste capítulo é fazer uma reflexão de como as formas de condução da gestão pública das águas na Bahia, em especial na região das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, no intuito de compreender como tem se dado a mediação dos conflitos, no viés da participação social por meio de colegiados ambientais. Para tanto, faz-se necessário compreender o papel do Estado na apresentação de Políticas Públicas³² que adotam a gestão participativa como mecanismo de Gestão de Águas no Brasil. Aqui será recuperado e analisado seus aspectos históricos e legais. A proposta não se trata de uma revisão da legislação de águas, mas um levantamento das questões básicas necessárias à compreensão da gestão participativa via comitês de bacias hidrográficas. Nesse sentido, o trabalho evidencia os desdobramentos positivos e negativos para a classe trabalhadora no comitê supracitado. Encontra-se dividido em três partes, a saber: i) *Estado Regulador e a participação enquanto espaços de disputas sociais*; ii) *Marco legal da gestão de águas e a participação via Comitês de Bacias Hidrográficas*; iii) *Conquistas e limites no Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré*.

³² Ao tratarmos de Políticas Públicas, neste trabalho, nos referimos às ações desenvolvidas no âmbito do Estado para atender demandas sociais, sem necessariamente satisfazer os anseios dos grupos sociais que as pautam e reivindicam. Vários estudos já cuidaram em fazer uma classificação das Políticas Públicas (FREY, 2000; LAVINAS, 2000; BELLONI, MAGALHÃES, SOUSA, 2001). Nosso foco aqui é situá-las num cenário permeado por uma correlação de forças, com suas ideologias e posições políticas.

2.1 ESTADO REGULADOR E A PARTICIPAÇÃO ENQUANTO ESPAÇOS DE DISPUTAS SOCIAIS

As diferenças climáticas num país com a vasta extensão territorial do Brasil configuram diferenças significativas em cada região. Enquanto algumas sofrem com o excesso de água, outras padecem com a seca. Isso implica diretamente no acesso a água pelos seres humanos. Mas não são somente os aspectos geográficos que permitem essa diferença na distribuição de águas. O sistema capitalista conduziu um processo de formação territorial potencializadora de conflitos exigindo políticas públicas formuladora de instrumentos de mediação nos seus usos.

A partir da cobrança popular, alguns mecanismos foram criados, mas não foi suficiente para permitir que milhares de pessoas tivessem o acesso à água garantido para a produção da vida. A intervenção do Estado mediante políticas públicas que permitem a participação social são exemplos de estratégias que, vistas dialeticamente, agregam desde determinações do projeto capitalista até ações populares na perspectiva socialista, portanto, são entendidas aqui como espaços de disputa na atualidade. Isso é essencial para compreender a dinâmica das ações na gestão de águas: ao tempo que algumas conquistas são concretizadas, abre-se mão de projetos que outrora eram o centro dos debates travados pelas organizações populares na luta pela água.

O Estado capitalista, desde o seu surgimento até hoje, vem alterando suas formas de acordo às mudanças no setor econômico. Sua origem reside exatamente “na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social apropriou-se daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho” (MENDONÇA, 2012, p. 349). O Estado não pode ser compreendido por si mesmo, mas no âmbito dos processos históricos e nas relações materiais da existência socialmente constituídas.

Na Grécia, suas primeiras manifestações já demonstravam que seria um poder público especial, pois o Estado antigo foi o primeiro possuidor de escravos para mantê-los subordinados. Já o Estado feudal serviu como órgão da nobreza para manter submetidos servos e camponeses. O Estado moderno contribuiu para explorar a força de trabalho assalariada pelo capital e; o Estado neoliberal diz não intervir nas ações do mercado, mas se empenha em transferir suas responsabilidades para a iniciativa privada (saúde, educação, previdência social), ficando apenas como um fiscalizador das ações. De acordo com Orso *et al* (2011, p. 9):

No passado, os antagonismos de classe eram resolvidos em lutas abertas e declaradas. A partir da modernidade, para continuar mantendo seus privilégios, a burguesia detentora da propriedade e dos bens produzidos pelos trabalhadores erigiu o Estado como árbitro para defender seus interesses. A partir de então, o Estado, que não é neutro, mas, sim, de classe,

se constituiu num instrumento da classe que detém a propriedade para gerir e defender seus interesses. No entanto, de acordo com as transformações sociais e econômicas, com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o Estado também vai sendo reformado para, em cada momento e em cada sociedade, cumprir este papel, qual seja, o de defender os privilégios da classe dominante.

Apesar das suas formas serem alteradas, suas características centrais vem perpetuando ao longo do tempo: o Estado assegura as riquezas individuais e consagra a propriedade privada. De acordo com Engels, quando os homens pensaram o Estado, este já fazia referência a “uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (2010, p. 137).

Na organização social capitalista, assim como em outras formas sociais classistas, uma estratégia da classe que detém o poder econômico é também se apropriar do poder político (MENDONÇA, 2012). Nesse sentido, o governo do Estado se configura enquanto um comitê que gerencia os interesses das elites (MARX; ENGELS, 2003), garantindo a proteção da produtividade do sistema capitalista.

O Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente. (MÉSZÁROS, 2009, p. 109)

Por isso, Marx e Engels (2003) definem o Estado como um instrumento da classe dominante, que se manifesta enquanto o produto do antagonismo incompatível das classes. Os interesses do Estado costumam ser os mesmos interesses do mercado, portanto não deixa dúvidas que é um instrumento cooperador para a manutenção do capital. Decorrente da divisão social em classes, conseqüentemente, ele procede por meio de regras e medidas aptas a manter os dominados nessa condição sem se rebelarem contra os grupos dominantes que asseguram e ocultam a apropriação dos bens materiais. Nessa empreitada, criou-se uma imagem ilusória do Estado, por parte da própria burguesia, como sendo um aparelho que se posiciona entre os interesses coletivos e os interesses do capital, quando na verdade ele serve para amenizar os conflitos e manter os limites da ordem. Marx e Engels foram incisivos ao considerar que as lutas não podem se restringir ao âmbito do Estado, por exemplo: luta pela democracia; luta por direitos; etc. Ao contrário disso, defenderam que as lutas deveriam acontecer na tentativa da superação do *status quo*, inclusive da superação do Estado.

O contexto permite afirmar que a divisão social em classes, determinada pela propriedade privada, define relações não harmoniosas, gerando lutas e conflitos. Isso faz com que a classe dominante, para garantir a continuidade dos seus privilégios, busque reformas na estrutura estatal, já que ela se encontra, também, como responsável por diminuir as mazelas sociais. Uma das saídas do capital tem sido a transferência de determinadas funções do Estado, para a iniciativa privada fazendo uso dos mecanismos da: “a) privatização (transferência de empresas estatais para a propriedade privada); b) terceirização (dos serviços de apoio à administração pública); c) gestão participativa (por parte da sociedade, entidades e organizações não governamentais)” (ALMEIDA, 2011, p. 20) que se transformam em políticas públicas ou estratégias.

Todavia, ao Estado, cabe a tarefa de evitar que a população perceba nessas reformas sua intenção de contribuir para combater à luta de classes por meio da destruição dos organismos da classe trabalhadora, como os sindicatos e os movimentos de lutas sociais. Isso reflete suas contradições: enquanto garante as condições para o fortalecimento das elites, o Estado se diz preocupado com as questões sociais, incentivando uma participação (setorizada) dos indivíduos na gestão pública. As constantes reformas no Estado são relações enviesadas de contradições, haja vista que não são determinadas apenas pela classe dominante, mas também pela força popular, ou seja, “ao mesmo tempo em que reproduz, produz e legitima formas de dominação ou convivência, é a instância de *garantia do sentido público e de universalização dos direitos que asseguram igualmente o acesso ao que é comum*” (LOUREIRO, 2010, p. 117 - grifos nossos).

O sistema sociopolítico contribuiu para a fragilização das lutas sociais e em contrapartida, desencadeou na transferência, para a população mais carente, a responsabilidade de resolução dos seus problemas históricos. A forma mais expressiva desse deslocamento que o capital faz das lutas sociais para a afirmação e materialização é o “terceiro setor”. Criado por conta da necessidade da manutenção de uma ordem insustentável que, por não encontrar meios perante as contradições de classes, incute na mente das pessoas que a participação na gestão pública é a saída para que se minimizem as diferenças sociais.

No entanto, esse não é um fenômeno novo na história do capitalismo. De acordo com Marx e Engels (2003), já no século XIX uma parte da sociedade tinha interesse em reformar o cenário capitalista, porém sem rompimento do modelo instalado. A intenção era, simplesmente, resolver os problemas sociais com medidas pontuais. No prefácio à edição inglesa do *Manifesto do Partido Comunista*, publicada em 1888, Engels afirma o seguinte:

Em 1847, entendia-se por socialistas, de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos (...); e de outro, os *vários curandeiros sociais*, que, por meio de todos os truques, pretendiam eliminar os problemas sociais, sem constituir perigo para o capital ou o lucro. (ENGELS *apud* MARX e ENGELS, 2003, p.13)

Fazendo uma relação entre a obra de Marx e Engels e o atual cenário social, o “terceiro setor” tem representado esses “curandeiros” nas últimas décadas. As instituições se fundam no seio dos movimentos sociais, mas quando começam a caminhar e a serem financiadas por recursos públicos e/ou privados tornam-se mais uma estratégia de o capital se renovar e se manter enquanto modo de produção social.

Uma parte da sociedade deseja remediar os custos sociais. E a burguesia se inclui aqui no sentido de garantir a sua continuidade: aqueles que procuram melhorar as condições da classe operária, os organizadores de beneficência (...), enfim, os reformadores de gabinete de toda categoria. (MARX; ENGELS, 2003, p. 53)

Conforme os autores supracitados, os socialistas burgueses querem as vantagens das condições sociais modernas sem suas lutas e perigos. Esse grupo não tem como objetivo a abolição das relações burguesas de produção que só pode ser realizada pela revolução. “Tais reformas não afetam as relações entre o capital e o trabalho” (Idem, *ibidem*, p. 63), alcançando apenas reformas com política pontuais e para agrupamento sociais específicos. Embora os fundadores das entidades não governamentais tenham se articulado, no início da militância, a movimentos sociais com o ideal revolucionário, com o passar do tempo suas ações se tornaram reivindicatórias e partícipes do projeto capitalista.

O “terceiro setor” tem sido considerado uma esfera mais ágil, democrática e popular. Entende-se aqui que ele é um fenômeno real que está inserido, além de ser produto da reestruturação do projeto capitalista, pautado nos princípios neoliberais. Por isso acentuamos que esse termo tem intencionalidade ligada diretamente ao interesse do capital em fazer um recorte do social em três esferas: a) 1º Setor: Estado (cuida apenas dos problemas políticos); b) 2º Setor: Mercado (cuida dos interesses econômicos) e; c) 3º Setor: Lutas em Esferas/segmentadoras (é representado pelas organizações civis – não-governamentais – que cuidam do social) (MONTAÑO, 2007).

As instituições que compõem o “terceiro setor” desenvolvem atividades públicas, porém se constituem de direito privado. São muito conhecidas como agências públicas não-estatal. Suas ações se apoiam em interesses particulares com importância públicas, e o valor é a solidariedade no intento de dar respostas às demandas sociais.

O arranjo aponta que a forma utilizada pelo capital para responder as demandas sociais é setorialista e localizada, transferindo a responsabilidade de resolução dos problemas para o próprio grupo que busca a mudança. Isso acarreta sérios problemas para a classe trabalhadora que vê a constante conciliação das classes e criminalização dos movimentos sociais. Por outro lado, esse fato permitiu ao povo a inserção da sua opinião nas decisões sociais, por meio de diversos instrumentos de participação garantidos pela Constituição Federal de 1988, a exemplo dos conselhos, comitês e colegiados.

No cenário mundial, a participação via conselhos está presente há quase três milênios como forma embrionária de organização dos diferentes grupos sociais – hebreus, gregos, romanos, visigodos – (ANDRADE; ALMEIDA, 2012). Na Grécia Antiga, as assembleias públicas reuniam parte³³ da população para decidir os rumos políticos e os conselheiros eram escolhidos pelos critérios da sabedoria e do respeito. A Europa Medieval também contou com experiências de conselhos. O de maior expressão se deu na Itália por volta do século X, que tinha como funções: “a) criação de novas estruturas e poderes políticos urbanos; b) reorganização do território provincial (*comitatus*); c) criação de um novo sistema produtivo, capaz de intenso desenvolvimento e auto-reprodução” (COLLIVA, 1998, p. 198).

Em várias partes do mundo os movimentos revolucionários foram conquistando espaços de participação, mas a burguesia nascente nos séculos XVII e XVIII cuidou logo de se apropriar dos resultados dessas vitórias e passou também a criar conselhos. A diferença é que estes eram especializados em assessorar os governos (*idem, ibidem*) e claro, a virtude da sabedoria e do respeito dos conselheiros fora substituída pelo poder da influência. Mas, à medida que a burguesia se articulava na busca por sua afirmação enquanto classe dominante o “proletariado nascente também desenvolvia seus mecanismos de articulação e isso poderá ser visto nos Conselhos de Fábrica (Itália), nos Conselhos de Operários (Alemanha), nos Soviets (Rússia) e no Conselho da Comuna de Paris (França)” (ANDRADE; ALMEIDA, 2012, p. 331). Esta última é tida como a primeira experiência na história da humanidade de gestão operária com base econômica cooperativista. Apesar de ter durado apenas 72 dias, esse momento demonstrou a possibilidade da classe trabalhadora governar pautada no socialismo.

Nesse mesmo período no Brasil, os conselhos foram construídos na contramão das experiências operárias supracitadas, haja vista que eles se encontravam ligados aos interesses privados dos grupos dominantes, que governavam sob aspectos paternalistas, clientelistas e assistencialistas. Porém, várias lutas populares foram se concretizando, comprovando que se

³³ Parte da população, já que mulheres, estrangeiros, crianças e escravos eram isentos do direito da participação.

fazia necessária a abertura das possibilidades para a sociedade participar e, assim construir novas formas de convivência social.

Não é possível datar a participação social no Brasil enquanto mecanismo de gestão, pois todo processo de manifestação popular dá rumos diferentes a ações institucionais. De acordo com Rocha (2008, p. 132), as manifestações populares não se davam por meio dos

canais oficiais, como os mecanismos eleitorais, mas por meio de rituais religiosos e grandes festas populares étnicas que refletiam a cultura local. O que se depreende desse episódio da história brasileira é que os repertórios de ação dos movimentos populares são construídos historicamente e os movimentos sociais desenvolvem, ao longo do tempo, uma diversidade de formas de protestos. Por exemplo: os trabalhadores aprenderam a fazer greve, os camponeses, a invadir terras, os estudantes, a fazer passeatas, e assim por diante.

Até a década de 1960 as manifestações se dirigiam para mudanças radicais na sociedade brasileira, mas com o advento do Regime Militar até meados da década de 1980 as lutas ganharam outra configuração. A não contemplação da participação social durante esse período, conhecido como ditador, fez com que os movimentos cobrassem por uma gestão participativa. A Constituição Federal de 1988 se apresenta como um instrumento essencial para essa nova forma de governo, pois

acabou absorvendo grande parte das reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte”, institucionalizando várias formas de participação da sociedade na vida do Estado, sendo que a nova Carta Magna ficou conhecida como a “*Constituição Cidadã*” pelo fato de, entre outros avanços, ter incluído em seu âmbito mecanismos de participação no processo decisório federal e local. Com referência à participação direta, a Constituição destaca o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. (Idem, ibidem, p. 136)

A participação direta, é contemplada na carta magna, em seu artigo 14, por meio do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988). Já para a democracia participativa, a lei maior estabelece os conselhos gestores nas esferas municipal, estadual e federal, a fim de permitir a participação de instituições governamentais, organizações civis, iniciativa privada na gestão e controle das políticas públicas.

E ao incorporar ao seu texto reivindicações das organizações sociais, a exemplo da atuação de indivíduos e organizações sociais na construção de políticas públicas de caráter social através de mecanismos participativos, a Constituição Federal deu espaço para os anseios populares. Nem a presença da classe dominante na elaboração da carta magna

impediu esse processo. Ao invés disso, foi utilizada como uma estratégia para afastar um movimento revolucionário, tornando-o um movimento de reivindicação passiva. Essa relação se intensificou na década de 1990 e, valendo-se aqui do pensamento de Antônio Gramsci, o “grupo dirigente tendeu a manter o melhor equilíbrio, não só para sua permanência, mas para sua permanência em condições determinadas de prosperidade” (GRAMSCI, 2000, p. 88).

Sem embargo, na atualidade, o termo participação vem sendo apropriado em todas as partes e é evidente que o conceito utilizado pelo Estado, desde a Constituição Federal de 1988, não é o mesmo que alguns movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) defendem. Enquanto tais movimentos apostam na produção coletiva da vida e na organização popular para romper com o capitalismo, o primeiro vê na participação uma estratégia para garantir o consenso e um falso “protagonismo” dos trabalhadores e trabalhadoras (LOUREIRO, 2010).

De acordo com Dagnino (2004), na década de 90 há uma outra noção de participação em disputa na conjuntura política e social da época. Para a autora, a idéia de participação passou por um processo de *ressignificação*, passando a ser vista como “participação solidária”. Essa noção de participação relaciona-se com a prática do trabalho voluntário e com a idéia de responsabilidade social de indivíduos e empresas. Nesse sentido, há uma despolitização do significado da participação social, pois se enfatiza uma noção de participação individualista, ligada a valores morais, desconectada do coletivo. Essa perspectiva traz impactos negativos tanto para o desenvolvimento e a efetivação dos espaços públicos participativos como para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social. (ROCHA, 2008, p. 145)

A lógica da gestão participativa por parte do Estado consiste em inserir trabalhadores/as num debate sobre os problemas sociais, entretanto, não lhe são garantidas as condições materiais objetivas para que as políticas públicas favoreçam suas necessidades. Pelo contrário, é um meio utilizado para que entidades convirjam opiniões num projeto comum, descaracterizando os conflitos presentes na prática social. Por isso, os espaços de participação agregam desde necessitados, até aqueles que expropriam essas pessoas dos direitos vitais. Então, o simples fato de permitir que outros segmentos sociais (empresas, poder público, etc.) determinem junto aos/as trabalhadores/as os rumos dos recursos públicos, desvalorizam-se os conflitos e enfraquecem-se as lutas.

nesse caso, os conselhos foram transformados em órgãos do Estado, com a suposta ideia de que eram órgãos criados para agir como instituintes das vontades da sociedade, logo entende-se que os conselhos passaram a ser vistos como espaços de mediação entre a sociedade e o governo; mediação essa pautada mais no consenso do que no dissenso (ANDRADE; ALMEIDA, 2012, p. 333-334).

Conquanto, essa forma de gestão não pode ser compreendida apenas pelo lado da usurpação dos conceitos por parte dos capitalistas. O arrocho autoritário vivido entre as décadas de 1960 a 1980 fizeram com que alguns movimentos sociais abrissem mão do seu ideário revolucionário e passassem a pautar reconhecimento identitário e cultural, direitos sociais, não levando à crítica radical do capital e suas formas de se reproduzir. Indubitavelmente, a Constituição de 1988 é resultado da pressão daqueles que sofreram as desigualdades sociais instaladas no país, por ora escamoteadas pelas ações caridosas e assistencialistas, promovidas primeiramente, por instituições religiosas e depois com a ajuda do Estado. Porém, as conquistas contemplaram também os interesses da classe dominante que ajudou à desconstrução político-ideológica da organização popular durante o regime militar. Mas isso não quer dizer, no geral, que as organizações sociais deixaram de acreditar na transformação. A participação social setorizada não pode ser vista somente como uma determinação institucionalizada pelo Estado. Ela é uma forma de resistência no atual modelo de produção da vida. Portanto, é fundamental compreender esse processo com base num método que vá além da análise romântica de que essa mudança foi suficiente para o país e da visão pessimista de que isso desconstruiu a possibilidade de modificar a sociedade. Faz-se necessário lançar esse debate, compreendendo seus limites e reconhecendo seus avanços, para criar possibilidades de expandir a luta pelo rompimento com o capital.

Todavia, é perigosa a institucionalização dessas formas de participação social porque esse fato dificulta até a cobrança dos direitos. Analisando mais de perto é fácil visualizar que:

Os conselhos no formato institucionalizado passaram a localizar-se na esfera e no espaço público, e por isso, tidos como voz dos segmentos por eles representados. Passaram a ser ditos como espaços autônomos, não estatais, apesar de terem representação do Estado e estarem vinculados a ele, uma vez que o legislativo aprova a sua lei e o executivo a sanciona e baixa decreto reconhecendo seus regimentos, bem como nomeando os conselheiros. Diante da situação, como apontar que os mesmos são autônomos? Está claro que há uma aproximação muito grande com a organização estatal. Numa concepção mais crítica, pode-se vê-los como órgãos de Estado e não de governo e sendo órgãos de Estado, como poderão bater de frente com o próprio Estado? (ANDRADE; ALMEIDA, 2012, p. 340)

Os discursos que envolvem a participação social, enquanto metodologia avançada de gestão pública na atualidade, deixam de contemplar sua atual relação com o Estado. Por isso, é facetada numa ideia de que os problemas podem ser resolvidos na base do diálogo e da técnica, sem ao menos mencionar a mudança na estrutura política, e quiçá a reflexão de que a inserção das organizações sociais na execução das tarefas, por meio da participação social,

não resolve os problemas estruturais da classe trabalhadora. A isso denominamos em estudo anterior de *camuflagem dos conflitos* (ALMEIDA, 2012).

Essa lógica incentivada pela carta magna se vincula à luta pela cidadania. Alertamos que esse pode ser um caminho arriscado, já que a cidadania apresenta limites à classe trabalhadora, impedindo-a de superar os empecilhos criados pelo capital. Embora os apoiadores da visão cidadã em sua luta social mencionem alguns aspectos que se aproximam da prática revolucionária, suas ações se desdobram meramente em caráter de mudança política, que não alteram o império capitalista.

A nível conceitual, Marlene Ribeiro (2012) ao situar o surgimento do termo “cidadania” na história da humanidade, demonstra que o fato do mesmo estar enraizado nos anseios dos proprietários gregos e reforçado na burguesia moderna impossibilita que ela rompa com as desigualdades sociais existentes:

Tanto na sua compreensão histórico-filosófica, oriunda da Grécia e reformulada na Europa no processo de constituição do Estado moderno, quanto na realidade da maioria das populações nos diferentes países, a cidadania assume a forma de discurso da civilização, da gramática, da língua, da escrita e da cultura dominante. Associada à propriedade dos meios de produção e de subsistência, entre os quais a terra, a cidadania identifica-se pela chamada “raça branca, de religião cristã, com prioridade para o gênero masculino. (RIBEIRO, 2012, p. 301)

É óbvio que uma concepção intrínseca ao projeto classista inviabiliza a emancipação da humanidade. A emancipação propagada se limita ao campo político. Esse é um degrau necessário, no sentido imediato, porque traz importantes benefícios por meio da conquista dos direitos e deveres, mas insuficiente para elevar homens e mulheres à superação da alienação da essência verdadeira dos fenômenos sociais.

A análise tecida pelo professor Ivo Tonet reforça que a lógica cidadã está inserida na estratégia reformista do projeto capitalista. No seu texto “Cidadão ou homem livre?”³⁴ o autor traz o conceito, propagado pelo sistema capitalista, acerca do termo cidadão: “indivíduo que tem direitos e deveres das mais diversas ordens e que tem no Estado a garantia de que estes direitos e deveres terão uma existência efetiva” (TONET, 2005b, p. 1). Nesse entendimento, a pretensão máxima dos indivíduos, na sociedade capitalista, é chegar ao patamar da cidadania, ou seja, participar ativamente do processo social.

A perspectiva de liberdade presente na proposta dos conselhos mediante a participação com vias a garantia da cidadania, não tem alterado o modelo social vigente, porque a

³⁴ Ver: <http://www.ivotonet.xpg.com.br>

liberdade conquistada se vincula aos pilares do capital. A atenção dada às “ações cidadãs” mimetiza a luta dos trabalhadores, incentivando-os à reivindicação e reformas no âmbito político, que em alguns casos melhoraram a vida das pessoas, mas também impulsionam o afastamento da classe trabalhadora da sua tarefa revolucionária. Não deve-se desconsiderar as conquistas advindas das ações cidadãs, já que elas beneficiaram, mesmo no campo imediato, a classe menos favorecida. O que não se pode é permitir que as conquistas dos direitos sociais por parte dos trabalhadores seja a atividade fim da luta social. A cidadania não é um ato revolucionário, apenas reformador, que garante aos sujeitos participação em determinados espaços políticos, o qual é apenas um dos meios para alcançar a emancipação humana a qual resultará da extinção da exploração do trabalho humano e da divisão das classes.

Por outro lado, essas cobranças vêm garantindo políticas públicas num sentido diferente da época em que o foco se dava num viés muito mais econômico que social e sempre chegavam de “cima para baixo”, não atendendo às demandas, seja em quesitos geográficos, sociais, econômicos, culturais ou ambientais. No intuito de amenizar a pobreza, as políticas anteriores não deram vistas à transformação; nem sequer inseriram as pessoas nos espaços educativos, culturais, etc. Porém, a pressão popular forçou uma nova forma de se fazer política pública que tendeu para a cobrança dos direitos e não mais uma luta incessante para o rompimento com o capital. É assim que o Brasil adentra os anos 1990: presenciando o deslocamento “de lutas sociais para negociação/parceria; do universal/estrutural/permanente para o local/focalizado/fortuito” (MONTAÑO, 2007, p. 200).

Influenciadas pelo Estado Regulador constituído na década de 1930 e reforçado na Constituição Federal de 1988, essas políticas se expressam:

com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis antecipadamente; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, da mesma maneira como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar de acordo com a configuração específica das políticas. (FREITAS, 2009, p. 8)

Nesse contexto, as políticas públicas desencadearam alterações significantes para a classe trabalhadora. Como resultado da correlação de forças entre classes antagônicas, elas são implementadas no âmbito do Estado com foco na diminuição das desigualdades sociais. Não obstante, também contribuíram para dar continuidade ao projeto do capital que não tem interesse em acabar de vez com a pobreza e sim manter os “miseráveis” dependentes do seu

projeto. Todavia, muito mais do que benesses do Estado, as políticas públicas são as formas possíveis, na dinâmica da lógica do Estado capitalista, dos trabalhadores e trabalhadoras acessarem a determinados bens públicos que não seriam possíveis sem sua organização e reivindicação. Mas insistimos que essas são conquistas parciais e limitadas, já que não superam o capital.

Segundo Poulantzas (1985), o Estado condensa as relações de classe e nessa condensação vive também no seu interior as contradições típicas da sociedade capitalista e as lutas de classes, por isso é necessário entender as políticas públicas a partir da política, enquanto um processo histórico, buscando identificar se elas são instrumentos capazes de ajudar na transformação social e não apenas como aparelhos do consenso.

O Estado, impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto –, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela. As políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 8)

Nesse caso, as lutas sociais apesar de, ainda, não ter colocado fim ao capitalismo, abriu um espaço para a disputa de decisões e implantação de políticas públicas que, aparentemente, resolvem problemas cotidianos. No Brasil, as cobranças incessantes por maior qualidade nos espaços de participação social levaram à atual presidenta da república a assinar o decreto nº 8.243, em 23 de maio de 2014, o qual institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). A PNPS tem o objetivo de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil (BRASIL, 2014). No artigo 2º, inciso II, os conselhos de políticas públicas são definidos da seguinte forma: “instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas” (idem, ibidem).

De acordo com o professor José Paulo Netto (2003), as políticas sociais não funcionam para apenas resolver os problemas, mas para promover acumulação e legitimação, próprias do Estado burguês. Mas isso não quer dizer que elas não são necessárias ou devem ser dispensadas, mas sim que a luta deve ser realizada com a clareza dos limites, sabendo que o poder político está condicionado ao capital. É preciso ter mais clareza ainda de que o Estado

aparentemente é um defensor das camadas pobres, mas essencialmente ele oculta e escamoteia a vinculação das políticas sociais na estrutura econômica e a acumulação capitalista.

Esclarecidas as limitações da participação social no âmbito do Estado capitalista, passemos a analisar a gestão participativa de águas.

2.2 MARCO LEGAL DA GESTÃO DE ÁGUAS E A PARTICIPAÇÃO VIA COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A princípio, a humanidade estabelecia normas reguladoras no uso das águas com base nos costumes, na cultura, em simbologias e crenças. Mas à medida que as sociedades foram se desenvolvendo, a escrita apareceu e permitiu registros sobre os usos da água. Júlio Rocha (2012, p. 127) traz o exemplo do Código de Hamurabi (1700 a. C.) que indicava preocupação com uso das águas, disciplinando-a da seguinte maneira:

“Se alguém é preguiçoso no ter em boa ordem o próprio dique e não o tem em consequência se produz uma fenda no mesmo dique e os campos da aldeia são inundados d'água, aquele, em cujo dique se produziu a fenda, deverá ressarcir o trigo que ele fez perder. - Se alguém abre o seu reservatório d'água para irrigar, mas é negligente e a água inunda o campo de seu vizinho, ele deverá restituir o trigo conforme o produzido pelo vizinho. - Se alguém deixa passar a água e a água inunda as culturas do vizinho, ele deverá pagar-lhe por cada dez gan (medida de superfície) dez gur (medida de volume) de trigo”.

O exemplo demonstra que as sociedades buscaram regras para lidar com a natureza, baseadas nas suas formas de organização. No Brasil não foi diferente. Os nativos regulavam o uso dos elementos da natureza através da cultura. A crença em espíritos eram as medidas que zelavam pelo uso regrado dos bens naturais, perseguindo aqueles que não utilizassem com moderação os produtos da terra. Quando os grupos se fixavam num local, logo construíam normas costumeiras de uso das florestas, das águas, das áreas de caça, de extração e plantio.

Com o desenvolvimento do país emergiu a necessidade de criar medidas legais para regular os usos dos bens naturais no Brasil. Historicamente várias Leis, Decretos, Resoluções, Emendas, Regimentos, etc. têm disciplinado o uso das águas³⁵. Nesse viés, as leis majoritárias

³⁵ Um dos primeiros instrumentos institucionais de gestão de águas presentes no Brasil data da década de 1850 e encontra-se no estado do Ceará, mas não é divulgado de forma ampla. A experiência se deu em função de uma disputa pelo uso da água, na cidade do Crato onde se cultivava cana-de-açúcar para a produção da rapadura. O aumento da procura pelo produto gerou sérios conflitos entre os agricultores, pois impedia que a água chegasse

brasileiras dissertaram³⁶, de algum modo, sobre as normas para o uso de águas: a Constituição Imperial (1824), assim como as Constituições Republicanas (1891, 1934, 1946, 1969, 1988). Mesmo não contemplando o domínio ou a proteção das águas trazem elementos importantes para se pensar na atualidade essa gestão que se quer participativa. É importante destacar que o período das constituições republicanas é marcado pela política hídrica enquanto mecanismo de manutenção dos currais eleitorais. No Nordeste essa prática ficou conhecida como Indústria da Seca³⁷.

O foco deste trabalho não é esboçá-las a fundo, como fez outras autoras³⁸, por isso limitar-nos-emos, aos detalhes da Constituição Federal de 1988, visto que ela exerce influência nas leis nacional e estadual de águas, o qual será debruçado adiante.

A primeira forma jurídica específica para a regulamentação dos usos da água aparece no Brasil República. Data de 10 de julho de 1934, o decreto de nº 24.643, que estabelece o Código de Águas, com o objetivo de estabelecer regras de controle federal para o

em comunidades localizadas mais distantes da Fonte da Batateira. Para resolver o problema, os moradores realizaram um pacto perante a justiça a fim de equilibrar o uso da água vinculado ao uso da terra, permitindo assim que este direito de uso fosse transferido para terceiros por meio da venda. Os mecanismos legais criados à época para solucionar o conflito foram: a Lei n.º 645 de 17 de janeiro de 1854 que dispunha um sistema de gerenciamento “marcado por garantir o direito de uso, prever mecanismos de fiscalização e sanção, bem como impacto sobre terceiros, e ainda possuir flexibilidade” (KEMPER et al *apud* HISSA, 2005, p. 71) e; o Auto de Partilha da Fonte da Batateira que tornou o direito de uso da água compartilhado entre quatorze sítios e a partir de então os proprietários têm-se considerado os donos do direito de uso da água, exercendo pacificamente durante cento e cinquenta anos, com exclusividade, o uso, a fruição, a disposição e a reivindicação sobre o direito de uso da água (*idem, ibidem*). Mesmo sendo ações mediadas pela figura do Estado, as demandas partem da população local na tentativa de solucionar um conflito. Felizmente, à época, os usuários da Fonte da Batateira no Ceará, de forma coletiva, definiram uma saída que contemplou igualmente todos os envolvidos. Isso demonstra as contradições presentes no Estado: nem todos os acordos pelo uso de águas no Brasil se deram de forma justa. Com o Estado mais organizado, as pressões passam a ser abrandadas por meio de leis que ao mesmo tempo em que garantem um direito popular, reafirma o projeto do capital.

³⁶ Instrumentos legais que dispõem sobre o uso da água no Brasil: Constituição de 1891; Código Penal de 1890; Código Civil de 1916; Constituição de 1934; Código de Águas de 1934; Constituição de 1937; Código Penal de 1940; Constituição de 1946; Código Florestal de 1965; Constituição de 1967; Lei nº 5.318 de 1967 que trata do Saneamento; Emenda Constitucional 01 de 1969; Constituição de 1988; Lei nº 9.433 de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos; Código Civil de 2002; Lei 11. 445 de 2007 que dispõe sobre as diretrizes do saneamento básico nacional.

³⁷ A Indústria da Seca se configurou com políticas direcionadas pela classe dominante, vinculadas ao argumento da seca para intensificar a má distribuição de renda e de terras contribuindo para que os grupos elitistas aproveitassem a especificidade da região em benefício próprio, conseguindo subsídios junto ao Governo. Excluía-se desses programas aqueles mais afetados pela estiagem: os sertanejos que trabalham na terra. Essa atuação política permitia aos latifundiários nordestinos e seus aliados políticos, nas diversas esferas de governo, a utilização do discurso acerca da seca para angariar recursos públicos a pretexto de combatê-la. Tais recursos eram aplicados em suas propriedades particulares, como por exemplo, a construção de açudes em suas terras, iludindo o povo de que o problema da falta de água seria resolvido. É nesse contexto, que os recursos conquistados junto ao governo federal para oferecer esmolas, como carros pipas e outras ações assistencialistas se disseminam como forma de ampliar os vínculos de dependência entre as populações locais e os velhos e novos coronéis do Nordeste. Vê-se que os recursos governamentais destinados ao combate à seca não atingiam a população mais castigada, beneficiando apenas as elites locais na concentração de terras e água. Essas políticas não visavam à superação dos problemas, ao contrário disso, elas eram propositalmente criadas e sustentadas na intenção de manter o povo do semiárido dependente dessa lógica de dominação (ALMEIDA, 2011).

³⁸ Inah Abreu Hissa (2005); Maria Eugênia F. Totti (2009).

aproveitamento hídrico, principalmente com fins industriais e energéticos (BRASIL, 1934).

Esta lei

(...) provém de um modelo de gerenciamento de águas orientado por tipos de uso. O preâmbulo reflete o pensamento da época da edição ao permitir ao Poder Público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas. Isso ocorreu devido à abundância dos recursos naturais naquela época existentes. As águas foram tratadas como um dos elementos básicos do desenvolvimento por serem matéria-prima para a geração de eletricidade, um subproduto essencial da industrialização. (HISSA, 2005, p. 24)

A água aparece enquanto recurso fundamental para a economia do país e já estão presentes instrumentos de gestão como autorização para uso e fiscalização, sempre realizados pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, e com foco na energia elétrica³⁹. É importante salientar que no documento, fala-se em desapropriação de terras apenas para a construção de obras públicas. A questão da ausência de terras com abundância hídrica para trabalhadores camponeses não é contemplada na referida lei.

TÍTULO III – DESAPROPRIAÇÃO, CAPÍTULO ÚNICO:

Art. 32. As águas públicas de uso comum ou patrimoniais, dos Estados ou dos Municípios, bem como as águas comuns e as particulares, e respectivos álveos e margens, podem ser desapropriadas por necessidade ou por utilidade pública:

- a) todas elas pela União;
- b) as dos Municípios e as particulares, pelos Estados;
- c) as particulares, pelos Municípios.

Art. 33. A desapropriação só se poderá dar na hipótese de algum serviço público classificado pela legislação vigente ou por este Código. (BRASIL, 1934)

Apesar de ter dado um salto ao estabelecer o regime jurídico das águas no Brasil, dispondo sobre sua classificação, utilização e aproveitamento do potencial hidráulico, o Código das Águas não alterou as estruturas em relação ao acesso à água por tantos brasileiros que teve esse acesso negado. Pelo contrário, admite a existência de águas particulares, abstendo-se dos debates sociais e priorizando aspectos econômicos, caracterizando-se em uso utilitarista, já que secundarizou outros usos para priorizar a indústria.

Este é, portanto, o marco normativo específico de águas no Brasil. Entretanto, constitui-se também, ironicamente, no marco regulatório para o setor de energia elétrica ao proporcionar os recursos legais e econômico-financeiros para a grande expansão deste setor, viabilizando a construção de mais de uma dezena de pequenas hidrelétricas nas décadas seguintes. (TOTTI, 2009, p. 06)

³⁹ Dos 205 artigos do Código de Águas, 60 tratam da normatização para o aproveitamento industrial (TOTTI, 2005).

O legado da centralização deixado por esta lei só é rompido na Constituição Federal de 1988, resultado de um movimento intenso de ambientalistas, iniciado a partir da segunda metade do século XX, que exigiam mudanças aos tratos ambientais. Essas mudanças são frutos do combate aos regimes ditatoriais da América Latina, pelas organizações populares que intensificaram as manifestações públicas na busca por descentralização de poder e estímulo à participação social, inclusive na temática da gestão de águas.

A preocupação com a escassez aliada à força popular fez com que os chefes de Estado também se articulassem. Exemplo disto é a Conferência de Mar Del Plata, realizada na Argentina, no ano de 1977, consolidando “a primeira reunião internacional envolvendo grande parte dos países do mundo para abordar temas referentes á água” (RIBEIRO, 2008, p.77) que se “configurou como um embrião de acordos e entendimentos para uma temática que, dada a sua importância estratégica, tem sido abordada cada vez mais no plano da imposição e da apropriação autoritária” (MACIEL, 2014, p. 5). Outro espaço em que os países se reúnem para discutir a água é no Conselho Mundial da Água⁴⁰ criado em 1996 a fim de promover o debate sobre possíveis crises da água por meio do Fórum Mundial da Água realizado trienalmente desde 1997. Ao todo são 54 países, incluindo o Brasil, e mais de 300 organizações, da administração pública dos Estados, corporações institutos de pesquisas, organizações internacionais e organizações não governamentais (VILLAR, 2012) buscando debater ações para apresentar saídas à falta de água.

No Brasil, os conflitos pelo acesso a água se intensificam entre as décadas de 1970 e 1980. Mas essas lutas, apesar do vigor, não canalizaram para uma mudança radical, apenas à abertura para a construção de políticas públicas com a participação popular. Dentro da perspectiva do Estado neoliberal, a solução foi a articulação dos indivíduos em espaços a fim de fazer a gestão juntamente com os órgãos do Estado. Em relação à gestão de águas no viés democrático e participativo, a Constituição Federal de 1988 foi um elemento decisório⁴¹, já que o gerenciamento indicado resultou de discussões entre poder público e associação de profissionais que atuam nas questões dos recursos hídricos.

Uma inovação da Constituição Federal de 1988 no tocante à questão das águas foi a determinação de que todos os corpos hídricos são de domínio público, competindo à União e aos Estados legislar sobre eles e, conseqüentemente, permitindo a estes entes federados a possibilidade de criar seus próprios sistemas de gestão. Os artigos 20, inciso III e 26, inciso I

⁴⁰ Ver <http://www.worldwatercouncil.org>

⁴¹ A Constituição Federal de 1988 conta com 10 artigos que, de forma direta ou indireta, dão bases para a gestão de águas no Brasil.

demonstram a composição na esfera federal do domínio das águas de rios de fronteira ou de limite interestadual, além dos rios que atravessam mais de um Estado ou país, e na esfera estadual os rios internos aos Estados e águas subterrâneas. Já o artigo 21, inciso XIX, a lei majoritária traz como competência da União “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direito de seu uso”⁴² (BRASIL, 1988).

Apesar de o debate sobressalente ser aquele que tem a Constituição Federal de 1988 como o marco dos avanços para a descentralização das políticas públicas, inclusive no tocante à questão das águas, na sua essência há muitas contradições. Incontestavelmente trouxe elementos que melhoram a vida política do país, inclusive ambiental, entretanto, solidifica a ideia de valor econômico e mercantilização da água, pois ao mesmo tempo em que define a água como um bem público, essa mesma constituição estabelece o direito à propriedade privada. A citação esclarece os verdadeiros interesses que estão por trás da carta magna:

a denominada “publicização da água” na Constituição de 1988 cumpre função semelhante à que desempenhou a Lei de Terras em 1850. Embora tenha tornado as águas públicas, esse processo foi necessário para a privatização da água e a sua transformação em mercadoria. Tanto no caso das terras quanto no das águas, o Estado teve função de destaque nessa espoliação. Sem o Estado seria impossível acabar com o direito à propriedade privada sobre a água, que dava a cada indivíduo a garantia ao seu livre uso para satisfação de suas necessidades essenciais. Em primeiro lugar, há que se indagar como seria possível outorgar, por meio de autorização ou outro instituto, o uso da água a grandes sociedades empresariais antes da Constituição de 1988, com a vigência do Código de Águas que garantia a propriedade particular sobre esse recurso. A proteção a esse direito inviabilizava completamente o negócio da água. Não seria admitido que se fosse retirado o direito à propriedade da água dos particulares para simultaneamente se outorgar esse bem a outro particular para que este, de forma onerosa, auferisse lucros na revenda do produto para os mesmos particulares que haviam sido expropriados. Conclui-se que a expropriação constitucional das águas particulares levada a cabo pelo poder constituinte foi bastante conveniente para os interesses dessas sociedades privadas se prescindir mesmo do correlato direito à indenização para todos os atingidos pela expropriação. Igualmente, a vedação do uso comunitário das águas subterrâneas dos poços, inclusive com o estabelecimento de sanções fundamentadas na propriedade pública da água, obriga todos os cidadãos a consumirem a água-mercadoria das sociedades empresariais titulares das outorgas e concessões, mantendo elevados os lucros dos sócios. Esse parece ser um dos sentidos da evolução legislativa da matéria relacionada à gestão da água. A expropriação do direito a água pelo Estado tem sido justificada principalmente pela ameaça futura de escassez. Essa “crise” da água com suas causas e conseqüências, poluição, desperdício, má distribuição, guerras, suscita diversos diagnósticos e, conseqüentemente, diferentes soluções. Significativa maioria dos especialistas recomenda como resposta ao problema a adoção de novo modelo de gestão dos recursos

⁴² Isso vem a ser cumprido na Lei nº 9.433 de 1997 que estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

hídricos. Esse modelo corresponde essencialmente em dotar a água de “valor econômico”, ou seja, vedar o acesso a água por outro meio que não seja o pagamento. Transformar a água em mercadoria seria suficiente para garantir sua utilização de forma racional. (GOMES, 2010, p. 6488)

Apesar de colocar a água como um bem comum, a Constituição Federal de 1988 cria mecanismos de acesso que perpassa pela lógica capitalista que é o pagamento pelo uso. Mais que isso, os grupos expropriados desse direito são “convidados” a se articularem junto àqueles que detêm a autorização para uso (setores da irrigação, energia elétrica, navegação, lazer, turismo, pesca e abastecimento humano) e aos que executam políticas (poder público – federal, estadual e municipal) em comitês de bacias hidrográficas a fim de melhorar os cuidados com a água.

De todas as contradições presentes, uma é considerada central neste trabalho: o incentivo à participação social. Os movimentos sociais envolvidos na luta pela água, ao invés de fortalecerem suas reivindicações por acesso de todos à água, passam agora a ter outro papel, qual seja, o de participar da gestão pública, que com as condições colocadas, o olhar passa a ser para questões internas, deixando de questionar os problemas do capital, inclusive as imposições referentes aos usos da água. Com essa nova configuração política, as deliberações e as ações dependem também do apoio financeiro dessas instituições ou do Estado, limitando assim as críticas sobre estes setores.

No tocante à temática da água, essas orientações são melhores estruturadas na lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997⁴³. Conhecida popularmente como a “Lei das Águas”, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (BRASIL, 1997). Tal modelo é influenciado pela gestão de águas francesa e a orientação dada é que a descentralização ocorra via bacia hidrográfica e a participação por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Esses princípios foram baseados na agenda 21⁴⁴.

A “Lei das Águas” apresenta algumas inovações por meio dos seus fundamentos, a saber: a) estabelece que a água seja um bem de domínio público; b) considera a água enquanto um recurso limitado, dotado de valor econômico; c) determina que em estado de escassez, a prioridade seja para uso humano e dessedentação de animais; d) orienta que a gestão dos recursos hídricos proporcione o uso múltiplo das águas; e) fixa o território de

⁴³ O projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional em 1991, mas só foi votado seis anos depois. Nesse intervalo várias leis estaduais foram promulgadas, inclusive na Bahia, por meio da Lei 6.855/1995. Isso explica o motivo da lei de águas da Bahia de 1995 não tratar especificamente a criação dos comitês de bacias hidrográficas, etc.

⁴⁴ Acordo assinado em 1992 no Rio de Janeiro por 170 países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92.

planejamento da gestão de águas: a bacia hidrográfica; f) institui uma gestão que pressupõe a participação da sociedade (BRASIL, 1997).

Os seus objetivos são expressados no 2º artigo:

- I – assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II – a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. (Idem, ibidem)

Apesar de fazer referência à garantia do acesso à água a todas as gerações humanas, a lei em nenhum momento trata das formas de fazer com os que tiveram o direito à água expropriado, acessem esse bem. Nas entrelinhas fica a ideia de que esse acesso é apenas para aqueles que podem pagar por ela!

Já os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos fazem menção à questão econômica. Basta observar os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água em classes, a outorga dos direitos de uso, a cobrança pelo uso, a compensação a municípios e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), que percebe-se a ligação direta à economia.

A “Lei das Águas” define a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento hídrico, com o objetivo de assegurar a preservação, o uso, a recuperação e a conservação dos recursos hídricos, em condições satisfatórias para os seus múltiplos usuários e de forma compatível com o desenvolvimento equilibrado e sustentável da região (BRASIL, 1997). Essa escolha fundamenta-se no princípio de que essa escala permite observar melhor as características econômicas, sociais e naturais da região e, em consequência, criar políticas mais adequadas às particularidades locais:

Com a definição da **bacia como unidade territorial** cria-se um novo espaço de atuação para as políticas públicas, para além do pacto federativo, o que é muito interessante, pois a história do ser humano sempre esteve ligada aos mananciais e bacias hidrográficas. (DINIZ; MARANHÃO, 2011, 77 – grifos dos autores)

Geralmente, a bacia hidrográfica é entendida como a área na qual ocorre a captação de água para um rio principal e seus afluentes devido às suas características geográficas e topográficas, ou seja, “é a região compreendida por um território e por diversos cursos d'água” (ANA, 2011, p. 11). Mas a referida lei vai além das características físicas e considera também os aspectos sociais na definição do território de gestão de águas. A demarcação

contempla as atividades desenvolvidas num determinado espaço, ultrapassando o sentido geográfico e considerando, também, as manifestações culturais e os aspectos socioeconômicos presentes numa determinada região. Isso é um avanço, pois permite o reconhecimento das vivências e do cotidiano da classe trabalhadora que depende diretamente da natureza para sobreviver.

A bacia hidrográfica é uma região definida como ‘uma área da superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, num determinado ponto de um canal fluvial’ (COELHO NETTO, 2007, p. 97 apud MACHADO & TORRES, 2013, p. 40). Além da dimensão natural, a bacia hidrográfica deve ser considerada também sob a perspectiva social, uma vez que é constituída por diversas expressões materiais do trabalho humano, como cidades, plantações, estradas e indústrias. (MACIEL, 2014, p. 9)

Para dar conta das orientações da Constituição Federal de 1988 em relação a participação social, a realização dessa gestão passa a ser colegiada, via Comitês de Bacias Hidrográficas, os quais, aparentemente representam um avanço para a gestão pública brasileira, entretanto, mimetizam os esforços daqueles que lutam por uma melhor sobrevivência humana e das espécies do planeta.

A lei 9.433/1997 determina que os mesmos componham o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tendo como área de atuação: i) a totalidade de uma bacia hidrográfica; ii) sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário ou; iii) grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas (BRASIL, 1997).

Dentre suas competências estão: a) promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; b) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; c) aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; d) acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; d) propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; e) estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; f) estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo (idem, ibidem).

Os comitês nasceram com “os objetivos de incorporar a pluralidade de interesses na gestão, elaborar projetos e controlar a eficácia e aplicação dos recursos financeiros e universalizar as informações existentes e produzidas sobre os recursos hídricos” (MACHADO *apud* ANA, 2013, p. 8) e desde a década de 1990 eles têm valor imensurável para o processo de gestão de águas. São entendidos, portanto, como fóruns “em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia” (ANA, 2011a, p. 11), ou seja, são espaços singulares para a manifestação de diversidades ambientais e expressam a atuação de um projeto político-institucional que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns. Representam a base da gestão participativa e integrada da água, conseqüentemente, os comitês têm sido também espaços de disputas, já que neles se legitimam os destinos e as formas que, teoricamente, se dão aos usos da água.

As atribuições desses colegiados são muitas e, mesmo como entes da administração pública direta, por sua vez, atores limitados nas mudanças sociais, se dessem conta delas já seria uma melhoria para a gestão de águas sem dúvida alguma, ainda mais olhando o cenário político antecedente a essas mudanças. No entanto, quando são analisadas algumas questões que deixam de ser tratadas na lei, a exemplo das comunidades que até hoje não tem acesso a água potável, mesmo o rio e canal de distribuição passando a alguns metros, percebe-se que as lutas em torno da água, de certo modo, são arrefecidas pelos instrumentos jurídicos.

Outra preocupação é que todas essas atribuições devem ser resolvidas por meio de acordos entre culpados e vítimas, e nem sempre é refletido que o consenso pode não ser democrático, mas sim a prevalência da força do melhor argumento, permeado de ciência e técnica. Daí o perigo para a classe trabalhadora em ter envolvimento de entidades que representam diversos pensamentos – conservacionistas, preservacionistas, ambientalistas, acadêmicos, profissionais, governo, empresários – enfim, todos juntos decidindo sobre o que deve ser feito ou não com a água. Vale ressaltar que no Brasil, esses conselhos muitas vezes “não são paritários e têm maior influência dos técnicos” (ROCHA, 2012, p. 134) que atuam em órgãos estatais. E logicamente, “os representantes mais bem organizados e conscientes tendem a dominar as decisões” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007, p. 87).

Si los consejos y los foros integran de hecho empresarios y trabajadores, contaminadores y contaminados, figuras híbridas entre Estado y sociedad, lo hacen, sin embargo, en esta condición homogénea de *socios*, que diluye cualquier diferencia de papeles sociales, de responsabilidad o de poder. Se reparte equitativamente, por ejemplo, Los tormentos de la materia la responsabilidad por la contaminación y por su superación en las Agendas XXI locales. Sin embargo, los contaminadores tienden a no exponer allí sus

informaciones sobre el riesgo que producen, y mucho menos autorizan el control social de los riesgos. Los consejos se vuelven cada vez más *participativos* en su composición, al mismo tiempo en que se vuelven menos decisionales en sus temas y más factibles de apropiación por una política-espectáculo. La voluntad de indiferenciación social interna de estos espacios de co-gestión tiende así a favorecer el desarrollo de una democracia imagenética. La apariencia de estabilidad por medio de los consensos simbólicos se vuelve un elemento esencial de las políticas de atracción de inversiones internacionales. La necesidad de ofrecer ventajas para los capitales internacionales (consenso social, seguridad, sustentabilidad ecológica) justifica que todos los proyectos en disputa se anulen en favor de una competición interlocal o interurbana. Mientras tanto, el carácter ficticio de muchos de esos consensos se hará sentir por la creciente visibilidad de los síntomas de ruptura de los lazos de sociabilidad, de segregación socioespacial y de violencia social. Son formuladas entonces tecnologías de formación de consensos, que caracterizan a todo conflicto como problema a ser eliminado. Y todo conflicto resultante tenderá, consecuentemente, a ser visto como resultado de la carencia de capacitación para el consenso, y no como expresión de diferencias reales entre actores y proyectos sociales para ser trabajadas en el espacio público⁴⁵. (ACSELRAD, 2006, p. 237-238 – grifos do autor)

É indiscutível a possibilidade de se ludibriar os riscos causados ao ambiente por parte dos conselheiros que representam as instâncias contaminadoras e exploradoras do ambiente. Por mais que os conselheiros representantes da classe trabalhadora busquem aguçar a existência de conflitos, serão desqualificados e julgados de não saberem lidar com um projeto que “supostamente” agradaria a todos. É de se registrar ainda, que, muitas vezes, os empresários dentro dos comitês, conselhos e fóruns, utilizam das deficiências econômicas, científicas e políticas das organizações sociais que se fazem presentes para controlar as decisões nesses espaços.

⁴⁵ Tradução da autora: “Se os conselhos e fóruns integram igualmente empresários e trabalhadores, contaminadores e contaminados, figuras híbridas do Estado e da sociedade, nesta condição homogênea de sócios, diluindo as diferenças nos papéis sociais, de responsabilidade ou de poder. Se divide igualmente, por exemplo, os tormentos da questão a responsabilidade pela poluição e a resolução nas Agendas 21 locais, sem embargo, os poluidores tendem a não expor suas informações ali, sobre o risco que elas podem causar, muito menos autorizar o controle social dos riscos. Os conselhos se tornam cada vez mais participativos nos termos da sua composição, enquanto se tornam menos decisivos em seus temas e mais viáveis à apropriação de uma política-espetáculo. A capacidade de indiferença social interna desses espaços de co-gestão tende a favorecer o desenvolvimento de uma democracia ilusória. A aparência de estabilidade através de consenso simbólico torna-se um elemento essencial das políticas de atração de investimento internacional. A necessidade de proporcionar benefícios para o capital internacional (consenso social, segurança, sustentabilidade ecológica) garante que todos os projetos conflitantes sejam cancelados em favor de uma competição inter-local ou interurbano. Enquanto isso, o caráter fictício de muitos desse consenso será sentida pelo aumento da visibilidade dos sintomas de quebrar os laços de sociabilidade, de segregação sócio-espacial e da violência social. São formuladas então, tecnologias de construção de consenso que caracterizam cada conflito como um problema a ser eliminado. E todos os conflitos resultantes tendem, portanto, a ser visto como um resultado da falta de formação de consenso, não como expressão de diferenças reais entre atores sociais e para ser trabalhado em projetos de espaço”.

Do ponto de vista do Estado, as atribuições dadas a esses colegiados são possíveis de serem concretizadas desde que a negociação entre as partes envolvidas no CBH estejam dispostas a abrir mão do seu interesse para fortalecer o que é comum a todos: o cuidado e a preservação da água. No entanto, essa ideia aparece descontextualizada dos diferentes interesses que tem cada grupo ali dentro. Sem dúvidas, todos querem que a água seja preservada, até porque a vida depende dela. O que há de diferente são os caminhos que cada segmento traça para que ela seja preservada. Alguns grupos criam táticas sustentáveis, abrindo mão de projetos rentáveis para que esse bem seja garantido a todos. Outros exigem que a proteção aconteça, mas não mudam as práticas de produção, já que isso implica no processo de acumulação de riqueza, passando assim a responsabilidade de cuidados para terceiros. E há ainda aqueles que acabam reafirmando o projeto dos setores que dominam economicamente, pois sua estrutura não permite rompimento com tais instituições.

Na maior parte das vezes, o debate da participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas não perpassa por análises que os reconheçam como ente da administração pública direta, portanto permeado de avanços e contradições que cruzam as questões sociais e ambientais. Criam-se expectativas a respeito da atuação dos seus membros e quando as coisas não são efetivadas a culpa recai naqueles que de alguma forma procuram auxiliar na gestão das águas. Isso acontece porque não se esclarece os limites da participação desses membros (com projetos societários tão diversos) num espaço que por sua natureza, exige que as decisões sejam consensuadas.

Num colegiado tripartite, ou seja, composto por representantes da bacia de todos os segmentos sociais – poder público (federal, estadual e municipal); comunidade (organizações civis, associações, sindicatos, instituições de pesquisa e ensino, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e indígenas) e; usuários (setores da indústria, abastecimento e efluentes urbanos, agricultura, agropecuária, irrigantes, mineração, aquicultura, turismo e lazer) – constantemente há discussões na hora de decidir algo que só beneficiará um dos segmentos. Não por acaso, na maioria das vezes, esses benefícios vão para aqueles que portam de condições materiais e científicas, já que conseguem uma articulação maior junto aos outros membros.

A própria Agência Nacional de Águas (ANA) defende que a solução dos conflitos “deve passar pela elaboração de estudos técnicos, financeiros, econômicos e socioambientais, os quais objetivam indicar alternativas, discutidas entre os envolvidos, que podem resultar na priorização de determinados usos sobre outros” (ANA, 2011a, p. 13), entretanto, não há empenho para que haja capacitação para além desses aspectos que priorizam o diálogo. E o

pior é que não fica claro para os membros de que essa participação “é, em si, um conceito e uma prática em disputa, e reflete a dinâmica de conflitos e contradições de um momento histórico de uma dada sociedade” (SANTOS; SAITO, 2006, p. 9), e na essência ela não acontece igualmente para todos, já que “uns possuem mais recursos econômicos, conhecimentos e habilidades técnico-científicas do que outros” (MACHADO *apud* ANA, 2013, p. 8). Sem falar que se trata de um trabalho voluntário, ou seja, se o Estado não custear as despesas, se torna inviável a presença de alguns nas reuniões. Ora, se uma classe já entra nesse rol de participação menos favorecida que a outra, como ter igualdade entre as partes envolvidas? A nosso ver, é essencial que as condições sejam oferecidas para que todos participem igualmente. Além de garantir infraestrutura, o conhecimento deve ser um dos elementos para que a participação aconteça de forma justa.

Assim como a União buscou institucionalizar a gestão de águas, os Estados também se empenharam em adotar os meios legais para fazê-la. E seguindo a mesma orientação federal, tais legislações não enfrentaram as questões de classe expressadas nas lutas pela água. Na Bahia, existem vários instrumentos legais que tratam das águas no Estado⁴⁶ e um estudo profundo comprova a afirmação acima.

A primeira lei de águas do estado da Bahia antecede a Lei Nacional de Recursos Hídricos. Esse fato demonstra certo avanço no âmbito do estado, já que antecipou os anseios por uma legislação específica para a gestão de águas. Por outro lado, a Lei 6.855 de 12 de maio de 1995, mesmo contemplando a bacia hidrográfica como região administrativa da água, deixou de instituir seu “sistema de gerenciamento de recursos hídricos e, notadamente, não incluiu em seu escopo os organismos colegiados de tomada de decisão (Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas)” (MATOS; PEREIRA, 2012, p. 150). No tocante a esse tema, a Lei só traz no bojo das competências do órgão gestor presentes no artigo 6º, no qual o inciso XVII que diz: “incentivar os usuários dos recursos hídricos a se organizarem sob a forma de Comitês de bacias hidrográficas, destinados a discutir e propor ao Órgão gestor sugestões de interesse das respectivas bacias” (BRASIL, 1995).

As entrelinhas demonstram que a própria proposta de criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) na Bahia nasce no âmbito estatal. Essa reflexão evidencia que o

⁴⁶ O estado da Bahia conta com várias normas jurídicas que orientam o andamento da gestão de águas, bem como o funcionamento dos CBHs. Em 2009, antes mesmo de sancionar a última lei citada, o extinto Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) lançou a obra “Legislação das Águas: Bahia” com leis, resoluções e decretos. No site da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (<http://www.sema.ba.gov.br>) também é possível ver todo o marco legal atualizado. Diante dos limites impostos à escrita desta dissertação, dedicar-se-á a destrinchar aquelas que apresentam elementos mais precisos para se compreender a função dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia na atualidade.

processo de conquistas sociais é contraditório, pois, embora a ideia de gestão participativa emane das lutas populares por justiça social, o espaço encontrado pelos movimentos para dar um caminho diferente às políticas públicas é se estabelecer enquanto ente da administração pública direta, mesmo com a participação de entidades que muitas vezes discordam dos princípios e ações do Estado. Esse pensamento comprova que a lógica da gestão partilhada tem sido uma forma de resistência de alguns por equidade no acesso à água, mas também tem sido utilizada para a perpetuação do modelo capitalista de organização social que se aproveita das fragilidades nos colegiados. Talvez isso explique os entraves encontrados pelos comitês para implantar ações que não são prioridades ou vão de encontro aos anseios do Estado.

Dadas as lacunas deixadas pela Lei nº 6.855/1995, foi necessário criar leis específicas para contemplar outras ações no âmbito da Política de Recursos Hídricos no estado da Bahia. Dentre elas, destacam-se a Lei nº 7.354, de 14 de setembro de 1998 que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH)⁴⁷ – e tem como “principal finalidade de ser o órgão colegiado formulador da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes, normas e medidas necessárias às sua gestão na Bahia” (ROCHA, 2012, p. 143) e; a Lei nº 9.843, de 27 de dezembro de 2005 que cria os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs).

Esta última determina que a criação de todos os Comitês no âmbito do estado da Bahia deve seguir suas orientações, representando assim a primeira forma jurídica a sinalizar as competências dos CBHs baianos. Também aponta que os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados de caráter “consultivo e deliberativo, vinculados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, com área de atuação na respectiva bacia ou em um conjunto de bacias hidrográficas, conforme definido no ato de sua criação” (BAHIA, 2005) e compõem o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia. A lei traz no seu bojo as competências e a composição dos CBHs, tratando ainda da divulgação nos processos de formação dos comitês, bem como de eleição dos seus membros. Também dispõe sobre as Agências de Bacias e amplia as ações do CONERH:

Art. 2º - Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas:

I - promover a participação dos representantes do Poder Público, dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil, *de forma integrada*, na sua área de atuação;

Parágrafo único - Das decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas caberá recurso ao CONERH. (BAHIA, 2005 – grifos nossos)

⁴⁷ Ver: *Sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos* no livro *Legislação das Águas – Bahia* (BAHIA, 2009).

A participação disseminada pela lei se dá num campo “confortável” para o Estado, corroborando as indicações da “Lei de Águas” federal: as pessoas que demandam devem se articular e encontrar saídas para a questão da água junto aos técnicos que representam o governo do estado. Este, ao invés de apoiar a luta organizada das populações que sofrem com o não acesso à água, propõe o diálogo e o consenso para a construção de melhores formas de tratá-la. Outra coisa intrigante é a submissão das decisões ao CONERH, já que este colegiado desde a sua criação até então é presidido pelo Secretário do Meio Ambiente (BAHIA, 2006; MATOS e PEREIRA, 2012; ROCHA, 2012) e secretariado pela Secretaria do Meio Ambiente da Bahia.

Ora, se a demanda popular sempre é resolvida sob a tutela daqueles que representam o governo do estado, como se pode falar em gestão participativa? Parece que só há interesse em envolver as pessoas para apresentação dos problemas, quando se trata de resolvê-los, escuta-se a população, mas as decisões tendem a ser tomadas por aqueles que detêm o poder político, isto é, os membros do Estado! Nesse caso, é notório que desde o nascimento, os Comitês de Bacias Hidrográficas na Bahia já estavam condenados a se enquadrarem nas ações estatais, já que, na maioria das vezes “participam, mas não para discutir ou discordar, mas para valorizar a ótica de equilíbrio e não de mudança” (ANDRANDE; ALMEIDA, 2012, p. 353).

De acordo com Matos e Pereira (2012, p. 150), a experiência adquirida em uma década⁴⁸ de “implementação da política de recursos hídricos no Estado da Bahia apontaram para a necessidade de uma revisão do conjunto das normas aprovadas em diferentes momentos, visando harmonizá-las e aperfeiçoá-las”. Assim sendo, em 20 de dezembro de 2006 foi sancionada a lei nº 10.432 e junto com ela uma série de medidas que modificaram a Política Estadual de Recursos Hídricos, a exemplo da criação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREH).

A lei trata dos princípios, diretrizes, objetivos; estrutura o SEGREH; dispõe sobre os instrumentos de gestão das águas. Mas a novidade é que pela primeira vez no arcabouço legal baiano sobre a gestão de águas se coloca de forma clara o valor econômico desse bem. Além disso, coloca a água como elemento natural finito, necessitando de cuidados especiais para mantê-la para as futuras gerações (BAHIA, 2006). Em todos os momentos que se fala em direito de uso da água, a lei enfatiza o uso para empreendimentos!

Em relação aos CBHs, ela determina que o número de representantes do Poder Público seja de até 50% do total dos membros no Comitê de Bacia Hidrográfica e os representantes

⁴⁸ Além de atos normativos, foi criada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no ano de 2002.

dos usuários da água e da sociedade civil terão representação paritária (BAHIA, 2006). Analisando essa proporção fica comprovado que existe a possibilidade de o Estado ter a maioria e as organizações sociais ficarem com uma parcela pequena de representantes. Isso é preocupante para uma gestão que se quer *participativa e democrática*, já que é muito mais fácil, na eclosão de um conflito que os usuários se unam ao poder público ao invés de somar forças às organizações civis. Como todas as legislações apresentadas anteriormente, a Lei nº 10.432/2006 também não fala em formas de garantia do acesso a água por toda a população. Superficialmente trata da garantia da água às futuras gerações, mas não se menciona o que/como fazer para saciar a sede de tantos que ainda encontram-se sem acesso a tal bem.

O caminho traçado por essas leis deram bases para a construção da lei que está em vigor atualmente, a de nº 11.612 de 08 de outubro de 2009, que foi regulamentada pelo decreto 14.024 de 06 de junho de 2012.

Promulgada num momento em que a Bahia demonstrava maior interesse em efetivar a gestão participativa das águas, visto que entre 2006 e 2009 vários processos de criação de Comitês de Bacias Hidrográficas se concretizaram. Também, em 2007 se iniciava o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado, que apresentava um projeto político denominado “democrático-participativo e marcado pelo compromisso de “republicanização” das instituições políticas, estabeleceu desde o início, a elaboração do programa de governo com inversão de prioridades e ouvida da sociedade” (ROCHA, 2012, p. 146), impulsionando o diálogo com as organizações sociais, a exemplo dos povos de terreiro, comunidades fundo de pasto, entidades não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos, permitindo que a sociedade baiana acreditasse num projeto de avanços para as águas.

Todavia a herança conservadora não é rompida apenas com a mudança de um governo! Prova disso é a reeleição do governo do PT na Bahia no ano de 2010 em que a política de gestão de águas sofreu um retrocesso, com algumas medidas que limitaram a participação. Mais à frente debruçar-nos-emos sobre esse assunto.

A lei traz alguns conceitos que ajudam a pensar a importância desses processos de gestão a começar pelo princípio que aparece no artigo 2º, inciso I: “todos têm direito ao acesso à água, bem de uso comum do povo, recurso natural indispensável à vida, à promoção social e ao desenvolvimento” (BAHIA, 2009). O sentido é ampliado, pois além de ser elemento vital, a água é entendida como necessária para a ascensão do indivíduo na sociedade. Outro aspecto novo é a definição da bacia hidrográfica para o planejamento e gerenciamento das águas. Para além do que já aparece em outras leis, nesta, especificamente

no inciso VI, a gestão de águas deve “ser articulada com a política de Territórios de Identidade” (idem, ibidem).

O Estado busca otimizar suas políticas de forma que não haja sobreposição das ações. Isso fica claro no inciso III do artigo 4º em que se afirma que uma das diretrizes é a integração da gestão de águas “com as políticas públicas federais, estaduais ou municipais de meio ambiente, saúde, saneamento, habitação, uso do solo e desenvolvimento urbano e regional e outras de relevante interesse social que tenham inter-relação com a gestão das águas” (BAHIA, 2009). Tais mudanças são significativas diante de um contexto posterior ao modelo político conservador e centralizado.

Palavras como promoção social, desenvolvimento regional, sustentabilidade ambiental, controle social e justiça aparecem frequentemente na referida lei. Essas mudanças são frutos de um movimento que envolveu diversas representações sociais do estado da Bahia na luta pela água. Porém, a força adquirida pelo movimento, apesar de não garantir o acesso de todos à água, provocou problemas diante da conjuntura do Estado, já que a intenção deste é permitir o diálogo, mas também controlar os encaminhamentos. Para tanto são criadas estratégias de desarticulação das instituições dentro dos comitês, sob a justificativa de que algumas ações não estavam regulamentadas via leis.

Outra indicação presente na lei 11.612/2009 é a criação das Agências de Bacias para subsidiar “os membros do Comitê em suas decisões (plano de bacia hidrográfica, enquadramento, critérios e valor da cobrança pelo uso de recursos hídricos, plano de aplicação dos valores da cobrança, definição de usos de pouca expressão, etc.)”, bem como “atuar como Secretaria Executiva do Comitê, propiciando os meios para seu funcionamento” (MATOS; PEREIRA, 2012, p. 156). Contudo, até o momento não foi criada nenhuma Agência no estado da Bahia, gerando assim, mais uma forma de dependência dos Comitês ao órgão gestor de águas, pois suas ações ficam atreladas diretamente ao Estado, que por meio dos órgãos gestores da política de águas fazem a secretaria executiva dos CBHs.

2.3 CONQUISTAS E LIMITES NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ) foi criado em 22 de março de 2006 por meio do Decreto 9.939:

Art. 1º - Fica criado o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ, com área de atuação nas respectivas bacias hidrográficas, nos termos da Resolução CONERH nº 12, de 14 de fevereiro de 2006, que aprovou sua proposta de instituição.

Parágrafo único - A área de atuação⁴⁹ do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré está inserida na Região Administrativa da Água VI⁵⁰, de acordo com o Decreto nº 6.296, de 21 de março de 1997, e apresenta os seguintes limites geográficos: ao Norte, o Lago de Sobradinho; ao Sul, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu; ao Oeste, as Bacias Hidrográficas dos Rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro; e ao Leste, a Bacia Hidrográfica do Sub-Médio São Francisco, totalizando uma área de 28.951 Km². (BAHIA, 2006)

Esse decreto institucionalizou um fórum originado em meados dos anos 2000 a partir de uma articulação entre sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ribeirinhos, Igreja Católica, associações, organizações não-governamentais, etc. que preocupadas com a situação dos rios Verde e Jacaré cuidaram de conceber uma instância colegiada para debater os assuntos ligados à água e buscar saídas para resolver os problemas como assoreamento dos leitos, recuperação das matas ciliares e nascentes, poluição dos rios e outros mais.

Aí nasceu já alimentado por essa comissão Pró-Rio Verde, mas digamos assim que da forma como estava a água do nosso rio, a mobilização para criação da bacia, daí criou a comissão provisória Pró-Comitê. Fizemos todo o estudo sobre a resolução porque lá não tinha uma legislação estadual específica que criasse comitês. Daí nós passamos a fazer tudo fundamentado no sistema nacional, através da resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídrico, à luz de Lei Federal 9.433/1997. Foi um dos primeiros comitês, pois nós tínhamos a comissão também Pró-Comitê do Salitre e a UFBA coordenou enquanto sistema mesmo. Quanto ao órgão gestor dos recursos hídricos no estado da Bahia, o primeiro comitê que o Estado e o órgão gestor acompanhou, organizou e criou foi o dos rios Verde e Jacaré. (ENTREVISTADO F)

Mesmo não existindo normas estaduais para a criação de comitês de bacias hidrográficas, a comissão Pró-Comitê não atrofiou sua movimentação. Pelo contrário, pautou-se nas ações da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) que determinou a

⁴⁹ A área de atuação do CBHVJ conta com 29 municípios que estão distribuídos da seguinte maneira: a) os que integram totalmente: Jussara, Central, São Gabriel, Presidente Dutra, Irecê, Uibaí, João Dourado, Lapão, Cafarnaum, Barra do Mendes, Ibipeba, Canarana, América Dourada e Ibititá; b) os que integram mais de 60% do território: Itaguaçu da Bahia, Barro Alto; c) os que têm entre 40 e 60% do seu território: Sento Sé, Souto Soares, Seabra, Ipupiara e; d) os que têm menos de 40% do território: Ourolândia, Bonito, Gentio do Ouro, Brotas de Macaúbas, Xique-Xique, Umburanas, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu, Ibitiara. Dessa maneira, todas as instituições, sejam privadas, públicas ou organizações civis que tem sede nessas cidades e tem interesse na preservação das águas podem concorrer a uma vaga no CBHVJ.

⁵⁰ Essa forma de planejamento foi alterada para Região de Planejamento de Gestão de Águas (RPGA) e a Bacia Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré é a de número XVIII nessa nova configuração.

gestão de águas via Comitês de Bacias Hidrográficas e buscou apoio para fortalecer a ideia. A Política Estadual de Recursos Hídricos (6.855/1995), que apesar do texto não trazer a definição de criação de CBHs, apontava que o órgão gestor das águas no estado incentivasse tais ações. A Lei nº 9.843 que institui a criação de CBHs na Bahia só veio ser decretada em 27 de dezembro de 2005.

O funcionamento, a composição, a área de atuação, a finalidade, dentre outras orientações estão presentes no Regimento Interno do CBHVJ, o qual determina que o comitê faça quatro reuniões ordinárias por ano e sua composição deve contar com vinte e sete membros, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias (CBHVJ, 2006c):

Figura 4 – Segmento Poder Público – vagas por categoria
Elaboração da autora

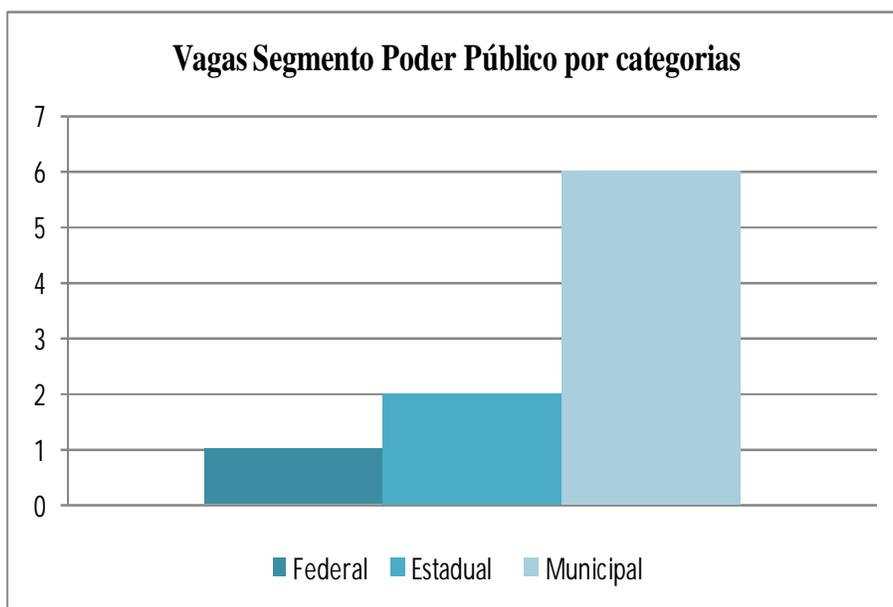


Figura 5 – Segmento Sociedade Civil – vagas por categorias
Elaboração da autora

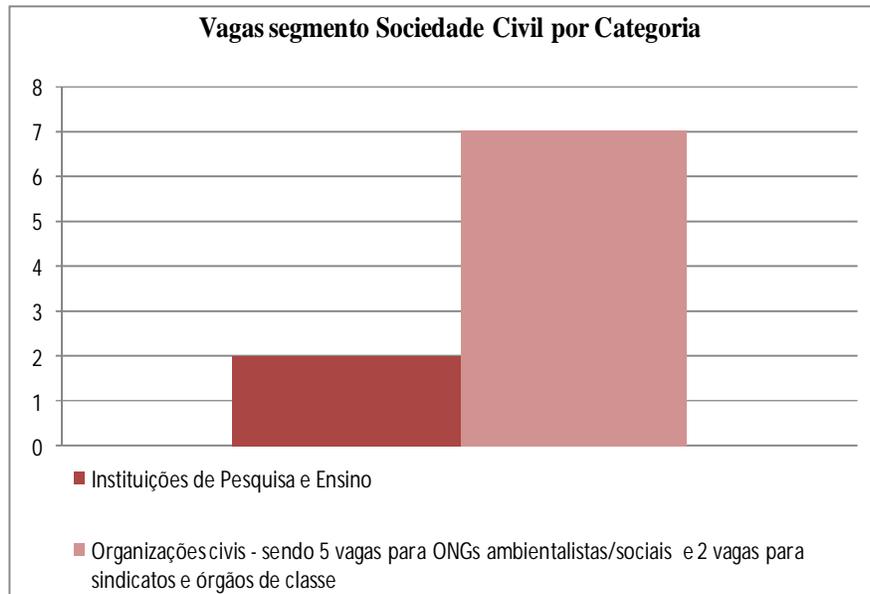
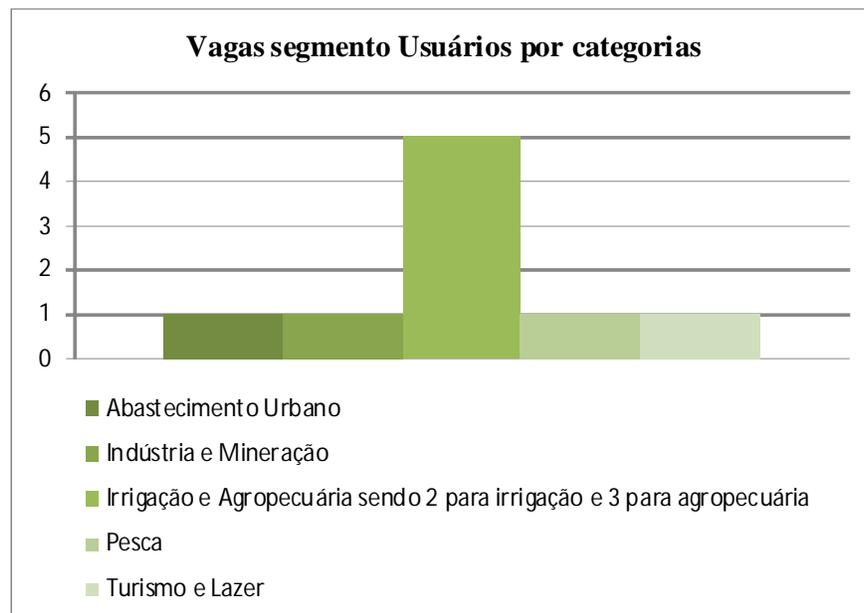


Figura 6 – Segmento Usuários – vagas por categoria
Elaboração da autora



Mesmo sendo criado sob orientações de legislação estadual que permite até 50% da composição pelo poder público, o CBHVJ determina que seja paritária, ou seja, tenha o mesmo número de vagas para todos os segmentos. Contudo essa forma de composição sofre críticas por parte não só dos que vêem limites na atuação dos CBHs, mas também daqueles que defendem essa proposta como grande avanço para as organizações de trabalhadores em defesa do ambiente:

uma das principais críticas, provenientes de organizações da sociedade civil, é que empresas públicas de saneamento e de energia elétrica, entram na categoria de usuários, quando geralmente defendem interesses governamentais. A outra se refere a associações e sindicatos, que entrariam inicialmente na categoria de sociedade civil quando podem representar interesses de grandes usuários. Há ainda o caso dos Conselhos Municipais e Câmaras de Vereadores que, embora pertencendo ao poder público municipal, também podem ser considerados sociedade civil. (CARDOSO, 2003, p. 41)

Há uma indefinição na configuração dos papéis dentro dos CBHs e isso é usado por alguns grupos como uma forma de fragmentar ainda mais desentendimentos internos e deixar de apontar para os problemas sociais que envolvem diretamente o envolvimento dos membros na tomada de decisões. No Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré esses problemas são expressados desde a sua criação.

A Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) – órgão gestor das águas estaduais à época –, foi que formou uma Comissão Eleitoral, após decretada a criação, para avaliar as inscrições de candidatos interessados a compor o CBHVJ, comprovando assim os vínculos com o Estado, que na atual configuração da política de águas são inevitáveis.

Em 28 de abril de 2006, foi realizada a primeira reunião ordinária do CBHVJ na cidade de Irecê (CBHVJ, 2006a). Nela houve a posse dos membros eleitos e a escolha da diretoria: o presidente indicado foi Édison Ribeiro dos Santos, representante da sociedade civil - Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN); o vice-presidente escolhido foi Orlando Amorim, representante do Poder Público Municipal - Barro Alto; e o secretário eleito foi Otávio José de Lima, representante dos usuários. Apesar de não haver essa recomendação de que a mesa diretora fosse paritária entre os segmentos, na sua criação o CBHVJ adotou essa postura.

O apoio prestado pela Superintendência de Recursos Hídricos era reconhecido como valioso, mas naquele momento o referido comitê já previa desentendimentos com o órgão gestor das águas na Bahia. Ao tratar dos papéis dos membros e da Secretaria Executiva do

CBHVJ, já que não tinha agência de bacia para realizar tal tarefa essa hipótese é levantada e consta na ata da primeira reunião ordinária:

A plenária discutiu esses assuntos de forma alternada, com diversos comentários e algumas perguntas, estas no sentido de esclarecer o funcionamento da Secretaria Executiva x Secretaria do Comitê, o que foi dito por Carlos Romy, Técnico da SRH que o referido órgão gestor tem posição firmada no sentido de que a Secretaria Executiva será exercida pela SRH até a criação da Agência de Águas da Bacia. Em função disto, o Presidente Édison falou *sobre os possíveis conflitos entre o CBHVJ e a SRH*. (CBHVJ, 2006a – grifos nossos)

As expectativas para o comitê são muitas, mas os sujeitos envolvidos não descartam as possibilidades dos conflitos e os colocam como necessários no processo. Inicialmente, os segmentos estão bem arrumados, cada um ciente de que é o espaço para defender os rios Verde e Jacaré. No entanto, é um espaço para expressar os conflitos entre cada setor da sociedade. Mas a caminhada demonstra que o “tom” dado pelo Estado, principalmente por conta da dependência financeira e administrativa dos colegiados ambientais, deu conta de cada vez mais a expressão conflito ser apagada do centro das discussões.

Outro momento que percebe-se grande expectativa na atuação do CBHVJ e enfatiza-se sua necessidade para a sociedade é perceptível na ata da sua segunda plenária ordinária realizada em Itaguaçu da Bahia no dia 21 de outubro de 2006. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente da cidade anfitriã enfatiza a importância de organizações do comitê para a solução de problemas.

(...) o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente demonstra a sua preocupação com a degradação ambiental e ressalta a responsabilidade dos movimentos sociais em se envolver com estas questões; ele conta com o CBHVJ para articular todos os atores nesta luta em favor do meio ambiente e *espera que o comitê se capacite para enfrentar estes desafios e, principalmente, na visão do Secretário, ser o centro gerador da mudança de consciência da população*; ele salienta que há muitos conflitos pelo uso da água que ainda não encontraram canais adequados para a sua manifestação e que precisam ser identificados e resolvidos (...). (CBHVJ, 2006b, p. 2 – grifos nossos)

Ao nascer, o Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré recebe a missão de responder a população sofrida com a falta de água enfrentada; articular as instituições, inclusive os movimentos sociais, para resolver os problemas ambientais e; abrir espaços para os conflitos de água na região ecoarem e encontrarem soluções. Para isso, o secretário enfatiza que espera capacitação do CBHVJ. Apesar de não explicitar qual tipo de capacitação,

fica nas entrelinhas que se trata de se munir de instrumentos corretos para enfrentar os desafios. Dadas essas inquietações, questionamos: seria o conhecimento um deles?

Num momento tão complicado vivido – fim do governo carlista na Bahia, comandado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o então Democratas (DEM), em que o número de analfabetos no estado chegava a dois milhões e a entrada de um novo governo, conduzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que prometia mudanças, inclusive na perspectiva educacional – com certeza havia a crença de que era urgente o conhecimento para melhorar a relação da sociedade local com os dois rios.

Mais um destaque da reunião foi a inserção de representantes de comunidades quilombolas que tem um assento garantido por lei. Como houve vacância, decidiu-se que um edital seria publicado convidando essas instituições a participarem do comitê (CBHVJ, 2006b).

A leitura minuciosa das atas comprova que as primeiras reuniões se davam num campo de reconhecimento desse espaço, no tocante ao seu funcionamento, organização e estratégias de ação. Nem a secretaria executiva – SRH – sabia como proceder para fazer o ressarcimento das despesas dos membros representantes de organizações civis e sindicatos, haja vista que se tratava de um experiência nova na Bahia, exigindo estudo das experiências de outros estados para saber como se dava esse processo.

Em 2007, foram realizadas duas reuniões ordinárias e à época já se pensava na composição de Câmaras Técnicas para auxiliar os trabalhos dos membros do CBHVJ. Ao tratar destas, na terceira plenária ordinária, realizada em 27 de junho de 2007 na cidade de Canarana, uma das discussões foram os critérios para participar das Câmaras Técnicas: “perfil técnico, disponibilidade, capacidade de diálogo, representar uma categoria/segmento no Comitê” (CBHVJ, 2007).

Percebe-se que a participação, no entendimento dos membros, exige não só diálogo, mas outros aparatos que contribuem na ação do colegiado. Naquele momento, já se vislumbrava que os componentes das Câmaras Técnicas deveriam ser membros do comitê. Mas como fazer isso, se naquele universo tão distinto, muitos não tinham acesso à esse conhecimento técnico? Será que com esses critérios, alguns não ficariam de fora dos arranjos decisórios? E quando grupos do Estado ou de usuários mantinham-se nesse meio, será que as decisões privilegiariam qual projeto societário?

A ênfase na participação social, deixou de apontar alguns temas essenciais para garantir a igualdade nos processos de decisão. Por isso, o foco dava-se na revitalização dos rios Verde e Jacaré, sem aprofundar as causas da devastação ambiental nem os conflitos entre camadas

sociais pelo uso da água, apontados por esta dissertação no capítulo I. Pode ser visto nas atas das reuniões dos anos de 2006 e 2007 que não é relatado nenhum conflito, embora exista a expectativa de que o CBHVJ leve para a sua pauta essa realidade. Apesar dessa ausência de relatos, destacamos que os trabalhos para a construção do Plano de Bacias dos Rios Verde e Jacaré, em que o CBHVJ participou ativamente da construção do Termo de Referência (CBHVJ, 2008a), foi um momento importante para o colegiado.

Quanto à estrutura organizacional, 2008 foi revelador, já que seria o ano para a renovação dos membros, mas no entendimento do próprio CBHVJ e do órgão gestor de águas, não havia condições para isso acontecer. Assim foi decidido na reunião do dia 28 de abril de 2008, que se manteria os mesmos membros até abril de 2009, quando se iniciaria um processo de renovação. O presidente da época afirmou que vários motivos levaram a essa decisão, entre eles os esforços para mobilizar a sociedade não terem “resultados conforme o esperado, inclusive ressaltando que se trata de ano eleitoral, levando-o a acatar a decisão em detrimento dos ricos de interferências políticas na missão do CBHVJ” (CBHVJ, 2008a).

Nessa mesma reunião, foi apresentada a proposta do Termo de Referência (TDR) que se trata da “base legal para a Estrutura, Consolidação e Adequação do Plano de Trabalho do Plano de Recursos Hídricos da Bacias dos Rios Verde e Jacaré – PRHVJ” (CBHVJ, 2008a), o qual seria estruturado em quatro fases: a) preparatória; b) diagnóstico integrado; c) prognóstico; d) diretrizes, metas e programas. Sobre a equipe técnica, ficou decidido a seguinte composição:

EQUIPE CHAVE composta por Coordenador Geral, especialista em Hidrogeologia, especialista em Meteorologia, especialista em hidrologia, especialista em monitoramento e modelagem de qualidade das águas superficiais, inclusive dos reservatórios, especialista em estudos e projetos de barragens, especialista em erosão, sedimentação e práticas de conservação e uso do solo e de controle de erosão hídrica; especialista em Engenharia de Irrigação e Drenagem, especialista em Sensoriamento Remoto, especialista em Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica, especialista em analista de sistemas, especialista em gestão ambiental e conservação da biodiversidade, especialista em Gestão e Políticas Públicas, especialista em planejamento estratégico e planejamento institucional sênior, especialista em Gestão Ambiental, especialista em organização e mobilização social, especialista em comunicação social, especialista em Direito Ambiental, com ênfase em Recursos Hídricos, especialista em espeleologia em formação calcárea, especialista em Desenvolvimento Econômico Regional; e **EQUIPE SUPLEMENTAR** composta por especialista em ictioafuna, Técnicos de Nível Médio, Técnicos preferencialmente de Nível Médio, Hidrotécnico, Hidrotécnico, especialista em etnologia ou etnobiologia, Administrador de Empresas (Nível Universitário), Técnico Administrativo, Secretária com quantitativos definidos nos TDR. (CBHVJ, 2008a – grifos no documento)

Em se tratando de equipe técnica, o Termo de Referência determina várias especialidades com habilidades essenciais para a construção do Plano de Bacias. Entretanto, a fiscalização e acompanhamento da construção do plano cabe ao comitê. É possível, sem conhecimentos básicos sobre tais temas questionar ou indicar mudança de estratégias na ação dos técnicos contratados? Baseados em quê os membros podem contestar essas definições da equipe técnica? Essa proposta de participação vincula-se à tendências ambientais que priorizam os saberes populares, como se estes, em todos os momentos, pudessem resolver algumas questões centrais do ambiente e da gestão das águas. Salientamos que existem conhecimentos essenciais para se deliberar sobre algum tema. Não quer dizer com isso que todos os membros deverão fazer cursos de graduação nas áreas citadas, mas conhecer tecnicamente o básico para se opinar nas reuniões plenárias, daí então aprovar tal plano. Do contrário, a participação se dará num campo de afirmar a ideia do Estado e do capital.

Nessa reunião foi anunciado que a Superintendência de Recursos Hídricos contrataria um técnico administrativo para auxiliar os trabalhos do CBHVJ. Além disso houve a substituição do vice-presidente e secretário da Diretoria do colegiado, passando assim a assumir as tarefas “Casimiro Laranjeira, Prefeito de Itaguaçu, representando o poder público, à Vice-Presidência e de Nivaldo Ferreira, Gerente Técnico da CODEVERDE⁵¹, representando os Usuários, ao de Secretário” (CBHVJ, 2008a).

Um debate importante nessa plenária foi sobre a agricultura na região de Irecê. O representante do Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e membro da Articulação do Semiárido (ASA) na reunião, “apontou o modelo de agricultura da região como não adequado ao meio ambiente, alertando que os novos projetos em construção a se implantarem na região” (idem, ibidem) deveriam tomar rumos diferentes. Fica evidente que as atribuições do CBHVJ começam a ser ampliadas à medida que as demandas chegam ao colegiado.

O ano de 2008 foi marcante para os colegiados ambientais no estado da Bahia, pois aconteceu uma mudança na estrutura da Secretaria do Meio Ambiente em que a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) incorporou outras atribuições e se transformou no Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ). Para os CBHs esse foi um avanço, já que o novo órgão tinha na sua visão a participação social, tanto que compunha sua estrutura a Diretoria de Gestão Sócio-participativa (DSP) englobando várias ações ligadas aos colegiados, à educação e processos ambientais.

⁵¹ Empresa liderada pelo Grupo Odebrecht que à época realizou estudos de viabilidade, bem como modelagem jurídica, financeira e operacional para implantação do Projeto Baixo de Irecê.

Em 05 de dezembro de 2008, na cidade de Gentio do Ouro aconteceu a 6ª plenária ordinária do CBHVJ. Chamamos atenção para esta reunião, já que nela, pela primeira vez, se fazia presente a discussão sobre um conflito envolvendo a gestão de águas na região: o desabamento do solo no município de Lapão levou a população ao medo, necessitando um estudo sério para embasar o planejamento das ações municipais. À época havia rumores de que a quantidade de poços perfurados na área do município tenha acelerado esse processo de erosão. Algumas acusações apareciam contra a Galvani (mineradora com unidade da cidade de Irecê para exploração de fosfato) que utilizava água de poços alugados no valor médio de dois mil reais/mês, situados em terras laponeses, além de cometer explosões o que prejudicava o solo e podia estar intensificado a erosão. Mesmo com as multas aplicadas à empresa por conta das irregularidades, a população exigia posicionamento mais rígido por parte do Estado, que, mais uma vez, não teve êxito. Essa situação fez com que o CBHVJ propusesse ao Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ) uma fiscalização no entorno das áreas em que houve rachaduras no solo para verificar se esses poços tinham interferência ou não.

Nos posicionamentos, fica evidente que existe precisão na definição dos culpados, mas ninguém se assume enquanto tal. Fica o poder público municipal (Lapão) procurando justificativas, esclarecendo que a “situação de Lapão é um processo natural, no entanto as intervenções humanas podem tornar as áreas cársticas menos estáveis e, portanto mais susceptíveis” (CBHVJ, 2008b). Ou seja, o termo “intervenções humanas” fica como se o sujeito fosse indeterminado, não nomeando os verdadeiros devastadores. Essa é mais uma estratégia do capital para não assumir a solução dos problemas: joga a culpa ao grupo, generalizando assim a resolução do problema. Mesmo as organizações presentes no plenário afirmando que o modelo de agricultura adotado na região por meio da irrigação tem se tornado uma ameaça ao solo e a água (CBHVJ, 2008b), demonstrando os responsáveis, as discussões não avançam em defesa da construção de um novo projeto de agricultura. Porém, é válido considerar que apesar de não ter aprofundamento crítico, o colegiado se preocupava com uma possível escassez da água na região.

Outro ponto importante da 6ª reunião foi o anúncio da renovação dos membros do CBHVJ que aconteceria no ano seguinte com um projeto de mobilização intenso, com seminários de divulgação, etc. O foco era trazer toda a população para concorrer a uma vaga no comitê e, além disso, fazer as comunidades tradicionais participarem de forma efetiva.

No ano de 2009, o CBHVJ junto com o INGÁ empenhou-se em mobilizar a sociedade para a renovação dos membros do comitê. A ata da reunião extraordinária acontecida em

Ipupiara no dia 29 de abril demonstra certo amadurecimento nas ações do colegiado, com críticas ao edital de renovação, considerado pelos membros uma ação imposta de “cima para baixo” (CBHVJ, 2009a). As instituições já começam a dar credibilidade ao colegiado, entendendo que ele deve apoiar até as ações simbólicas realizadas na região. Isso é visível na proposta do padre Cláudio para se fazer “uma visita na Serra do Ouricuri na sexta-feira para fazer um plantio simbólico nas nascentes do Rio Verde” e quando o prefeito de Barra do Mendes à época – Manoel Gabriel dos Santos – fala que “as nascentes do Rio Jacaré estão morrendo que as escolas do município estão desenvolvendo ações, que precisa do comitê para cuidar destas nascentes” (idem, ibidem). No entanto, no ano de 2009 o CBHVJ fica totalmente concentrado na resolução do conflito já instaurado no distrito de Mirorós (detalhado no capítulo I) e no processo de renovação dos seus membros.

Quanto à mobilização para a eleição de novos membros do colegiado, destacamos que foi de significância enorme para a sociedade local, pois permitiu o conhecimento de alguns instrumentos da gestão pública, bem como dos direitos e deveres em relação ao ambiente. O processo contou com vários mobilizadores contratados para fazerem visitas em diversas instituições e comunidades espalhadas em toda a bacia, além de haver outros programas na estrutura do INGÁ que permitiram maiores informações à população sobre o papel do CBHVJ, a saber : i) Programa Estadual de Restauração de Matas Ciliares (PERMAC), o qual firmava parceria com prefeituras por meio de edital para replantio nas margens dos rios; ii) Programa Aguadas que firmou parceria com algumas ONGs do estado⁵², a fim de melhorar a oferta hídrica nos municípios do semiárido, através da limpeza de aguadas, construção de cisternas e barreiros trincheira, equipamentos destinados ao armazenamento de água para produção de alimentos e criação de animais; iii) PEAS-PROÁGUA, o qual visava garantir que as comunidades se inserissem na gestão pública das águas a fim de reconhecer a centralidade dos conflitos vinculando os objetivos de aquisição de conhecimentos à mobilização e articulação de grupos sociais para a intervenção nas políticas públicas. Além disso, houve cadastro de usuários de água na região de Lapão e oficinas do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE), no qual a região de Irecê foi uma das quatro diagnosticadas como susceptível à desertificação.

Toda essa movimentação conspirou para uma boa atuação do comitê e a ampliação da divulgação das suas ações, tanto que o número de inscritos no processo eleitoral superou as

⁵² Na região dos rios Verde e Jacaré a ONG contemplada para a efetivação do projeto foi o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA).

expectativas. Então, no segundo semestre de 2009, foram realizadas as eleições dos novos membros por segmento: a plenária dos usuários foi realizada em Barra do Mendes; a do poder público foi realizada em Xique-xique e; a da sociedade civil foi realizada em Irecê. A posse dos membros só veio a acontecer em março de 2010 numa cerimônia em que foram empossados todos os membros dos comitês baianos renovados no ano de 2009, contando com a presença do então Secretário do Meio Ambiente, Juliano Matos, o diretor geral do INGÁ, Júlio Rocha e o governador da Bahia, Jaques Wagner, demonstrando, num ato simbólico, que o governo tinha interesse em garantir a participação popular na gestão das águas.

A eleição da nova diretoria do CBHVJ aconteceu em 22 de abril de 2010, em plenária extraordinária realizada em Irecê, na qual os membros apresentaram chapa única,

composta pelo Sr. Edson Ribeiro dos Santos representando o segmento Poder Público Estadual como candidato a presidência, o Sr. José Fernandes da Silva representando o segmento Sociedade Civil como candidato a vice-presidência e o Sr. Francisco Borges Neto representando o segmento Usuários como candidato a secretaria do CBHVJ. Logo em seguida segue-se a votação constatando-se assim o consenso por unanimidade dos votos em favor da chapa apresentada. (CBHVJ, 2010a)

Após a posse da nova diretoria, várias temáticas são debatidas, dentre elas a criação de câmara técnica para planejar o comitê, a qual é incentivada a ser formada não só por membros, mas também “composta por indicados dos membros titulares do CBHVJ” (idem, *ibidem*). Essa proposta foi acatada pelo plenário, decidindo indicar não-membros para a câmara técnica. Várias reclamações por parte dos membros da sociedade civil são registradas na ata da reunião, justificando que aquela é desvalorizada no tocante ao custeio das despesas e propõem “uma capacitação para membros do CBHVJ” (CBHVJ, 2010a).

As deliberações da reunião do dia 22 de abril de 2010 comprovam uma preocupação profunda dos membros em relação às suas intervenções nas decisões ambientais. Tanto o fato da inserção de pessoas que não são membros do CBHVJ nas câmaras técnicas, quanto à cobrança por capacitação levam à reflexão de que o próprio colegiado entende a necessidade do conhecimento na tomada de decisões. Corroborando Cláudio Félix dos Santos (2012, p. 200):

Os movimentos dão um passo importante no processo de formação humana quando se pautam por um verdadeiro processo de abertura de possibilidades para que os seus integrantes problematizem a realidade social e se instrumentalizem teórica e praticamente para um enfrentamento mais consistente em suas lutas.

Apesar dos limites impostos ao trabalho dos CBHs, esse reconhecimento é um avanço importante para o coletivo, não só do ponto de vista político, mas também educativo, pois é a partir daí que se começam as batalhas por formações que conectam a realidade local ao movimento universal de uma forma crítica.

Na 10ª plenária, realizada no município de América Dourada-BA, o conflito instalado em Mirorós fica explícito e exige urgência na resolução. Uma técnica do INGÁ apresenta o cadastro de poços realizado na região em que fica a barragem Manoel Novais. Como pode ser visto no trecho da ata da reunião, a técnica:

comenta sobre a insatisfação da população de Mirorós em relação à quantidade de água disponível para os usuários à margem direita e esquerda do riacho, e que os moradores solicitou uma reunião com o pessoal do Ingá envolvidos no cadastro, para dizerem que 180l/s não é suficiente para demanda dos agricultores dessa área; comenta da realização da atividade e os resultados preliminares. (CBHVJ, 2010b)

As palavras da técnica do órgão gestor das águas ratificam aquilo que vários autores já assinalaram: os trabalhadores e trabalhadoras do campo acabam sofrendo com as decisões que envolvem projetos “macro”. Ao invés daqueles que produzem a sua vida ao lado do rio acessar a água pura, tem esse direito expropriado em prol de outros projetos, os quais são justificados pela lei de que em primeiro lugar a água deve ser destinada para o abastecimento humano. Ora, mas é justo, as populações que ali vivem há tantos anos e que contribuem para a preservação das águas não tenham acesso no desenvolvimento das suas atividades?

Um dos membros do CBHVJ prossegue no debate falando que as perfurações de poços, solução encontrada pelos órgãos públicos, nas propriedades dos irrigantes pode prejudicar todo o aquífero regional, haja vista que não teve um estudo para tal ação, então indaga: “será que não estão tirando a água do mesmo pote?”. Em seguida, fala que os ribeirinhos já estavam naquela região antes do projeto da barragem, portanto não podem ficar sem acesso à água. (CBHVJ, 2010b). Diversas provocações aparecem alertando sobre as barragens clandestinas que existem no Rio Verde e reforçando a importância de lutar pela água doce, e preservá-la (Idem, ibidem).

Todos os debates feitos até essa época não evitaram o acirramento do conflito e em agosto é realizada mais uma reunião para tratar da situação da Barragem Manoel Novais. A 11ª plenária ordinária foi realizada em 25 de agosto de 2010 no Distrito de Mirorós, município de Ibipêba. A comunidade se organizou, mas o poder estatal não priorizou a resolução dos seus problemas. A exposição de Domingos Santos, representante da comunidade de Mirorós ajuda a entender:

Disse que o estabelecimento da vazão em 90 litros por segundo por parte da ANA não levou em consideração a comunidade e os vários usos que se faz das águas do Rio Verde. Disse ser inadmissível à situação frente à necessidade de preservação da vida. Citou a falta de apoio do poder público como aspecto responsável pelo uso inadequado que a população ribeirinha faz da água do rio. Frisou que fora enviado um documento com mais de três mil assinaturas à ANA e nada foi respondido. Citou as falhas na estação de tratamento de água da EMBASA e os resíduos despejados no rio. Mencionou que a associação de moradores entrou com uma ação civil junto ao MP Estadual solicitando a revisão da outorga da ANA. (CBHVJ, 2010c)

Quando a ANA se posiciona, retorna a responsabilidade para a comunidade, isso é perceptível na exposição do técnico que representou a instituição na referida reunião:

O mesmo lembrou que a situação é complexa e necessita de esclarecimento em relação aos detalhes técnicos. Explicou os detalhes para adoção da vazão de 90 litros por segundo, caracterizando a situação entre a demanda e a oferta de água na região. Lembrou que houve um racionamento nos usos da EMBASA e do DIPIM. *Disse que as decisões da ANA são públicas e que houve participação de todos atores sociais envolvidos, esclarecendo os critérios para adoção da resolução em questão.* (CBHVJ, 2010c – grifos nossos)

Constata-se que a própria legitimidade que os trabalhadores dão às decisões, voltam para si mesma, isentando o Estado de maior rigor no seu posicionamento e permitindo a perpetuação do projeto do capital na organização da vida. Logo podemos afirmar que existe uma “desresponsabilização estatal nas questões sociais, transferindo esse papel para a chamada “sociedade civil” e com isso a transforma num espaço passivo que assume as questões sociais abandonadas pelo Estado” (ALMEIDA, 2011, p. 27-28).

Contudo, o pouco que o CBHVJ fez até o início do ano de 2011 tinha contribuições essenciais para o momento histórico em que vivia a região em relação à falta de água, que não é um fenômeno local, mas mundial. Entretanto, o capital e o Estado impõem barreiras à organização dos trabalhadores, que apesar da força, são insuficientes para impedir que esses se articulem, contra as decisões do império capitalista. Mesmo tímidas são capazes de gerar desconforto à classe dominante, forçando que novas estratégias sejam adotadas para arrefecer as lutas. E assim, fez o estado da Bahia ao perceber engrossamento das lutas nos CBHs, tratando logo de desarticulá-las.

A plenária extraordinária em Barro Alto do dia 26 de abril de 2011, foi o momento em que anunciou-se que haveria mudança no sistema do meio ambiente. Imediatamente os membros do CBHVJ e os indivíduos que participavam da reunião se posicionaram contra.

Uma das oposições foi à transferência da Unidade Regional de Irecê para a cidade de Seabra, em que, antecipadamente os membros previam piora nas ações do CBHVJ:

A regionalização das Casas de Meio Ambiente visa a ligação da casa de Irecê com a casa de Seabra, sendo esta última a possível cidade que sediará a Unidade Regional. Tomé (GARRA) fala que a possibilidade da mudança da casa de Irecê é um desrespeito ao CBHVJ, pois sem consultá-lo o governo passa por cima de tudo que já foi construído por esse colegiado. (CBHVJ, 2011a)

Em outro momento, um dos membros informou que,

o projeto de criação do INEMA será votado dia 27/04 e sugere que o colegiado crie um documento com assinatura dos membros para entrega ao governador, já que ele estará na região no dia 29/04 visando manter a casa de Irecê como Unidade Regional e não Posto Avançado. (CBHVJ, 2011a)

Na 13ª plenária ordinária, realizada no dia seguinte, também em Barro Alto, o plenário se posiciona: “Francisco Neto – Chicão sugere que o comitê se manifeste com documento a favor da permanência da Casa de Meio Ambiente em Irecê” (CBHVJ, 2011b). A mobilização em toda a região foi expressiva, porém o governador não atendeu ao pedido, afirmando que era uma medida necessária à nova configuração do Sistema de Meio Ambiente da Bahia. Logo chegaram sérias implicações para a gestão de águas via CBHVJ.

A mudança consistiu numa reforma nas Políticas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e também mudanças na estrutura da gestão, fundindo o Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ) com o Instituto do Meio Ambiente (IMA), gerando assim o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Uma ação que afetou diretamente a atuação nos CBHs foi referente ao custeio dos membros. Até 2011, os membros dos CBHs que representassem organizações civis ou pequenos usuários da água tinham suas despesas ressarcidas para participação nas reuniões. Ao fazer a fusão, a nova gestão burocratizou o ressarcimento dos dispêndios e decidiu que os pequenos usuários não poderiam mais ter suas despesas custeadas, já que as Políticas Nacional e Estadual de Águas não prevêm isso, considerando, portanto, uma atitude ilegal. Contudo o Estado deixa de considerar com essa decisão é que ela fere o princípio da igualdade, já que alguns dependem do seu trabalho e/ou tem condições precárias para garantir presença, necessitando sim ser custeados. Isso não é um privilégio, mas direito em condições iguais em se tratando de um processo que se diz participativo!

Por si só esse fato permitiu o esvaziamento das presenças e dos debates. No caso do CBHVJ a situação ficou ainda pior. Por não ter um Plano de Bacias concluído fez com que

algumas posições não fossem consideradas pela nova gestão do órgão executor da Política de Recursos Hídricos, o INEMA. Essa situação foi se agravando e os membros do CBHVJ caracterizavam-na como descaso com as organizações populares. No final de 2012, os técnicos que atuavam no Posto Avançado do INEMA em Irecê (escritório do órgão que também dá suporte às ações do referido Comitê) tiveram seus contratos concluídos e não houve substituição, restando apenas quatro técnicos para fazer atendimento a processos de fiscalização e licenciamento, sendo dois de nível médio e dois de nível superior.

Tal fato pode ser comprovado na ata da reunião plenária extraordinária, realizada no município de Presidente Dutra em 18 de março de 2013: Maria do Rosário (INEMA-UR Chapada) “Informa sobre funcionamento do ATEND INEMA no PA Irecê desde janeiro com dois técnicos de nível superior para orientação do público na formação e recebimento de processos de licenciamento e outorga” (CBHVJ, 2013a).

Em se tratando das atividades do CBHVJ, a coordenadora técnica, Maria do Rosário, da Unidade Regional da Chapada, lotada em Seabra, à qual o Posto do INEMA de Irecê está ligado, acompanha as ações do colegiado. Apesar da boa vontade e dedicação, a distância acaba implicando no desenvolvimento.

Em Salvador, sede do órgão, a coordenação do extinto INGÁ que acompanhava as atividades contava com um técnico para cada CBH, dividindo as tarefas com o técnico do interior. Na nova gestão tem apenas uma pessoa para dar conta das questões administrativas de todos os CBHs baianos em Salvador. Essa realidade tem gerado um mal estar na participação dos membros, que avaliam como gestão inoperante⁵³. Desde essa época, o CBHVJ enfrenta problemas com o esvaziamento, inclusive uma diminuição considerável no número de inscrições no último processo eleitoral ocorrido em 2013.

Para exemplificar a insatisfação da sociedade em relação ao CBHVJ, trazemos trechos do relato da 15ª plenária ordinária do CBHVJ realizada em Itaguaçu da Bahia, em 13 de dezembro de 2011. Mesmo não tendo condições (materiais e imateriais) de analisar a conjuntura, a população demonstrava frustração com uma proposta que nasceu com o intuito de apresentar soluções, mas que até então não concretizava seu papel:

O senhor Claudemir (Nego Gaúcho), fala sobre a sua presença no município de Itaguaçu e fala sobre a barragem de Mirorós e diz que o abastecimento humano é prioritário e diz que perenização ficou para segundo plano e protesta contra o CBHVJ dizendo que o mesmo não fez nada de concreto até então, onde era a vez dos ribeirinhos ter voz e voto nas discussões das água e fala que o projeto Baixio de Irecê é um dos mais caros do mundo e que o

⁵³ Essas colocações de insatisfação por parte dos membros podem ser encontradas nos inúmeros registros das reuniões ordinárias do CBHVJ, por meio das atas.

governo não faz nada para fixar o homem no campo e pede para que o CBHVJ faça algo de prático para o Rio Verde. (CBHVJ, 2011c)

Em outra parte da ata, é demonstrado que os mais sofridos com a ausência de água são aqueles que não dominam econômica e politicamente: o “senhor Jose Alves fala sobre o assentamento da Fazenda Almas onde o Rio Verde atravessa a fazenda em toda sua extensão e diz que o rio está todo assoreado” (CBHVJ, 2011c).

As cobranças têm fundamentos já que o colegiado se encontra numa região que apresenta baixo índice pluviométrico, com condições geográficas próprias do semiárido e problemas de outras ordens, a exemplo do modelo agrícola implantado desde o final da década de 1960, que acarreta em degradação ambiental, marcada pelo desmatamento, erosão, compactação e contaminação dos solos, levando a um intenso processo de desertificação e assoreamento dos rios.

Assim o CBHVJ adentra o ano de 2012 com problemas estruturais. Na 16ª plenária ordinária, realizada em 3 de maio do referido ano, na cidade de João Dourado, os participantes orientam que o CBHVJ participe dos estudos acerca do colapso de água na região. O prefeito do município de Lapão presente na reunião “pede aos representantes do INEMA que acelerem os estudos do aquífero de Miróros, também faz observação em relação aos estudos do colapso de Lapão e *pede a participação do comitê nesses estudos*” (CBHVJ, 2012 – grifos nossos). Mas como seria essa participação, se muitos ali não têm conhecimentos para avaliar os estudos dos técnicos?

A constatação é que há um desejo por parte da população de que a participação dos membros do CBHVJ ocorra de forma qualificada. E essa qualificação diz respeito à organização política, à estrutura e também, conhecimento para defender usos sociais das águas na bacia hidrográfica supracitada. Infelizmente, a participação⁵⁴ não tem atendido aos anseios da sociedade local, o que tem provocado descrença nas pessoas, inclusive nos próprios membros. Isso se dá porque as conquistas não se efetivam na mesma celeridade que a

⁵⁴ Ao tratarmos do *enfraquecimento da participação social*, estamos fazendo menção às estratégias que vêm sendo usadas pelo capital e pelo Estado para dificultar esse processo. Por considerarmos que esses espaços agregam diferentes sujeitos, em que muitas vezes estão em classes sociais antagônicas e defendendo projetos de sociedade divergentes, entendemos que as várias maneiras impostas para que os/as trabalhadores/as não consigam participar efetivamente, transformam-nos em meros espaços de diálogo, os quais em nada alteram a ordem social vigente. Reconhecemos que na última década, como em nenhum outro momento da história do Brasil, houve esforços por parte do Governo Federal para concretizar as instituições participativas no país. Todavia, o próprio fato de dar possibilidade de decisão aos dominados, faz com que a classe dominante busque mecanismos de impedir o avanço, já que tais direcionamentos podem afetar sua estrutura social e colocar em risco seu poder político e econômico.

degradação se instala, a exemplo dos três projetos conquistados no ano de 2013 pelo CBHVJ em articulação com outras instituições.

Dois deles se referem à revitalização do rio Verde. Os detalhes podem ser vistos nos registros do CBHVJ:

Claudio Pereira representante das Comunidades Tradicionais no CBHSF informa sobre projeto já contemplado *no valor de R\$ 2.000.000,00 para recuperação de nascentes do Rio Verde* afirmando que será contratada empresa que irá aplicar metodologia *participativa para juntamente com municípios e comunidades definir ações prioritárias para revitalização da bacia, solicita colaboração do CBHVJ para realização das atividades*. Não foi apresentado ainda nome da empresa e Plano de Trabalho.

(...) Em seguida veio a apresentação de José Humberto O. Santos, representante da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, informa que a empresa fará estudo, no valor de *R\$1.300.000,00, sobre viabilidade de revitalização do rio Verde*; que o estudo visa “produzir água” através de levantamento de áreas de recarga dos mananciais a serem recuperadas. (CBHVJ, 2013a – grifos nossos)

Em relação ao rio Jacaré existe o estudo de viabilidade visando alternativas para aumentar a disponibilidade hídrica do rio realizado pela empresa Magma Engenharia e também financiado pela CODEVASF.

Representante da CODEVASF, José Humberto dos Santos, faz leitura do Relatório do Magma Engenharia encaminhado pela sua diretoria (...). Ressalta que os estudos foram realizados na busca de alternativas de solução para revitalização do rio Jacaré, que o comitê atuou e continua contribuindo para os estudos, vê-se no relatório que CODEVASF e Magma Engenharia fortalecem o comitê ao relatar que todas as propostas deverão ser previamente discutidas e aprovadas pelo comitê. (CBHVJ, 2013b)

No primeiro projeto, que será financiado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF), a participação é uma das prerrogativas para a definição das ações, mas não fica claro quais são os critérios para a intervenção popular. Além disso, o CBHVJ é convidado a colaborar para a efetivação das atividades, entretanto não fica explícito qual seria o papel do colegiado nesse processo. Essa participação aparece vazia de instrumentos para o avanço de uma consciência ambiental, que altere as formas de organização social e, conseqüentemente, os modos de lidar com a água, justamente por conta dos problemas enfrentados para implementação dessas ações na esfera do comitê. No terceiro projeto, a atuação do CBHVJ fica mais nítida, ao demonstrar que as ações têm sido acompanhadas por alguns membros e que todos os encaminhamentos serão decididos na instância do colegiado.

Todos esses empecilhos implicaram na desmobilização do comitê que vem se arrastando desde 2012. O último processo eleitoral realizado entre o final de 2013 e o início de 2014 teve uma mobilização pequena nos municípios da bacia e pouco interesse por parte da população, situação bem diferente da renovação dos membros ocorrida em 2009. A situação pode ser vista nos relatos presentes na ata da reunião em Lapão, do dia 05 de dezembro de 2013:

Representando INEMA e Comissão Eleitoral, Maria do Rosário Maciel de Freitas apresentou relatório das visitas de mobilização e encontros regionais e lista dos eleitos no processo de renovação. Lamentou a ausência de três habilitados na Plenária Eleitoral – citando nomes e motivos. Destacou a participação das Prefeituras da bacia hidrográfica na nova formação do CBHVJ. Informou que estaria nesta tarde no Posto Avançado de Irecê para organizar e arquivar documentos do CBHVJ, de forma que possam ser acessados pela diretoria, e também que no PA Irecê estão disponibilizados materiais e equipamentos de apoio às funções da diretoria do CBHVJ. *A plenária apresentou protestos em relação à mobilização alegando pouca comunicação, necessidade de mais participação dos membros do comitê acompanhando o INEMA nas visitas.* (CBHVJ, 2013b – grifos nossos)

Nessa mesma reunião, diferentes cobranças surgiram e merecem ser colocadas neste texto para comprovar a crise enfrentada pelo comitê (CBHVJ, 2013b):

Surgiram críticas em relação ao sistema de pagamento de diárias e ressarcimento de passagens dos membros, informando que de suas localidades a maioria dos membros ou não conta com transporte feito por empresas formalizadas ou mesmo tendo estas empresas, os dias e/ou horários não atendem; e por motivo de serem informados pela CODIS que sem a passagem não poderão comprovar a diária, acabam não podendo solicitar diária que teriam direito e assim viajam por conta própria ou não comparecem à reunião. A representante do IPETERRAS, Evanei da Silva Martins apresenta-se nesta situação presente sem apoio. O membro da sociedade civil de Gentio do Ouro, Adão Moreira Paiva entregou ao comitê ofício solicitando desligamento por motivos de dificuldade de deslocamento para reuniões. José Fernandes, presidente em exercício, informa que terá reunião em Salvador com MP e presidentes dos comitês baianos, tendo como ponto de pauta as dificuldades enfrentadas pelos membros da sociedade civil para participar das reuniões e falhas do INEMA em garantir esta participação.

É exatamente a garantia da participação que são questionadas pelos membros, pois da forma que vem acontecendo impede a presença dos que não podem pagar para estar ali, e que coincidentemente são os que criticam as ações do Estado e das empresas capitalistas nos usos da água. O pedido de afastamento do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Gentio do Ouro entregue pelo Sr. Adão Moreira Paiva reafirma a insatisfação dos membros do CBHVJ:

Recebido ofício do STTR de Gentio do Ouro solicitando desligamento do colegiado por motivos de dificuldade de deslocamento para reuniões, a diretoria do CBHVJ pede paciência, informa que está lutando para sanar estes problemas e que nega atender seu pedido de afastamento. O STTR de Gentio do Ouro será empossado em março. Informa que no próximo dia 16 de dezembro a diretoria do CBHVJ estará reunida com o MP para falar sobre as condições de apoio ao comitê que o INEMA tem oferecido enquanto secretaria executiva. Adão Paiva descreve as lutas do Sindicato pelo desenvolvimento e sustentabilidade das águas. Fala da desarticulação da sociedade civil nos comitês – que o poder público municipal se aproxima por causa dos projetos que são trazidos e denuncia nesta aproximação falta reconhecimento à luta sindical. (*idem, ibidem*)

Os novos membros empossados em 11 de março de 2014, e a nova diretoria do CBHVJ, eleita com apenas um voto de diferença da chapa opositora, têm nesse mandato o desafio de unir as forças para resolver os conflitos internos e olhar para os verdadeiros problemas que realmente impedem a atuação no colegiado. Conforme pode ser visto na citação a seguir, a diretoria está composta da seguinte forma:

Após a posse, a Comissão Eleitoral conduziu os trabalhos para a eleição da Diretoria do Comitê. Foram inscritas as seguintes chapas: CHAPA 1 – Presidente Ednaldo de Castro Campos, vice-presidente João Machado Gonçalves e secretário Moisés Menezes dos Santos. CHAPA 2 – Presidente Manoel Souza Barreto, Vice-presidente Carlso Roberto Barreto de Souza e Secretário Edilson Amorin Santos. Após a votação foi eleita a Diretoria do Comitê, ficando da seguinte forma: como Presidente, foi eleito o Sr. Ednaldo de Castro Campos, para vice-presidente foi eleito o Sr. João Machado Gonçalves e como Secretário foi eleito o Sr. Moisés Menezes dos Santos. (CBHVJ, 2014a)

Todavia, a organicidade e alinhamento das discussões não vêm acontecendo entre os membros. O ano de 2014 foi repleto de discussões acirradas no CBHVJ. De acordo com um deles:

O comitê de bacias foi criado na sua concepção com boas intenções, porém nunca funcionou, eu faço parte do comitê de bacias há seis anos e nada aconteceu até hoje, quando eu tomei posse como membro do comitê houve um anúncio que estaria indo pra licitação o plano de bacias e nós festejamos essa notícia. Passaram-se seis anos e nada aconteceu até agora. Então o governo brinca né de dá atenção a gente, o governo na verdade criou um embrulho né pra gente ficar manuseado por ele. (ENTREVISTADO A)

Na reunião do dia 05 de junho de 2014 realizada em Mirorós-Ibipeba, os conflitos internos se acirraram levando a desentendimentos subjetivos. Um dos membros, representante da Prefeitura Municipal de Lapão, apresentou uma denúncia formalizada contra o atual presidente do CBHVJ, acusando-o de cometer crime ambiental, além disso, entregou um

ofício da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Macacos, a qual é representada pelo presidente, de que o destitui como representante legal da entidade. O membro defendeu-se, falando que houve uma perfuração de poço, por um familiar, em área considerada restrita pelo órgão gestor das águas, INEMA, mas que já tinha sido vistoriado e interditado pelo órgão. Parte dos membros defendeu o presidente, dizendo que se o mesmo cometeu esse crime foi por conta das condições da seca enfrentada por toda a região e o descaso do órgão com a área do riacho do Juá que desde 2009, quando determinou proibida a captação de água na área, bem como novas perfurações, não realizou estudos para verificar a situação. Em relação aos documentos que destitui o presidente da representação legal da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Macacos, foram encaminhados ao INEMA, mediante a Coordenação de Interação Social (CODIS) a qual é responsável por dar suporte logístico e jurídico aos comitês no âmbito da Bahia.

Os relatos da reunião de 15 de outubro de 2014 em Ibititá comprovam que a crise continua. A citação a seguir deixa visíveis os problemas internos:

A pedido do presidente do CBHVJ, a Sra. Maria do Rosário traz esclarecimento sobre documentos que foram entregues pelo Sr. Joelson Matos na última reunião, assim faz leitura de ofício do CBHVJ para Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Macacos, ofício este que solicita da Associação encaminhamento de documentos comprobatórios da eleição da nova diretoria para que possa ser validado os termos e assinatura do documento trazido até a plenária anterior pelo Sr. Joelson Matos entretanto até hoje não houve resposta da Associação. Sobre denúncia formalizada pelo Sr. Joelson Matos, Sra. Maria do Rosário informa que o documento foi encaminhado para COGED para avaliação, mas antecipa esclarecimento que a denúncia não pode ser imputada ao presidente do comitê visto que não ser ele o infrator apontado e sim um parente seu. Maria do Rosário ainda esclarece que, diferente do que afirmou o Sr. Joelson Matos em ofício encaminhado ao CBHVJ, o Comitê não está *sub judice*, ou seja - em juízo - visto que não há nenhuma ação ou processo liminar que embargue ou suspenda suas atividades ou de algum de seus membros. Inclusive o direito brasileiro se rege pelo princípio da inocência: todos são inocentes até que se prove o contrário, só existindo culpa depois de trânsito em julgado em que se aplicando ao INEMA, depois de todas as instâncias administrativas. Ademais não se culpa alguém pelo erro de outrem se não estava em concurso. Assim o que se fala contra o presidente e o comitê são boatos, leviandades que desmoralizam a instituição democrática e voluntária. Lembrando que caminhamos muito para chegar neste ponto de organização civil. Assim o Comitê pode inclusive buscar guarida do Ministério Público visto que as pressões podem ocasionar impedimentos ao desenvolvimento de suas atividades. Encerrados os esclarecimentos a palavra é passada ao senhor Antônio Coelho que, como relator do GT de Revisão, inicia apresentação das alterações do Regimento Interno propostas pelo Grupo de Trabalho composto para este fim. Foi solicitado pelo Senhor Manoel Barreto que, no Art. 02 do referido regimento, seja acrescentado prerrogativa de personalidade jurídica para que o comitê venha a possuir CNPJ. O Sr. Wendell Vilas Boas lembrou que comitês estão ligados ao CONERH assim

esta prerrogativa não se aplica aos comitês entretanto o Sr. Manoel Barreto não aceitou argumento e pediu que lhe fosse apresentado o artigo de lei que impede que comitês tenham CNPJ, ficando a Sra. Maria de Rosário de providenciar a consulta. Foi sugerido pelo Sr. Edmar Paiva que fosse criado o cargo de segundo secretário e assim alterar o quantitativo dos membros da diretoria, a qual ficou de ser analisada. O senhor Manoel Barreto solicitou ainda a alteração com supressão do Art. V - § 2º, a qual foi posta em votação e negada pela maioria. O senhor Manoel Barreto não aceitou a negativa e acirrou a discussão. Por varias vezes, de maneira educada, os membros da diretoria junto com o relator Antonio Coelho e o Sr José Fernandes tentaram trazer calma e consciência ao seu discurso até que, muito alterado, o Sr Manoel Messias rasgou em pedaços a cópia do Regimento Interno sendo imediatamente advertido pelo presidente que tal ato representa faltar com decoro na Assembleia. Os trabalhos continuaram até que o senhor Antônio Coelho encerrou a leitura do Regimento Interno, o qual foi aprovado pela plenária. O presidente Senhor Ednaldo Campos declarou a aprovação do referido regimento. O Senhor Ednaldo Campos sugeriu punição ao senhor Manoel Barreto por ter rasgado o Regimento Interno dentro da plenária. (CBHVJ, 2014b)

Esses desentendimentos internos presentes no CBHVJ dificultam o desdobramento das suas ações, haja vista que existem tarefas substanciais para a situação da água na bacia que precisam da organização política do colegiado, a exemplo dos projetos citados, bem como a construção do Plano de Bacias que já está em andamento. Frisamos que esse espaço é essencial, dada a conjuntura social atual, podendo contribuir para a emancipação dos indivíduos e a transformação social. Os CBHs são espaços de luta pela conquista de direitos e reflexão crítica sobre os tratos dados à questão da gestão de águas. Para isso, é necessária uma condução que tenha como horizonte a construção de um novo projeto societário que supere a hegemonia do capital.

Os conflitos internos comprovam que o CBHVJ está refletindo as crises dessa sociedade capitalista, nos seus aspectos políticos e sociais. No colegiado, elas acontecem nos embates subjetivos, que são riscos para a organização dos trabalhadores que estão comprometidos com a perspectiva da gestão participativa, mesmo esta apresentando limites.

No atual cenário político, o país assiste à desconstrução da participação via institucionalização que é a derrubada do decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), pela Câmara dos Deputados e também, uma possível derrubada no Senado.

Olhando superficialmente, a desmobilização no CBHVJ parece não ter nada a ver com essas ações externas, mas se analisarmos profundamente a essência desse fenômeno é possível ver a sua conexão. O comportamento de alguns membros nas plenárias evidencia a

insatisfação com o descaso do INEMA para com os colegiados ambientais. Porém, esse descaso do órgão ambiental não pode ser atribuído à “A” ou “B” isoladamente, como se fosse uma decisão pessoal. É preciso ver que se trata do movimento dos setores econômicos que não aceitam o avanço da participação social no Brasil, principalmente nas questões ambientais, que a depender do rumo dado por esses colegiados aos usos dos bens naturais, freia a exploração ambiental e o enriquecimento dos grandes empresários.

Desse modo, questionamos: será que o governo do estado da Bahia nos últimos anos não teve interesse em apoiar de forma mais efetiva os comitês de bacias hidrográficas? Sem dúvidas houve interesse, pois isso não teria permitido o desgaste com os movimentos sociais ambientais no seu governo, os quais apoiaram e acreditaram numa forma diferenciada de fazer gestão pública. No entanto, para eleger-se, ele também fez alianças com grupos econômicos que não aceitam a ampliação da participação social, haja vista que compromete diretamente seus negócios. Esse movimento, inerente ao sistema capitalista, força qualquer chefe de Estado a travar algumas ações, na intenção de agradar ambos os lados.

É sabido que os eventos e campanhas realizadas na década de 1990 em torno das questões ambientais almejavam a efetivação de uma gestão diferenciada em torno das políticas públicas. No contexto baiano, os enfrentamentos entre alguns grupos sociais para ter acesso à água, seja para consumo, seja para produção, acirrou as discussões no âmbito do Estado. O cenário político conservador e autoritário, característico dos grupos da elite, os quais se articulam em todo o país para garantir a continuidade de um projeto que prioriza os *clãs* tem, na Bahia, sua representação por meio da figura de Antônio Carlos Magalhães que governou três vezes e influenciou vários outros mandatos:

No primeiro governo foi eleito por via indireta na Ditadura Militar pelo legislativo estadual (1971-1974), e o carlismo ganha o Estado. No segundo governos (1979-1982), sucede a Roberto Santos – numa continuidade clara da primeira administração. No terceiro governo, com a renúncia do governador Waldir Pires (PMDB) em 14 de maio de 1989 (para disputa da eleição presidencial compondo a chapa com Ulysses Guimarães) e assume o vice Nico Coelho. ACM chamou novamente a si a responsabilidade de disputar o cargo de governador do Estado. Pelo primeira vez disputa um pleito direto, a oposição é derrotada e o grupo assume o poder. A trajetória dos governos carlistas (Imbassay, Cesar Borges, Paulo Souto) é marcada pela ausência de participação social e de controle das políticas públicas pela sociedade, embora possa se reconhecer no período uma marca de modernização conservadora com apoio de setores econômicos da elite. (ROCHA, 2012, p. 142-143)

As organizações populares forçaram o governo a ceder seus anseios e garantir os espaços de participação, mesmo que de forma tímida. O CBHVJ é o primeiro comitê criado

na Bahia por força popular. Ele surge informal e só em 2006 é institucionalizado. Jaques Wagner do PT foi eleito governador do estado nesse mesmo ano, e permitiu alguns avanços, mas a pressão das empresas tem impedido maiores conquistas para a classe trabalhadora, dificultando inclusive o trabalho nos colegiados. O fato de muitos militantes que atuam nos CBHs terem apoiado a campanha do PT e passado a ocupar cargos implicou na cobrança mais incisiva frente à nova gestão. Desse modo, não é possível “dissociar a instância colegiada, dos avanços normativos e do próprio contexto político estadual que gravita entre o projeto liberal conservador e o recente democrático-participativo” (ROCHA, 2012, p. 141).

É fundamental debater essas questões junto aos membros. A educação numa perspectiva emancipatória pode dar orientações que desencadeiam na organização da sociedade e sua relação com o ambiente. E um fórum que quer construir política pública de forma participativa precisa estar organizado para lutar contra as forças que prejudicam de fato a Bahia e não ficar fragmentando as lutas dentro do próprio comitê, perdendo assim o foco e a direção dos avanços coletivos. Agora, mais do que nunca, é fundamental a união daqueles que se preocupam com o ambiente. Os empresários estão unidos e, como sempre, têm as "armas" para lutar contra a classe trabalhadora. Se os membros das camadas populares ficam alheios a essas questões, caminhará cada vez mais para a desmobilização e não olhará para as forças externas que afetam o CBHVJ, por isso enfatizamos a necessidade de uma formação que dê conta da correlação de forças ao longo da história do comitê a fim de fortalecer suas lutas. O próximo capítulo trata da importância de uma orientação crítica na organização política desses espaços.

CAPÍTULO III
A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
DOS RIOS VERDE E JACARÉ VIA POLÍTICAS DE GOVERNO:
APONTAMENTOS CRÍTICOS

“Se não dermos conta de que só se pode criar essa cultura proletária conhecendo com exatidão a cultura criada pela Humanidade em todo o seu desenvolvimento e transformando-a, se não atendermos a isto, nunca poderemos resolver semelhante problema. A cultura proletária não surge de fonte desconhecida, não brota do cérebro dos que se intitulam especialistas na matéria. Seria absurdo pensar assim. A cultura proletária tem de ser o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos conquistados pela Humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade dos latifundiários e burocratas”.

Sobre a Educação (Lênin, 1977)

Na discussão traçada nos capítulos anteriores pretendemos analisar como os impactos sociais e ambientais gerados pelo modelo produtivo adotado no território de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré propiciam conflitos entre as classes sociais. Ao que foi possível perceber, apesar da determinação da ação dos trabalhadores articulados nesse colegiado, as reflexões que analisam a realidade objetiva da bacia nas assembleias não são priorizadas. E esse alheamento acerca da estrutura social vigente, suas relações de trabalho e objetivos políticos tem transformado um espaço oportuno para o debate dos conflitos ambientais em recintos de contendas pessoais que não contribuem para a solução dos problemas relativos à água nas bacias dos rios Verde e Jacaré.

De tal forma, a ênfase dada à participação nas vias da regulação, próprias do capitalismo, dentro dos colegiados torna-se insuficiente para que trabalhadores do campo se expressem e defendam seus interesses acerca de um projeto de agricultura que vá de encontro ao modelo agrícola adotado na região.

A lógica do consenso, difundida no Brasil principalmente a partir do final da década de 1980, exigiu a contribuição dos processos educativos na preparação de indivíduos, em especial daqueles que se organizam em movimentos sociais, condizentes com suas diretrizes. Assim surge a *educação para o consenso*, inserindo-se nos mais diversos espaços, inclusive nos Comitês de Bacias Hidrográficas, com discursos tolerantes, conduzindo à convivência harmoniosa entre exploradores e explorados no interior do capitalismo.

Entendendo que a educação é um instrumento fundamental na luta dos trabalhadores, este capítulo debruça-se acerca da formação oferecida pelo Estado ao Comitê de Bacias

Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Está organizado em dois tópicos: i) “*Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas*”: concepção, princípios e métodos, no qual apresentamos as intenções e os fundamentos do curso para membros de Comitês de Bacias Hidrográficas; ii) *As tendências da Educação Ambiental e seus nexos com o curso para membros do CBHVJ* em que são exploradas as principais tendências que influenciam a educação ambiental, destacando seus nexos com os fundamentos do curso e apontando seus limites para os membros, haja vista que ela vincula-se à regulação e ao consenso e; iii) *Dos desafios para uma formação crítica dos camponeses articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré* é traçada a discussão acerca da necessidade de se concretizar uma formação a partir de uma perspectiva crítica e transformadora.

3.1 “CURSO GESTÃO PÚBLICA DAS ÁGUAS PARA MEMBROS DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS”: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E MÉTODOS

Antes de descrever e analisar as bases teóricas que fundamentam o curso realizado entre os dias 2 a 4 e 23 a 25 de abril de 2014 é imprescindível retomar a situação vivida pelos membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Como fora dito no capítulo II desta dissertação, as dificuldades enfrentadas em relação à estruturação, principalmente na mobilização, participação nas reuniões e vacâncias durante toda a história do CBHVJ, agregadas à mudança no Sistema de Meio Ambiente da Bahia (SISEMA), em 2011, gerou sérias consequências para a efetivação da gestão participativa das águas, dentre elas a construção do curso.

A logística foi o que mais afetou a participação dos membros do CBHVJ na formação. A maneira encontrada para garantir sua realização – uma única formação para três comitês⁵⁵ –, implicou na ausência da maior parte dos membros do CBHVJ. A cidade escolhida foi Senhor do Bonfim que se encontra a 302 km de Irecê (cidade a qual é considerada central pelos membros para o encontro do CBHVJ), dessa forma, dos 26 membros efetivos⁵⁶, apenas 5 participaram. Esses limites impostos à participação provocaram esvaziamento e desarticulação num grupo que, mesmo de forma restrita, vem se dedicando a fazer valer a gestão pública, com base nos interesses coletivos.

⁵⁵ Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, do rio Itapicuru e dos rios do Entorno do Lago de Sobradinho.

⁵⁶ Número referente a membros titulares e suplentes do CBHVJ.

Sabe-se que as limitações de uma dissertação apresentam sérios riscos de fazer reflexões equivocadas acerca de uma proposta que ainda não pôde demonstrar seus desdobramentos práticos. Mas, compreende-se a importância do estudo dos fundamentos teóricos de uma formação que, a depender dos direcionamentos, ajuda no fortalecimento dos espaços de participação social. Assumem-se aqui, as consequências de um ato ousado na tentativa de contribuir para a avaliação das orientações dadas à educação dos trabalhadores do campo via políticas de governo em Comitês de Bacias Hidrográficas. Este é o contexto que leva-nos a adentrar nos fundamentos teóricos e pedagógicos da formação.

A proposta de formação intitulada “Gestão Pública das Águas para membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia” é fruto de uma cobrança incessante dos seus membros que, ao desconhecer algumas temáticas pertinentes à gestão, percebia que tal fato fragilizava as lutas nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Em 2009, membros de vários CBHs baianos começam a propor à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e ao Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ), antigo órgão gestor da política hídrica no estado, a realização de capacitações a fim de instrumentalizá-los com conhecimentos relacionados à gestão das águas. Ou seja, é uma proposta demandada pelas próprias organizações civis, órgãos públicos e usuários da água articulados em CBHs.

Esta proposta é uma adaptação e adequação, realizada por servidores designados por diferentes diretorias - SEMA/Inema - de uma primeira versão elaborada e parcialmente executada em 2010 e 2011, respectivamente, pelo extinto Instituto de Gestão das Águas e Clima- Ingá. Portanto, esta formação constitui-se numa reelaboração do curso denominado “Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas” destinado a atender as demandas de formação dos membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia. (SEMA, 2012, p. 2)

O Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), numa parceria com a SEMA, não descartou a proposta da formação, mas adequou-a à nova concepção de gestão, garantindo sua concretização na perspectiva de contribuir para a qualidade na gestão compartilhada nas bacias hidrográficas, já que o SISEMA entende que a apropriação de conhecimentos e o reconhecimento da ação dos atores envolvidos e de suas potencialidades são fundamentais para uma gestão pública efetiva (SEMA, 2012). Logo, a formação teve por objetivo⁵⁷:

capacitar membros de entidades colegiadas do Sistema SEMA na perspectiva de aprimorar *competências, aptidões e habilidades* em atividades relacionadas à gestão pública das águas, com vista a contribuir para o fortalecimento e a ampliação da *participação e controle social* no âmbito da política de gestão de águas (SEMA, 2013a – grifos nossos).

⁵⁷ O material do curso do CBHVJ foi o mesmo utilizado para os cursos dos outros CBHs.

A organização do curso deu-se em duas etapas. A primeira tratou-se de um seminário direcionado a todos os comitês na Bahia, realizado em outubro de 2012 na cidade de Salvador, a fim de debater algumas temáticas, a exemplo dos Planos de Bacias amplamente discutidos no âmbito do estado. A metodologia garantiu o envolvimento dos participantes a partir da “exposição de palestrantes convidados, socialização de experiências de Comitês de Bacias Hidrográficas, discussão e conclusão” (SEMA, 2012, p. 2). Vale ressaltar que os membros do CBHVJ que frequentaram essa fase da formação não são os mesmos que participaram da segunda fase realizada em 2014, já que em março desse ano ocorreu a posse de novos membros do comitê.

A segunda etapa da formação teve o objetivo de detalhar “determinados assuntos ou conjunto de temas relacionados à Gestão Pública de Águas com vista a “aprender a conhecer” “aprender a fazer” “aprender a viver” “aprender a ser”” (Idem, ibidem). Esses últimos são os quatro pilares da educação sistematizados por Jaques Delors e outros autores presentes no Relatório para a UNESCO referente à Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*. No entendimento da referida comissão, no século XXI a sociedade enfrentaria novos paradigmas e a educação precisava mostrar os caminhos para resolver os problemas desse mundo complexo:

Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 2006, p. 89-90 – grifos do autor)

De acordo com Duarte (*apud* SANTOS, 2013), o lema do “aprender a aprender” apresenta quatro valores: a) os indivíduos devem aprender por si só; b) o desenvolvimento do método é mais importante do que adquirir o conhecimento já existente; c) as atividades devem priorizar os interesses daqueles que estão envolvidos no processo, ou seja, deve fazer parte do dia a dia; d) a educação tem o papel de preparar as pessoas para acompanhar a sociedade em mudança. É importante destacar que embora o relatório da UNESCO apresente orientações

voltadas à educação escolar, essa corrente pedagógica, com a perspectiva de incentivar à adaptação dos indivíduos à nova sociedade e a lidar com novas situações, espalha-se também por outros espaços educativos, a exemplo dos processos educativos nos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia.

A princípio, o curso contou com instrutoria interna, funcionários da SEMA e do INEMA que tinham afinidade com as temáticas e junto às diretorias em que se encontravam ligados – Geral, de Regulação, de Fiscalização e de Águas (INEMA), de Estudos Avançados em Meio Ambiente, de Pesquisas Ambientais, de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, de Política e Planejamento Ambiental e de Programas e Projetos (SEMA) – se dispuseram a contribuir ministrando aulas. Todavia, quando o CBHVJ foi contemplado com o curso, devido ao contingenciamento de recursos, contrataram-se consultores externos com fundos financeiros advindos do Programa Formar⁵⁸. A metodologia foi composta por “exposições de instrutores do Sistema SEMA/Inema com formação acadêmica e oficinas de construção coletiva do conhecimento” (SEMA, 2012, p. 2), por isso a opção por uma atividade “modular, a qual se constitui em instrumento didático importante para a construção de aprendizagens significativas” (SEMA, 2013a).

É necessário esclarecer que a teoria da aprendizagem significativa tem como foco a valorização dos conhecimentos prévios dos sujeitos envolvidos na formação, no caso dos CBHs, são guiadas pelos interesses de resolução dos problemas cotidianos em torno das águas. São as necessidades e as motivações do contexto em que estão inseridos os sujeitos que norteiam o processo educativo. Nesse caso, o professor tem que focar sua tarefa no *saber facilitar a aprendizagem* e não em transmitir o conteúdo. O principal formulador dessa teoria é o psicólogo norte-americano David Ausubel o qual afirma que para a aprendizagem significativa acontecer, o indivíduo precisa ter uma predisposição para aprender e o conteúdo a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, isto é, cada “aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio” (PELIZZARI et al, 2001, p. 38).

⁵⁸ “O Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Formar - tem como objetivo estruturar as ações de desenvolvimento de pessoas em sintonia com as demandas do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema) e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh) potencializando recursos e esforços. A Secretaria do Meio Ambiente (Sema), através da Diretoria de Estudos Avançados do Meio Ambiente (Deama), estruturou o Formar para ofertar capacitação, mediante a implantação de um programa integrado de formação continuada. O Programa investe em processos de aprimoramento da gestão pública, dentre os quais, processos educativos, no intuito de criar as condições indispensáveis para o alcance da eficiência na implantação e execução de políticas públicas voltadas para gestão ambiental, além de cooperação para responder, com efetividade, às demandas da sociedade baiana” Ver <http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=PROFOR&p=PROJATIV>

Essencialmente, são duas as condições para a aprendizagem significativa: 1) *o material de aprendizagem deve ser potencialmente significativo* e 2) *o aprendiz deve apresentar uma predisposição para aprender*.

(...) **É importante enfatizar aqui que o material só pode ser potencialmente significativo, não significativo: não existe livro significativo, nem aula significativa, nem problema significativo, ..., pois o significado está nas pessoas, não nos materiais.**

(...) **A segunda condição é talvez mais difícil de ser satisfeita do que a primeira: o aprendiz deve querer relacionar os novos conhecimentos, de forma não-arbitrária e não- literal, a seus conhecimentos prévios. É isso que significa predisposição para aprender.** (MOREIRA, 2012, p. 8 – grifos do autor)

O “conhecimento prévio é, na visão de Ausubel, a variável isolada mais importante para a aprendizagem significativa de novos conhecimentos” (Idem, ibidem, p. 7). Assim, é possível afirmar que essa orientação se afina com a concepção do “aprender a aprender”, haja vista que não abrange apenas o saber e o aprender, mas também o saber fazer e o aprender a aprender (PELIZZARI et al, 2001).

Para caminhar no sentido da dimensão pedagógica abordada, a segunda fase da formação para membros de CBHs desdobrou-se no desenvolvimento de capacidades, e juntamente com o seminário, constitui-se em “espaços de reflexão, criação e construção do conhecimento, pelas premissas de: aprender a fazer, continuar aprendendo, colocar em prática os conhecimentos adquiridos e adaptar esses conhecimentos no seu espaço de atuação” (SEMA, 2012, p. 5). Foi efetivado com “formato, duração e modo de execução compatíveis com a realidade do lugar. A finalidade desta etapa é o desenvolvimento de capacidades para a intervenção qualificada na gestão integrada dos recursos hídricos da Bacia” (Idem, ibidem, p. 5).

Nessa visão, os membros dos CBHs precisam conhecer os aspectos locais e associá-los às normas que existem sobre a gestão de águas para que a interferência no processo possibilite ajustes das atividades que dependem diretamente da água para se desenvolver. O conhecimento precisa estar de acordo às necessidades imediatas dos sujeitos envolvidos para que aconteça a aprendizagem, por isso os três módulos detêm-se a difundir os conhecimentos acerca da gestão de águas.

No módulo⁵⁹ I a carga horária foi de 20 horas e teve como tema: “Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos: relevância e aplicabilidade dos Instrumentos de Gestão das

⁵⁹ Os módulos impressos tiveram caráter de acompanhamento, apenas com tópicos e espaços para pontuações baseados nos slides utilizados pelos professores nas aulas. Mesmo sabendo que essa metodologia acarreta menor quantidade de conteúdos, a justificativa dos organizadores do curso é de que facilita o estudo.

Águas” (SEMA, 2013a). O objetivo foi analisar a política nacional de recursos hídricos e a política de águas do estado da Bahia “e seus instrumentos e os da gestão de águas e entender sua relevância e aplicabilidade para participação na gestão integrada de recursos hídricos, na definição de políticas públicas e na execução de projetos de base local” (SEMA, 2012, p. 5).

A ementa deu enfoque ao estudo de temas como:

Estado, Governo, Sociedade Civil e Mercado; *Apropriação e usos sociais* dos Recursos Hídricos; Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; os Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – fundamentos e princípios, objetivos, diretrizes, implementação na Bahia e desafios – Instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos – outorga, fiscalização, planos de bacia e cobrança; Decretos e as Instruções normativas do Inema. (SEMA, 2012, p. 6 – grifos nossos)

O debate no curso foi iniciado com o entendimento do papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas na esfera estatal e foi agregando estudos acerca da apropriação e dos usos sociais da água, enfocando principalmente os instrumentos legais que regulamentam a ação dos membros dos CBHs.

No módulo II o item estudado foi a “Gestão pública das águas: descentralização e participação dos membros de Comitês de Bacias” (SEMA, 2013b) com o objetivo de:

compreender o que fundamenta a existência e ações dos comitês de bacia no contexto da Gestão Pública das Águas na *perspectiva de desenvolver capacidades instrumentais* para o exercício em atividades, procedimentos e no planejamento de processos de gestão das águas em conformidade. (SEMA, 2012, p. 6 – grifos nossos)

Importante notar que a expectativa situou-se no desenvolvimento das capacidades, corroborando a perspectiva das tendências pedagógicas que se pautam no “aprender a aprender” e nas aprendizagens significativas. Numa carga horária de 16 horas debateram-se as seguintes matérias:

Capital social e ação coletiva na gestão pública das águas; Representação e Representatividade nos CBHs da Bahia; Espaços colegiados na gestão das águas – comitês de bacia - base legal, definição, composição, estrutura e funcionamento, objetivos, responsabilidades e balanço dos comitês na Bahia; Participação e decisão dos comitês de bacia nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Câmaras Técnicas (CTs) de comitês de bacia – criação, finalidade, funcionamento e atuação; Estratégias de mobilização e organização dos comitês, criação de estruturas de apoio a participação, estabelecimento da rede de informações e captação de recursos para desenvolvimento de projetos socioambientais no âmbito local. (SEMA, 2012, p. 6)

A ementa aponta um estudo de temas intrínsecos ao funcionamento interno, por isso, ao módulo II do curso, foi agregado o material didático da ANA (detalhado mais a frente) que trata da concepção de comitê de bacia hidrográfica e das suas práticas e procedimentos a fim de dar mais elementos teóricos sobre a gestão participativa das águas.

Já o módulo III levou aos membros a discussão “Planejando o comitê: estratégias e planos de ação local” (SEMA, 2013c). Com carga horária também de 16 horas, o objetivo foi:

compreender a estrutura e funcionamento da gestão de finanças e orçamentária do estado da Bahia relacionando-o a gestão das águas com vista a fundamentar o processo de elaboração, execução e avaliação de Planos de Ação Local estruturados para responder problemas socioambientais percebidos no contexto da bacia. (SEMA, 2012, p. 6-7)

Assim, a ementa tratou dos temas “Definições e Metodologias para elaboração, execução e avaliação de Planos de Ação Local estruturados na perspectiva de responder aos problemas socioambientais percebidos no contexto de cada bacia” (SEMA, 2012, p. 7), a fim de estimular que a partir dos conhecimentos trazidos pelos membros, associados ao estudo durante o curso, permitissem o conhecimento da estrutura orçamentária no âmbito do Estado para saberem quais recursos podem ser acessados para as ações na bacia hidrográfica. A abordagem realizada tratou de fontes importantes como o Plano Plurianual (PPA), enfatizando a participação social nas decisões, bem como a transparência na prestação de contas e o controle social.

Considerando o processo histórico de políticas, programas e projetos realizados no Brasil, em especial na Bahia, em que se gastava dinheiro público e não permitia-se a fiscalização por parte da população, o debate traçado é de suma relevância, pois possibilitou o conhecimento sobre os instrumentos da gestão, já que reivindicar maiores investimentos em determinadas políticas exige também conhecimento acerca dos recursos públicos. Em se tratando da gestão de águas, a discussão do módulo explicou que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA) objetiva dar suporte financeiro às ações previstas na Política Estadual de Recursos Hídricos, no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias. Essa é outra discussão extremamente relevante para os membros perceberem que há um planejamento e relação intrínseca entre financiamento, gestão, mobilização e participação.

O módulo III oportunizou ainda atividades em que os participantes repensaram as dificuldades enfrentadas, sua organização e seu futuro, propondo um plano de ação local (imaginário), na bacia em que cada um tivesse inserido. Essa atividade recebeu o título

“Comitê dos Sonhos” em que os membros apresentaram um quadro com indicações do que seja o comitê real – aquele que eles vivenciam; o comitê possível – o que pode ser construído a partir da articulação e fortalecimento das ações, dadas as condições existentes e; o ideal – aquele essencial, na concepção dos membros, para que a gestão participativa das águas efetive com sucesso.

O quadro⁶⁰ 2 apresenta uma comparação entre o comitê real e o comitê ideal de acordo com apresentação dos membros do CBHVJ.

Quadro 2 – Comparação entre o comitê real e o ideal conforme os membros do CBHVJ
Elaboração da autora

| REAL | IDEAL |
|--|--|
| <p>• Estrutura: Computador, mesa e pasta de arquivos cedidos pelo INEMA no posto avançado de Irecê.</p> <p>• Membros: Falta de participação dos membros nas reuniões ordinárias; Falta de apoio da secretaria-executiva; Falta assiduidade; Falta de organização; Falta envolvimento e interesse dos membros; Falta de objetividade e foco; Ausência de participação e interesse de gestores públicos.</p> | <p>• Estrutura: Sede própria – computador, arquivo, mesa e sala de reuniões; Veículo; Funcionários administrativos.</p> <p>• Membros: Participação dos membros nas capacitações; Aumentar a participação de todos os seguimentos envolvidos no âmbito da bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré; Capacitação em gestão de recursos hídricos de forma periódica e para todos os membros; Membros interessados e atuantes no CBHVJ; Organização; Objetividade.</p> |

O quadro 2 demonstra que os membros apontam a solução das questões voltadas para dentro do CBHVJ em sua relação com o Estado. Esse posicionamento atendeu aos requisitos dos instrutores para a atividade e conciliou-se aos fundamentos do curso, já que atribuiu prioridade à estruturação interna na resolução dos problemas do colegiado. Analisando com atenção fica evidente que as mudanças devem ocorrer subjetivamente e nas relações internas, sem mencionar a conjuntura econômica e política que passa o país.

Como complemento do material didático, os participantes tiveram acesso ainda aos volumes I e II dos *Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos* elaborados pela Agência Nacional de Águas (ANA). O objetivo dessa coleção, que conta com oito volumes, é apresentar, de forma, sucinta, os instrumentos da Lei das Águas, bem como do Sistema

⁶⁰ O quadro foi construído pela autora desta dissertação a partir da apresentação feita pelos membros do CBHVJ no módulo 3 do curso para membros de CBHs em Senhor do Bonfim, no dia 24 de abril de 2014.

Nacional de Recursos Hídricos (ANA, 2011). Como os dois primeiros têm fundamentos que nortearam o processo educativo estudado, entendemos ser importante detalhá-los.

O volume I, intitulado “O Comitê de Bacia Hidrográfica – o que é e o que faz?”, tem como objetivo discorrer sobre o contexto histórico da criação dos comitês, das suas atribuições, como e por que criá-los, além de ponderar as diferenças quando comparados a outros colegiados (ANA, 2011). Está organizado em seis capítulos mais as considerações iniciais e finais. Nas considerações iniciais ele traz definições acerca de bacia hidrográfica, comitês de bacias hidrográficas, múltiplos usos da água e conflitos. O material entende que um “conjunto complexo de usos e usuários pode gerar embates entre os interessados defendendo, cada qual, distintos pontos de vista sobre o uso da água” (ANA, 2011a, p. 13). Nessa acepção, pode-se entender que são os diferentes usos e comportamentos dos usuários que provocam os conflitos e não a mediação de um modelo social classista que tem a água meramente como meio de produção de mercadorias, ou seja, um bem econômico que deve ser privatizado. As verdadeiras causas que levam aos conflitos (já apontados no capítulo I) não são tratadas no material.

O primeiro capítulo – *Comitê de Bacia Hidrográfica* – conceitua o comitê de bacia hidrográfica como parte dos arranjos institucionais que promovem o “acordo entre setores usuários com as políticas públicas e com as múltiplas visões da sociedade civil para a adequada tomada de decisão sobre o destino das águas” (ANA, 2011a, p. 16). Traz ainda os diversos eventos desde a década de 1970 que ocorreram no mundo e trataram da água, a exemplo da Conferência de Dublin realizada em 1992 a qual teve como um dos princípios o reconhecimento do valor econômico da água.

No capítulo seguinte, intitulado *Surgimento dos Comitês de Bacia no Brasil* é traçado o histórico da criação dos CBHs no Brasil a partir da década de 1980 como consequência da “complexidade das questões relacionadas ao uso da água” (ANA, 2011a, p. 21), todavia, não menciona quais relações sociais impulsionam essas questões. Já o terceiro – *Atribuições dos Comitês* – informa sobre o papel de promover o debate e articular a ação das instituições envolvidas em conflitos pela água, contribuindo para que os conflitos sejam evitados, e em caso de não ser possível arbitrar em primeira instância, enfatizando que a principal atribuição é aprovar e acompanhar o Plano de Bacias. Um destaque importante desse capítulo é o reconhecimento do CBH como ente do Estado, deixando nas entrelinhas os limites que essa instituição tem na luta pelo acesso à água.

O quarto, sob o título *Composição dos Comitês*, apresenta diversas experiências no Brasil de composição dos CBHs, mostrando a quantidade de usuários, quantidade de

representantes de organizações civis e do poder público de acordo com as peculiaridades de cada região. A representatividade é entendida como a “qualidade de alguém (representante) expressar os interesses de um grupo, o qual ele represente e que possa exprimir não somente a sua opinião individual, mas a do conjunto de pessoas” (ANA, 2011a, p. 25). São expostos os pré-requisitos para que a representação seja qualificada – organização e definição de diretrizes de atuação, definição pelo comitê de uma agenda prévia para que haja preparação dos representantes, capacidade pessoal para defesa dos interesses do segmento que representa e definição de comunicação acerca das ações do CBH entre o representante e os representados (ANA, 2011a). A gestão participativa é tida como condição de igualdade das decisões na bacia, entretanto não faz referência às desigualdades sociais que permeiam o processo, como se os membros tivessem condições econômicas, tecnológicas, sociais e científicas iguais para concretizar a gestão de águas.

O quinto capítulo – *Criação e instalação de um Comitê* – detalha os procedimentos gerais para a criação e instalação de um comitê, defendendo que conste na proposta um diagnóstico da situação hídrica a fim de justificar a necessidade da existência desse colegiado. Estabelece algumas: a) fase preparatória, na qual se faz o planejamento das ações, identificando quais instituições são relevantes na gestão de águas na região, elaboração de calendário, preparação da equipe mobilizadora, elaboração de material de divulgação, definição do arranjo institucional do CBH e do regimento interno, bem como definição e publicação das normas; b) fase de divulgação e mobilização da comunidade, na tentativa de garantir a maior amplitude e qualidade possível na bacia; c) fase de inscrição e habilitação em que se constitui comissão eleitoral, organização da infraestrutura, análise das inscrições e divulgação das instituições habilitadas a pleitear uma vaga no CBH; d) fase de eleição dos representantes, que constitui-se em organizar a condução da eleição, das plenárias eleitorais e registro e divulgação dos resultados; e) posse dos membros e eleição de diretoria é a última fase e nela empossa-se os membros eleitos nas plenárias e conduz a eleição de diretoria, além de construir uma agenda prévia das ações do CBH (ANA, 2011a). Nesse capítulo reafirma-se que a responsabilidade da resolução dos problemas ambientais é daqueles que demandam a gestão participativa: “o poder de decisão delegado ao comitê vem junto com a responsabilidade da solução dos problemas” (ANA, 2011a, p. 39).

O último capítulo – *Comitê de Bacia Interestadual* – exemplifica com diversos acordos as formas encontradas no país para promover o debate em comitês de bacias hidrográficas que envolvem mais de um estado, a exemplo do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

O volume II, “O Comitê de Bacia – prática e procedimento”, é composto por 4 capítulos mais as considerações iniciais e finais. Versa sobre o funcionamento dos comitês, tendo como referência as diversas experiências em curso no País, além de apresentar as práticas e procedimentos a serem adotadas pelas secretarias-executivas (ANA, 2011b).

“*Estrutura Organizacional*” é o título do primeiro capítulo em que são apresentadas as composições mais comuns em CBHs brasileiros: a) plenário que é o conjunto dos membros do comitê reunidos em assembleia geral, constituindo a instância máxima; b) diretoria que tem o papel de fazer a representação legal do comitê, convocar e conduzir as reuniões, bem como seus documentos internos como atas, convocatórias, ofícios, relatórios, monções, deliberações, etc.; c) câmaras técnicas, que são criadas pelo plenário com a atribuição de desenvolver e aprofundar temáticas necessárias ao comitê; d) grupos de trabalho, os quais são instituídos para analisarem ou executarem temas específicos a fim de dar subsídio às decisões colegiadas; e) secretaria-executiva a qual tem o papel de dar apoio administrativo, técnico, logístico e operacional ao comitê (ANA, 2011b).

O capítulo 2, “*Regimento Interno*”, discorre sobre o documento que normatiza as regras estabelecidas pelos membros do CBH para regulamentar seu funcionamento, devendo constar o nome, área de atuação, sede, finalidade, composição, proporcionalidade, estrutura organizacional e procedimentos do comitê (ANA, 2011b). Já o capítulo seguinte, sob o título “*Funcionamento do Comitê*”, apresenta um modelo de metodologia para construir um planejamento estratégico que garanta o bom funcionamento. O exemplo dado trata-se de oficinas com possibilidade de participação ativa de todos os membros com vias à “garantia de maior eficácia no alcance dos objetivos, das metas e da estratégia de funcionamento do coletivo” (Idem, ibidem, p. 28). É nessa parte do material que demonstra os passos para a elaboração de documentos a exemplo da deliberação e moção. Destacamos o conceito que se tem de conflito nesse capítulo do volume II:

Os conflitos instalados pressupõem a disputa entre partes, explicitadas socialmente por meio de canais legais (ações na Justiça comum, ações impetradas pelo Ministério Público etc.), institucionais (ações conduzidas por órgãos de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos) ou em fóruns sociais de negociação como comitês de bacia, associações de usuários e outros. (ANA, 2011b, p. 32 – grifos nossos)

Mais uma vez o material da ANA descontextualiza o conceito de conflitos do modo capitalista de produção.

No último capítulo, discorre-se sobre o papel da “*Secretaria-executiva*” afirmando que nos casos de não haver a agência de bacia, outras formas devem ser criadas para fornecer suporte técnico-administrativo que deve “assegurar as condições de funcionamento do colegiado” (ANA, 2011b, p. 35). Na maioria das vezes essa atribuição fica por conta do órgão gestor da política de águas, como é o caso do CBHVJ que tem o apoio do INEMA para executar suas atividades administrativas. As atribuições da secretaria-executiva conforme a ANA são: organização interna, planejamento das atividades do comitê, comunicação e mobilização social, capacitação para gestão e organização de eventos. A capacitação, conforme a ANA, faz-se necessária porque “muitas vezes os membros não estão suficientemente preparados para exercerem seus papéis” (Idem, ibidem, p. 40), havendo necessidade também de oferecer capacitação sobre a Política de Recursos Hídricos para outros sujeitos que mesmo não sendo membro de CBH tem importância no processo da gestão a fim de “internalizar na sociedade os fundamentos da gestão de recursos hídricos, por exemplo, a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão” (Idem, ibidem, p. 40). Ao final do módulo estão anexados vários modelos de documentos como de regimento interno, deliberação, moção, edital, portaria, resolução e ata de reunião.

Os conteúdos dos módulos confeccionados pela Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia, assim como os Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas enfatizam a preparação dos membros de comitês de bacias para a atuação participativa na gestão das águas no viés da regulação dos problemas imediatos que chegam à instância colegiada. Como observa-se, eles são necessários, embora insuficientes, para uma boa atuação, pois o conhecimento acerca da legislação, dos instrumentos que amparam à gestão de águas, bem como a descentralização e participação social, com a oportunidade de olhar para dentro do comitê, traçando estratégias para a ação local, indubitavelmente é uma tática importante para os participantes envolvidos, visto que nunca antes no estado da Bahia foi executada uma formação específica para os membros de comitês de bacias hidrográficas. Ademais, estudar a legislação através de uma linguagem mais acessível, contando com a mediação de especialistas na área é um avanço. A metodologia utilizada ajudou no debate, permitindo o diálogo não só com o professor, como também entre os componentes do curso, tirando a ideia de que o processo educativo deve ser exaustivo.

Todavia, mesmo abordando conteúdos imprescindíveis para a formação de membros de CBHs, o curso, por todas as limitações impostas à sua realização, não avançou para níveis de compreensão do principal impulsionador da questão da água e da totalidade social. Os fundamentos pedagógicos se aliam a perspectivas educativas que entendem a identificação

dos problemas ambientais, bem como suas soluções por aqueles que historicamente vêm sofrendo com as injustiças causadas pela desigualdade social e, que muitas vezes são frutos do processo de privatização da água, deixando de vincular o contexto local ao debate acerca do modelo produtivo no campo que vem sendo incitado pelo capital.

A perspectiva teórica que fundamenta o curso aproxima-se a abordagens que visam à adaptação individual e comportamental ao novo contexto social, econômico e tecnológico. Desse modo, ante todos os desafios encarados no território de atuação do CBHVJ demonstrados ao longo desta dissertação, faz-se necessário discorrer algumas linhas sobre a trajetória da educação ambiental, elencando quais tendências influenciam o curso supracitado a fim de sustentar, à luz de uma perspectiva crítica da educação, nosso entendimento de que a proposta de formação – por se alinhar a concepções que não apontam a superação do capital – apresenta limites aos enfrentamentos dos problemas ambientais na atual conjuntura do território das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.

3.2 AS TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS NEXOS COM O CURSO PARA MEMBROS DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

Os fundamentos teóricos e pedagógicos que orientaram a formação dos membros do CBHVJ podem ser extraídos tanto do projeto quanto do material didático utilizado na formação. Para tecer críticas a essas formulações, entendemos ser importante levantar brevemente o histórico⁶¹ da Educação Ambiental, no sentido de demonstrar a aproximação do curso com as orientações de organismos capitalistas para a educação ambiental.

O termo Educação Ambiental foi mencionado pela primeira vez num “evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido, no ano de 1965” (LOUREIRO, 2012a, p. 77). Em 1968 um encontro entre pedagogos, cientistas, funcionários públicos e até industriais discutiu a crise ambiental e o futuro da humanidade em Roma. Daí nasceu o *Clube de Roma*, que produziu vários relatórios dando visibilidade aos problemas ambientais (SANTOS, 2012). Um deles, intitulado “Limites do Crescimento”, foi publicado em 1972, advertindo a sociedade de que era necessário mudar seus métodos econômicos e políticos para evitar catástrofes ambientais.

⁶¹ Não nos debruçaremos em detalhes ao percurso histórico, visto que nosso foco é elencar o movimento histórico que influencia as correntes de Educação Ambiental desde o seu surgimento, compreendendo o sentido desses fundamentos nos projetos e programas de governo, em especial do curso para membros do CBHVJ. Outros trabalhos contemplam esse debate de forma profunda a exemplo de Sorrentino, 1995; Loureiro, 2012a; Santos, 2012; Tozoni-Reis, 2008.

Perante o impacto do relatório do *Clube de Roma*, juntamente às movimentações durante a década de 1960 em todo o mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) viu-se obrigada a inserir esse debate na sua pauta, realizando uma série de eventos para discuti-la. Num primeiro momento organizou a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972 em Estocolmo. Tal cerimônia colocou a Educação Ambiental como assunto oficial da ONU, dando assim dimensão mundial ao termo.

O *Seminário Internacional sobre Educação Ambiental* ocorrido em Belgrado/Iugoslávia no ano de 1975 teve como objetivo divulgar a necessidade de construção de programas de educação ambiental em todos os países-membros da ONU. A *Carta de Belgrado* pressupôs que o crescimento na economia tivesse controle ambiental e a educação, por meio de atividades com vias ao desenvolvimento de atitudes e habilidades individuais, deveria inverter a crise ambiental anunciada anteriormente pelos relatórios do *Clube de Roma* (TOZONI-REIS, 2008).

Em Chosica/Peru foi realizado o *Seminário sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária* no ano de 1976. Apesar de não ser muito conhecido pelos brasileiros, este evento apresentou umas das mais completas abordagens em educação ambiental apontando a necessidade de transformação e superação da estrutura social, nele “se afirmou a necessidade metodológica da Educação Ambiental ser participativa, permanente, interdisciplinar, construída a partir da realidade cotidiana, com implicações sobre o formato curricular no ensino formal” (UNESCO *apud* LOUREIRO, 2012a, p. 79).

A *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental* em Tbilisi/Geórgia realizada entre 14 e 16 de outubro de 1977 deu-se como desdobramento da Conferência de Estocolmo. Foi nesse evento que a ideia de tratar a educação ambiental além das questões da fauna e da flora, envolvendo “os aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos” (DIAS *apud* SANTOS, 2012, p. 43) ganhou força. O documento da Conferência de Tbilisi define que o papel da educação ambiental é “criar consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamentos positivos” (TOZONI-REIS, 2008, p. 3) por meio de uma visão interdisciplinar, ampliando assim alguns conceitos da *Carta de Belgrado*, mas seguindo a mesma linha de raciocínio que não problematizou as verdadeiras raízes da crise ambiental. A crítica à educação tradicional nesse evento, enfatizando a necessidade de processos cognitivos que aproximassem os sujeitos da natureza para solucionar os problemas ambientais deixa clara sua opção pelos princípios da pedagogia tecnicista a qual denunciou alguns limites impostos pela economia à sustentabilidade ambiental, mas esbarrou-se num discurso

esvaziado sobre a solidariedade sem articulação alguma com o problema da desigualdade e seus vínculos com modelos sociais de dominação e subordinação.

O *Seminário Educação Ambiental para América Latina* acontecido na Costa Rica em 1979 e o *Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental* realizado na Argentina em 1988 destacaram o papel estratégico da mulher na garantia do desenvolvimento local e das culturas ecológicas, bem como a necessidade de preservação do patrimônio histórico-cultural (LOUREIRO, 2012a). Em Moscou/Rússia, o *Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais*, ocorrido no ano de 1987, reafirmou as diretrizes de Tbilisi defendendo “a capacitação de profissionais de nível técnico como essencial a uma intervenção instrumental compatível com parâmetros sustentáveis” (LOUREIRO, 2012, p. 81).

No ano de 1992, o Rio de Janeiro/Brasil sediou o evento da ONU de maior destaque para o debate ambiental. A *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* ou Rio-92, recorreu a documentos anteriores a fim de resgatar conceitos e ampliar os princípios para elaborar a educação ambiental. O destaque foi o estabelecimento de ações que preparassem os indivíduos com atitudes e comportamentos que atendessem ao desenvolvimento sustentável. Nesse viés, surgiu a Agenda 21, difundida pelas instituições públicas, no intento de garantir o desenvolvimento sustentável, através de mudanças nos padrões de consumo e a adoção de hábitos que reorientem a produção econômica. Paralelo à Conferência Oficial, aconteceu o *Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais* que resultou no *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, colocando a educação ambiental como instrumento para a construção de

sociedades sustentáveis e equitativas ou socialmente justas e ecologicamente equilibradas e gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida. (TOZONI-REIS, 2008, p. 4)

No ano de 1997, em Thessaloniki/Grécia aconteceu a *Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade*. A pauta principal foi a mudança nos comportamentos e estilos de vida das pessoas na tentativa de buscar alternativas de consumo. Sua notoriedade deu-se por ter considerado prioritária a formação de docentes, a produção de materiais didáticos e a realização de encontros de menor porte para a troca de experiência entre educadores (LOUREIRO, 2012a).

Com a finalidade de avaliar as decisões tomadas na Rio-92, alguns encontros foram realizados nessas duas últimas décadas. O primeiro aconteceu entre os dias 2 e 4 de setembro

de 2002 em Johannesburgo/África do Sul sob o título *Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável* ou Rio+10 que avaliou o plano traçado no Rio de Janeiro e ratificou o desenvolvimento sustentável e a Agenda 21 como estratégias para garantir às futuras gerações a segurança ambiental.

No ano de 2012 dois eventos aconteceram no Brasil no sentido de retomar o debate da Rio-92. O VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental realizado em Salvador/Bahia no mês de março teve como tema *Educação Ambiental: Rumo a Rio+20* com o intuito de avaliar a inserção do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” na educação ambiental brasileira, assim como o fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental. A metodologia priorizou a apresentação de pesquisas e experiências que valorizam as vivências e oportunizam diálogos sobre a diversidade. Na *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável* ou Rio+20, realizada no Rio de Janeiro os temas principais foram: *A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza* e *a Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável*.

(...) na Rio + 20 os líderes fizeram um balanço de tudo o que foi feito nos últimos vinte anos, renovando o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável; avaliaram quais as lacunas que ainda existem na execução dos acordos internacionais; abordaram os novos desafios emergentes e discutiram as novas formas de recuperar os estragos que já fizemos em nosso planeta, sem deixar de progredir. (SANTOS, 2012, p. 49)

Todos esses encontros enfatizaram processos educativos voltados para a mudança ética e o desenvolvimento sustentável. É incontestável que as conferências realizadas deram visibilidade ao problema ambiental enfrentado em todo o planeta, entretanto, propagaram o crescimento econômico sustentável de forma completamente acrítica. Em nenhum deles se apresentou o modelo capitalista como o verdadeiro causador da crise ambiental, logo torna-se compreensível que os fundamentos teóricos e pedagógicos, condutores da educação ambiental proposta por organismos como a ONU e UNESCO, enfoquem a adaptação dos indivíduos ao capitalismo, numa dimensão superficial sem que a “dinâmica societária, política e econômica do que é questionado tivesse condições de ser efetivamente confrontadas, negadas e dialeticamente superadas” (LOUREIRO, 2012a, p. 83).

Os princípios da educação ambiental proposta nos documentos da ONU seguem recomendações que buscam uma mudança na maneira de educar, questionando a transmissão dos conteúdos da educação tradicional e sugerindo novas metodologias que desenvolvam a

capacidade de viver harmonicamente com outras pessoas e com a natureza. Por isso é importante salientar que apesar de trazer conceitos como participação social e sustentabilidade, propagados inicialmente por movimentos sociais, a educação ambiental em instâncias colegiadas não aponta para a transformação social, pelo contrário, muitas vezes compatibiliza-se com o ideário da ética liberal e da economia de mercado. O próprio uso da expressão desenvolvimento sustentável se dá no sentido de expandir o projeto social em curso, comprovando que apesar de ter surgido no seio das organizações populares, o termo foi cooptado pelo capitalismo:

O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição de poder e com os valores pessoais e a cultura. O conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sociais e realidades históricas (...). A redução da pobreza, a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da população, o resgate da equidade e o estabelecimento de uma forma de governo que garanta a participação social nas decisões são condições essenciais para que o processo de desenvolvimento seja julgado como sustentável. (JARA, 1998, p. 35)

A formulação se agrega às postulações do “capitalismo verde” como uma saída para o desenvolvimento, defendendo apenas que o modelo econômico faça distribuição de renda e desenvolvimento local sem degradação ambiental exacerbada.

Essa perspectiva, em linhas gerais, defende um “uso mais racional” dos recursos naturais (sem refletir e buscar romper com as relações econômicas de mercado e o processo de acumulação de riqueza material), com ênfase nos aspectos comportamentais, técnico-gerenciais e éticos da relação humana com a natureza dita não humana. (LOUREIRO; LIMA, 2012, p. 291)

A leitura se estabelece num campo não crítico sem aprofundar o debate e deixando de analisar que o mundo atual está diretamente comprometido com as práticas sociais instituídas pela humanidade ao longo da história. Ambientalistas há algum tempo anunciam o desgaste que a ideia do desenvolvimento sustentável vem sofrendo por ter sido apropriada por grupos com poder político e econômico no cenário internacional incentivando apenas mudança de atitudes das pessoas.

Não por acaso, são as ideias acríticas que tornam-se hegemônicas. Nos encontros relatados, exceto o que aconteceu no Peru, a problematização e busca de superação do

capitalismo não é a meta. Conforme afirmaram Marx e Engels “as ideias da classe dominante, são em todas as épocas as ideias dominantes” (2005, p. 78), assim o que se convencionou como sendo melhor para o cuidado da natureza a partir de políticas públicas, programas e projetos de governo, apesar de inserir terminologias defendidas por grupos contra-hegemônicos, é exatamente a perspectiva da classe que domina econômica e politicamente. A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9.795/1999, bem como a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia – Lei 12.056/2011 são exemplos disso e merecem ser sublinhadas, já que embasam o curso para membros do CBHVJ.

Na esfera nacional, a educação ambiental é entendida como processos por meio dos quais “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999)

É evidente a afinidade da Política Nacional de Educação Ambiental com perspectivas teóricas que priorizam – o que consideram – bons exemplos e práticas de ordenamento de comportamentos, pois acredita-se na repetição de atos como suficiente para superar as relações de poder e interesses estabelecidos. Tais diretrizes vão de encontro à Pedagogia Socialista que tem como fim a emancipação humana. Esse pensamento pedagógico de esquerda “desenvolve a crítica e procura formular perspectivas de formação humana que

busquem superar essas concepções e práticas alienadas de educação” (FILHO; ALMEIDA; BARRETO, 2013, 117).

A Lei de Educação Ambiental do estado da Bahia é tida como uma das mais avançadas do país, por articular estratégias junto à gestão das águas, das unidades de conservação, do saneamento ambiental e do licenciamento ambiental, fortalecendo o papel da educação junto à gestão ambiental.

Art. 2º Para os fins previstos nessa Lei, entende-se por Educação Ambiental o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra. (BAHIA, 2011)

Tal concepção reafirma a disseminação de hábitos individuais e coletivos tão debatidos nos eventos realizados pela ONU. Os tons palatáveis da política estadual de educação ambiental residem em melhorar o trato com a natureza pela soma de comportamentos individuais (LOUREIRO, 2012b), por isso, as bases teóricas e pedagógicas não vão de encontro aos valores da educação capitalista. Os princípios apresentados no artigo 3º da Lei 12.056/2011 revelam que “tudo serve” para embasá-la, desde que melhore o trato com a natureza: “XI - *pluralismo de ideias e concepções pedagógicas*, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade” (BAHIA, 2011 – grifos nossos).

Entendemos ser arriscada essa heterogeneidade de fundamentos que norteiam processos educativos, principalmente quando envolvem a classe trabalhadora, haja vista que propõe pequenas ações que, apesar de dar importância aos problemas ambientais, não apontam para a superação da relação homem-natureza atual. Corroborando Loureiro (2012a, p. 26)

Em Educação Ambiental, a negação da homogeneidade simplificadora e o respeito à diferença de ideias e modo de viver são fundamentais e coerentes com a visão de ambiente enquanto complexidade do mundo. Porém, ao se defender o diverso não se pode cair num pluralismo indiferenciado, em que as vivências pessoais e as lutas sociais se deem numa história diluída e desconexa, na qual a negação a confrontação de teorias e argumentos e a superação transformadora tornam-se impossíveis de se realizarem. Isso seria recair num relativismo absoluto e no atomismo de iniciativas que passam a ser vistas como válidas em si mesmas, posturas que em nada favorecem a consolidação da educação como atividade cidadã, reflexiva e afinada com a superação das relações de dominação vigentes (Wood, 2003). A ideia de que “tudo é válido” desde que se almeje proteger o ambiente, ignorando o modo como este se constitui, não colabora para alcançarmos novas relações sociais e formas sensoriais perceptivas de nos compreendermos e nos sentirmos como parte da sociedade e de uma vida planetária.

A pluralidade de ideias é um risco, pois sacrifica a coerência, visto que muitas são antagônicas, impedindo a consistência nos argumentos. Ademais, não consegue explicar as contradições e impede o movimento necessário para a compreensão das coisas. A associação de tantas teorias para formar trabalhadores/as articulados/as em comitês de bacias hidrográficas, em especial camponeses/as, tende a enfatizar o como fazer e secundarizam ou negam estudos acerca da compreensão da aceleração da produção de riquezas materiais alienadas como bases da reprodução e da acumulação do capital, movimento que garante a apropriação privada e desigual da água e sua transformação num bem de valor de troca.

A lei abrange ainda a formação para a gestão participativa de águas, estimulando a capacitação de pessoas para o exercício das representatividades política e técnica nos colegiados ambientais (BAHIA, 2011). O artigo 26 delimita, especificamente, os objetivos fundamentais das ações de Educação Ambiental na Gestão das Águas:

- I - adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento nos programas de Educação Ambiental, considerando a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea;
- II - estimular a compreensão da visão sistêmica de bacia hidrográfica em suas múltiplas e complexas relações;
- III - utilizar os princípios da Educação Ambiental, desde a fase inicial de formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, com ênfase na capacitação dos seus representantes;
- IV - incentivar e fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas nas ações de Educação Ambiental;
- V - incentivar e elaborar programas setoriais e projetos de Educação Ambiental, envolvendo colegiados relacionados ao tema;
- VI - *incentivar a integração de ações para a conservação e o consumo sustentável da água*, visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e a gestão de conflitos acerca do seu uso;
- VII - utilizar, como referência na elaboração e execução de programas e projetos de Educação Ambiental, as Políticas e Planos de Recursos Hídricos. (BAHIA, 2011 – grifos nossos)

Sem questionamentos ao modelo social vigente e omitindo que a crise ambiental decorre dele, as “dimensões morais, comportamentais e tecnológicas, numa matriz instrumental, passam a ser as determinantes para se obter a sustentabilidade, mesmo que no marco do capitalismo globalizado e suas leis de mercado” (LOUREIRO, 2012a, p. 46). Essa vertente da educação ambiental tem como limite a lógica mercadológica, e mesmo com a denúncia do consumo desenfreado e de práticas degradadoras, as mudanças são impulsionadas a se realizarem dentro do próprio sistema capitalista, como se este pudesse ser “menos selvagem”.

O caminho percorrido pela educação ambiental demonstra que ela é caracterizada por uma diversidade de teorias. E apesar de todas elas afirmarem preocupação com o ambiente, cada uma tem um discurso e uma estratégia diferente para concebê-la. Alguns autores já estudaram a fundo as correntes da educação ambiental no Brasil. Sorrentino (1995) identificou a existência de quatro vertentes: conservacionista; ao ar livre; relacionadas à gestão ambiental e; relacionadas à economia ecológica. Segundo Sauv  (2005) existem pelo menos quinze correntes: naturalista; conservacionista/recursista; resolutive; sist mica; científica; humanista; moral/ tica; holística; biorregionalista; prática; crítica; feminista; etnográfica; ecoeduca o e; sustentabilidade. Tozoni-Reis (2008) define três categorias para organizar as tendências da educa o ambiental: natural; racional e; histórica. Já Layrargues e Lima (2011) organizam as diferentes correntes da educa o ambiental em três macro-tendências: conservadora; pragmática e; crítica.

Por não ser possível detalhar todos esses estudos aqui, optamos por adotar como referência para classificar as tendências da educa o ambiental, as defini es de Philippe Layrargues e Gustavo Lima, pois os autores colocam que cada tendência agrupa várias correntes com aspectos comuns, contemplando assim o destaque que queremos dar para tecer a nossa crítica aos fundamentos do curso para membros do CBHVJ.

Segundo os autores, a tendência *conservadora* estimula uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientiza o “ecológica” sem questionar a estrutura social vigente em sua totalidade, propondo mudanças culturais relevantes, que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade; a abordagem *pragmática* abrange as correntes da Educa o para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável,   expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado; já a vertente *crítica* enfatiza a revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a domina o do ser humano e dos mecanismos de acumula o do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Percebe-se que a forma o dos membros do CBHVJ (a partir dos fundamentos já analisados anteriormente) está em sintonia com a tendência *pragmática*. Ela deixa   margem as considera es da questão da distribui o desigual dos

custos e benefícios da apropria o dos bens ambientais pelos processos desenvolvimentistas, e resulta na promo o de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base, inclusive aqueles responsáveis pela própria crise ambiental.

Assim, no contexto neoliberal em que a economia de mercado impõe seus valores e sua lógica, em que o padrão de consumo de bens eletrônicos desponta como um símbolo de bem-estar e modernidade, em que a crise ambiental parece mostrar seu desafio decisivo por meio da ameaça planetária das mudanças climáticas; o cruzamento desses vetores parece moldar uma conjuntura específica para a ascensão da vertente *pragmática*, produzindo novos e polêmicos sentidos identitários para a Educação Ambiental e despontando como a tendência hegemônica na atualidade. (Idem, ibidem, p. 9-10)

O desenvolvimento de competências, aptidões e habilidades como categorias do processo educativo; o lema do “aprender a aprender” enquanto finalidade das formações; o pluralismo de teorias; a construção de aprendizagens significativas; educação para o desenvolvimento sustentável; são premissas que se encaixam perfeitamente na perspectiva pragmática da educação ambiental. Presente tanto no curso para os membros do CBHVJ, quanto nas políticas nacional e estadual da educação ambiental e nas orientações da ONU, a vertente *pragmática* compõe as teorias não-críticas, as quais têm em vista a educação como “instrumento de equilíbrio e busca de consensos para a superação dos problemas socioeconômicos sem analisar radicalmente os problemas dos modos de produção e da tomada de poder pela classe operária” (SANTOS, 2013, p.31).

A abrangência do conhecimento experiencial enaltece a prática, priorizando as competências de cada um no processo educativo para o enfrentamento da complexidade do mundo e de suas tensões.

Porém, este enfrentamento não tem por objetivo a superação da sociabilidade vigente em direção a outro modo de organização da existência, na qual seja socializada a produção da riqueza material e intelectual entre todos os indivíduos. No fundo, o significado da mudança estaria na capacidade das pessoas em se adaptar às várias situações vivenciadas no decorrer de sua vida, buscando serem eficazes na execução das suas atividades e na solução dos seus problemas. (Idem, ibidem, p. 36)

Nos colegiados ambientais essa influência é perceptível quando os problemas debatidos giram em torno da esfera local sem nexos com as orientações universais. Por exemplo, buscam desenvolver competências e habilidades para resolver o assoreamento de um rio sem mencionar os projetos desenvolvidos, as agências financiadoras de tais projetos, os destinos dos produtos produzidos na região.

Podemos dizer que a competência refere-se à capacidade de o indivíduo agir eficazmente diante de uma situação ou problema, mobilizando conhecimentos perante os desafios colocados na prática. Retomando Martins (Duarte, 2004), se podemos afirmar que a vinculação do conhecimento a

práticas sociais é fundamental para se evitar a transmissão de conhecimentos que não levam à autonomia, isso tem que ser feito sob condições de clareza de questões que situam o sentido prático da competência. Afinal, devemos ser competentes para o quê? Para quem? Caso essa problematização não seja explicitada, a tendência é desenvolver a competência para os interesses do mercado, para uma inserção individual competitiva que ignora o outro e os interesses públicos. Evidentemente que não estamos aqui defendendo uma escola que desconsidere as necessidades adaptativas das pessoas, mas estamos destacando a necessidade de se fomentar um tensionamento dialético entre este interesse e necessidade mais imediata e a função emancipatória e humanizadora da educação. (LOUREIRO, 2009, p. 12)

Na configuração do Estado os limites impedem uma formação para a emancipação humana. Contudo “as demandas de uso das águas nas bacias devem ser assim identificadas, discutidas e debatidas pelos usuários como forma de *compreensão das reais causas dos possíveis problemas hídricos da região*” (LOUREIRO; GOMES, 2012, p. 9). Apenas o diálogo em torno do funcionamento e da importância da participação na gestão pública das águas é insuficiente para que as contradições dessa sociedade, na direção de uma efetiva socialização dos meios de produção, a exemplo da água, sejam alarmadas e sirvam como “estratégia de luta daqueles que estejam comprometidos com a superação de sociedade capitalista” (DUARTE, 2001, p. 29).

Por isso, defendemos que uma formação em CBHs, mesmo limitada em tempo e confrontada com as estratégias da gestão do Estado, deve ter maior aprofundamento nas relações superiores, dando conta da ampliação dos horizontes desses membros, inclusive mostrando as dificuldades enfrentadas como fruto não só da má vontade dos gestores públicos, mas de um sistema que impõe e determina todo o modo de organização da vida, seja dos moradores do campo, seja da cidade.

Ao observar⁶² o curso, bem como o material utilizado, percebemos que faltou uma articulação com temáticas que problematizam criticamente a atual situação em torno do uso da água e sua gestão no território de atuação do CBHVJ.

Ao estudar a legislação e os instrumentos de gestão, por exemplo, seria interessante situá-los num cenário que aborda o Estado, aprofundando suas formas, evidenciando-o como uma relação social, ou seja, uma condensação das relações sociais que estão presentes numa dada sociedade (GRAMSCI, 1991). Falar da sua ligação com o sistema capitalista é uma maneira de esclarecer as contradições dentro da própria estrutura, inclusive pontuando que elas fazem dele um espaço de disputa e precisa ser ocupado também por aqueles que estão

⁶² A pesquisadora participou de todas as etapas, fazendo anotações e conversando com os participantes.

organizados coletivamente, no intento de propor outras formas de apropriação da água que vá de encontro à privatização. É importante também esclarecer que o mesmo Estado que assegura os colegiados ambientais como instrumento da gestão, também licencia grandes projetos para a agricultura que impactam o solo, contaminam a água e utilizam mão de obra com péssimas condições trabalhistas.

O debate feito durante o curso frisou o que é permitido pelas leis, qual o papel de cada instrumento, entretanto deixa de mencionar, por exemplo, quando versa sobre os usos múltiplos da água, quais grupos sociais são beneficiados por tais instrumentos. A conotação que se dá ao tratar do tema é que a agricultura, a irrigação, a indústria, o lazer e o abastecimento humano têm acesso garantido de forma igual, sem aprofundar as intenções de cada projeto. E como discorreremos no primeiro capítulo deste trabalho, essa não é uma realidade na bacia dos rios Verde e Jacaré.

À vista disso, não adianta dizer que tal aprofundamento é desnecessário, pois os saberes locais, trazidos por cada um é insuficiente para resolver tais problemas. Como já disse Karl Marx (2003), toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente. Os conteúdos significativos à vida cotidiana são importantes, mas necessitam se vincular à ciência para explicar a essência dos problemas em relação à água e impedir que eles se agravem ainda mais.

(...) a prática social pressupõe domínios teóricos e práticos e, assim sendo, quando o sujeito do conhecimento empreende um pensamento sobre a realidade, tendo em vista nela intervir, a qualidade de sua intervenção estará na dependência dos domínios conceituais que lhe estão disponibilizados, ou seja, o pensamento (como expressão da capacidade de conhecer) não é um bem espontâneo que se ativa automaticamente quando um indivíduo é exposto à realidade. Ele se desenvolve como conquista do ser social, em processos de ensino, cujo acervo resulta da história humana objetivada como riqueza pela ação praxica dos indivíduos que se apropriam dessas conquistas históricas. O indivíduo que pensa a realidade e sobre ela age, somente pode fazê-lo por meio da apropriação das conquistas históricas objetivadas. A este indivíduo não é suficiente experimentá-la nos seu aspecto imediato e empírico; para ele, é fundamental apropriar-se dos resultados daquilo que o ser humano produziu de sistemas explicativos sobre a realidade, no recorte do que almeja conhecer e nas relações destes aspectos com questões mais gerais da sociedade e do desenvolvimento histórico do ser humano. Desse modo, temos como fundamental a formação do sujeito do pensamento nos moldes do pensamento teórico que pressupõe a unidade contraditória entre teoria e prática, entre o abstrato e o concreto, entre o conhecimento empírico e o teórico. Quando afirmamos a unidade contraditória entre estes pólos distintos, não estamos pressupondo uma harmonia tranqüila entre eles, mas sim tensão e luta. As teorias, por exemplo, se desenvolvem no sentido de explicar a realidade, mas a realidade, em seu movimento, impõe desafios à teoria, apontando demandas que ela ainda não necessariamente possa

contemplar, ou seja, a relação teoria – prática supõe tensões e movimentos contínuos. (ABRANTES; MARTINS, 2007, p. 319-320)

O fortalecimento das ações nos Comitês de Bacias Hidrográficas exige associação de teoria crítica significada na prática cotidiana dos sujeitos e vinculada a uma proposta emancipatória, a fim de desencadear atuações potencializadas que apontem novas formas de lidar com o ambiente, que não seja a forma imposta pelo capital.

O curso ofertado pela SEMA/INEMA teve como foco a atuação do membro, demonstrando seu papel e orientando a fazer alguns instrumentos como moções, deliberações e atas. As contradições são nítidas, pois ao mesmo tempo em que permite a articulação dos membros e sua capacitação para uma melhor atuação, disponibiliza-se conhecimentos que são limitados para as mudanças necessárias aos usos das águas.

A título de exemplo está o debate sobre a deliberação realizado durante o curso. Para que os membros de um CBH tomem certas decisões é importante que conheçam os dados sobre a bacia hidrográfica, mas em muitos casos, os sujeitos que participam não tem esse domínio. Dessa forma, a saída encontrada é a criação de câmaras técnicas com participação de outras pessoas para apresentarem estudos e pareceres técnicos sobre um problema. É interessante essa proposta, pois permite que outras pessoas que não fazem parte do comitê dêem sua contribuição e se aproximem desse espaço, contudo cabe um questionamento: não seria essa câmara técnica uma terceirização do conhecimento, ao delegar a outros que tiveram o acesso à informação a possibilidade de socialização? Numa conjuntura em que muitos não tiveram acesso à educação nas suas formas mais elaboradas é uma estratégia legítima, para que não só os técnicos dos órgãos públicos definam as táticas de intervenção na bacia hidrográfica. Mas por que, em contrapartida, não se cria estratégias para que os próprios membros acessem esse conhecimento e executem, ou pelo menos acompanhem com os instrumentos necessários para as decisões? Pela análise feita, o mais importante tem sido ensinar como fazer instrumentos deliberativos e não com que elementos efetivar a deliberação.

O debate da representação também não aponta avanços para além da lógica da regulação. Embora afirme que o conselheiro representa um segmento e tem legitimidade para decidir pelo grupo, não envolve o debate de classe, as condições desiguais para a participação nos colegiados ambientais, deixando de demonstrar os arranjos feitos para que os consensos sobressaiam. Frisamos que ela deu-se no campo da regulação, a qual traz consequências para

os trabalhadores, adiando cada vez mais a emancipação dos sujeitos articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.

O fato de a própria finalidade ser o aprimoramento de competências, garantindo a participação e controle social, afasta-a dos requisitos da educação problematizadora e transformadora, haja vista que não pauta, em nenhum momento, conteúdos críticos. Ao contrário disso, o foco é a transferência da responsabilidade para o indivíduo, esquecendo-se, como já apontou Gonçalves (2006) que o homem explorador está contido no modo de produção do capital. Essas são as estratégias burguesas para a educação do consenso (NEVES, 2005) no conjunto da sociedade brasileira, as quais enfraquecem as conquistas sociais e ao mesmo tempo educam para a obediência perpetuando o modelo produtivo capitalista.

De acordo com Lúcia Neves (2005), esse fenômeno configura o que chama de “papel educador do Estado”. A nova pedagogia da hegemonia volta-se para o consenso, a partir dos sentidos da democracia, cidadania, ética e participação. Todo o movimento contra-hegemônico construído duramente pelos trabalhadores entre as décadas de 1960 e 1980 são convertidos, a partir da década de 1990, em espaços de reprodução do consenso dominante. Exemplo disso é o CBHVJ, conquistado por mobilização social, e hoje faz um papel adverso àquele que levou à sua cobrança: limita-se aos níveis mais primários de consciência que consistem em soluções individuais e imediatas aos problemas identificados localmente.

Na lógica do amortecimento das lutas, disseminada pelo capital, o “trabalhador contemporâneo vai, paulatinamente, abdicando de sua função militante e crítica transmutando-se em voluntário” (NEVES, 2005, p. 90), fato que por si só não elimina a perspectiva crítica, mas renuncia o enfrentamento radical aos padrões estabelecidos. No caso da formação para membros do CBHVJ, o Estado promove a pedagogia do consenso, *vazia* de debate acerca das conquistas universalizantes e *recheada* de discussões que enaltece a participação fragmentada. Essa nova pedagogia da hegemonia adotada na formação supracitada faz-se impotente frente aos problemas ambientais advindos da lógica produtiva do capital que tem o agrohidronegócio como sua principal materialização no território de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.

Inferimos que os debates atendem ao projeto hegemônico que é a manutenção dos movimentos populares “olhando para baixo e para dentro, em vez de olhar para cima e para fora” (PETRAS, 1999, p. 48), ou seja, para os problemas ambientais globais que são gerados pelo capital e afetam diretamente os/as trabalhadores/as do campo e da cidade em qualquer parte do planeta.

Apesar do objetivo da formação enfatizar a necessidade de problematização da realidade local, os verdadeiros causadores da degradação ambiental nos rios Verde e Jacaré não são sequer mencionados, e conseqüentemente, não são contextualizadas com questões ambientais universais.

Os limites presentes na formação de membros de Comitês de Bacias Hidrográficas não podem ser atribuídos às pessoas que conduzem tais processos de forma desconectada da totalidade social em que se inserem. As leis de educação ambiental estudadas, bem como os incentivos dos organismos financiadores demonstram que as orientações não buscam romper com o capitalismo, principalmente em se tratando de ações desenvolvidas no âmbito do Estado. É por isso que a análise feita aqui não se ateve apenas às questões locais, mas considerou o movimento que influencia tanto o modelo produtivo no campo, quanto a formação difundida pelo Estado aos camponeses vinculados ao CBHVJ.

3.3 DOS DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS CAMPONESES ARTICULADOS NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

A transformação social exige organização dos sujeitos não apenas para se posicionar contra o modelo capitalista, mas para se disporem a destruí-lo. Mesmo com as conquistas que grupos, como o CBHVJ, vêm alcançando dentro da ordem capitalista, faz-se necessário assumir a tarefa de superar esse modelo social de produção através da organização em classe:

Daí se conclui que a luta a ser conduzida contra essa nova classe dominante tem como finalidade, por seu turno, a negação mais decisiva e radical das condições sociais anteriores, mais do que puderam fazer todas as classes anteriores que haviam buscado o poder. (MARX; ENGELS, 2005, p. 80)

Diante dessas constatações, defendemos a necessidade de uma consistente base teórica para a materialização de uma educação crítica dentro dos comitês de bacias hidrográficas, a qual seja capaz de dar novos rumos à produção agrícola no território dos rios Verde e Jacaré. O estudo feito aqui permite afirmarmos que o discurso da formação para membros do CBHVJ, realizada pela SEMA-INEMA, evita um debate questionador da verdadeira situação da água. Apesar de enfatizar o desenvolvimento de habilidades para resolver os problemas locais, ele não deu elementos para se pensar sobre os problemas ambientais decorrentes do modelo agrícola hegemônico na região dos rios Verde e Jacaré nos últimos 50 anos.

Desse modo, apontamos uma formação crítica e transformadora, pois entendemos que quando trata-se de um espaço que envolve camponeses, os desafios são ainda maiores, haja vista que boa parte dos que participam dos Comitês de Bacias Hidrográficas não tiveram acesso à educação nas suas formas mais elaboradas, tornando-se insuficiente apenas a garantia da participação nos colegiados para a defesa de seus interesses (coletivos) acerca da água. Do jeito que vem acontecendo, elas atendem às exigências dos organismos como ONU, UNESCO, Banco Mundial e, conseqüentemente, afastam-se da ideia revolucionária defendida por muitos movimentos sociais e ambientais já nas décadas de 1960 e 1970.

[...] O que fica é a participação nos níveis da escuta do outro, do direito a se manifestar em espaços institucionalizados, mas não de decidir; se aceita o fazer parte do planejamento e da execução, mas não da concepção do que é definido como prioridade para uma localidade ou mesmo para os rumos nacionais. Quando se permite a participação nas instâncias decisórias, a desigualdade de poder se mantém (numericamente ou em termos de desigualdade de recursos e *conhecimentos necessários para se tomar decisões*), e o que se permite decidir não necessariamente atende o que as classes populares e os grupos em situação de maior vulnerabilidade ambiental reivindicam. (LOUREIRO, 2012b, p. 68-69, grifos nossos)

Assim sendo, a educação dos camponeses em Comitês de Bacias Hidrográficas precisa ganhar novo sentido e a associação a um projeto social que tenha como fundamento condições materiais de vida no campo justas e igualitárias é fundamental para a superação das desigualdades sociais decorrentes do modelo produtivo vigente. Essa pedagogia, para a perspectiva crítica, é a socialista, a qual é entendida enquanto uma pedagogia que tenha

como base e horizonte um projeto de sociedade socialista [que supere as atuais relações de produção da vida sob base na produção coletiva e a apropriação privada] e que tem como objetivo em sua práxis pedagógica na instituição escolar, ou fora dela, tratar o conhecimento **sob novas relações entre homem-natureza, homem-homem, consigo mesmo e em atividade produtiva (o trabalho)**.(CASAGRANDE, 2007, p. 131, grifos da autora)

Nesse sentido, as propostas educativas desenvolvidas para membros do CBHVJ seriam mais legítimas se se comprometessem com ações transformadoras das formas com que o modo de produção capitalista trata a água. Esse enfrentamento é essencial para aqueles que se propõem a lutar pelo uso equilibrado dos bens naturais. Para tanto precisam compreender a relação homem-natureza dentro dos limites do capital e para superá-los é fundamental uma luta que se desenvolva a partir dos problemas sociais enfrentados pelos povos que produzem suas vidas diretamente com a água e a terra, a exemplo dos camponeses.

A tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para aqueles que buscam abolir estas relações sociais. (FRIGOTTO, 2012, p. 272-273 – grifos nossos)

Este posicionamento é desafio para a concretização de um projeto social que se quer contra-hegemônico. Considerando a atual organização classista, o conhecimento não é acessado por todos, favorecendo poder para alguns, já que a capacidade de dominação depende, também, desse instrumento. Nesse sentido, aqueles que não têm acesso ao conhecimento, na maioria das vezes, acabam deixando se convencer nas decisões, inclusive sobre o uso das águas, por não conseguir articular sua defesa com embasamento técnico.

A educação em espaços não-escolares vem sendo difundida nos últimos anos. Entendida como modalidade diferenciada daquela oferecida pela escola, vários autores⁶³ tem se debruçado em delimitar quais elementos devem ser debatidos e oferecidos por este tipo de formação, visto que ela não contempla os conteúdos que formalmente são oferecidos pela escola.

No presente estudo, a educação não-escolar é entendida como uma atividade tão importante quanto à escolar. Entretanto, cada uma tem um papel específico na formação humana. E ao contrário daqueles que pensam que a instituição escolar deve ser substituída por outros espaços educativos por não dar conta dos “problemas contemporâneos” (ILLICH, 1973), ou que os métodos adotados em formações não-escolares devem substituir os métodos escolares, por serem mais flexíveis e interessantes, defende-se aqui que ambas se complementam e cumprem finalidades diferenciadas nas lutas sociais por transformação ou nos mecanismos ideológicos de reprodução da dominação: a educação escolar tem elementos estratégicos para que os espaços não-escolares dêem conta do seu papel que é ajudar na organização das lutas populares, e a educação não-escolar contribui para que as lutas pela qualidade na escola sejam encampadas com maior força política.

No caso específico da formação de membros do CBHVJ existe um desafio primordial: ajudar os sujeitos articulados ali a se posicionarem em defesa da água e do acesso igual a ela por todos os grupos sociais da bacia. Para tanto, considerando as desigualdades no acesso à educação, aos camponeses presentes nesses espaços de disputa, cabe uma orientação que

⁶³ Ver Gohn, 2008, 2006; Gadotti, 2005; Garcia, 2006.

ajude-os a defender uma nova relação social que substitua os modelos agrícolas baseados na monocultura, nos agrotóxicos e na exploração do trabalho humano por práticas que respeitem o ambiente e a cultura camponesa, haja vista que essas são as causas principais da degradação ambiental na região.

A partir dessa compreensão surgiram alguns questionamentos, já que cada vez mais o sucateamento dos espaços de participação social tem acontecido, com a justificativa de os sujeitos não terem conhecimento técnico para decidir sobre tais problemas: 1) O espaço não-escolar é um ambiente privilegiado para a apropriação crítica de conhecimentos? 2) Quais seriam os conhecimentos nos processos educativos não-escolares, em especial no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, quando se trata de uma formação que se diz crítica e que pretende ajudar no avanço de determinada luta?

A educação não-escolar é normalmente conceituada como aquela que se aprende *via processos de compartilhamento de experiências*, principalmente em espaços e ações coletivas (GOHN, 2006 – grifos da autora), exigindo assim uma metodologia que se debruce sobre a escuta, na tentativa de identificar as dificuldades vivenciadas pela comunidade, e resolvê-los na esfera do cotidiano. Não consiste em ensinar, mas sim permitir a interação das pessoas na ação, levando a uma aprendizagem conjunta. Essa proposta metodológica é bastante influenciada pelas orientações da Educação Popular, difundida, principalmente, por Paulo Freire, que se centrava no saber do povo⁶⁴ e na autonomia de suas organizações almejando acentuar o protagonismo comunitário, levando os sujeitos a lutarem por melhores condições de vida.

Sabendo que essa metodologia surgiu num momento de constante repressão por parte do Regime Militar instalado no país na década de 1960 e criticava o modelo vigente, nesta dissertação ela é considerada de extrema relevância para a história da educação brasileira e apresenta muitos avanços, já que permitiu grande mobilização popular em torno de cobranças por melhorias, inclusive pelo acesso das camadas populares à educação.

Contudo, não compartilhamos em tese esse conceito, pois entendemos que a educação não-escolar vai muito além de se desenvolver aptidões para a partilha de experiências. A nosso ver, é necessário assimilar a compreensão da luta de classes de tal modo que o conhecimento tenha papel primordial no sentido de sair dos dados empíricos e alcançar níveis teóricos avançados.

⁶⁴ É importante salientar que essa perspectiva substituiu a categoria classe pela categoria povo.

O momento teórico, como uma formação para os membros do CBHVJ, é fundamental, mas não se opõe à atividade prática – no seu sentido utilitário – como supõe o pragmatismo. Na perspectiva da práxis, essa separação é impossível para a transformação do mundo. Reconhecer a base social sobre as quais se desenvolvem as ações em comitês de bacias hidrográficas é fundamental para alcançar o conhecimento verdadeiro acerca do uso da água, sob as formas do agrohidronegócio, como é o caso da região dos rios Verde e Jacaré. Só na relação da teoria com a prática é possível transformar a realidade concreta.

O significado do conhecimento na concepção marxista entende que o modo como as coisas são em sua essência não se manifesta imediatamente ao homem, e para que elas o façam, é preciso, antes, um esforço do pensamento de descobrir as suas estruturas e as suas leis de funcionamento (ROLO; RAMOS, 2012), portanto uma profunda dedicação para que as coisas sejam vistas para além da aparência/superficialidade serve para ampliar e aprofundar o entendimento sobre um objeto.

[...] O conhecimento verdadeiro é útil na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade. O verdadeiro implica uma reprodução espiritual da realidade, reprodução que não é um reflexo inerte, mas sim um processo ativo que Marx definiu como ascensão do abstrato ao concreto *em e pelo* pensamento, em estreita vinculação com a prática social. O conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não é verdadeiro porque é útil, como sustenta o pragmatismo. Enquanto para o marxismo a utilidade é consequência da verdade, e não seu fundamento ou essência, para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, entendida, por sua vez, como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora.

A diferença entre o marxismo e o pragmatismo no que diz respeito ao modo de conceber a verdade determina, por sua vez, seus diferentes critérios de verdade. Enquanto o primeiro procura provar o verdadeiro como reprodução espiritual da realidade, o segundo deseja provar o verdadeiro como aquilo que é útil. [...]

O critério de verdade para o pragmatismo é, portanto, o êxito, a eficácia, da ação prática do homem entendida como prática individual. Para o marxismo é a prática, mas concebida como atividade material, transformadora e social. Enquanto para o pragmatista o êxito revela a verdade, isto é, a correspondência de um pensamento com meus interesses, para o marxista a prática social revela a verdade ou falsidade, isto é, a correspondência ou não de um pensamento com a realidade. (VÁZQUEZ, 2011, p. 244 – grifos do autor)

Utilizar-se de várias ideias e concepções – como orienta a Lei Estadual de Educação Ambiental da Bahia – para fundamentar uma formação não garante que ela ajude na transformação social. Uma vez que se quer crítico-transformadora, a proposta educativa que envolva sujeitos que lidam diretamente com a água para a produção da vida, a exemplo dos camponeses/as, deve ter como aliado o conhecimento da essência verdadeira das relações

sociais e entender que ele por si só não transforma os usos privados da água, mas quando construído em estreita relação com a atividade prática do homem com a natureza pode ser capaz de interpretar e superar o atual modelo de social no ambiente. De acordo com Vázquez (2011, p. 237-238 – grifos nossos):

A teoria em si – nesse, como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, *tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, essa transformação*. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

Nesse ínterim, os sujeitos que se articulam no CBHVJ precisam ter acesso a uma educação que tenha como base a experiência desse colegiado na resolução dos conflitos pela água. A atual escassez de água que atinge o estado mais rico do país (São Paulo) já comprova que as tendências da educação ambiental, hegemonicamente propagadas, não dão conta de resolver a questão, pois não apontam a substituição radical do modelo produtivo. Por isso, falamos de um momento teórico que incida diretamente sobre a realidade em que vivem os camponeses e outros grupos sociais na sua relação com a água, e que ao mesmo tempo parta dela para problematizar seus fundamentos. A teoria é insuficiente, mas condição necessária à práxis. Trata-se de uma “teoria fundada na prática que tende, por sua vez, a resolver – justamente por seu caráter rigoroso, científico, objetivo – as contradições que se apresentam real e efetivamente” (VÁZQUEZ, 2011, p. 257).

As trabalhadoras e os trabalhadores do campo presentes na atual gestão do CBHVJ, identificados neste estudo, são representantes de associações comunitárias e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR)⁶⁵. Historicamente, foram esses grupos que questionaram a produção agrícola na região, inclusive apoiando outras formas de produção – agroecologia –, como é o caso do STTR de Barro Alto e; travando as lutas com irrigantes, empresas e/ou órgãos do Estado, a exemplo do conflito de Mirorós em que os STTR de

⁶⁵ Titular: Associação dos Produtores Rurais Remanescentes de Quilombo de Lagedo de Eurípedes.

Suplente: Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Zeca.

Titular: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barro Alto.

Suplente: Associação dos Agricultores do Povoado de Santana do Jacaré e Santana do Barro Alto.

Titular: Associação Comunitária de Desenvolvimento Comunitário do Povoado dos Meios-Ibititá.

Suplente: Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos.

Titular: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gentio do Ouro.

Titular: Associação dos Agricultores Familiares de Mirorós.

Gentio do Ouro e Barro Alto tiveram participação massiva nas negociações. Mesmo com ações pequenas, essas entidades se colocam em conflito com os projetos capitalistas e muitas vezes se dispõem a superar esse modelo de produção no campo, justificando assim a necessidade de orientações teóricas a partir dos problemas sociais enfrentados para continuidade das suas vidas numa relação direta com a água e a terra.

Apesar de representar a base econômica do país, o campo sempre sofreu com políticas inadequadas e desvalorizadas. A educação por muito tempo sofreu com processos totalmente preconceituosos que excluía os sujeitos e suas práticas e se adequava ao modelo econômico e político instaurado no país. Por se tratar de um instrumento que contribuiu na transformação, ela, intencionalmente, foi moldada para conduzir as pessoas do campo ao trabalho alienado. Não havia um incentivo ao pensamento crítico ou sequer uma indução para que os sujeitos se mobilizassem em busca de mudanças da realidade. A *educação rural* serviu para formar os filhos dos trabalhadores em conhecimentos agrícolas, a fim de mantê-los no campo. A realidade injusta e desigual ainda faz com que camponeses sofram os efeitos das precárias condições de trabalho, bem como de abandono social, levando a marginalização da construção de políticas públicas para a educação, em que inúmeras vezes se deram como políticas compensatórias.

Todavia, isso tem gerado a insatisfação de alguns sujeitos que vivem no campo, que não aceitam a má qualidade de vida criada socialmente e imposta a eles. Começaram então a lutar, inclusive por projetos educativos que permitem pensar sobre a realidade, valorizando as diferentes culturas. A nova concepção de educação dos camponeses surge a partir da luta pela reforma agrária e por um projeto popular para a agricultura, travada principalmente pelos movimentos sociais do campo, as pastorais da terra e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p. 123)

Nas duas últimas décadas, a educação do campo vem conquistando avanços importantes, justamente por ter nascido no seio dos movimentos de luta pela terra, agregando análises críticas acerca da propriedade privada. Mas como toda proposta concretizada no seio do capitalismo apresenta contradições, o fato da educação do campo estar sendo formulada

enquanto política pública na esfera estatal, além de ter sua terminologia cooptada por setores do mercado, ela tem sido uma perspectiva contra-hegemônica ao mesmo tempo em que se encontra permeada de desafios para que se efetive com a qualidade que os camponeses merecem. Assim, a luta de classes precisa avançar a fim de sustentar as iniciativas em curso da educação do campo, dando a elas o fôlego necessário para se ampliarem e concretizarem uma formação que supere a formação alicerçada no senso comum com leituras acrílicas da realidade.

A educação dos camponeses no CBHVJ no viés da formação humana deve estar comprometida em revelar o fenômeno da apropriação da água e da terra em sua totalidade, portanto, não pode ser feita de forma aligeirada eliminando etapas fundamentais para sua efetivação. Desse modo, aqueles que se propõem a contribuir com a formação dos sujeitos do campo é preciso algumas compreensões: a) entender as contradições profundas que passam o campo brasileiro hoje, tomar posição e ajudar aos que querem permanecer no campo, este como espaço de produção da vida - não um campo como espaço de negócio; b) deixar se educar pelos movimentos sociais do campo, extraindo lições políticas e organizativas para sua própria ação e/ou prática educativa e; c) buscar formação política, pedagógica e técnica, no sentido de ajudar no processo de desenvolvimento das comunidades camponesas, fornecendo-lhes instrumentos que lhes permitam desenvolver atividades agrícolas que não exaure o ambiente.

A tarefa educacional envolvendo camponeses/as deve andar lado a lado da tarefa da transformação social e emancipadora. Elas são inseparáveis. Como aponta Mészáros (2005, p. 76):

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso.

Dados esses desafios à educação dos camponeses/as, e considerando a apropriação privada da água na bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré, bem como as fragilidades enfrentadas pelos membros do CBHVJ para efetivar a gestão participativa, a nosso ver, dentre as vertentes da educação ambiental apresentadas por Layrargues e Lima (2011) anteriormente, a única que pode contribuir para que as formas de exploração da natureza sejam desvendadas e combatidas, e outras de acesso às matérias primas sejam construídas, visto que atenda a todos e não haja desperdícios e acúmulos, é a Educação Ambiental Crítica desde que implique

“um combate sem tréguas aos valores mercantis da competição, do individualismo, do consumismo, da violência e da exploração sob todas as suas formas” (FRIGOTTO, 2012, p. 270).

[...] A educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória é formulada, portanto, a partir da ideia de que a educação é prática social construída e construtora da humanidade, que, não podendo inventar uma realidade supra-histórica, é construída no interior das relações sociais concretas de produção da vida social, contribuindo na construção dessas mesmas relações. A formação humana plena na perspectiva de superação radical da alienação, da exploração do homem pelo homem e da exploração da natureza pelos seres humanos, exige um processo educativo ambiental que instrumentalize os sujeitos para uma prática social ambiental. (TOZONI-REIS *apud* TOZONI-REIS, 2007, p. 213-214)

A perspectiva crítica da educação ambiental defendida aqui é fundamentada na teoria marxista. É importante demarcar o campo teórico, pois muitas propostas conferem o termo crítico, fazendo com que sejam inseridas nessa macro-tendência porque

as teorias que a integram postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Empenham-se, pois, em explicar a problemática educacional remetendo-a sempre a seus determinantes objetivos, isto é, à estrutura socioeconômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Mas é *reprodutivista* porque suas análises chegam invariavelmente à conclusão que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes. (SAVIANI, 2007, p. 391)

Portanto, a nossa proposta é crítico-transformadora porque questiona e nega a relação homem-natureza hegemônica, propondo a mais radical mudança societária (LOUREIRO, 2012b), no sentido de superar as formas de dominação e expropriação do ambiente, ou seja, é uma educação no sentido da práxis. Conforme Saviani (2012, p.120):

[...] a filosofia da práxis tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas conseqüências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada.

O conhecimento a respeito das leis da materialização do capital na região dos rios Verde e Jacaré mediante o agrohidronegócio é uma situação prioritária para ser destacada por um processo educativo que almeje contribuir com os agricultores que a todo instante denunciam o

uso insustentável dos solos e da água no comitê de bacias. Pois como diz Kopnin (1972, p. 309):

O conhecimento não existe por si, mas para a prática dos homens. Quanto mais próximo ele estiver do conhecimento científico, tanto mais rápido e plenamente se realizará na atividade dos homens; quanto mais teórico, tanto mais prático e tanto maior é a importância que tem para o domínio e a direção dos processos da natureza. Mas para a realização prática, o conhecimento deve, em sua evolução, atingir determinado grau de maturidade, ou seja, tornar-se não simplesmente teoria, mas ideia científica.

É conhecendo a essência desse modo produtivo que poderemos construir outras maneiras de produção no campo, evitando tragédias naturais, que se voltam diretamente contra o ser humano, já que o ambiente não é algo externo a ele. Por esse motivo é essencial, ao proletariado o conhecimento mais profundo possível nesse momento da realidade social.

O conhecimento de certa legalidade do objeto, permite com efeito, prever determinadas tendências de seu desenvolvimento e, desse modo, antecipar com um modelo ideal uma fase de seu desenvolvimento não alcançada ainda. Ao produzir esse modelo ideal, a teoria evidencia sua relativa autonomia, já que sem esperar que se opere um desenvolvimento real, efetivo, pode propiciar uma prática inexistente ao antecipar-se *idealmente* a ela. Sem esse desenvolvimento autônomo de seu próprio conteúdo, a teoria seria, no máximo, mera expressão de uma prática existente, e não poderia cumprir, ela mesma, como instrumento teórico, uma função prática. [...] a teoria mostra sua autonomia com relação à prática, adianta-se a ela e acaba por influir na prática; e é precisamente sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social. (VÁZQUEZ, 2011, p. 263 – grifos do autor)

Vejamos que apesar de ter a possibilidade de adiantar-se à prática, a teoria só pode propor um modelo social futuro, analisando a fundo a prática já existente, assim ao apontar as contradições, começa a influir na prática e, a depender do caminho orientado, se articular com a construção de uma nova e superior forma de sociabilidade. Essa articulação pautada na práxis é importante para a educação em Comitês de Bacias Hidrográficas, os quais são propagados como espaços públicos de participação social. Não é só garantir o direito a tal enunciado, mas construir condições para que ela se efetive de forma justa para aqueles que não tiveram acesso às condições elementares de se posicionar publicamente durante séculos.

Sob premissas populares e democráticas, o sentido universalista do que é público, pressuposto para o ambiente ser um bem comum como tal definido em lei, não significa tratar a todos como iguais abstratamente. Isso representa na prática o cumprimento da formalidade jurídico-institucional de um Estado que reduz as desigualdades sociais a diferenças da vida privada (por conseguinte, desloca as questões sociais para a esfera da responsabilidade individual). Exige que as liberdades individuais e políticas

se instaurem pela materialização de condições de dignidade humana (relação liberdade-necessidade) – ou seja, tratar de modo igual as distintas necessidades e capacidades.

Posto desta forma, um espaço público, e o ambiente como bem comum, se efetivam de modo universal quando a crítica e o dissenso organizado das classes trabalhadoras e do conjunto de expropriados (incluindo aí populações e comunidades tradicionais) pode se instalar igualmente na demanda de direitos, na definição de institucionalidades que regem a convivência social e das normas que configuram os usos e apropriações da natureza. Logo, só há espaço público à medida que os socialmente desiguais se encontrem como sujeitos autônomos e protagonistas políticos e só há ambiente como bem comum à medida que o acesso à riqueza produzida e à natureza seja justo, e os diversos modos de se organizar com base em processos econômicos e culturais sustentáveis sejam respeitados. (LOUREIRO, 2012b, p. 46)

Um dos elementos essenciais para que eles sejam públicos de fato é a garantia da condição de igualdade de participação e decisão, o que envolve, entre outras coisas, conhecimentos necessários à decisão e defesa de projetos relativos à gestão das águas. Também é importante o entendimento de que os camponeses articulados ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré estão inseridos num contexto social e que as atividades desenvolvidas nesses espaços implicam e são implicadas por ações de outros grupos, por isso é importante a compreensão da inseparabilidade entre teoria e prática.

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática. (SAVIANI, 2012, p. 91)

Diferentemente da formação proposta pelo Estado, aqui estudada, uma formação contra-hegemônica, deve oferecer aos trabalhadores do campo – envolvidos nas ações do CBHVJ – elementos possíveis à transformação da realidade concreta gerada pela apropriação privada da terra e da água nesse território. A própria composição de camponeses no colegiado supracitado, mediante organismos de classe, como os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações comunitárias, revelam que suas articulações anseiam a sobrevivência daqueles que presenciam dificuldades e discordam das imposições do sistema capitalista na esperança que outra forma de organização social seja construída. Portanto, os

camponeses ao se organizar em movimentos e sindicatos buscam encontrar estratégias e táticas para

avançar em seus projetos em contraposição aos seus antagonistas. Para isso, é do interesse dos trabalhadores compreender a realidade e desvelar os segredos das forças que os oprimem. Esse processo exige, além da luta política, o momento teórico que potencialize ao máximo a capacidade intelectual e organizativa desses indivíduos, o que se realiza por meio da educação. Nesse sentido é que se pode falar que é um dever dessa classe lutar pelo direito à educação em suas formas mais ricas em direção à superação das relações sociais de dominação. (SANTOS, 2012, p.195)

No CBHVJ, as cobranças por capacitações demonstram o reconhecimento da ciência como instrumento de luta. Mesmo não diferenciando qual é o conhecimento verdadeiro e, portanto, útil, todos os membros entrevistados durante esta pesquisa, ao serem abordados sobre a importância do conhecimento, afirmam que eles são fundamentais para as ações do CBHVJ. Um deles – que participou de todas as etapas do curso realizado pela SEMA – afirma:

Todo tipo de capacitação, todo conhecimento é importante para o CBHVJ. Eu tenho aproveitado até na minha gestão, eu tenho tirado proveito de tudo que a gente tem aprendido, tem sido isso e o que a gente está precisando é multiplicar, a verdade é essa que a gente não teve essa, todos os membros participando então a gente pretende ainda é fazer essa capacitação levar esse conhecimento que a gente adquiriu para o restante dos membros do comitê. (ENTREVISTADO D⁶⁶)

Outro membro, que participou apenas do módulo I, coloca o conhecimento como um direcionamento para que equívocos não sejam cometidos na gestão participativa de águas:

A gente conhecendo, se empoderando eu sei que é fácil de fazer, agora quando a gente vai dar um tiro no escuro é complicado, mas se a gente conhece a coisa muda. É a mesma coisa de se dar uma opinião, coisa que você não conhece é complicado formar opinião. A palavra é essa, uma coisa que não conhece é complicado, aí tem que conhecer. Eu falo assim tem que fazer parte e tomar parte, porque se não fazer parte é terrível. (ENTREVISTADO E⁶⁷)

Essa apropriação da ciência não diz respeito a um processo desconectado da realidade dos membros do CBHVJ. Assim, o conteúdo precisa estar organizado com conhecimentos que permitam uma compreensão da realidade social e ambiental em seus aspectos essenciais,

⁶⁶ Membro do CBHVJ, Gestão 2014-2017. Representante do segmento: Poder Público. Categoria: Municipal.

⁶⁷ Membro do CBHVJ, Gestão 2014-2017. Representante do segmento: Organizações Cívicas de Recursos Hídricos. Categoria: Associações Comunitárias e Intermunicipais, Sindicatos, Órgãos de Classe, ONGs e OSCIPs.

isto é, trata-se de um estudo aprofundado da situação em que se encontra a água na região, bem como seus usos. Como defendemos uma formação humana plena e para todos, enfatizamos a necessidade de se garantir acesso ao conhecimento como uma das condições para analisar e enfrentar os problemas ambientais na região dos rios Verde e Jacaré. Como já explicou Saviani (2008, p. 45) os conteúdos:

são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa [...]. A prioridade de conteúdos é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas [...]. O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.

É no sentido de potencializar a ação do CBHVJ que o conhecimento deve ser difundido aos seus membros da forma mais elaborada e profunda possível, assim será possível ajudar na transformação ambiental da região dos rios Verde e Jacaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, averiguamos os limites da formação de membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré, promovida pelo Estado, para o entendimento e enfrentamento dos problemas ambientais – pelos camponeses –, advindos do modelo capitalista de produção no campo.

O objeto do estudo foi a formação promovida pelo Estado para os membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e o objetivo foi compreender de que forma a educação ambiental, promovida pelo Estado, tem contribuído para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais pelos trabalhadores do campo articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré.

Nesse sentido, após o percurso investigativo, confirmamos a hipótese levantada a partir do problema de pesquisa que foi delimitado da seguinte forma: quais os fundamentos teóricos da prática educativa presente na formação dos camponeses articulados ao comitê das bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e de que qual maneira a educação oferece elementos para uma análise mais profunda dos problemas ambientais?

A hipótese defendida neste estudo foi que os objetivos das formações oferecidas, pelo Estado, aos membros do CBHVJ guardam a tendência de substituir a luta de classes por conquistas mediadas pela política de participação social que não conseguem avançar na luta para além do capital.

De acordo com o problema científico e a hipótese levantada, discutimos: i) no primeiro capítulo, a vinculação entre os conflitos pela água e o modelo produtivo no campo no âmbito da região dos rios Verde e Jacaré; ii) no segundo capítulo, o debate sobre a gestão pública das águas na região das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, levantando os principais conflitos e o foco da participação social por meio de CBHs; iii) e a formação oferecida pelo Estado ao Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, elencando os limites da proposta para a análise e enfrentamento dos problemas ambientais e apontando os desafios para a efetivação de uma formação crítica e transformadora, apresentada no terceiro capítulo.

Essa análise nos permite afirmar que o modelo produtivo exigiu a exploração do solo e das águas desde a ocupação da região, provocando sérios danos à natureza, além de erguer formas de trabalho que exaure as forças dos trabalhadores e desrespeitam a cultura local.

Tanto a mineração, intensificada no início do século XX, quanto a produção agrícola hegemônica desenvolvida a partir da década de 1960 representam a materialização do capital

na região. Mas foi nos últimos anos que o modelo produtivo no campo introduziu práticas que tem gerado sérios conflitos pela água. A produção de frutas e verduras irrigadas surgiu como a salvação dos médios e grandes agricultores locais perante a falta de chuvas e a degradação do solo, fatores que garantiram a decadência do plantio do feijão. Assim como o capital em outras regiões, no âmbito local, a apropriação do conceito de sustentabilidade agregou o termo desenvolvimento, transformando tal premissa numa alternativa para garantir a continuidade do seu projeto. Nesse viés, o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi um período propício para a disseminação da produção dos agrocombustíveis (chamados de biocombustíveis) no território de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. E mesmo com os problemas ambientais impedindo a produção no campo, do ano de 2003 até então, o Projeto Baixio de Irecê ganhou força, gerando especulação de terras na região e despertando o interesse de grandes empresas nacionais e internacionais para produzirem na área do projeto. A modernização da agricultura, seguindo as diretrizes adotadas no resto do país acentuou ainda mais a “concentração da propriedade da terra e a desigualdade social no campo, com o alto preço de destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural e deterioração do meio ambiente” (VENDRAMINI, 2007, p. 126).

Foi mediante as mobilizações para frear a degradação ambiental em torno dos rios Verde e Jacaré e a utilização demasiada das suas águas que diversas entidades empenharam-se para criar uma comissão com o papel de debater a situação precária dos rios e as possíveis saídas para recuperá-lo. No entanto, a organização não foi suficiente para evitar o escamoteamento que o capital tem feito, muitas vezes utilizando o Estado, para minimizar as lutas sociais. As instâncias de participação no país foram enfraquecidas e tem conciliado no mesmo espaço as opiniões antagônicas entre exploradores e explorados; latifundiários e camponeses; funcionários do Estado e representantes de organizações civis.

Demonstramos que mesmo trazendo no seu bojo a solidariedade, a diversidade, a democracia representativa e a valorização de uma educação para a cidadania, os quais são enfoques limitados na luta pela emancipação humana, tal política tem ameaçado grupos conservadores ao ponto de se articularem para derrubar o decreto de criação da Política Nacional de Participação Social, inclusive no Congresso Nacional. Em 28 de outubro de 2014 a câmara dos deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 1.491/2014 de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM) suspendendo a validade do Decreto presidencial que estabeleceu a PNPS. Isso prova que a participação social enquanto metodologia de governo, mesmo com todas as contradições e perca das características mais incisivas e radicais, por

emanar das lutas populares, põem em risco as práticas clientelistas de alguns grupos que ainda preservam práticas negociadas de privilégios e favores.

Averiguamos que a crença dos membros de que o plano de bacias dará rumos melhores ao colegiado é própria de uma compreensão alienada do Estado e seus instrumentos. Sabendo que o plano da bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré será construído com recursos do Banco Mundial, antecipamos que ele dará bases para um mapeamento das águas muito mais precisas do que apontamento de caminhos sustentáveis para a recuperação das bacias.

Este trabalho não esgotou a temática em estudo, até porque deixa lacunas que devem ser retomadas e superadas, mas buscou suscitar uma discussão a respeito de quais são os fundamentos teóricos difundidos pela educação ambiental (hegemônica) nas últimas décadas, bem como suas consequências para a formação de camponeses articulados em comitês de bacias hidrográficas. A partir daí, buscamos, com base na acepção do Materialismo Histórico-Dialético, defender a necessidade de uma formação comprometida com a transformação da realidade vivenciada pelos sujeitos que vivem no território da bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré.

É no sentido de contribuir para suas lutas, que o conhecimento acerca da realidade concreta precisa ser priorizado nas formações dos membros do CBHVJ. Todos os conflitos relatados neste trabalho apontaram para a necessidade de adoção por parte dos camponeses de uma postura mais contundente em relação ao capital e seu modelo agrícola. Isso é fundamental para que a natureza não continue se vingando e comprometendo a vida humana no planeta (ENGELS, 2013).

O conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade já garante quais as medidas devem ser tomadas para que as consequências não sejam autodestrutivas. Quando ele for apropriado por aqueles que realmente estejam dispostos a extinguir as contradições impostas pelo capital e construir uma nova relação homem-natureza, sem dúvidas a priorização será a vida.

As oportunidades práticas para isso já foram apresentadas pela natureza aos sujeitos que vivem em torno dos rios Verde e Jacaré por meio da falta de água em várias localidades. Mas tanto o projeto burguês, que atualmente tem utilizado o Estado para arrefecer as lutas populares, quanto a frágil organização política dos grupos que lutam em defesa da água não permitiram construir projetos contra-hegemônicos na referida bacia de forma mais expressiva. A formação no viés da regulação também não deu direcionamentos, para que se a região passar novamente por crises em relação à água, o CBHVJ oriente métodos produtivos

alternativos àqueles hegemônicos na região, ratificando assim a urgência de uma formação crítica.

Portanto, esta dissertação traz à tona as contradições da educação para membros do CBHVJ construída dentro de uma sociedade de classes e demonstra a atualidade e importância da teoria crítica e do materialismo Histórico-Dialético para a construção e fortalecimento de uma educação para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Â. A.; MARTINS, L. M. **A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento.** Interface- Comunic., Saúde, Educ., V. 11, N. 22, p. 313-325, maio/agosto 2007.

ACSELARD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. *En: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana.* ALIMONDA, H. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hali/C8HAcseIrad.pdf> Acesso em 22 de março de 2014.

ALENTEJANO, P. Terra. In: CALDART, R. et al. **Dicionário da Educação do Campo.** p. 740 - 743. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, C. M. S. **A presença do Terceiro Setor na construção da concepção de Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.** Monografia (graduação em Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVI. Irecê-BA, 2011.

_____. **A proposta educativa do MOC: recuo teórico e distanciamento do projeto revolucionário.** Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), Amargosa-BA, 2012.

ANA. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?-** Cadernos de capacitação em recursos hídricos- v.1 - Brasília: SAG, 2011a.

_____. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: prática e procedimento.** Cadernos de capacitação em recursos hídricos - v.2 - Brasília: SAG, 2011b.

_____. **Governança hídrica e Participação social.** Curso Governança da Água na América Latina - Unidade II. Brasília: ANA, 2013.

ANDERY, Maria; SÉRIO, Tereza. A prática, a história e a produção do conhecimento: Karl Marx. In: ANDERY, M. A. et al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo; SÃO Paulo: EDUC, 2002, p 395-420.

ANDRADE, E. S.; ALMEIDA, J. A. B. Os conselhos gestores no Estado capitalista neoliberal. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da (org.). **Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal.** Salvador: EDUNEB, 2012, p. 323-362.

BARBOSA, D. V. N. **Os impactos da seca de 1993 no semi-árido baiano: o caso de Irecê.** Salvador: SEI, 2000.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L.C.; **Metodologia de avaliação de políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARDOSO, M. L. de M. **Desafios e potencialidades dos Comitês de Bacias Hidrográficas**. São Paulo: Revista Ciência e Cultura, Volume 55, out. – dez. de 2003.

CASAGRANDE, N. **A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI**: as contribuições da Pedagogia da Terra. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COLLIVA, P. Comuna. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CPT. **Conflitos no Campo** – Brasil 2013. CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; LAZZARIN, F. (coord.). Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

CUNHA, T. B. **Conflitos pelo Uso da Água Envolvendo a Barragem Manoel Novais (Mirorós)**: o caso dos irrigantes do município de Itaguaçu da Bahia. Monografia de graduação em Geografia, João Pessoa: UFPB, 2009.

_____. **Terra – água – trabalho**: o agrohidronegócio e a transposição do rio São Francisco. Presidente Prudente: Revista Pegada, vol. 15, n. 1, julho-2014, p. 70-94.

D’AGOSTINI. A. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: MEC/UNESCO, 2006.

DINIZ, N. S. de M.; MARANHÃO, R. R. Educação ambiental, participação e gestão de águas. In: MMA. **Política de Águas e Educação Ambiental**: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos. Ministério do meio Ambiente/ Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Franklin de Paula Júnior e SurayaModaelli (org.). Brasília: MMA, 2011.

DOURADO, J. A. L.; THOMAZ JR., A. **Políticas de desenvolvimento territorial, agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano**. s/d Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/politicas_de_desenvolvimento.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2014.

DOURADO, T. F.; OLIVEIRA, C. N. N. de. **A questão ambiental e a extensão rural**: um estudo das ações do plano Brasil Sem Miséria no território de Irecê-BA. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer: Goiânia, v.10, n.18, 2014.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In.: ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho I**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 13-29.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)**. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado).

_____. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In do SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília, Incra; MDA, 2008.

FILHO, O. R. V.; ALMEIDA, C. M. dos S.; BARRETO, M. O. de C. Organização estudantil: desafios e contribuição para as transformações da educação escolar. In.: SANTOS, C. E. F. dos. **Crítica ao esvaziamento da educação escolar**. Salvador: EDUNEB, 2013, p. 115-132.

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. s/d. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br> Acesso em 28 de dezembro de 2014.

FPI. **Velho Chico: A experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia**. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 1ª edição, 2014.

FREITAS, Marcos Airton de Sousa. **Estado e Esfera Pública na Gestão de Recursos Hídricos: Análise do Modelo Atual Brasileiro, Críticas e Proposições**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública. Brasília, DF: ENAP, 2009.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, Brasília, DF, n. 21, junho/2000.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 71-90.

_____. Educação omnilateral. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 267-274.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GALEANO, E. **Os filhos dos dias**. Montevideu: L&PM, 1ª edição, 2012.

GERMANI, G. I. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. GeoTextos, Vol. 2, N. 2, 2006.

_____. **Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal na pedagogia social**. Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social, março de 2006.

GOMES, G. F. **O direito fundamental à água e a constituição de 1988**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2000.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HISSA, I. A. **Análise da realidade da fonte batateira do Cariri-CE: aspectos econômicos e legais do mercado de água**, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- INGÁ. **Legislação das Águas: Bahia**. Salvador: INGÁ, 2009.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189- 205, março 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em 08/10/2013.
- JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. SEPLAN, Recife, 1998.
- KONDER, L.O **marxismo na batalha das ideias**.2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOPNIN, P. V. **Fundamentos lógicos da ciência**. Tradução Paulo Asevedo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.
- LAVINAS, L. **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. Anais do VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”, Ribeirão Preto, setembro de 2011.
- LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. **Sobre a Educação**. Vol 1. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B.; LEOPOLDO, G.; ZBOROWSKI, M. B. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (orgs.). **Repensar a Educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____; LIMA, M. J. G. S. **A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital**. Revista Contemporânea de Educação, nº 14, agosto-dezembro, 2012.
- _____; GOMES, G. **Educação Ambiental na Gestão Pública das Águas: a luta social pelo direito às águas**. Revista VeraCidade, ano VIII, nº 12, setembro, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e participação popular. In: BOZELLI, R. L.; SANTOS, L. M. F.; LOPES, A. F. L.; LOUREIRO, C. F. B. (org.). **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Macaé: NUPEM/UFRJ, p. 169-189, 2010.

_____. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4ª ed. São Paulo: Cortez 2012a.

_____. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012b.

_____. **Materialismo Histórico-Dialético e a pesquisa em Educação Ambiental**. Revista Pesquisa em Educação Ambiental, nº 1, 2014, p. 53-68.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. (Tradução de Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, A. P. **Baixio de Irecê: um território do agronegócio**. s/d. Disponível em: <http://irecenoticias.blogspot.com.br/2009/05/baixio-de-irece-um-territorio-do.html> Acesso em 08 de setembro de 2014.

_____. **Limites impostos à gestão das águas nas bacias dos rios verde e Jacaré – centro-norte da Bahia**. Monografia de Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em Educação e meio ambiente. UNEB -Campus XVI, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MALVEZZI, R. Hidronegócio. In: CALDART, Roseli (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 397-404.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. (K. Marx / F. Engels - Obras escolhidas, volume I)

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: www.pstu.com.br Acesso: 29/01/2013.

MARTINS, J. de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 1980, p. 31-47.

_____. Del esclavoasalariado em lãs haciendas de café, 1880-1914. La gênesis deltrabajador volante. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, N (comp.). **Población y mano de obra en América Latina**.Madrid: Alianza Editorial,1985.

MARTINS, R.; BRITO, O. E. A. **História da Mineração no Brasil**. São Paulo: Emp. das Artes, 1989.

- MATOS, J. S.; PEREIRA, J. S. **A Política de Recursos Hídricos no Estado da Bahia**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, UFBA: Salvador, jan./abr. 2012, v.1 n.1 p. 149-159.
- MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- MENDONÇA, S. R. Estado. In: CALDART, Roseli (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 347-352.
- MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- MOREIRA, M. A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Revista Currículo, La Laguna, nº. 25, p. 29-56, 2012.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NETTO, J. P. O Materialismo Histórico como instrumento de análise das Políticas Sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). **Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- NEVES, L. M. W. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Editora Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, M. A. de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Eclético Pós- Moderno** — Curitiba, 2008.
- OLIVEIRA, C. N. N. de. **Análise geoambiental da Bacia Hidrográfica do rio Jacaré na região de Irecê-Ba, com o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG)**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Departamento de Tecnologia, Feira de Santana-BA, 2009.
- ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (org.) **Educação, Estado e contradições sociais**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- PELIZZARI, A.; KRIEGL, M. de L.; BARON, M. P. FINCK, N. T. L.; DOROCINSKI, S. I. **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel**. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2015.
- PEREIRA, M. C. de B. Revolução Verde. In: CALDART, R. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 687-691.

- PEREIRA, S. S. A resistência camponesa protagonizada pelos movimentos sociais no Brasil. In: REIS, A. T.; BATISTA, A. F. (org). **Ensaio sobre a questão agrária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 125-136.
- PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Furb, 1999. Col. Sociedade e ambiente, nº 3.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B.M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 195-221.
- RAMOS FILHO, E. S. **A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia**. Programa de la X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural: Contribución a la actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe, Xochimilco – México, 21 a 26 de junio de 2010.
- RIBEIRO, M. Emancipação *versus* Cidadania. In: CALDART, Roseli (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 301-306.
- RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Annblume, 2008.
- ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. dos (coords). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**. Brasília: ANFIP, 2008, p. 131-148.
- ROCHA, J. C. de S. **Democracia na gestão das águas: atuação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos**, Salvador: EDUNEB, 2012.
- ROLO, M.; RAMOS, M. Conhecimento. In: CALDART, R. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 151-159.
- RUBEM, J. **Irecê para crianças de todas as idades**. Irecê-BA, Ed. Print Fox. 2008.
- SANCHES, N. P. L.; SANCHES, A. L. **A exploração aurífera na Bahia oitocentista: decadência, desgaste ambiental e desordem social**. Anais Eletrônicos II Encontro Estadual de História ANPUH-BA, 2004. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/nanci_patricia_lima_sanches.pdf Acesso em 06 de setembro de 2014.
- SANTOS, I. A.; SAITO, C. H. **A mitificação da participação social na Política Nacional de Recursos Hídricos: gênese, motivação e inclusão social**. Geosul, v. 21, p. 7-27, 2006.
- SANTOS, C. E. F. dos; RIOS FILHO, J. N. V.; SOUSA, G. B. G. de. **O semiárido baiano e o agronegócio dos “biocombustíveis”**: problematizando a Região de Irecê-BA (primeiras aproximações). Revista Pegada Eletrônica (online), v. 9; nº 2, 2008.

SANTOS, C. E. F. dos; PALUDO, C. OLIVEIRA R. C. B. de. Concepção de Educação do Campo. In: TAFFAREL, C. N. Z. et all (orgs.). **Cadernos Didáticos sobre educação do Campo**. Salvador: MEC/UFBA, 2010. Disponível em www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1248

SANTOS, C. E. F. dos. Pedagogia histórico-crítica e movimentos sociais populares: para além das dicotomias entre práticas educativas escolares e não escolares. In. MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas - SP: Autores Associados, 2012, p. 181-205.

_____. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**. Campinas: Autores Associados; Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2013.

SANTOS, E. O. dos. **Educação Ambiental no Campo: estudo das práticas pedagógicas das escolas inseridas no Programa Despertar**, Amargosa-BA. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), Amargosa-BA, 2012.

SAVIANI, D. Educação e políticas especiais. In: INEP. **Políticas públicas e Educação**. Brasília, DF: INEP; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: UNICAMP, 1987.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **A pedagogia no Brasil**. História e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Escola e democracia**. Campinas-SP: Autores Associados. Edição Comemorativa, 2008.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. ver. 1ª reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SEMA. **Formação em Gestão Pública das Águas para Membros de Comitê de Bacias Hidrográficas na Bahia**. Salvador: SEMA, junho de 2012.

_____. **Política nacional e estadual dos recursos hídricos: relevância e aplicabilidades dos instrumentos de gestão das águas**. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo I, 2013a.

_____. **Gestão pública das águas: descentralização e participação dos membros de comitês de bacias**. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo II, 2013b.

_____. **Planejando o comitê: estratégias e planos de ação local**. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo III, 2013c.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Introdução. In:_____. **Política educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro**. A reforma agrária na constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental e universidade**: um estudo de caso. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1995.

SOUSA, C. A. V.; COSTA, M. D. G.; GONÇALVES, J. Y. de B. **Gestão participativa na Fonte da Batateira no município do Crato, Ceará, Brasil**. Anais do XX Simpósio Nacional dos Recursos Hídricos, Bento Gonçalves, 17 a 22 de novembro de 2013.

STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. A luta pela reforma agrária e a produção do conhecimento. In.: ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária). **II Seminário Nacional: o MST e a pesquisa**. Veranópolis/RS: Cadernos do ITERRA. Ano VII, nº 14, dezembro de 2007.

THOMAZ JR., A. **Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio** – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. Revista Pegada – vol. 9, n. 1. P. 08-34, junho de 2008.

TORRES, A. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação de mestrado em Geografia, João Pessoa: UFPB, 2007.

TOTTI, M. E. F. **Gestão das águas no Brasil: trajetória e reflexões**. *Agenda Social*. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, v.3, n.1, jan-abr / 2009, p.01-22.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, C. F. B. **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 177-221.

_____. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. 2ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VELLOSO, T. R. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional**: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Dissertação de mestrado em Extensão Rural, Viçosa: UFV, 2000.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em 16 de janeiro de 2015.

VIANA, M. L. D. **A relação teoria e prática na licenciatura em Pedagogia**: um estudo crítico da formação do professor reflexivo-pesquisador na proposta do curso de Pedagogia da UNEB. Dissertação de mestrado em Educação. São Cristóvão: UFS, 2011.

VILLAR, P. C. **A Busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do Aquífero Guarani**. 2012. Tese de doutorado em Ciência Ambiental, São Paulo: USP, 2012.

Documentário:

ENCONTRO com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá. Produção de Ana Rosa Tendler. Direção de Silvio Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2006 (89 min.)

Sites consultados:

BAHIA. Lei nº 6.855 de 12 de maio de 1995. Dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 14 mai. 1995. Disponível em: <http://www.sema.ba.gov.br> Acesso em 08 de maio de 2014.

BAHIA. Lei nº 9.843 de 27 de dezembro de 2005. Institui os Comitês de Bacias Hidrográficas, amplia as competências do Conerh e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 29 dez. 2005. Disponível em <http://www.sema.ba.gov.br> Acesso em 08 de maio de 2014.

BAHIA. Lei nº 10.432 de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 22 dez. 2006. Disponível em <http://www.sema.ba.gov.br> Acesso em: 14 de maio de 2014.

BAHIA. Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 10 out. 2009. Disponível em <http://www.sema.ba.gov.br> Acesso em: 14 maio de 2014.

BAHIA. Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA, 15 e 16 de janeiro de 2011. Disponível em http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Lei_12_056_de_07_jan_2011_-_Republicacao.pdf Acesso em 10 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, Institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 1997. Disponível em <http://www.senado.gov.br> Acesso em: 10 de maio de 2014.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em 10 de janeiro de 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DE 1988 – disponível em:

<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 11 de maio de 2014.

CÓDIGO DE ÁGUAS DE 1934 – disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm Acesso em 13 de julho de 2014.

EXPOAGRI – disponível em:

<http://www.expoagri.com.br/> Acesso em 29 de dezembro de 2014.

FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – disponível em:

<http://www.worldwatercouncil.org> Acesso em 19 de julho de 2014.

GALVANI – disponível em:

<http://www.galvani.ind.br/a-empresa.htm> Acesso em 05 de janeiro de 2015.

GENTIO DO OURO – disponível em:

<http://seturgdocarlosaraujo.wix.com/turismo-de-gentio/turismo-de-gentio-do-ouro> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

IFBA – disponível em:

<http://irece.ifba.edu.br/index.php/cursos/biocobustiveis.html> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

IVO TONET – disponível em:

<http://www.ivotonet.xpg.com.br> Acesso em 11 de setembro de 2013.

Documentos lidos:

BAHIA. Sistema de Informações Geográficas do Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia. Superintendência dos Recursos Hídricos (SRH), 2004.

CBHVJ. Ata da 1ª plenária ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Irecê, 2006a.

CBHVJ. Ata da 2ª plenária ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Itaguaçu da Bahia, 2006b.

CBHVJ. Regimento Interno do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Irecê, 2006c.

CBHVJ. Ata da 3ª plenária ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Canarana, 2007.

CBHVJ. Ata da 5ª plenária ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Barra do Mendes, 2008a.

CBHVJ. Ata da 6ª plenária ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Canarana, 2008b.

CBHVJ. Ata da reunião de eleição e posse da diretoria do CBHVJ/2010. Irecê, 2010a.

CBHVJ. Ata da 10ª plenária ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. América Dourada, 2010b.

CBHVJ. Ata da 11ª plenária ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré. Mirorós-Ibipeba, 2010c.

CBHVJ. Ata da reunião plenária extraordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré. Barro Alto, 2011a.

CBHVJ. Ata da 13ª plenária ordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré. Barro Alto, 2011b.

CBHVJ. Ata da 15ª plenária ordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré. Rio Verde-Itaguaçu da Bahia, 2011c.

CBHVJ. Ata da 16ª plenária ordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré. João Dourado, 2012.

CBHVJ. Ata da reunião plenária extraordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Presidente Dutra, 2013a.

CBHVJ. Ata da reunião plenária extraordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Lapão, 2013b.

CBHVJ. Ata da reunião de posse e eleição de diretoria do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Irecê, 2014a.

CBHVJ. Ata da reunião plenária extraordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré. Ibititá, 2014b.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

CARTA DE APRESENTAÇÃO AO CBHVJ



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio deste, apresentar a discente **Cassiana Mendes dos Santos Almeida**, ao Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré – CBHVJ, a fim de coletar dados para a pesquisa sob o tema “*a educação dos trabalhadores do campo articulados no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ*”, que vem sendo realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB, sob orientação da professora Dr^a. Silvana Lúcia da Silva Lima.

O *objetivo central* é compreender o trabalho educativo desenvolvido no CBHVJ, analisando seus reflexos na organização dos trabalhadores do campo articulados nesse colegiado, bem como evidenciar até que ponto essa educação contribuiu para a análise dos problemas ambientais.

Para isso, será preciso: 1) acompanhar a 2ª Etapa do Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia, a ser realizada em Senhor do Bonfim/BA no mês de abril de 2014; 2) participar das plenárias ordinárias durante o ano de 2014 e; 3) entrevistar, individual e coletivamente, os membros do CBHVJ. Além disso, será necessário acesso ao material do referido curso e dados dos membros, a fim de identificar os segmentos, categorias e instituições aos quais os membros representam.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Amargosa, 31 de março de 2014.

Silvana Lúcia da Silva Lima
Silvana Lúcia da Silva Lima

Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação do Campo

RECEBIDO EM:
04/04/2014
[Assinatura]
EDUARDO DE CASTRO CAMPOS
PRESIDENTE DO CBHVJ

APÊNDICE 2

CARTA DE APRESENTAÇÃO AO INEMA



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio deste, apresentar a discente **Cassiana Mendes dos Santos Almeida**, ao Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, por meio da sua Coordenação de Interação Social – CODIS, a fim de coletar dados para a pesquisa sob o tema “*a educação dos trabalhadores do campo articulados no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ*”, que vem sendo realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB, sob orientação da professora Dr^a. Silvana Lúcia da Silva Lima.

O *objetivo central* é compreender o trabalho educativo desenvolvido no CBHVJ, analisando seus reflexos na organização dos trabalhadores do campo articulados nesse colegiado, bem como evidenciar até que ponto essa educação contribui para a análise dos problemas ambientais.

Para isso, será preciso: 1) acompanhar a 2ª Etapa do Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia, a ser realizada em Senhor do Bonfim/BA no mês de abril de 2014; 2) participar das plenárias ordinárias durante o ano de 2014 e; 3) entrevistar, individual e coletivamente, os membros do CBHVJ. Além disso, será necessário acesso ao material do referido curso e dados dos membros, a fim de identificar os segmentos, categorias e instituições aos quais os membros representam.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Amargosa, 31 de março de 2014.

Silvana Lúcia da Silva Lima
Silvana Lúcia da Silva Lima

Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação do Campo

Recebido em 01/04/14 às 17:22
Victor Vinicius Santana Arouca
Coordenador II
Gabinete da Diretoria Geral
Mat. 46.541.394-5
INEMA

Avenida Nestor de Melo Pita, 535, Centro, Amargosa/Ba
CEP: 45.300-000 Tel: (75) 3634-3360
www.ufrb.edu.br/cfp

APÊNDICE 3

CARTA DE APRESENTAÇÃO À SEMA



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio deste, apresentar a discente **Cassiana Mendes dos Santos Almeida**, à Secretária de Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA, por meio da sua Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais – SEP, a fim de coletar dados para a pesquisa sob o tema “*a educação dos trabalhadores do campo articulados no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ*”, que vem sendo realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB, sob orientação da professora Dr^a. Silvana Lúcia da Silva Lima.

O *objetivo central* é compreender o trabalho educativo desenvolvido no CBHVJ, analisando seus reflexos na organização dos trabalhadores do campo articulados nesse colegiado, bem como evidenciar até que ponto essa educação contribui para a análise dos problemas ambientais.

Para isso, será preciso: 1) acompanhar a 2ª Etapa do Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia, a ser realizada em Senhor do Bonfim/BA no mês de abril de 2014; 2) participar das plenárias ordinárias durante o ano de 2014 e; 3) entrevistar, individual e coletivamente, os membros do CBHVJ. Além disso, será necessário acesso ao material do referido curso e dados dos membros, a fim de identificar os segmentos, categorias e instituições aos quais os membros representam.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Amargosa, 31 de março de 2014.

Silvana Lúcia da Silva Lima
Silvana Lúcia da Silva Lima

Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação do Campo

Avenida Nestor de Melo Pita, 535, Centro, Amargosa/Ba
CEP: 45.300-000 Tel: (75) 3634-3360
www.ufrb.edu.br/cfp

RECEBIDO EM 01/04/2014
Alcineia Maria
ASSINATURA

APÊNDICE 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA COM OS MEMBROS DO CBHVJ



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos Vossa Senhoria para participar como voluntário (a) da pesquisa “*a educação dos trabalhadores do campo articulados no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ*”, que vem sendo realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB, pela estudante Cassiana Mendes dos Santos Almeida, sob orientação da professora Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima.

O *objetivo* é compreender como a educação desenvolvida no CBHVJ ajuda os trabalhadores do campo a analisar os problemas ambientais. Para o desenvolvimento do estudo, a pesquisadora precisará realizar entrevistas individuais, utilizando gravações e anotações, em que serão feitas perguntas claras sobre o comitê de bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e o membro terá a liberdade para responder conforme seu saber e poderá também optar por não responder qualquer uma das perguntas. Essas entrevistas serão realizadas na cidade em que reside o membro do comitê, em local reservado (indicado pelo entrevistado), com data e hora marcada com antecedência.

Todos os dados da pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável por um período de 5 anos.

O/a Senhor (a) será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, estando livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, não causando qualquer prejuízo à sua pessoa. A sua participação é voluntária e não acarretará custos para Vossa Senhoria. A pesquisa também não apresenta riscos à sua vida, visto que a pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões de sigilo e seu nome não constará na pesquisa e/ou em nenhuma publicação que resultar dela sem a sua permissão, além disso, as entrevistas serão realizadas em seus municípios, evitando assim qualquer risco relacionado a deslocamento. Essa pesquisa trará grandes benefícios para o grupo que participa do CBHVJ, pois demonstrará a realidade das ações desenvolvidas pelo colegiado. Todos terão acesso aos resultados da pesquisa. Uma cópia deste consentimento ficará com a pesquisadora e outra será fornecida ao/à senhor (a).

Avenida Nestor de Melo Pita, 535, Centro, Amargosa/Ba
CEP: 45.300-000 Tel: (75) 3634-3360
www.ufrb.edu.br/cfp



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



Atenciosamente,

Silvana Lúcia da Silva Lima

Silvana Lúcia da Silva Lima
Professora Orientadora

Cassiana Mendes dos Santos Almeida
Pesquisadora

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão se assim o desejar. A pesquisadora Cassiana Mendes dos Santos Almeida garantiu-me que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora ou sua orientadora no telefone (74) 8126-8509 ou pelos e-mails: cmsa_cassiana@yahoo.com.br e silvana@ufrb.edu.br. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Irecê-BA, 05 de junho de 2014.

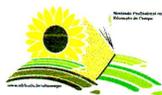
Membro do CBHVJ
Gestão 2014-2017

Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas – Bahia,
CEP: 44.380-000, Fone: (75) 3621-6850 e Email: eticaempesquisa@ufrb.edu.br

Avenida Nestor de Melo Pita, 535, Centro, Amargosa/Ba
CEP: 45.300-000 Tel: (75) 3634-3360
www.ufrb.edu.br/cfp

APÊNDICE 5

QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA COM MEMBROS DO CBHVJ



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Mestrado Profissional em Educação do Campo



QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA COM OS MEMBROS DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

- Como e quando foi ocupada a região dos Rios Verde e Jacaré?
- Quem são os povos que ocuparam as margens desses rios?
- Houve o desenvolvimento dessa região? Como?
- Houve movimentos de luta pela água organizados nessa região? Quais? Por qual motivo lutaram?
- Existe algum acordo pelo uso da água, feito pelos próprios moradores? Está registrado?
- Qual o principal motivo que impulsionou a criação do CBHVJ?
- Quais instituições se articularam para a criação do CBHVJ?
- Como foi a participação do Estado nesse processo de criação do CBHVJ?
- Quais os principais conflitos de água mediados pelo CBHVJ?
- Qual sua avaliação sobre a gestão participativa por meio de CBHs?
- Como se encontra a atuação do CBHVJ na gestão de águas?
- Os membros em algum momento desde a criação do CBHVJ se desestimularam com as ações? Explique.
- O CBHVJ cobrou alguma vez por formações para seus membros? Quando foi isso?
- Quantos membros participaram da formação realizada em 2014?
- Como vocês vêem a formação realizada em 2014?
- Quais foram os conhecimentos trabalhados?
- Eles são importantes para a organização do CBH? Por quê?
- Deveria outros conhecimentos no curso? Quais?
- O que é importante conhecer para fazer uma gestão de qualidade?
- Como será da construção do plano de Bacias?
- Quais são as expectativas para a gestão a partir do plano?

ANEXOS

ANEXO 1
CARTA DE ANUÊNCIA DOS MEMBROS DO CBHVJ
PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

CBHVJ

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ
Criado pelo Decreto 9.939 de 22/03/2006

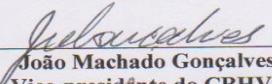
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Cassiana Mendes dos Santos Almeida, a desenvolver o seu projeto de pesquisa "*a educação dos trabalhadores do campo articulados no Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré - CBHVJ*", que está sob a orientação da professora Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB, cujo objetivo é compreender o trabalho educativo desenvolvido no CBHVJ, analisando seus reflexos na organização dos trabalhadores do campo articulados nesse colegiado, bem como evidenciar até que ponto essa educação contribui para a análise dos problemas ambientais. Autorizamos a pesquisadora a realizar todas as etapas da pesquisa que consistem em: 1) acompanhar a 2ª Etapa do Curso Gestão Pública das Águas para Membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia; 2) acessar o material do referido curso e dados dos membros, a fim de identificar os segmentos, categorias e instituições aos quais os membros representam; 3) participar das plenárias ordinárias durante o ano de 2014; 4) entrevistar, individual e coletivamente, os membros do CBHVJ. Ao mesmo tempo, autorizamos que o nome desta instituição conste no relatório final, bem como em futuras publicações científicas. Ressaltamos que os dados coletados devem ser mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados tão somente para realização da pesquisa.

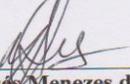
Mirorós-Ibipeba/BA, 05 de junho de 2014.



Ednaldo de Castro Campos
Presidente do CBHVJ



João Machado Gonçalves
Vice-presidente do CBHVJ



Moisés Menezes dos Santos
Secretário do CBHVJ

ANEXO 2
DECRETO DE CONTENÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO
ESTADO DA BAHIA QUE DÁ BASES PARA A SUSPENSÃO DAS REUNIÕES DO
CBHVJ NO ANO DE 2014

Casa Civil - Legislação Estadual

Página 1 de 2

 Imprimir
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado.

DECRETO Nº 15.624 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Estabelece diretrizes para a transição do governo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do art. 105 da Constituição Estadual, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

considerando a proximidade do encerramento da atual gestão - 2010/2014, que ocorrerá em 31 de dezembro de 2014;

considerando a necessidade de conclusão de projetos em curso, levantamento de despesas e encerramento do exercício financeiro do ano de 2014,

DECRETA

Art. 1º - Este Decreto estabelece diretrizes para transição do governo, que deverão ser observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, das Autarquias, Fundações e Empresas Estatais dependentes e dos Fundos a eles vinculados, efetivadas através das fontes próprias do Tesouro Estadual e com recursos ordinários não vinculados.

Art. 2º - Ficam suspensas as despesas públicas relativas às seguintes atividades:

- I - celebração de novos contratos de prestação de serviços, de aquisição de bens, de locação de imóveis, de locação de veículos, contratação de organizações sociais, de obras de construção e reformas de imóveis destinados ao funcionamento de órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, excepcionando-se as novas contratações que vierem a substituir contratos em vigor desde que mantidas as mesmas condições do contrato vencido;
- II - aditamento de objeto dos contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens, obras de construção e reforma de imóveis e de contratos firmados com as Organizações Sociais vigentes que impliquem em acréscimo de despesa;
- III - aditamento de objeto dos contratos de locação de imóveis e de veículos vigentes que impliquem em acréscimo de despesa;
- IV - aquisição de imóveis e de veículos;
- V - realização de recepções, homenagens, solenidades e demais eventos que impliquem em acréscimo de despesa e a consequente contratação de empresa para realização das citadas atividades, nos termos da Lei nº 4.174, de 05 de dezembro de 1983;
- VI - contratação e renovação dos contratos de consultoria;
- VII - novas assinaturas de jornais e revistas;
- VIII - contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento de servidores públicos, inclusive instrutória interna, que demandem o pagamento de inscrição, aquisição de passagem aérea, nacional e internacional, concessão de diárias e verba de deslocamento e remuneração;
- IX - aquisição de materiais permanentes, ressalvados aqueles destinados à instalação e à manutenção de serviços essenciais e inadiáveis, devidamente justificados e submetidos à Secretaria da Administração;
- X - aquisição de materiais de consumo, excetuando-se aqueles destinados ao desenvolvimento das atividades essenciais das Unidades, cabendo à Secretaria da Administração a concessão, o acompanhamento e o controle do consumo tomando por base a média de consumo dos últimos 03 (três) meses;
- XI - viagem de servidores a serviço da administração pública estadual, incluindo a aquisição de passagens, diárias e adiantamento para deslocamento, salvo para cumprimento de tarefas inadiáveis devidamente justificadas.

Art. 3º - Os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deverão observar e cumprir as ações enumeradas neste artigo, estabelecidas para a gestão da despesa e controle do gasto de pessoal:

- I - suspensão das contratações pelo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA;
- II - suspender a concessão ou ampliação de percentuais da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET e Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - RTI para os cargos permanentes e comissionados do Poder Executivo Estadual;
- III - suspender a reestruturação ou qualquer revisão de planos de cargos e salários das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, pertencentes ao orçamento fiscal e de seguridade social, que impliquem em aumento da despesa de pessoal;
- IV - reprogramar as férias definidas para o mês de dezembro de 2014;
- V - a programação das férias para o mês de janeiro de 2015 deverá ser objeto de revisão pela chefia imediata do servidor, reforçando a garantia da regular continuidade dos serviços;
- VI - suspender a concessão de afastamentos de servidores públicos para realização de cursos de aperfeiçoamento ou outros que demandem substituição, salvo os já concedidos até a data de publicação deste Decreto.

Art. 4º - As licenças para tratar de interesse particular somente poderão ser autorizadas em situações que não gerem a necessidade de substituição do servidor, observados os demais requisitos exigidos para a concessão desse afastamento.

Art. 5º - São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Secretários de Estado e os Dirigentes Máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Art. 6º - As situações excepcionais de que trata este Decreto serão apreciadas e autorizadas expressa, formal e conjuntamente pelos titulares das Secretarias da Administração e Fazenda.

Art. 7º - O acompanhamento e a avaliação das medidas previstas neste Decreto serão permanentes e sistematizadas pelas Secretarias da Administração e da Fazenda, nas suas respectivas áreas de competência, visando à aferição do seu cumprimento.

Art. 8º - As medidas estabelecidas neste Decreto, sem prejuízo de outras que se façam necessárias, deverão ser observadas em sua íntegra e de forma imediata, pelos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, sob pena de responsabilização.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da aludida data, mantidas as demais normas que regulamentam a matéria desde que não conflitem com o quanto nele estabelecido.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de outubro de 2014.

JAQUES WAGNER

Governador

Carlos Mello
Secretário da Casa Civil em exercício
Edelvino da Silva Góes Filho
Secretário da Administração
Jairo Alfredo Oliveira Carneiro
Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura
Manoel Vitorino da Silva Filho
Secretário da Fazenda
José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Secretário do Planejamento
Osvaldo Barreto Filho
Secretário da Educação
Marcus Benício Foltz Cavalcanti
Secretário de Infra-Estrutura
Ariselma Pereira Pereira
Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Washington Luis Silva Couto
Secretário da Saúde
James Silva Santos Correia
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração
Nilton Vasconcelos Júnior
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Maurício Teles Barbosa
Secretário da Segurança Pública
Antônio Albino Canelas Rubim
Secretário de Cultura
Eugênio Spengler
Secretário do Meio Ambiente
Manuel Ribeiro Filho
Secretário de Desenvolvimento Urbano
Andrea Almeida Mendonça
Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação
Wilson Alves de Brito Filho
Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional
Pedro José Galvão Nonato Alves
Secretário de Turismo
Raimundo José Pedreira do Nascimento
Secretário de Promoção da Igualdade Racial
Cícero de Carvalho Monteiro
Secretário de Relações Institucionais
Paulo César Lisboa Cerqueira
Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Marlupe Ferreira Caldas
Secretária de Comunicação Social em exercício
Vera Lúcia da Cruz Barbosa
Secretária de Políticas para as Mulheres
Nestor Duarte Guimarães Neto
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização
Ney Jorge Campello
Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

 Imprimir

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."

ANEXO 3
OFÍCIO DE SUSPENSÃO DAS REUNIÕES DE COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS NA BAHIA PELO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO
ESTADO

CÓPIA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente
Gabinete do Secretário

Salvador, 12 de novembro de 2014.
Ofício Circular 437/2014- GASEC



Prezados Senhores,



Ficam a partir desta data, até 31 de dezembro suspensas todas as reuniões de Colegiados Estaduais, Comitês de Bacias, Conselhos Gestores e congêneres. Vale ressaltar que qualquer reunião que porventura seja inadiável deve ter sua justificativa bastante substanciada para análise do Secretário

Atenciosamente,

Eugênio Spengler
Secretário

Atendente
Ass. / Inema
Brunc
Assinatura
Em 13/11/14